

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM

ANA LÚCIA DA SILVA

**A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS VOZES NEGRAS ABOLICIONISTAS E AS
ESCREVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA PERSPECTIVA DA NOVA
HISTÓRIA POLÍTICA**

MARINGÁ - PR

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Lúcia da Silva

**A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS VOZES NEGRAS ABOLICIONISTAS E AS
ESCREVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA PERSPECTIVA DA NOVA
HISTÓRIA POLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Linha de Pesquisa: História Política.

Orientador: Dr. Angelo Aparecido Priori.

Maringá - PR

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S586o

Silva, Ana Lúcia da

A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrituras de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da nova história política / Ana Lúcia da Silva. -- Maringá, PR, 2023.

268 f.: il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Aparecido Piori.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

CDD 23.ed. 981.04

Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

ANA LÚCIA DA SILVA

**A OPINIÃO PÚBLICA SOBRE AS VOZES NEGRAS ABOLICIONISTAS E AS
ESCREVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS NA PERSPECTIVA DA NOVA
HISTÓRIA POLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM.

BANCA EXAMINADORA



Dr. Angelo Aparecido Piori
Presidente/Orientador (UEM)

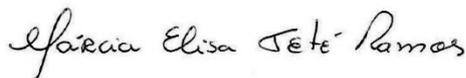


Dra. Helena Theodoro

Membro convidado (UFRJ)



Dra. Amanda Motta Castro
Membro convidado (FURG)



Dra. Márcia Elisa Teté Ramos
Membro docente (UEM)



Dra Camilla Samira de Simoni Bolonhezi
Membro docente (UEM/FAP)

Dedico este trabalho aos meus ancestrais...

A mãe África, pois meus “passos vêm de longe”;

A minha mamãe Aparecida Alves da Silva;

Ao meu papai José Captuleio da Silva (*in memoriam*);

Enfim, a nova geração de nossa família, a minha prole, aos meus amores infinitos: a minha filha Vitória de Souza Pinto, 14 anos, e ao meu filho Inácio Captuleio de Souza Pinto, 16 anos. Ela e ele são inspirações para essa mulher negra seguir a vida e ter esperança na (re)construção de um mundo mais justo e democrático, menos desigual, racista, machista e classista.

AGRADECIMENTOS

À mãe África, aos meus ancestrais, em especial a minha mãe Aparecida Alves da Silva e ao meu pai José Captuleio da Silva (*in memoriam*).

Ao Dr. Angelo Aparecido Priori, grande pesquisador e defensor dos Direitos Humanos, obrigada por todo incentivo para eu prosseguir meus estudos, pelos ensinamentos e orientações durante esses anos de Doutorado em História, na linha de pesquisa: História Política. Vida longa ao professor, saúde e paz, gratidão!

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História (PPH), pelo empenho na organização da aula inaugural com a Dra. Mary Junqueira (USP), em agosto de 2018, e pela oportunidade de cursar disciplinas na Universidade Estadual de Maringá (UEM) com professores-pesquisadores renomados da América Latina: Dr. Ronny J. Viales Hurtado, da Universidad de Costa Rica, em 2018; Dr. Daniel Lvovich, da UNGS - CONICET, em 2019; e Dr. Luciano Alonso, da Facultad de Humanidades y Ciencias, da Universidad Del Litoral, Santa Fé, Argentina, em 2019. Foram dias de estudo singulares e maravilhosos, embora as lutas da vida!

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História (PPH), pela dedicação e pelos ensinamentos. Os estudos no campo da História Política foram e são inspiradores, me possibilitaram visitar a História negra no Brasil oitocentista e no Paraná, (re)pensando a política em diversos espaços da vida social e nos movimentos sociais, como o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres e o Feminismo Negro, na contemporaneidade, vislumbrando outros contextos históricos.

À Banca de Qualificação da tese de Doutorado em História: Dr. Angelo Aparecido Priori (UEM), orientador e coordenador, ao Dr. Jean Carlos Moreno (UENP), a Dra. Márcia Elisa Teté Ramos (UEM) e ao Dr. Leandro Brunelo (UEM), pela leitura do trabalho, as arguições e as contribuições para o aprimoramento desse texto.

Às secretarias do Programa de Pós-Graduação em História (PPH); Márcia Satie Kutsunugi Fujikawa e Beatriz Cavalcante, pela atenção e dedicação nesses anos de estudo, gratidão!

Aos grupos de pesquisa do CNPq que participo: “Brasil Contemporâneo” - UEM, líder Dr. Angelo Aparecido Priori, “Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez” - FURG, líder Dra. Amanda Motta Castro e “Educação, mídia e Estudos Culturais” - UEM, líder Dra. Teresa Kazuko Teruya.

Aos profissionais da biblioteca central da UEM e Biblioteca Pública Municipal “Pioneiro Manoel Camacho Filho”, da Vila Operária, em Maringá-PR, muito obrigada pela atenção e pelo atendimento prestativo.

A Dora Silva Hackenberg e a todos/as funcionários/as do Arquivo Público do Paraná, pela atenção e disposição em ajudar, quando eu fiz a pesquisa ao acervo, em setembro de 2021.

Ao casal de amigos maravilhosos que a vida me permitiu conhecer: Naurem Heloise Padilha das Chagas e Celso Luís Pardini, gratidão por me receberem tão bem em Colombo-PR, quando fui a Curitiba-PR, em maio e setembro de 2021, para pesquisar no acervo do Arquivo Público do Paraná, no contexto da pandemia da COVID-19.

Às amigas Gisele Aparecida do Carmo de Souza, Izabel Neves da Silva, Ivani Neves da Silva, Maria Neves da Silva, Inês Aparecida de Souza, Isabel Barbosa dos Anjos, Maria Luiza Leão, Érica Antonia Caetano, Ivani Zamberlan, Patrícia Duarte e Sueli de Fátima Pereira da Silva, às vezes nos distanciamos por conta das atividades familiares e do trabalho, mas quando nos reunimos as conversas da vida e afetos florescem.

Ao amigo Arnaldo Martin Szlachta Junior (UFPE) pelas conversas sobre a vida e o trabalho, e incentivo para fazer concurso público de Instituição de Ensino Superior federal.

À quem amo demais nesse mundo, minha família, aos meus amores infinitos: minha filha Vitória de Souza Pinto, 14 anos, flor linda *black power* e minha vereadora mirim favorita, e meu filho Inácio Captuleio de Souza Pinto, 16 anos, meu *black*

power e “matemático/físico” favorito. Ela e ele são inspirações para essa mamãe prosseguir a vida e ter esperança em dias melhores!

Em meio ao medo instalado e à necessária coragem, ensaiamos movimentos ancorados na recordação das proezas antigas de quem nos trouxe até aqui. E, apesar das acontecimentos do banzo, seguimos. Nossos passos vêm de longe... Sonhamos para além das cercas. O nosso campo para semear é vasto e ninguém, além de nós próprios, sabe que também inventamos a nossa Terra Prometida. É lá que realizamos a nossa sementeira. Em nossos acidentados campos – sabemos pisar sobre as planícies e sobre as colinas – a cada instante os nossos antepassados nos vigiam e com eles aprendemos a atravessar nossos caminhos das pedras e das flores. É deles também o ensinamento de que as motivações das flores são muitas. Elas cabem no quarto da parturiente, assim como podem ser oferendas para quem cumpriu a derradeira viagem...

Conceição Evaristo (2017, p. 111).

RESUMO

SILVA, Ana Lúcia da. **A opinião pública sobre as vozes negras abolicionistas e as escrevivências de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa: História Política, Doutorado em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2023. 268f.

Com base no aporte teórico da Nova História Política, das epistemologias do Sul, especificamente das epistemologias negras, ao dialogar com a historiografia, nessa pesquisa tem-se como objeto de análise a opinião pública acerca dos/as abolicionistas negros/as do Brasil oitocentista e as escrevivências poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis em defesa da liberdade do povo negro e deste nos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870). Defende-se a hipótese de que a pesquisa sobre a História negra possibilita (re)pensar a História do Brasil e do Paraná, desconstruir as narrativas coloniais e os estereótipos sobre o povo negro e as mulheres negras, dando visibilidade ao protagonismo destes na luta pela liberdade, e também a compreensão de como a intelectualidade negra foi se constituindo historicamente. Por isso, analisou-se diversas fontes históricas: não-tradicionais como os vídeos de divulgação científica sobre Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio dos canais de Hewerton Souza e Lili Schwarcz, e do Projeto pedagógico “A cor da cultura” - Programas “Heróis de todo mundo”, ambos disponíveis no *Youtube*, e a literatura negra firminiana, com destaque o romance *Úrsula* 1859, os poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na guerra platina em *Cantos à Beira-mar* 1871 e o conto *A escrava* 1887; e tradicionais, os documentos oficiais sobre a Guerra da Tríplice Aliança do Arquivo Público do Paraná. A análise desse corpus documental se ancorou no referencial teórico-metodológico dos estudos de biografia, de opinião pública, da literatura negra e das escrevivências. Resultados: esse estudo proporcionou visitar a História Política dos oitocentos, dar visibilidade a História negra, discutindo questões de raça, gênero e classe ao estabelecer o diálogo com a historiografia e intelectuais negros/as. Dessa forma, possibilitou depreender o processo de formação da opinião pública, as disputas de narrativas e políticas de memória sobre o povo negro e as mulheres negras. Assim, na perspectiva da Nova História Política, das epistemologias do Sul, das epistemologias negras e da Educação antirracista conforme as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, esse estudo propiciou a desconstrução de narrativas coloniais que consagraram a princesa Isabel como a “redentora” dos negros libertos e o discurso de um Paraná “branco” no sul do Brasil.

Palavras-chave: Nova História Política. Epistemologias negras. Opinião pública. Abolicionistas negros/as. Escrevivências firminiana. História do Paraná.

ABSTRACT

SILVA, Ana Lúcia da. **Public opinion on the black abolitionist voices and the writings of Maria Firmina dos Reis in the perspective of the New Political History.** Thesis presented to the Graduate Program in History, line of research: Political History, Doctorate in History. State University of Maringá - UEM, 2023. 268f.

Based on the theoretical contribution of the New Political History, of the epistemologies of the South, specifically black epistemologies, in dialogue with historiography, this research has as its object of analysis the public opinion about the black abolitionists in eighteenth-century Brazil and the poetic and political writings of Maria Firmina dos Reis in defense of the freedom of black people and of these in the Volunteer Corps of the Fatherland who fought in the Paraguayan War (1864-1870). It defends the hypothesis that research on Black History makes it possible to (re)think the History of Brazil and Paraná, to deconstruct colonial narratives and stereotypes about Black people and Black women, giving visibility to their protagonism in the struggle for freedom, and also to understand how Black intellectuals were historically constituted. For this reason, several historical sources were analyzed: non-traditional such as the videos about Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças, and José do Patrocínio from the channels of Hewerton Souza and Lili Schwarcz, and from the pedagogical project "A cor da cultura" - Programs "Heróis de todo mundo", both available on Youtube, and the firminian black literature, with emphasis on the novel Ursula 1859, the poems dedicated to the Volunteer Corps of the Homeland that fought in the platinum war in Cantos à Beira-mar 1871, and the short story A escrava 1887; and traditional, the official documents about the War of the Triple Alliance from the Public Archive of Paraná. The analysis of this documental corpus was anchored in the theoretical and methodological referential of biography, public opinion, black literature, and writing experiences. Results: This study allowed us to revisit the political history of the 1800s, giving visibility to black history, discussing issues of race, gender and class by establishing a dialogue with historiography and black intellectuals. In this way, it was possible to decipher the process of public opinion formation, the disputes of narratives and memory policies about black people and black women. Thus, in the perspective of the New Political History, of the epistemologies of the South, of the black epistemologies and of the anti-racist education according to Laws n. 10.639/2003 and n. 11.645/2008, this study propitiated the deconstruction of colonial narratives that consecrated Princess Isabel as the "redeemer" of the freed blacks and the discourse of a "white" Paraná in southern Brazil.

Keywords: New Political History. Black epistemologies. Public opinion. Black abolitionists. Firminian writings. History of Parana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A HISTÓRIA POLÍTICA, O POVO NEGRO E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: POR OUTRAS EPISTEMOLOGIAS	34
1.1 A História Política na perspectiva das epistemologias do Sul.....	35
1.2 O movimento negro, as mulheres negras e o Feminismo negro na História do Brasil: lutas, conquistas e desafios.....	45
1.3 A formação da opinião pública sobre a História negra no Brasil contemporâneo: outras narrativas e políticas de memória importam.....	54
CAPÍTULO II - O BICENTENÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1822 - 1917), A MULHER NEGRA ABOLICIONISTA E SUAS ESCRIVÊNCIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL	71
2.1 Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917): a biografia.....	74
2.2 A opinião pública sobre Maria Firmina dos Reis e suas escrituras.....	82
2.2.1 O vídeo “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017).....	85
2.2.2 O programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), do canal Lili Schwarcz.....	90
2.3 As escrituras poéticas e políticas em <i>Úrsula</i> (1859) de Maria Firmina dos Reis.....	98

CAPÍTULO III - AS ESCRIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS AOS CORPOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA QUE LUTARAM NA GUERRA DO PARAGUAI: OS NEGROS E OS (DES)CAMINHOS DA LIBERDADE.....	111
3.1 As escrituras de Maria Firmina dos Reis nos poemas de <i>Cantos à beira-mar</i> (1871): os (des)caminhos da liberdade do povo negro em tempos da Guerra do Paraguai.....	112
3.2 As escrituras e outros olhares de Maria Firmina dos Reis para os heróis da Pátria na História do Brasil.....	132
CAPÍTULO IV - VOZES NEGRAS ABOLICIONISTAS DA HISTÓRIA DO BRASIL	146
4.1 Os caminhos da liberdade e o Movimento Abolicionista no Brasil oitocentista.....	151
4.2 Luiz Gama (1830 - 1882): a biografia.....	157
4.2.1 Luiz Gama em “Herói de todo mundo”.....	163
4.3. Francisco José do Nascimento, Dragão do Mar (1839 - 1914): a biografia.....	167
4.3.1 Dragão do Mar em “Herói de todo mundo”.....	170
4.4 Chiquinha Gonzaga (1847 - 1935): a biografia.....	173
4.4.1 Chiquinha Gonzaga em “Herói de todo mundo”.....	177
4.5 André Pinto Rebouças (1838 - 1898): a biografia.....	184
4.5.1 André Rebouças em “Herói de todo mundo”.....	187
4.6 José Carlos do Patrocínio (1853 - 1905): a biografia.....	191
4.6.1 José do Patrocínio em “Herói de todo mundo”.....	195
4.7 As escrituras de Maria Firmina dos Reis no conto <i>A escrava</i> (1887), nos tempos de efervescência do Movimento Abolicionista.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210

REFERÊNCIAS.....	221
FONTES.....	247
ANEXOS.....	257
Anexo 1	258
Anexo 2	259
Anexo 3	260
Anexo 4	262
Anexo 5.....	263
Anexo 6.....	265
Anexo 7.....	267

INTRODUÇÃO

Quando cheguei na universidade a coisa que mais me chocava era o eterno estudo sobre o escravo. Como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, como mão de obra pra fazenda e pra mineração.

Maria Beatriz Nascimento (1989)

O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diverso do que há séculos atrás. Sabemos que muito ainda precisa avançar. A luta não dá trégua. Mas, não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos, ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. E que conseguimos construir, a partir de 2003, políticas públicas de igualdade racial, bem como inserir o recorte étnico-racial – não sem resistências – nas várias políticas sociais existentes.

[...] [A]pesar das adversidades e dos muitos desafios que enfrentamos no Brasil, na luta pela democracia e contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado, temos que focar nas conquistas já alcançadas e seguir em frente. Não podemos perder a esperança. É preciso sabedoria e resistências democráticas.

Nilma Lino Gomes (2017, 19 - 20)

Os estudos de Maria Beatriz Nascimento e Nilma Lino Gomes, ativistas do movimento negro e de mulheres negras, nos instigam a (re)pensar a História negra no Brasil, problematizando as relações étnico-raciais em nossa sociedade, em diferentes contextos históricos.

No século XX, nos anos de 1970, ao relembrar os ensinamentos de José Honório Rodrigues, a historiadora Maria Beatriz Nascimento afirmou que a “História do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas” (NASCIMENTO, 1977, p. 195). Beatriz Nascimento ainda afirmava que tanto indígenas como negros não tinham ainda suas histórias escritas. Por isso, ela ressaltava que “[...] isso é um problema

muito sério, porque a gente frequenta a universidade, frequenta escolas, e não tem uma visão correta do passado da gente [...]” (NASCIMENTO, 1977, p. 195).

Beatriz Nascimento questionou a História oficial da nação, a Historiografia Tradicional e Positivista. Ela denunciou as narrativas coloniais sobre a História do povo negro associada apenas a escravidão, ancoradas no paradigma ocidental e eurocêntrico, que ainda imperavam nas universidades, nas escolas, invisibilizando principalmente indígenas e negros.

Em 1967, Beatriz Nascimento ingressou no curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), concluindo este em 1971. Ela fez o curso de Pós-Graduação *latu sensu* em História do Brasil, na Universidade Federal Fluminense (UFF), concluindo em 1981. Ela estudou os quilombos em uma perspectiva de longa duração, estabelecendo as relações transatlânticas entre África e Brasil, dos quilombos às favelas. Na UFF, Beatriz Nascimento com estudantes fundaram o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), organizando grupo de estudo sobre a História e cultura negra, e a “Semana de Estudo sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira”, evento que se iniciou em 1975. Ela começou o mestrado também na UFF, mas trancou a matrícula (RATTS, 2022; SILVA, 2022; RATTS, 2021; BARRETO, 2018).

Na década de 1970, Beatriz Nascimento trabalhou como pesquisadora do Arquivo Nacional e da Fundação Getúlio Vargas, iniciou sua carreira como professora da rede pública estadual em 1984. No período que se afastou da universidade, seguiu seu ativismo no movimento negro e de mulheres negras, fez conferências e palestras, participou de seminários, viajou para Angola (1979) e para o Senegal (1980), publicou artigos, ensaios, poemas, e em coautoria com Helena Theodoro Lopes e José Jorge Siqueira o livro *Negro cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira* (1987), redigiu o roteiro e fez a narração do filme “Orí” (1989), de direção de Raquel Gerber. Em 1992, Beatriz Nascimento regressou a UFRJ, ingressou no mestrado em Comunicação Social, sob orientação de Muniz Sodré, mas não concluiu porque sua vida foi interrompida. Em 1995, ela aconselhou uma amiga a deixar o companheiro que praticava violência doméstica, este homem perseguiu Beatriz Nascimento e a assassinou (RATTS, 2022; SILVA, 2022; RATTS, 2021; BARRETO, 2018).

Recentemente, em 2021, a UFRJ, e em 2022, a UFF, conferiram a Beatriz Nascimento o título de *Doutora honoris causa*, reconhecendo o protagonismo, a produção histórica, cultural e literária, enfim o legado dessa intelectual negra na História do Brasil, que denunciou as narrativas coloniais sobre o povo negro e propôs outras epistemologias da História negra (RATTS, 2022; SILVA, 2022; EHMANN, 2021).

É interessante expor que a constatação da predominância de narrativas coloniais na escola e na universidade de Beatriz Nascimento, eu também vivenciei nos anos de 1980 e 1990, em minha trajetória escolar. Sempre estudei em instituições de ensino públicas. A vida escolar do 1º grau ao 2º grau (atualmente Ensino Fundamental I e II, e Ensino Médio da Educação Básica) se concluiu após três anos de estudo no curso de Magistério, em 1992, no Colégio Estadual Branca da Mota Fernandes. Posteriormente, em 1993, eu fiz um ano de “Estudos Adicionais”, voltado para o ensino na pré-escola, no Instituto Estadual de Educação, também de Maringá. Assim, me formei professora das séries iniciais (pré-escola, 1ª a 4ª séries do 1º grau, atualmente Educação infantil e Ensino Fundamental I).

Com essa formação escolar, antes de ingressar na universidade, em 1993, eu comecei a trabalhar como professora pela Prefeitura Municipal de Maringá, e me chamava à atenção as crianças e os adolescentes negros na escola, que às vezes se envolviam em “brigas” na hora do recreio, quando a gente ia procurar saber o que tinha ocorrido, verificava-se alguma situação de racismo, aquilo me incomodava.

Na Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, sul do Brasil, eu fiz o curso de graduação em História - licenciatura (1995-1998), e as narrativas coloniais sobre a História do povo negro eram recorrentes, isso também me incomodava.

Tal como Beatriz Nascimento, Ailton Krenak, ativista indígena e do movimento socioambiental, professor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2016)¹ e *Doutor Honoris Causa* pela Universidade de Brasília (2022)², também

¹ Ver a reportagem “UFJF concede título de professor *Honoris Causa* a Ailton Krenak”, da UFJF, de 15 de fevereiro de 2016.

questionou e questiona as narrativas coloniais sobre a História do Brasil, a História Indígena.

Em *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), Krenak relatou que no ano 2000, foi convidado para ir a Portugal, no contexto de celebração da colonização portuguesa na América, no Brasil, afirmando que “[quando se completaram quinhentos anos da travessia de Cabral e companhia, recusei um convite para vir a Portugal. Eu disse: ‘Essa é uma típica festa portuguesa, vocês vão celebrar a invasão do meu canto do mundo, não vou não’” (KRENAK, 2020, p. 9 - 10).

Historicamente os/as ativistas do movimento negro e indígena têm questionado as narrativas coloniais da História do Brasil. Nesse início do século XXI, embora o racismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a violência racial e policial que leva ao genocídio e/ou encarceramento em massa do povo negro, é importante reconhecer que o movimento negro tem tido conquistas. Por exemplo, no campo educacional, as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 que definiram a obrigatoriedade do ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições de ensino de nosso país, e incluiu a data “20 de novembro” - Dia Nacional da Consciência Negra no calendário escolar, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2003).

Essa legislação educacional deu base para a Educação antirracista. Isso abriu caminhos para se (re)pensar as relações transatlânticas entre a África e o Brasil, a História negra, como as relações étnico-raciais foram construídas historicamente, e mais, contestar as narrativas coloniais que invisibilizaram o protagonismo do povo negro na luta pela liberdade e cidadania.

No Brasil contemporâneo, Nilma Lino Gomes (2017), intelectual negra, pedagoga (UFMG), mestra em Educação (UFMG), Doutora em Antropologia Social (USP), Pós-Doutora em Sociologia pela Universidade de Coimbra - Portugal e em Educação pela (UFSCAR), professora titular emérita da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social

² Ver a reportagem “Ailton Krenak é o primeiro indígena a receber *Doutor Honoris Causa* pela UnB”, da UNB, de Brasil de Fato, de 13 de maio de 2022.

(FAE/UFMG), ex-reitora *pro-tempore* da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, 2013-2014) e ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos da presidenta Dilma Rousseff (2015-2016), ao fazer digressão a História Política e a História negra, relatou que ocorreram conquistas oriundas das lutas do movimento negro, principalmente a partir de 2003, no início do primeiro governo Lula, quando houve a aprovação da Lei n. 10.639/2003 (GOMES, 2017; BRASIL, 2003).

Ela nos convida a resistência democrática, para que não ocorram retrocessos nas conquistas do movimento negro, principalmente, após o golpe de Estado e *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016 (GOMES, 2017).

Além disso, Nilma Lino Gomes (2017) nos instiga ao questionamento de diversas práticas de opressão, tais como o racismo e o patriarcado, o machismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero no contexto do capitalismo.

Há mais de um século, os/as ativistas do movimento negro e de mulheres negras denunciam o mito da democracia racial em nosso país, reivindicando a ampliação das políticas públicas de combate ao racismo, à pobreza, às assimetrias raciais, sociais, econômicas e de gênero.

E mais, o movimento negro e de mulheres negras seguem reafirmando a luta democrática e antirracista, intensificando a defesa pela valorização da História da África, do povo negro na História do Brasil, para além da narrativa colonial da escravidão, questionando a história oficial da nação baseada no paradigma ocidental e eurocêntrico, e propondo epistemologias negras. Nesse contexto histórico, com base na Nova História Política, nas epistemologias do Sul, especificamente nas epistemologias negras, estabelecendo o diálogo interseccional raça, gênero e classe, essa pesquisa científica tem como objetivos:

Objetivo geral

- Analisar a opinião pública sobre a História negra, especificamente os/as abolicionistas negros/as e as escrituras de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política e das epistemologias do Sul, primordialmente das epistemologias negras.

Objetivos específicos

- Investigar a opinião pública sobre Maria Firmina dos Reis em vídeos de divulgação científica, dos canais de Hewerton Souza (2017) e de Lili Schwarcz (2019) disponíveis no *Youtube*, e as escrevivências firminiana no romance *Úrsula* (1859).
- Analisar as escrevivências firminiana nos poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai em *Cantos à beira-mar* (1871), ao dialogar com a historiografia e analisar documentos sobre os negros nesse conflito bélico, da Província do Paraná.
- Analisar a opinião pública acerca de abolicionistas negros/as do Brasil oitocentista: Luiz Gama, Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio, do Projeto “A cor da cultura” (2004), dos programas “Heróis de Todo Mundo”, e as escrevivências firminiana no conto *A escrava* (1887).

Apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: na perspectiva da Nova História Política no processo de formação da opinião pública sobre a História negra no Brasil quais narrativas são difundidas dos/as abolicionistas negros/as, das e nas escrevivências de Maria Firmina dos Reis?

Como já ressaltaram as intelectuais Lélia Gonzalez e Neusa Santos Sousa ao longo de nossa vida, a gente ao “tornar-se negro” (SOUSA, 2021, p. 1), interessa-se mais e problematiza a História negra, as relações étnico-raciais no Brasil, o racismo, o mito da democracia racial, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e as lutas de nosso povo e das mulheres negras, (re)construindo nossa identidade negra e valorizando nossa ancestralidade africana, afro-brasileira.

Quando eu era criança e adolescente não entendia muito sobre a História do povo negro no Brasil, lembrava mais das imagens da escravidão, do negro sendo açoitado no pelourinho, e também da princesa Isabel, pois na escola nos ensinava que ela tinha sido a “redentora” dos negros, por assinar a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Nos anos de 1980 e 1990, as narrativas coloniais sobre a História negra no Brasil eram preponderantes e invisibilizavam os/as abolicionistas negros/as, a intelectualidade negra como as escritoras Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outros/as.

Nos tempos da vida escolar, quando eu voltava da escola para casa, detestava quando algumas crianças e adolescentes nos insultavam, depreciando nossos traços fenotípicos como a pele negra e os cabelos crespos, tendo práticas racistas e cantando a música “Fricote”: Nega do cabelo duro/ que não gosta de pentear/ quando passa na baixa do tubo/ O negão começa a gritar/ Pega ela aí/ pega ela aí/ pra quê? Pra passar batom [...], composta por Luiz Caldas e Paulinho Camafeu, lançada no álbum de Luiz Caldas, em 1985 (SILVA, 2019; SILVA, 2018).

Embora essa vivência e a educação escolar, no âmbito familiar, eu e meus irmãos ouvíamos em casa que devíamos ter orgulho de nossa cor, “não ser bichos do mato”, não se envolver em brigas na escola, embora o racismo, estudar e ser alguém na vida. Nossos pais não estavam nas fileiras do movimento negro e de coletivos de mulheres negras, mas do jeito deles ensinavam que a gente tinha que ter orgulho de sermos negros.

Para criar a prole a minha mamãe Aparecida Alves da Silva (1943), natural de Cambé-PR, em Maringá-PR, trabalhou vários anos como empregada doméstica, lavadeira de roupas, confeitadeira de bolo e costureira. Ela estudou até a 5ª série do Ginásio (atualmente 6º ano do Ensino Fundamental I).

O papai José Captuleio da Silva (*in memoriam*) (1933 - 1993) era natural de Vitória da Conquista - Bahia, não chegou a concluir o primário (o atual Ensino Fundamental I, da Educação Básica), migrou para o sul do Brasil entre os anos de 1960 e 1970, conheceu Aparecida em Maringá-PR e se casaram em 1971. Ele trabalhou vários anos como ensacador, chegando a fundar uma cooperativa de ensacadores em Maringá - PR. José Captuleio foi sindicalista e ex-vereador na cidade Canção, pelo MDB, na década de 1970, tempos da Ditadura Militar. Em maio de 2023, farão 30 anos de falecimento do papai. Seguem alguns registros fotográficos de nossa família.

Minha família: “nossos passos vêm de longe”...



Casamento de meus pais, Aparecida Alves da Silva e José Captuleio da Silva, em 1971.



Da esquerda para direita: papai, mamãe com meu irmão no colo Sérgio Captuleio da Silva, minha irmã Ana Carolina da Silva e eu.

Fonte: Fotografias do arquivo familiar da pesquisadora Ana Lúcia da Silva.

Na escola da vida, agradeço a mamãe Dona Cida e ao papai José Captuleio pela educação e pelos ensinamentos, por trabalharem para sustentar a nossa família, por tudo que fizeram por nós para que pudéssemos estudar.

Após a conclusão do curso de Magistério, desde 1993, eu comecei a trabalhar como professora na rede pública municipal e estadual de Educação, de Maringá - Paraná, no período: 1993 - 2000 e 2004, atuando na Educação Básica.

Depois de concluir o curso de graduação em História - licenciatura (1995-1998), pela Universidade Estadual de Maringá - UEM, e o Mestrado em História pelo Programa Associado UEM/UEL, campus da UEM, em 2001³, eu passei a trabalhar como docente na Educação Superior na FAFIMAN, em Mandaguari - PR, no período: 2002 - 2020, na FAFIJAN, em Jandaia do Sul - PR, no período: 2011 - 2014, e na UEM, nos períodos: 2005 - 2008 e 2016 a 10 de outubro de 2021.

Atualmente, depois da aprovação como docente da área de “Educação e relações étnico-raciais” em concurso público federal em novembro de 2021, posse em 17 de dezembro e em exercício a partir de 20 de dezembro de 2021, eu sou

³ Em 2001, no Mestrado em História eu fiz a defesa da dissertação *Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979)*, sob orientação do Dr. Jurandir Malerba.

professora efetiva da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, campus de Alfenas, do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Departamento de Ciências Humanas (DCH).

Assim, a consciência e o tornar-se negra vieram ao longo de minha trajetória de vida, estudo e trabalho. Nesses últimos anos do século XXI, os diálogos com ativistas da União e Consciência Negra, e do Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, ambos de Maringá - PR, o estudo da História do povo negro na História do Brasil e do Paraná, as lutas, as conquistas e os desafios do movimento negro, das mulheres e das mulheres negras me interpelaram e interpelam, constituindo essa mulher negra, oriunda de uma família negra e de trabalhadores, nascida no sul do Brasil, em 1974, em Maringá - PR, mãe, professora e pesquisadora.

A aprovação da Lei n. 10.639/2003 me impulsionou ainda mais a dar continuidade aos estudos e a pesquisa sobre a história de meu povo, a História da África e cultura afro-brasileira, a (re)pensar a história que foi ensinada e aprendi nas escolas e na universidade, como também a minha prática didático-pedagógica como professora-pesquisadora, para além da História Tradicional e Positivista, das narrativas coloniais.

No Doutorado em Educação (2015-2018), na linha de pesquisa “Ensino, aprendizagem e formação de professores”, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da UEM, com base no aporte teórico dos Estudos Culturais, eu pesquisei sobre a História negra a partir da análise das pedagogias culturais propaladas nos enredos, nos sambas-enredo e na Arte carnavalesca de escolas de samba, do grupo Especial, do Rio de Janeiro. Tese *Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca (2000 - 2013): a História da África e cultura afro-brasileira*, defendida em 2018, sob orientação da Dra. Teresa Kazuko Teruya. Essa pesquisa deu origem a publicação do livro *Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: Estudos Culturais e sambas-enredo* (2019), pela editora Appris.

Nesse segundo Doutorado, na área de História, linha de pesquisa “História Política” (2018 - 2022), pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH), da UEM, eu sigo estudando a História negra, tendo como objeto de análise a opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as e as escrituras abolicionistas e

dedicadas aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870) de Maria Firmina dos Reis, ao analisar audiovisuais, ou seja, vídeos de divulgação científica disponíveis no *Youtube*, a literatura afro-brasileira e documentos sobre negros da Província no Paraná nesse conflito bélico platino. Sendo assim, essa pesquisa tem como hipótese:

O estudo da opinião pública acerca dos/as abolicionistas negros/as e das/nas escrituras de Maria Firmina dos Reis na perspectiva da Nova História Política, das epistemologias do Sul, especificamente as epistemologias negras, a partir de fontes documentais não-tradicionais os audiovisuais como os vídeos de divulgação científica disponíveis no *Youtube* e a literatura afro-brasileira, e tradicionais como os documentos oficiais referentes a Guerra da Tríplice Aliança do Arquivo Público do Paraná, possibilitará (re)pensar a luta do povo negro em prol da liberdade, e também, desconstruir narrativas coloniais.

O desenvolvimento dessa pesquisa e a tessitura da escrita da tese de Doutorado em História ocorreram em um momento peculiar da História da humanidade, ou seja, no contexto de crise sanitária mundial anunciada pela Organização Mundial da Saúde, em 2020, causada pela pandemia do novo coronavírus, COVID-19.

Em dezembro de 2019, foi relatada a Organização Mundial da Saúde (OMS), a epidemia e os primeiros casos do novo coronavírus, que causa doenças respiratórias, desde um resfriado comum a outras doenças mais graves, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, na Ásia (BERTOLINI, 2020).

Considerando o ensino de História na perspectiva da Nova História Política e das epistemologias do Sul, as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, o governo Bolsonaro, o contexto histórico da e pós-pandemia da COVID-19, quando as desigualdades sociais, raciais e de gênero se acirraram e ampliaram, o assassinato de George Floyd que impulsionou e reacendeu o debate público mundial e nacional sobre o racismo estrutural e as narrativas coloniais. Nesse estudo estarão em destaque múltiplos fatos que abriram caminhos e justificam a

preocupação em (re)pensar a História negra no Brasil e no Paraná, e realizar essa pesquisa estabelecendo diálogos interseccionais, raça, gênero e classe, tais como:

- o enredo e samba-enredo **“Dom Obá II, o rei dos esfarrapados, príncipe do povo”** (2000), da Estação Primeira de Mangueira, que no carnaval daquele ano apresentou a biografia da personalidade negra, Cândido da Fonseca Galvão, Dom Obá II, na Sapucaí, no Grupo Especial, no carnaval de 2000⁴. Nesse ano, no governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o poder público federal estabeleceu a política de celebração dos 500 anos do Brasil e as escolas de samba cariocas foram convidadas a apresentarem enredos e sambas-enredo contemplando essa temática. A Mangueira transgrediu esse discurso oficial de celebração da História do Brasil, interpelando o público acerca da pobreza, das desigualdades sociais e raciais, denunciando as condições de vida a que foi relegado o povo negro após a abolição da escravidão, em 1888. A Verde Rosa com samba e Arte carnavalesca questionou a narrativa tradicional e oficial da História do Brasil e apresentou a biografia de Dom Obá II D’ África, homem negro livre, que se alistou, lutou e foi oficial do Exército na Guerra do Paraguai (1864-1870), regressou ao Brasil Império, reivindicou do governo a recompensa por servir a Pátria, sendo condecorado pelo imperador D. Pedro II. Além disso, em seus escritos e artigos publicados na imprensa carioca, Dom Obá II, embora saudasse a Monarquia, expôs que o negro tinha que ter orgulho de sua cor e ter a liberdade. Porém, com o advento da República a condecoração de Dom Obá II foi cassada e este faleceu posteriormente, em 1890 (SILVA, 2019; SILVA, 2018; SILVA, 1997).

- as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei n. 9.394/1996 (BRASIL, 2008; BRASIL, 2003).

- Depois da aprovação da Lei n. 10.639/2003, a publicação do *Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos africanos e afrodescendentes livres e*

⁴ No Doutorado em Educação (2015-2018), linha de pesquisa: “Ensino, aprendizagem e formação de professores”, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da UEM, com base no aporte teórico dos Estudos Culturais, investigou-se o poder educativo da cultura popular negra, do samba no ensino de História. O samba-enredo de enaltecimento a Dom Obá II D’ África foi analisado no capítulo 2 do trabalho: “O samba (en)canta a África e o povo negro nos 500 anos do Brasil” (SILVA, 2019; SILVA, 2018). A biografia, a trajetória de vida de Cândido da Fonseca Galvão, Dom Obá II D’ África, já havia sido analisada por Eduardo Silva, quando este realizou o Doutorado. Silva lançou o livro *D’ Obá II D’ África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor* (1997). Essa publicação teve sua primeira edição em 1993 (SILVA, 1997).

escravos (2006), do Arquivo Público do Paraná, que apresentou um acervo documental que possibilita o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a História Regional e local, ou seja, dando visibilidade a História negra no sul do Brasil, a História do Paraná.

- a experiência profissional como professora ao longo desses anos na Educação Superior: em faculdades como a FAFIMAN, nos cursos de História e Direito, e FAFIJAN, nos cursos de Pedagogia, Letras e Administração; na universidade UEM, nos cursos de graduação - licenciatura em História (presencial) e Pedagogia EAD; e na Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, com a disciplina “Educação e relações étnico-raciais”, carga horária 60 horas, nos cursos de graduação: Pedagogia, Ciências Sociais - licenciatura e bacharelado, Geografia - licenciatura e bacharelado, Física, Matemática, tendo estudantes dos cursos de graduação em História e Ciências Biológicas (licenciaturas) que se matricularam nessa disciplina de formação pedagógica.

- os estudos no Doutorado em História na linha de pesquisa “História Política” me impulsionaram a (re)pensar a pesquisa e o ensino da História negra na História do Brasil e do Paraná.

- a participação em eventos científicos, tais como o I Seminário Internacional de Cultura Digital e Educação - Siced, em julho de 2020, organizado pelo NEAD - Núcleo de Educação à Distância, UEM, e no XVII Encontro Regional de História da Anpuh-PR, II Encontro do ProfHistória UEM e XXIV Semana de História - DHI - UEM, versando acerca do “Futuro do futuro do ensino de História”, em novembro de 2020, na UEM;

- a realização de cursos de extensão organizados pelo NEAD-UEM, como “Ambientação na Plataforma *Moodle*: Instruções Técnicas e Pedagógicas”, com carga horária de 50 horas, “As tecnologias educacionais e a preparação de aulas em modo remoto”, com carga horária de 30 (trinta) horas, e “*Google Classroom* para professores: instruções técnicas e pedagógicas”, com carga horária de 40 (quarenta) horas, ambos possibilitaram aprender a organização de disciplinas no *Classroom*, disponibilização de textos de estudo e material de apoio (audiovisuais, podcast, entrevistas, reportagens), a organização e a gravação de videoaulas, fomentando a formação continuada de professoras e professores, e da comunidade acadêmica para o (re)pensar da Educação Superior no contexto da pandemia da COVID-19 e

do ensino remoto emergencial (ERE), iniciado em 17 de agosto de 2020, ano acadêmico de 2020, na UEM, conforme a Resolução n. 6/2020 - CEP, jul. 2020. Além disso, em tempos de ERE, na UEM, ano acadêmico de 2020, ministrar as disciplinas: “Tópicos Especiais de História da África II”, optativa, com carga horária de 68 horas; “História do Paraná I”, semestral, com 68 horas; Estágio Curricular Supervisionado I, anual, com 200 horas e Estágio Curricular Supervisionado II, anual, com 280 horas, me incentivaram a cada vez mais a disponibilizar textos e material de apoio, como audiovisuais: vídeos de divulgação científica, documentários, filmes, músicas, reportagens no ensino de História, ao organizar os tópicos de estudo no *Google Classroom* - UEM.

- a experiência e o aprendizado ao trabalhar com a professora Dra. Márcia Elisa Teté Ramos, ao lecionar a disciplina “História e Metodologia do Ensino”, para o curso de graduação, licenciatura Pedagogia EAD, turma n.5, via Moodle, NEAD - UEM, no 1º semestre de 2021.

- a educação familiar de minha prole, eu fiz a apresentação da escritora negra Carolina Maria de Jesus em casa, pois meu filho Inácio Captuleio de Souza Pinto iria ler *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), uma das leituras obrigatórias de um dos bimestres do ano letivo de 2020, no 9º ano do Ensino Fundamental II, da Educação Básica, no Colégio Santo Inácio, em Maringá - PR. Com Inacinho e minha filha Vitória falei sobre Carolina Maria de Jesus, o contexto histórico que ela escreveu e destaquei que o livro dela foi proibido na Ditadura Militar (1964-1985), porque denunciava as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão do povo negro favelado, brasileiro. Depois, nós acessamos o *YouTube*, uma das produções do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004), o vídeo de divulgação científica sobre Carolina Maria de Jesus, apresentado pela atriz negra Ruth de Souza. Assim, nós conversamos sobre Carolina Maria de Jesus e suas escrituras. Eles gostaram desse audiovisual e puderam conhecer um pouco mais sobre a História do povo negro, das mulheres negras no Brasil.

- a realização de outros cursos de formação docente continuada, contemplando personalidades negras, as mulheres, as mulheres negras, como: “As

pensadoras negras brasileiras” - 1ª edição (2020)⁵ e 2ª edição (2021)⁶, com carga horária de 20 (vinte) horas cada um, organizado pela escola “As Pensadoras”; curso “Mulheres, racismo e política”, com carga horária de 20 (vinte) horas, e outros minicursos “Frida Khalo: vida obra e legado” (2020), “Nina Simone: vida, obra e legado” (2020), “Lélia Gonzalez: vida, obra e legado” (2021), “Hannah Arendt: vida, obra e legado” (2021), “Oficina de turbante” (2021), “Carolina Maria de Jesus: vida, obra e legado” (2021), “Sueli Carneiro: vida, obra e legado” (2021), entre outros, cada um com carga horária de 8 (oito) horas e organizados pelo Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez, sob coordenação da professora Dra. Amanda Motta Castro.

- outras atividades me incentivaram a (re)pensar as possibilidades da abordagem da História Política, estabelecendo o diálogo com a historiografia, a análise de biografias de personalidades negras com outras fontes históricas como audiovisuais - os vídeos de divulgação científica, a música e a literatura afro-brasileira. Por exemplo: as publicações com o professor-orientador Angelo Priori, o livro *Ensino de História, diversidade e Educação Antirracista* (2020) e dos artigos “História Política, Movimento Negro e Feminismo negro: ‘#Marielle semente’, as mulheres negras na política”, do Dossiê Marielle Franco Presente!, edição especial (2021) e “#Marielle Semente” (“#Marielle Seed”), *black women in politics*” do Dossiê *Making the colonial flee: Southern Cosmopolitanism in Critical* (2022), ambos pela da *Revista Sul-Sul*; a coordenação do Simpósio Temático (ST 81) “História Política, ‘escrevivências’ do Movimento Negro, dos Feminismos negro e plurais: por um ensino de História antirracista e decolonial” e o minicurso “O samba-enredo, a Arte carnavalesca e a literatura negra no ensino de História: ‘escrevivências’ afro-brasileiras cantam mulheres negras”, ambos no evento científico da ANPUH nacional *online*, em julho 2021; e o convite do Grupo de Lélia González para eu ministrar os minicursos “Maria Beatriz Nascimento: vida, obra e legado”, em maio 2021, e “História Política, Movimento Negro e mulheres”, em julho 2021.

⁵ Na 1ª edição do curso “As pensadoras negras brasileiras” (2020) foram realizados estudos sobre Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Carolina Maria de Jesus, Maria Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e Marielle Franco.

⁶ Na 2ª edição do curso “As pensadoras” (2021), estudou-se mulheres negras brasileiras e latino-americanas: Maria Firmina dos Reis, Vitoria Santa Cruz, Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza e Mara Viveros-Vigoya.

- a participação como pesquisadora integrante dos grupos de pesquisa do CNPq: “Brasil Contemporâneo” - UEM, líder Dr. Angelo Aparecido Priori; “Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez” - FURG, líder Dra. Amanda Motta Castro; e “Educação, mídia e Estudos Culturais” - UEM, líder Dra. Teresa Kazuko Teruya.

- o resultado das Eleições municipais - 2020, no sul do Brasil, na capital do Paraná, Curitiba: depois de 327 anos de fundação desta cidade⁷, houve a eleição de três vereadores negros, Herivelto Oliveira (Cidadania), jornalista, Renato Freitas (PT), formado em Direito, e Carol Dartora (PT), professora, formada em História, mestra em Educação, a primeira mulher negra eleita vereadora em uma cidade com mais de trezentos anos de fundação. Esse fato histórico, ou seja, a eleição de três vereadores negros e da primeira mulher negra para Câmara municipal curitibana, foi amplamente publicizado na mídia, reacendendo a atenção e o debate público para a História negra no Paraná e o racismo estrutural (SILVA, PRIORI, 2021; SILVA, 2021; RPC TV, 2020).

- a prestação de serviço como professora-pesquisadora e historiadora a Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, a convite de Daniel Ribeiro, Diretor de Cultura, em Conceição do Mato Dentro - Minas Gerais, ao participar da I Semana da Igualdade Étnico-Racial “Educação e Política para a Igualdade Racial” e ministrar o curso presencial “Ensino, História Política, Estudos Culturais, Movimento Negro, Mulheres e Feminismo Negro” durante três dias, 16, 17 e 18 de novembro de 2021, no período noturno, das 19:00h às 22:00h, tendo como público alvo funcionários municipais, professores e professoras, moradores da cidade, enfim a comunidade em geral.

- a História Política do Paraná, pois em 2022, o vereador Renato Freitas (PT/PR), jovem negro e *black power*, teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de Curitiba - PR que alegou a “justificativa” de “quebra” de decoro parlamentar (uma “invasão” ao espaço sagrado) por ele e outros populares entrarem na igreja católica Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em 05 de fevereiro de 2022, participando do protesto antirracista organizado pelo Coletivo Núcleo Periférico, que clamava por justiça, devido aos assassinatos de homens negros, o congolês Moïse Kabagambe e o brasileiro Durval Teófilo Filho. A Igreja Nossa

⁷ Em 29 de março de 2021, a cidade de Curitiba completou 328 anos de existência.

Senhora do Rosário dos Pretos é um dos símbolos da resistência negra no sul do Brasil, foi construída por mãos negras em Curitiba, no período colonial, inaugurada em 1737 e frequentada pelo povo negro, nos tempos da escravização negra, discriminação e racismo. O protesto antirracista nessa igreja representou a denúncia do racismo estrutural e cotidiano em nosso país, e da violência racial que atinge os corpos negros e leva a óbitos na contemporaneidade. Durante o desenvolvimento desse processo de cassação, Renato Freitas recebeu ameaças e e-mail atribuído ao relator do processo, vereador Sidnei Toaldo (Patriotas), que buscou o insultar chamando de “‘negrinho’ [...] que ele devia ir ‘de volta à senzala’ e que ‘vamos branquear Curitiba e a região Sul, queira você ou não’” (CONTRAFUCUT, 2022, p. 1). Embora a existência da campanha nas redes sociais “#RenatoFica” e recursos do advogado de defesa, a Câmara Municipal curitibana realizou duas votações e cassou os direitos políticos do vereador Renato Freitas, em 2022. Durante o processo de cassação dos direitos políticos do vereador Renato Freitas (PT), Carol Dartora (PT) deu apoio para que o parlamentar não fosse cassado, discursou na Câmara Municipal de Curitiba e votou contra essa arbitrariedade. Ver postagens no *Instagram*: @caroldartora13. Posteriormente, em setembro desse corrente ano, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu os direitos políticos de Renato Freitas e reconheceu que este foi alvo de racismo estrutural. Assim, na Eleição de 2022, em 02 de outubro, Renato Freitas (PT) foi eleito deputado estadual e Carol Dartora (PT) foi eleita a primeira mulher negra deputada federal do estado do Paraná (TSE, Eleição 2022; STF, 2022; CONTRAFUCUT, 2022). A eleição de Carol Dartora como deputada federal e de Renato Freitas como deputado estadual é um fato muito relevante para a História Política do Paraná, principalmente por desmontar um pouco a tese de um “Paraná branco”.

- a História Política brasileira, visto que 2022 foi o ano do bicentenário de nascimento da escritora negra e abolicionista Maria Firmina dos Reis (1822-2022), porém em 11 de março, o Estado brasileiro não teve nenhuma prática política de celebração da memória dessa personalidade negra. Nesse ano, também se data o centenário da Semana de Arte Moderna (1922-2022), onde artistas fizeram a redescoberta do povo brasileiro, valorizando a diversidade étnico-racial, enquanto o Estado brasileiro desejava o branqueamento do povo brasileiro, uma “estratégia de

genocídio” (NASCIMENTO, 2017, p. 83) do negro. Ainda, em 2022, o Estado brasileiro, representado pelo governo Bolsonaro, apenas promoveu o enaltecimento da Independência do Brasil (1822-2022), da História da nação na perspectiva da História Política Tradicional e Positivista, propalando narrativas coloniais. O governo Bolsonaro utilizou recursos financeiros públicos para o empréstimo do coração embalsamado de D. Pedro do governo de Portugal, enquanto aqui no Brasil milhares de pessoas estavam e estão em situação de vulnerabilidade e passam fome. O coração embalsamado de D. Pedro I chegou ao Brasil em 22 de agosto do corrente ano, a Força Aérea Brasileira (FAB) fez o traslado do órgão Portugal-Brasil, este foi recebido com honrarias de chefe de Estado pelo presidente Bolsonaro e outras autoridades políticas, no Planalto, no Distrito Federal, em Brasília. O coração embalsamado do ex-imperador do Brasil, D. Pedro I, permaneceu na exposição do Itamaraty até as festividades de 07 de setembro, posteriormente foi devolvido ao governo de Portugal⁸. Assim, o Estado brasileiro reafirmou as narrativas coloniais acerca da História do Brasil, que deram e dão visibilidade aos “grandes homens” e silenciam outros grupos sociais, como negros, indígenas, mulheres, mulheres negras, pobres, trabalhadores e trabalhadoras, entre outros sujeitos comuns. Por exemplo, os caboclos e as caboclas de 02 de julho, indígenas, negros, populares, mulheres como Maria Quitéria de Jesus (que se trajou como “homem-soldado” e posteriormente foi condecorada por D. Pedro I), Joana Angélica, Maria Felipa⁹, entre outros sujeitos anônimos que resistiram, lutaram e expulsaram as tropas portuguesas de Salvador - Bahia, em 1823, reafirmando a Independência do Brasil. Por isso, celebra-se a Independência do Brasil na Bahia, em 02 de julho de cada

⁸ Ver as reportagens sobre as solenidades relativas à comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil: “Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil para Bicentenário da Independência” por Léo Lopes e Luciana Amaral, CNN Brasil, 22 de agosto de 2022; e “Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil para Bicentenário da Independência” por Leandro Martins, Agência Brasil, 22 de agosto de 2022.

⁹ A Independência do Brasil na Bahia é celebrada em 02 de julho de cada ano. Os caboclos e as caboclas, ou seja, os indígenas, negros, populares, as mulheres como Joana Angélica, Maria Quitéria e Maria Felipa resistiram bravamente às tropas portuguesas na Bahia, em 1823. Maria Felipa, mulher negra, nascida na ilha de Itaparica, em Salvador - Bahia, ela liderou mulheres populares nessa luta pela reafirmação da Independência do Brasil. Por meio de uma emboscada essas mulheres atraíram soldados das tropas portuguesas num “jogo” de “sedução”, dando uma grande surra com cansação. Em 1823, a resistência e a luta dos caboclos de julho possibilitaram a expulsão das tropas portuguesas de terras brasileiras (SCHWARCZ, 2022; ARRAES, 2017; OSÓRIO, 1979). Por isso, é importante o estudo de biografias de pessoas negras, mulheres, e mulheres negras, visto que outras histórias importam no Bicentenário da Independência do Brasil (1822 - 2022), na História do Brasil.

ano (GUERRA FILHO 2022; ARRAES, 2017; OSÓRIO, 1979). Assim, constata-se que o governo Bolsonaro ignorou a oportunidade de “celebrar” a Independência do Brasil, ou seja, a História nacional e regional, a História Política, dando visibilidade ao povo brasileiro e nordestino em sua diversidade étnico-racial e de gênero. Dito isso, pode-se ressaltar que na contemporaneidade, seguem as disputas de narrativas e memórias sobre a História negra e História Política.

Tudo isso me instigou ainda mais a realizar essa pesquisa, visando a construção de caminhos para a “descolonização do conhecimento acadêmico” (KILOMBA, 2019, p. 59) e a desconstrução de narrativas coloniais baseadas no paradigma tradicional, ocidental e eurocêntrico.

Por isso, é relevante o estudo da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as, as biografias destes/as e as escriturais firminiana, estabelecendo diálogos interseccionais acerca de raça, gênero e classe com a historiografia, ancorando-se na Nova História Política, nas epistemologias do Sul, com destaque as epistemologias negras.

Nesse sentido, ao longo desse trabalho estarão em evidência os estudos de intelectuais negras feministas afro-diaspóricas e africana: afro-brasileiras, Lélia Gonzalez, Maria Beatriz Nascimento, Helena Theodoro, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo e Djamila Ribeiro; afro-americanas como Angela Davis e *bell hooks*; africana/afro-diaspórica, tais como Chimamanda Ngozi Adichie e Grada Kilomba. Esse trabalho está organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, propõe-se (re)pensar a História Política brasileira, as lutas, as conquistas e os desafios do movimento negro e das mulheres negras, as disputas de narrativas, o processo de formação da opinião pública e as políticas de memória sobre a História negra, em diversos contextos históricos.

O segundo capítulo versa sobre a biografia de Maria Firmina dos Reis, apresenta sua trajetória de vida e como se deu o processo de formação da opinião pública acerca dessa escritora e difusão de narrativas nos vídeos de divulgação científica “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro de Hewerton Souza, no canal de Hewerton Souza, e “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), no canal de Lili Schwarcz, ambos disponíveis no *Youtube*.

Nesse capítulo, também se analisou as escrevivências firminiana no romance *Úrsula* (1859), com base nos estudos da escritora Conceição Evaristo, dialogando com a historiografia e as epistemologias negras.

Quanto ao terceiro capítulo, fez-se a análise das escrevivências firminiana nos poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai em *Cantos à beira-mar* (1871), pondo em evidência a História do Paraná, principalmente a presença negra na guerra platina, em tempos de luta pela liberdade no Brasil, ao analisar documentos do Arquivo Público do Paraná.

No quarto e último capítulo, estarão em tela às biografias de abolicionistas negros/as Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio, a análise da opinião pública acerca da História negra nos vídeos de divulgação científica, dos “Programas Heróis de Todo Mundo”, do “Projeto Pedagógico A cor da cultura” (2004), como também as escrevivências firminiana no conto *A escrava* (1887), um dos símbolos do movimento abolicionista no Brasil oitocentista.

Posteriormente, serão tecidas as considerações finais.

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA POLÍTICA, O POVO NEGRO E AS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: POR OUTRAS EPISTEMOLOGIAS

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar,
A História que a História não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento.
Tem sangue retinto, pisado
Atrás do herói emoldurado.
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um País que não tá no retrato [...]

Brasil chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles e malês [...].

História para ninar gente grande (2019)
Estação Primeira de Mangueira

No século XXI, no Brasil contemporâneo, no carnaval carioca de 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira com o enredo, o samba-enredo e a Arte carnavalesca questionou a História oficial do Brasil, ou seja, a narrativa tradicional ancorada no paradigma ocidental e eurocêntrico, que historicamente deu visibilidade a elite, aos “grandes homens” e invisibilizou indígenas, negros, mulheres, mulheres negras, crianças, pobres, entre outros grupos oprimidos e movimentos sociais.

Em 2019, na festa do carnaval, a Verde Rosa interpelou o público da Sapucaí, os amantes do samba e a sociedade acerca das narrativas coloniais da História do Brasil, ensinada nos livros didáticos, nas escolas, nos espaços públicos, nos monumentos históricos e nos retratos de personalidades representadas em quadros, museus, entre outros. O enredo “História para ninar gente grande”, estava sob

coordenação do carnavalesco Leandro Vieira e o samba-enredo foi composto por Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Rnie Oliveira e Danilo Firmino, tendo como intérprete Marquinho Art' Samba (VIEIRA, 2019).

Assim, a Mangueira com o enredo, o samba-enredo e a Arte carnavalesca apresentou outros olhares para a História do Brasil, ou seja, narrativas anticoloniais e decoloniais, dando visibilidade aos indígenas, ao povo negro, as mulheres, principalmente as mulheres negras, tais como Maria Felipa, Esperança Garcia, Luiza Mahin, Marielle Franco, entre outras.

Desta maneira, constata-se que a História do Brasil, do povo negro e das mulheres negras não se aprende apenas na escola e nas Instituições de Ensino Superior (IES), mas também em outros espaços da vida social, como nas escolas de samba na festa do carnaval, outras organizações e coletivos negros.

1.1 A História Política na perspectiva das epistemologias do Sul

No século XIX, após a Independência do Brasil, houve a manutenção da escravização do povo negro, a concentração do latifúndio nas mãos da elite agrária, a continuidade da usurpação das terras dos povos originários e as mulheres em sua diversidade étnico-racial eram excluídas da participação no parlamento, ou seja, da política institucional. Naquela sociedade patriarcal, escravagista, racista e machista, as mulheres brancas da elite estavam em “melhores” condições, por serem as senhoras da casa-grande, servidas por mulheres negras escravizadas.

Nesse contexto de construção da História da nação, a História foi se constituindo enquanto disciplina, destacando - se a Historiografia Tradicional, o Positivismo, distinguindo-se das Ciências Naturais. No âmbito da Historiografia Tradicional, a Escola metódica, a narrativa da História centrava-se nos documentos escritos oficiais, os historiadores expressavam um fetichismo em relação às fontes escritas e davam ênfase a História Política dos “grandes homens” (CARDOSO, 1982).

A narrativa da História Política tradicional centrava-se nos “grandes homens”, oriundos da elite, que dominavam o espaço público, a política, o Estado e suas instituições. Assim, as mulheres brancas da elite e/ou pobres, mulheres indígenas,

negras e mestiças, os sujeitos históricos anônimos e sem cabedal eram invisibilizados nos estudos históricos.

Por muito tempo os historiadores da História Política tradicional privilegiaram a história dos “grandes homens”, que compunham a esfera do Estado, do poder e das disputas por conquistas e/ou de conservação, das instituições e das revoluções que o transformavam; e os vestígios escritos (RÉMOND, 2003).

Na Historiografia Tradicional o Estado é objeto de análise da produção histórica. Isso significou a hegemonia da História Política no âmbito dos estudos históricos. Disso decorre a afirmação de que “no século XIX, o poder é sempre poder do Estado e suas instituições, aparelhos, dirigentes; os acontecimentos políticos são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores” (FALCON, 1997, p. 65).

Até as primeiras décadas do século XX, a História Política tradicional foi predominante, na História-narração os historiadores e as historiadoras privilegiavam os nomes de pessoas de destaque da esfera do Estado e suas instituições, silenciando-se outros sujeitos sociais e anônimos.

Em 1929, na França, com os *Annales*, a Historiografia Tradicional foi alvo de fortes críticas. Os historiadores propuseram uma História-problema contrapondo-se a História-narração, ampliaram a concepção de documento e afirmaram que tudo é documento, ou seja, todos os tipos de documentos disponíveis - todos os vestígios da atividade humana. Além disso, eles ressaltaram também a construção de temporalidades múltiplas, sem limitar o historiador ao tempo linear e cronológico (CARDOSO, 1982).

Naquele contexto histórico a História Política tradicional foi veementemente criticada, visto à ênfase aos feitos dos “grandes homens”. Com os *Annales* e a renovação da História Política, outros atores sociais entraram em cena nos estudos históricos, possibilitando novas abordagens, novos objetos, novas fontes e metodologias na pesquisa científica.

A Nova História abriu caminhos para novas abordagens, novos objetos, novos temas, como: “os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas” (FALCON, 1997, p.75).

Esses temas eram pouco frequentados pelos historiadores da Historiografia tradicional. Nos anos de 1970, a Historiografia política passou a enfatizar que o poder não se limita ao Estado, e que os poderes estão em diversos espaços da vida social, como explicitou Michel Foucault em *Microfísica do poder*. Isso revolucionou o olhar dos historiadores para a História Política. Assim, considerando-se que os poderes estão no cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, outros espaços históricos pouco conhecidos dos historiadores se tornaram objetos de análise: “família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas, etc” (FALCON, 1997, p. 75).

Segundo o historiador francês Jacques Julliard (1976, 181) embora às críticas dos *Annales* a História Política Tradicional, a política faz parte da História humana, ou seja, a “história política pereceu, vítima de suas más amigadas. Ela não desapareceu” (JULLIARD, 1976, p. 181).

A renovação da História Política se deu na segunda metade do século XX, principalmente após II Guerra Mundial, e diferentes fatos contribuíram para isso: o desenvolvimento científico e tecnológico propiciou o avanço dos meios de comunicação e informação, tornando políticos diversos acontecimentos e tendo repercussão pública na vida social; as revoluções de massas e as programações de grandes setores da atividade social conduziram a uma nova concepção de política; e, além disso, os historiadores tiveram e estão tendo contato com outras áreas de conhecimento, como a ciência política, interessando-se pelas conquistas da economia política, da demografia, da linguística, da psicanálise, entre outras (JULLIARD, 1976).

A Nova História Política não descartou os estudos tradicionais, como partidos, eleições, guerras e/ou biografias. Porém, possibilitou uma nova perspectiva nos estudos históricos, tais como a análise de novos objetos, por exemplo: a opinião pública, a mídia e o discurso (RÉMOND, 2003).

Os estudos de René Rémond permitiram a introdução na História Política “de uma dialética da continuidade e da transformação, da estrutura e da conjuntura,

dialética que faltava até aqui” (JULLIARD, 1976, p.185). Desta maneira, os historiadores da Nova História Política devem estar atentos “ao longo prazo, quer dizer, encarar a temporalidade em que trabalha sob o ângulo da permanência, e não apenas, da mudança” (JULLIARD, 1976, p. 186).

O universo político está inserido no social, analisado em uma perspectiva de longa duração, as transformações/mudanças e/ou permanências, as semelhanças e as diferenças na vida social humana. Isso possibilitou a renovação da História Política, para o estudo da política, das relações desta e dos poderes, da opinião pública, a redescoberta do gênero biográfico, para além da esfera do Estado, permitindo novas abordagens e novos objetos de análise.

Desta maneira, essa pesquisa científica insere-se no contexto de renovação da História Política, tendo como referencial teórico a Nova História Política, objetiva-se revisitar a História do Brasil Imperial, relacionando-a com a História regional, ao analisar a opinião pública acerca dos/as abolicionistas negros/as e das/nas escrituras firmianas na defesa da liberdade do povo negro e daqueles que foram lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870).

Na perspectiva da História Política Tradicional, quando se estuda a Guerra do Paraguai, há uma grande ênfase e apologia a História militar e dos comandantes militares, como Duque de Caxias, em detrimento da população negra. Sendo assim, propõe-se apresentar outros olhares para História Política do Brasil Imperial, ao estudar a História do Paraná e dar visibilidade a História, cultura afro-brasileira e africana no sul do Brasil, como dispõem as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008.

Alguns estudos já deram visibilidade a presença de africanos e seus descendentes, à população negra no Sul do Brasil, como os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (1962), de Octávio Ianni em *As metamorfoses do escravo* (1962), de Sebastião Ferrarini em *A escravidão negra na Província do Paraná* (1971), de Márcia Elisa de Campos Graf em *População escrava da Província do Paraná, a partir das listas de classificação para emancipação. 1873-1886* (1974), de Horário Gutiérrez em *Crioulos e africanos no Paraná 1798-1830* publicado na *Revista Brasileira de História* (1988, p. 161-188), de Eduardo Spiller

Pena em *O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial* (1999), de Jeruse Maria Brandão (coord.) em *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira - Africanidades catarinenses* (2009) e de Marcilene Garcia de Souza (coord.) em *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira - Africanidades paranaenses* (2011), de Fernando Franco Neto em *Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850/1880)* (2011); e a participação da Província do Paraná na Guerra do Paraguai, como o estudo de David Carneiro em *O Paraná na Guerra do Paraguai* (1995) que deu ênfase a “História do Paraná militar” e as expedições dos voluntários paranaenses, por meio da análise do jornal *19 de dezembro*, as publicações deste durante o período da Guerra do Paraguai.

Ao vislumbrar esses estudos, entre outros, nesta pesquisa científica propõe-se ampliar os estudos acerca da História negra no sul do Brasil, na História do Paraná, (re)pensando a Guerra do Paraguai, para além da história militar, das expedições e de seus comandantes. Diante disso, destaca-se a relevância da análise dos poemas de *Cantos à beira-mar* (1871) dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na guerra, dando visibilidade a história regional, a História do Paraná provincial, aos negros que receberam a liberdade condicionada ao serviço militar na Guerra da Tríplice Aliança. Por isso, será analisada a documentação da Província do Paraná relativa a esse período do conflito bélico, do acervo do Arquivo Público do Paraná.

Segundo Renato Carneiro Jr. (2005, p. 7) a presença do negro na história paranaense foi muitas vezes negada, pela elite e pessoas que adotavam uma postura de superioridade em relação a esta população. Desde a sociedade dos oitocentos às primeiras décadas do século XX, alguns intelectuais defendiam o “branqueamento” do povo brasileiro, a fim de eliminar a “mancha negra” (NASCIMENTO, 2017, p. 86).

Assim, a elite que se apoderou da esfera do Estado incentivou a imigração para a substituição do trabalho escravizado e branquear a população brasileira de geração a geração, como também a deportação de africanos libertos e seus descendentes, ou seja, de negros para o continente de origem, a África,

principalmente após a Revolta dos Malês, em 1835, em Salvador - Bahia (NASCIMENTO, 2017; GURAN, 2000; REIS, SILVA, 1989).

No século XIX e início do século XX, a política de branqueamento da população brasileira fazia parte da mentalidade da elite, devido às teorias raciais que concebiam as populações não brancas como “raças degenerativas”. Para os teóricos daquela época, “o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado, quase que imediato, de sua conformação racial pura” (SCHWARCZ, 1993, p. 61).

Assim, indígenas e negros eram concebidos como “raças degenerativas”. Por isso, historicamente eles foram relegados à exclusão social, sendo alvos de práticas de preconceito e de discriminação. Em contrapartida, havia a narrativa de enaltecimento as raízes do colonizador europeu, a população branca, e posteriormente aos descendentes de imigrantes de diferentes nacionalidades que vieram para o Brasil, principalmente, a partir do século XIX com a política governamental de incentivo à imigração.

O Brasil desde seus primórdios foi constituído pela diversidade étnico-racial, cultural e social. O Paraná é fruto disso, por isso o atual estado é multicultural, forjou-se a partir do encontro de diferentes etnias, povos com histórias e práticas culturais múltiplas: populações indígenas, “colonizadores” espanhóis e portugueses, africanos e seus descendentes, imigrantes de diversas nacionalidades, e migrantes de várias regiões do Brasil.

Esse encontro de povos e culturas, que ocorreu a partir da chegada de europeus à América no século XV, não foi harmonioso, visto que as populações indígenas, africanas e seus descendentes resistiram às imposições coloniais, principalmente a escravização. Diante disso, é primordial revisitar a História do Paraná, dando visibilidade aos africanos, enfim, a população negra no sul do Brasil, as epistemologias do Sul, ou seja, aos conhecimentos e saberes, as lutas políticas e sociais de grupos oprimidos.

O termo epistemologia tem origem no grego, *episteme* significa conhecimento, e *logos* significa ciência, ou seja, é a “ciência da aquisição do conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 54). Depreende-se por epistemologias do Sul como o universo teórico, metodológico e pedagógico que questiona o paradigma

ocidental e eurocêntrico. As epistemologias do Sul fazem alusão “a produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistências de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado” (SANTOS, 2019, p. 17). Além dessas formas de opressão, no mundo contemporâneo existem outras, como o racismo, a xenofobia, a islamofobia, a homofobia, etc. (SANTOS, 2019).

As epistemologias do Sul se referem aos conhecimentos e saberes que surgem no contexto das lutas sociais e políticas dos grupos oprimidos, que representam o mundo, a partir de suas vivências, lutas, resistências e (re)existências (SANTOS, 2019; SANTOS, 2010).

As epistemologias do Sul se opõem às epistemologias do Norte. As epistemologias do Norte oriundas da Europa e/ou dos Estados Unidos se disseminaram em diferentes regiões do mundo, como nos continentes da África, da América, da Ásia e da Oceania. As epistemologias do Norte dão visibilidade e valorizam o paradigma ocidental e eurocêntrico, silenciando as pessoas e os grupos sociais oprimidos. Por isso, no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, principalmente nos últimos quarenta anos, os povos que sofreram mais violentamente com o epistemicídio provocado pela Ciência moderna, pela “modernidade/colonialidade” (BERNARDINO-COSTA, MALDONATO TORRES, GROSGOUEL, 2019, p. 16), têm impulsionado as epistemologias do Sul (SANTOS, 2019; BERNARDINO-COSTA, MALDONATO TORRES, GROSGOUEL, 2019).

Na perspectiva das epistemologias do Sul é primordial o questionamento do paradigma ocidental e eurocêntrico, ou seja, a epistemologia dominante, combatendo o “epistemicídio” (SANTOS, 2019, p. 27) e promovendo a “descolonização” (GOMES, 2019, p. 225) da mente, da política, da cultura, do currículo escolar e do conhecimento (SANTOS, 2019; GOMES, 2019).

Assim, será possível promover uma ruptura epistemológica, dando visibilidade às lutas sociais e políticas de grupos oprimidos, aos conhecimentos e saberes oriundos das práticas de resistência e reexistência, valorizando a “pluralidade epistemológica do mundo” (SANTOS, MENESES, 2010, p. 18).

Com base na Nova História Política, das epistemologias do Sul, especificamente das epistemologias negras, visa-se (re)pensar a História negra no Brasil oitocentista e no Paraná. O estudo e a análise da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as, as biografias destes/as, ou seja, as trajetórias de vidas de Maria Firmina dos Reis e suas escrituras, Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio dão visibilidade às práticas de resistência e ao protagonismo negro na luta pela liberdade, e conseqüentemente a desconstrução de narrativas coloniais.

No século XIX, na perspectiva da Historiografia Tradicional e positivista, ancorada no paradigma eurocêntrico, os estudos históricos valorizavam a biografia¹⁰ de grandes líderes políticos, militares e religiosos dos registros/documentos oficiais, ou seja, os “grandes homens”, geralmente brancos e da elite, favorecendo a invisibilização de outros grupos sociais.

Na ordem da burguesia oitocentista, os autorretratos, os diários, as memórias, os romances, as autobiografias e as biografias davam ênfase às ações individuais dos “grandes homens”, cumprindo uma função “pedagógica, cívica e patriótica das nações em construção” (SCHMIDT, 2012, p. 191). A escrita biográfica se vinculava ao regime de historicidade da história *magistra vitae*, visando “estimular nos leitores a imitação das ações dos ‘grandes homens’ do passado” (SCHMIDT, 2012, p. 200).

É relevante ressaltar que desde o seu surgimento na Antiguidade Clássica, o gênero biográfico, a biografia se orientou pelo regime de historicidade passadista, remontando Cícero a “História mestra da vida” (SCHMIDT, 2018, p. 18), ou seja, as narrativas biográficas de pessoas de vidas passadas eram concebidas como exemplos (virtudes) e/ou contraexemplos (vícios) para outras pessoas do presente. O indivíduo era visto como uma fonte de inspiração e objeto de reflexão. Assim, a narrativa biográfica de vidas passadas era “um instrumento pedagógico para formar cidadãos” (SCHMIDT, 2018, p. 19).

¹⁰ No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o termo biografia apareceu registrado nos dicionários europeus: em 1683, *biography*, em inglês; em 1709, *biographie*, em alemão; e em 1755, *biographie*, em francês. O século XIX foi marcado pelo debate sobre o indivíduo na história, repercutindo nos caminhos do gênero biográfico (SCHMIDT, 2012).

No século XX, principalmente após o movimento da Escola dos *Annales*, em 1929, que questionou a Historiografia Tradicional e Positivista, propondo a história-problema, novas abordagens e novos objetos foram valorizados. A revolução documental propiciou a valorização de vestígios humanos plurais, ou seja, os documentos de diversos sujeitos históricos (e não apenas os documentos oficiais do Estado e de suas instituições), possibilitando repensar a pesquisa, os estudos históricos e a escrita da História em uma perspectiva de longa duração. Desta maneira, desde a década de 1980, constata-se a redescoberta do gênero biográfico. Nos anos de 1990, a biografia se impôs “como forma legítima de se escrever e de se compreender a História” (SCHMIDT, 2012, p. 192).

No campo da pesquisa e dos estudos históricos, a biografia é uma forma de escrita da história como também de se compreender a História, ou seja, como o indivíduo e as pessoas viveram, quais dilemas e lutas enfrentaram em determinado contexto histórico e tempo.

Na contemporaneidade, segundo Benito Bisso Schmidt com a “volta’ da biografia” (SCHMIDT, 2018, p. 21), o estudo biográfico possibilita o conhecimento de pessoas tanto “ilustres” como comuns, ocorrendo a democratização da biografia e dessacralização do “panteão de heróis” constituídos pela Historiografia Tradicional e Positivista. Assim, distanciaram-se as pessoas do ideal de heróis e heroínas, visando a compreensão de como homens e mulheres em sua diversidade étnico-racial e social viveram, lutaram, contestaram formas de opressão, em diversos contextos históricos:

A chamada “volta” da biografia ao campo do conhecimento histórico, [...] trouxe o indivíduo não como herói, mas como um “pequeno grande homem” capaz de nos inspirar não a imitá-lo, mas a admirar as brechas de liberdade que cavava mesmo quando inserido em sistemas normativos extremamente opressivos [...] (SCHMIDT, 2018, p. 21).

Assim, os estudos biográficos, as narrativas biográficas nos possibilitam compreender os contextos sociais em que viveram e/ou vivem o indivíduo, as pessoas enfocadas, como construíram brechas para lutar contra sistemas normativos de opressão, ou seja, como lutaram e deram “respostas” às suas inquietações. Por exemplo: Quais práticas de resistência e lutas os homens negros, as mulheres negras escravizados e/ou livres empreenderam contra as múltiplas

formas de opressão: a escravidão, o racismo, o patriarcado, o machismo, entre outras?

Nos estudos da biografia histórica algumas questões teórico-metodológicas são relevantes: Por que biografar esse indivíduo? Quais dimensões do passado são possíveis conhecer ao pesquisar/biografar determinada pessoa? Quais as contribuições da biografia do indivíduo para o conhecimento histórico? A escolha de uma trajetória de vida, ou seja, a biografia de uma pessoa possibilitará o conhecimento histórico do passado e/ou do presente ao se relacionar o indivíduo com a sociedade. Assim, pode-se afirmar que a biografia é um modo de escrita da História como também uma forma de a compreender (SCHMIDT, 2012; LEVILLAIN, 2003). A biografia histórica de uma pessoa é uma via de acesso a outras épocas e “pode servir de representação da história coletiva” (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

No Brasil contemporâneo, em decorrência do ensino de História ainda tradicional e eurocêntrico, muitas crianças, jovens e adultos, negros e de outra origem étnico-racial, estudam e se formam sem o conhecimento de diversas biografias de personalidades negras, ou seja, de homens negros e mulheres negras na História do Brasil, que com outros povos construíram o atual país com trabalho, lutas, práticas políticas, resistências e (re)existências.

Segundo René Rémond (2003, p. 449) o político está em todos os níveis da vida social. E mais, “o político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha” (RÉMOND, 2003, p. 449-450).

Assim, na vida social as pessoas concebem, praticam e vivenciam a política. Essas são interpeladas por outros indivíduos, grupos sociais e/ou meios de comunicação social que visam formar a opinião pública acerca de acontecimentos/fatos da vida cotidiana, da história do passado e/ou do presente, ocorrendo a difusão de narrativas e memórias.

1.2 O Movimento negro, as mulheres e o Feminismo negro na História do Brasil: lutas, conquistas e desafios

Ao se depreender a História do Brasil pós-abolição, no final do século XIX e início do século XX, embora as teorias raciais, o racismo científico, a política de branqueamento do Estado que desejava exterminar a “mancha negra” (NASCIMENTO, 2017, p, 86), homens negros e mulheres negras se organizaram por meio do movimento negro, em prol da luta pela cidadania. O movimento negro atuou por meio de múltiplas faces: a imprensa negra, a Frente Negra Brasileira (FNB), o Teatro Experimental do Negro (TEN), o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU), coletivos de mulheres negras, entre outras.

A imprensa negra surgiu desde o final do século XIX. Os/as ativistas negros/as incentivavam a escolarização do povo negro, interpelando a sociedade se a Educação era dever do Estado e/ou da família, e buscaram promover a valorização da história e cultura negra por meio das publicações de jornais. Alguns jornais como *O Exemplo* (no Rio Grande do Sul) publicavam fragmentos biográficos de pessoas negras que se escolarizaram, apresentando suas trajetórias de vida e fotografias com trajes de formatura (becas). As biografias eram publicadas como pedagogias de exemplos, com o escopo de incentivar o povo negro a estudar (GOMES, 2017; ZUBARAN, 2017; PINTO, 2010; GONÇALVES, SILVA 2007).

Os/as ativistas negros/as por meio da publicação de jornais fomentaram o debate público acerca da realidade social do povo negro, principalmente no contexto histórico pós-abolição, problematizando questões relativas à Educação, incentivando a escolarização e o acesso a Educação Superior, como também a valorização da História e cultura negra.

Quanto a Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1937), fundada em São Paulo, essa organização se tornou partido político no governo do presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945), buscando inserir as questões da negritude na política institucional, mas caiu na clandestinidade com o advento do Estado Novo, em 1937. A FNB foi pioneira na fundação de uma escola gratuita para a comunidade negra. Essa organização negra publicou o jornal *A voz da raça* (1933-1937), divulgava

assuntos da comunidade negra regional e nacional, peças teatrais e excursões de estudantes mantidas pela escola frentenegrina, e denunciava as práticas de preconceito, discriminação e racismo, datas comemorativas, festas de aniversários, entre outras atividades (GOMES, 2017; FRANCISCO, 2010; GONÇALVES, SILVA 2007).

Ao vislumbrar essa história da FNB, constata-se que é histórica a inserção de ativistas negros/as na política institucional brasileira, da luta antirracista e a defesa de políticas públicas que propiciassem a cidadania ao povo negro, no contexto pós-abolição.

A FNB também se preocupou com a Educação de sua gente, chegando a fundar escola gratuita para a escolarização da comunidade negra, combateu o racismo, as práticas de preconceito e discriminação, e divulgou festividades, datas comemorativas e excursões, fomentando espaços de sociabilidades e de solidariedade entre negros e negras.

Outra organização negra, o Teatro Experimental do Negro - TEN (1944 - 1968), no Rio de Janeiro, idealizado e fundado por Abdias do Nascimento. Ele com o TEN buscou formar quadros de atores negros e atrizes negras, a fim de combater o *black face* (atores brancos se pintarem de preto para fazerem a representação de atores/atrizes negros)¹¹. Ruth de Souza fez escola no Teatro Experimental do Negro, foi a primeira mulher negra a se apresentar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1945, e a ser capa da revista *Manchete*, em 1953. Ela se destacou no teatro, na TV e no cinema, consagrando-se como a Dama do Teatro Negro. O TEN também promoveu a alfabetização de adultos da comunidade negra e a valorização da História e cultura negra (SILVA, 2021; NASCIMENTO, 2017; GONÇALVES, SILVA 2007).

O movimento negro em suas múltiplas faces, a imprensa negra, a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) tinham uma grande

¹¹ Sobre o Teatro Experimental do Negro e suas atividades, o *black face* e os depoimentos de Abdias do Nascimento, Ruth de Souza e Léa Garcia, ver o vídeo “Teatro Experimental Negro - Abdias do Nascimento”, do Acervo Digital de Cultura Negra - CULTNE. Disponível no site: <<https://youtu.be/jNkrfakv4-Q>> Acesso em: 12 out. 2022.

preocupação com o acesso à Educação, ou seja, a escolarização do povo negro, a valorização da História e cultura negra.

O TEN inaugurou outra forma de combater o racismo e o *black face* na sociedade brasileira, ao proporcionar ao povo negro a formação nas Artes Cênicas e inserção no mundo do trabalho. As atrizes Ruth de Souza, Léa Garcia, entre outros/as fizeram história com o TEN.

No sentido de ampliar a luta antirracista, outra organização negra surgiu, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em 1978, em São Paulo. Os/as ativistas negros/as redigiram uma carta aberta à população brasileira, com o objetivo de denunciar as mazelas sociais que afligiam o povo negro no Brasil pós-abolição, no contexto da Ditadura Militar:

CONTRA O RACISMO

Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia!

Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da comunidade negra.

Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro!

Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências, e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo.

Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça!

O MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL foi criado para ser instrumento de luta da comunidade negra. Este movimento deve ter como princípio básico o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo.

Todos nós sabemos o prejuízo social que causa o racismo. Quando uma pessoa não gosta de um negro é lamentável, mas quando um povo inteiro, ou se nega a enfrentar, aí então o resultado é trágico para nós negros:

Pais de família desempregados, filhos desamparados, sem assistência médica, sem condições de proteção familiar, sem escolas e sem futuro. E é esse racismo coletivo, esse racismo institucionalizado que dá origem a todo tipo de violência contra um povo inteiro. É esse racismo institucionalizado que dá segurança para a prática de atos racistas como os que ocorreram no Clube Tietê, como o ato de violência policial que se abateu sobre Robson Silveira da Luz, n 44º Distrito Policial de Guaianazes, onde esse negro, trabalhador, pai de família, foi torturado até a morte. No dia 1º de julho, Nilton Lourenço, mais um negro operário, foi assassinado por um policial no bairro da Lapa, revoltando toda comunidade e o povo em geral.

Casos como esses são rotina em nosso país que se diz democrático. [...] Por isso chamamos todos a engrossarem o MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL.

Portanto, propomos a criação de CENTROS DE LUTA DO MOVIMENTO UNIFICADO CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé, nos terreiros de umbanda, nos locais de trabalho, nas escolas de samba, nas igrejas, em todo lugar onde o negro vive; CENTROS DE LUTA que promovam o debate, a informação, a conscientização e organização da comunidade negra, tornando nos um movimento forte, ativo e combatente, levando o negro a participar em todos os setores da sociedade brasileira.

Convidamos os setores democráticos da sociedade para que nos apoiem, criando [as] condições necessárias para criar uma verdadeira democracia racial. [...] (GONZALEZ, 2022, p. 62 - 64).

O MNUCDR, por meio dessa carta aberta à população brasileira, denunciou o racismo estrutural, as desigualdades raciais, sociais e econômicas no mundo do trabalho, chamando atenção para a pobreza, o desemprego e a falta de acesso à assistência médica, a violência racial e policial que atingia o povo negro, pobre, favelado e periférico, em plena Ditadura Militar. O Brasil não era uma democracia política, muito menos uma democracia racial e social.

Para Silvio Almeida (2019), o racismo é decorrente da estrutura social, um processo histórico e político que cria condições sociais, direta ou indiretamente, para que grupos racializados sejam discriminados de forma sistemática. Assim, o racismo estrutural reverbera na vida cotidiana do povo negro, pois os comportamentos individuais racistas e os processos institucionais que perpetuam a exclusão racial e social reafirmam a discriminação sistemática, a desigualdade política, econômica e jurídica. Por isso, o racismo é estrutural, sendo necessário combatê-lo.

Em plena Ditadura Militar, em 1978, os/as ativistas negros/as além de denunciarem o racismo estrutural, convidaram os setores democráticos da sociedade brasileira para se unirem ao povo negro, ao protesto realizado na escadaria e em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Posteriormente, em 1979, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) foi renomeado como Movimento Negro Unificado (MNU), seguindo a denúncia de que o Brasil não era um país democrático, e muito menos uma democracia racial, pois o racismo estrutural e cotidiano relegou o povo negro a exclusão social (GONZALEZ, HASENBALG, 2022; GOMES, 2017; GONÇALVES, SILVA, 2005).

Em 1979, devido ao assassinato de Paulo Pereira Soares Filho, por conta da ação de policiais militares, no Rio de Janeiro, Marli Pereira Soares se tornou símbolo da luta contra a violência racial e policial que atingia o povo negro no Brasil. O caso Marli foi noticiado pela imprensa nacional e internacional. Ela ficou conhecida como Marli coragem, pois durante a Ditadura Militar, Marli não hesitou em denunciar as atrocidades da violência dos agentes do Estado contra o povo negro, pobre, periférico e favelado. Marli coragem ia à delegacia de polícia e ao batalhão policial (quando convocada) para fazer o reconhecimento dos policiais que invadiram e retiraram seu irmão do barraco onde viviam, e depois o assassinaram. O pai de Marli, Paulo Pereira Soares acompanhava a filha nessa luta incessante por justiça, ele chegou a escrever uma carta endereçada ao presidente da República João Figueiredo, para denunciar o assassinato do filho e exigir justiça, porém não recebeu resposta (GONZALEZ, 2022; RODRIGUES, 2021; OLIVEIRA, 2019).

Segundo Lélia Gonzalez se a sociedade brasileira, “se a gente se interessasse mais pelo que se passa efetivamente no cotidiano da grande massa negra, desde a escravidão, a gente saberia que tortura sempre existiu” (GONZALEZ, 2022, p. 76).

Mas, essa realidade não pode ser naturalizada, e sim, combatida, problematizando as relações étnico-raciais, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, as práticas de tortura, a violência racial e policial em diferentes contextos históricos da História do Brasil.

Na década de 1970, o MNUCDR, ou seja, o MNU ampliou a luta antirracista contra o racismo estrutural e cotidiano, a pobreza e a exclusão social que atingiam o povo negro, a “necropolítica”, a “política da morte” (MBEMBE, 2018, 71),

empreendida por agentes de segurança do Estado brasileiro, antes mesmo, que surgisse o movimento social *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam¹².

Ao vislumbrar a História do Brasil, no contexto da Ditadura Militar (1964-1985), ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos de 1970, o Movimento Negro Contra a Discriminação Racial (MNCDR), rebatizado como Movimento Negro Unificado (MNU), Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Helena Theodoro, Conceição Evaristo, Benedita da Silva, Marli Pereira Soares - a “Marli coragem”, entre outros/as ativistas negros/as seguiram a luta antirracista, denunciando o racismo, o mito da democracia racial, a violência racial e policial, exigindo justiça e políticas públicas para o combate das desigualdades sociais, raciais e de gênero, e também por mudanças no campo da Educação, a fim de promover a valorização da História da África e do povo negro na História do Brasil para além da escravidão.

No final do século XX, principalmente a partir dos anos de 1980, em nosso país se vivenciou o processo de retorno à democracia, tendo a atuação de movimentos sociais, como os movimentos populares de trabalhadores e trabalhadoras, o movimento negro e indígena, Coletivos de mulheres negras.

Na eleição municipal de 1982, no Rio de Janeiro, Benedita da Silva (nascida em 1942), ex-trabalhadora doméstica, auxiliar de enfermagem, liderança comunitária da favela Chapéu da Mangueira, teve como slogan de campanha eleitoral “mulher, negra e favelada” (LOPES, 2019, p. 392) ao se candidatar para vereadora, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Ela venceu essa eleição, tornou-se vereadora representando as mulheres negras, o povo pobre, favelado e periférico na política

¹² O movimento *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam surgiu nas primeiras décadas do século XXI, após 2012, quando ocorreu o assassinato do adolescente negro Trayvon Martin que foi confundido com “ladrão” e morto a tiros por conta da violência racial do vigilante branco George Zimmerman, nos Estados Unidos. Esse vigilante foi julgado e considerado inocente, sendo absolvido pela Justiça. Isso revoltou a comunidade negra estadunidense, gerando protestos nas ruas. Diante dessa realidade, três mulheres negras Alicia Garza, Patrisse Cullors e Opal Tometi criaram a *hashtag* #blacklivesmatter e lançaram nas redes sociais como o *Faceboock*, entre outras, fazendo surgir o movimento *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam. Em, 2014, o movimento *Black Lives Matter* ficou conhecido no contexto nacional, e posteriormente ganhou o mundo, ampliando o debate público sobre a violência racial e policial que tem como alvo a população negra. Em 2020, em plena crise sanitária mundial, da pandemia da COVID-19, esse debate se reacendeu com o assassinato de George Floyd devido a violência de policiais norte-americanos, levando a eclosão das jornadas *Black Lives Matter* nos EUA, no Brasil e no mundo (MENA, 2022; SILVA, PRIORI, 2020; CORREIO BRAZILIENSE, 2020; RIBEIRO, 2019).

institucional. Assim, ela iniciou sua trajetória pública e política¹³ (LOPES, 2019; RATTS, RIOS, 2010).

Em 1983, no Rio de Janeiro, houve a fundação do Coletivo Nzinga (1983) pela historiadora e filósofa Lélia Gonzalez e a Doutora em Filosofia Helena Theodoro, a criação do Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988), em São Paulo, pela filósofa Sueli Carneiro¹⁴ (SANTANA, 2021; LOPES, 2019; CARNEIRO, 2018; RATTS, RIOS, 2010).

Em 1992, no Rio de Janeiro, Jurema Werneck, médica, mestra em Engenharia de Produção (2000) pela UFRJ, Doutora em Comunicação e Cultura (2007) pela UFRJ, criou a fundação Criola, visando à instrumentalização de mulheres, adolescentes e meninas negras no combate ao racismo e sexismo, e também melhorar as condições de vida da população negra. Em 2017, ela assumiu a representação da Anistia Internacional no Brasil, devido ao seu ativismo em prol do povo negro e dos Direitos Humanos, (LOPES, 2019).

Assim, na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 1960, constata-se que essas ativistas do movimento negro e de mulheres negras – do Feminismo negro, com outras mulheres ampliaram a luta antirracista, feminista e anticlassista.

¹³ Na Eleição de 2022, Benedita da Silva foi reeleita Deputada Federal (PT). Na vida pública, no campo da política institucional ela já ocupou diferentes cargos públicos eletivos, tais como: vereadora, deputada federal (participando da constituinte de 1987), senadora, vice-governadora do RJ, assumindo o Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2002. Ela também já esteve à frente da Secretaria Especial de Assistência e Promoção Social, em 2003. Em 2022, ela completou 80 anos, venceu a Eleição de 2022 também, indo para seu sexto mandato como deputada federal no Congresso Nacional. Há 40 anos, Benedita da Silva segue na luta antirracista na defesa de políticas públicas para o combate ao racismo, ao machismo, a pobreza, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, a fim de transformar a realidade social das mulheres, das mulheres negras, do povo negro, pobre, periférico e favelado, enfim do povo brasileiro (REDAÇÃO, 2022; SILVA, 2021; LOPES, 2019).

¹⁴ No evento “Massemas de lalodês: celebrando o legado de Helena Theodoro”, realizado no SESC Pompeia, em São Paulo capital, no período de 16 a 31 de agosto de 2022, na noite do dia 31 deste mês, na mesa-redonda samba-conversa “Candaces: mulheres guerreiras em movimento”, composta por Helena Theodoro, Sueli Carneiro e Jurema Werneck, Sueli Carneiro relatou ao público que se inspirou no ativismo de Lélia Gonzalez e Helena Theodoro que criaram o Coletivo Nzinga de mulheres negras, para fundar o Geledés – Instituto da Mulher Negra, em 1988. Acessar o *Instagram @sescpompeia* e o capítulo “Geledés – Instituto da Mulher Negra”, do livro *Continuo Preta: a vida de Sueli Carneiro* (2021), biografia dessa ativista negra por Bianca Santana. Nos estudos de Sueli Carneiro em *Escritos de uma vida/Sueli Carneiro* (2018), Alex Ratts e Flávia Rios em *Lélia Gonzalez* (2010) também relataram o protagonismo das mulheres negras na luta antirracista, feminista e anticlassista.

Desde as últimas décadas do século XX, o Brasil passou por transformações políticas, econômicas e sociais. Depois de 21 anos de Ditadura Militar (1964-1985), de violação de Direitos Humanos e de desrespeito ao Estado Democrático de Direito, houve o ressurgimento dos movimentos sociais e o processo de redemocratização.

Alguns fatos históricos marcaram esse processo de redemocratização, tais como: a Constituinte em 1987, tendo seu ápice com a aprovação da Constituição de 1988, também conhecida como Constituição cidadã. Segundo o artigo 3º, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; o desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização, a fim de reduzir as desigualdades sociais e regionais; e também a promoção do bem-estar de todas as pessoas, combatendo-se “preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, s/p.).

Com a Constituição de 1988, conforme o artigo 5º, inciso XLII “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988, s/p.). Houve a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), com o intento da preservação da História do povo negro no Brasil, e mais, o incentivo a pesquisa, ao mapeamento e titulação de terras de remanescentes de quilombos, ou seja, de comunidades quilombolas (BRASIL, 1988).

No século XXI, vislumbrando a História Política recente, Nilma Lino Gomes relatou que vivemos tempos diferentes de séculos anteriores. A partir de 2003, principalmente, com os governos do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT) (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (PT) (2011-2016), outras políticas públicas foram aprovadas, contemplando reivindicações históricas de ativistas do movimento negro, indígena e de mulheres negras, tais como:

- a Lei n. 10.639/2003 que alterou a Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 2008), abrindo caminhos para a Educação antirracista e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) (SILVA, 2010; BRASIL, 2003).

- a Lei n. 11.635/2007, que instituiu o dia “21 de janeiro” como Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Essa data foi escolhida porque foi no dia 21 de janeiro de 2000, que a ialorixá mãe Gilda de Ogum faleceu. O estado de saúde de mãe Gilda se agravou, levando-a um infarto fulminante, após ver sua imagem estampada em um jornal na reportagem intitulada “Macumbeiros, charlatões enganam fiéis”, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), na Bahia. Considerando que a Constituição brasileira de 1988, define que o Estado é laico, assegurando no artigo 5, inciso VI, assegura que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 1988, s/p.), os herdeiros da ialorixá do Candomblé recorreram à Justiça e a IURD foi condenada em última instância, tendo que pagar indenização. Desde os tempos da colonização portuguesa ao Brasil contemporâneo, as religiões de matriz africana e afro-brasileira são demonizadas e alvos da intolerância religiosa, do racismo religioso (NOGUEIRA, 2020; SILVA, 2012; BRASIL, 2007).

- a aprovação da Lei n. 11.645/2008 que também alterou a Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 2008).

- o Estatuto da Igualdade Racial em 2010 (BRASIL, 2010).

- a Lei n. 12.711/2012, que definiu cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, destinadas aos/as que cursaram o Ensino Médio em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias de baixa renda, ou seja, com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita, negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (VAZ, 2022; BRASIL, 2012).

- a Lei n. 12.990/2014, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas ofertadas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mistas controladas pela união (VAZ, 2022; BRASIL, 2014).

- a Lei n. 12.987/2014, que instituiu o dia “25 de julho” - Dia Nacional da Mulher Negra e Tereza de Benguela, entre outras políticas públicas (CARNEIRO, 2021; CARNEIRO, 2018; GOMES, 2017).

Embora a existência dessas políticas públicas, o movimento negro e de mulheres negras seguem a luta antirracista no Brasil contemporâneo, pois o racismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero ainda são preponderantes, constituindo-se em desafios.

1.3 A formação da opinião pública sobre a História negra no Brasil contemporâneo: outras narrativas e políticas de memória importam

No Brasil contemporâneo, em tempos de globalização e de expansão do capitalismo no contexto transnacional, ou seja, do neoliberalismo, de tecnologias de produção, comunicação e informação, da internet interligada à rede mundial, de difusão dos discursos de ódio e da extrema-direita, o racismo estrutural e cotidiano, e as desigualdades permeiam a realidade social do povo negro e brasileiro. Por isso, os grupos subalternizados organizados por meio dos movimentos sociais, tais como negros, indígena, de mulheres, de mulheres negras, entre outros seguem na resistência em prol da luta antirracista, feminista, anticlassista e em Direitos Humanos.

No contexto do capitalismo neoliberal¹⁵, Nilma Lino Gomes (2017) asseverou que após 2016 estão ocorrendo retrocessos na política brasileira. No governo do

¹⁵ No século XX, após a queda do Muro de Berlim, em 1989, com o fim do “socialismo real” na União Soviética (URSS), houve a difusão da ideia de triunfo do capitalismo, das ideias neoliberais e expansão da economia de livre mercado no contexto transnacional, inaugurando os tempos de globalização. Em 1989, em Washington, nos Estados Unidos, ocorreu uma reunião no *Institute for International Economics*, intelectuais e economistas neoliberais defenderam a economia de livre mercado, criticaram o Estado e ressaltaram a necessidade de reformas, afirmando a importância do “Estado mínimo” e de políticas de ajustes aos países da América Latina. Os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) corroboraram para isso. Segundo o Consenso de Washington, os países que desejassem empréstimos destas instituições e quisessem se inserir no novo ordenamento econômico mundial deviam realizar reformas, como administrativa, redução das obrigações do Estado, por meio da política de privatizações, pôr fim à política de protecionismo do mercado nacional, entre outras (NEGRÃO, 1998, HOBBSAWM, 1995). Assim, o capitalismo foi se expandindo no contexto transnacional, inaugurando os tempos de globalização e a era do neoliberalismo. No Brasil, no contexto do governo do presidente da República Itamar Franco, em 1994, buscou-se estabilidade econômica com o Plano Real, apresentado pelo ministro da economia Fernando Henrique Cardoso. Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso se elegeu presidente da República, seguindo com a política de reformas. No governo FHC, no campo da Educação se aprovou a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, ainda em

presidente da República Michel Temer (MDB), no de período 2016 a 2018, ocorreu a extinção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Executivo do Governo Federal¹⁶.

Posteriormente, no governo do presidente da República Jair Messias Bolsonaro e vice-presidente Hamilton Mourão (2019-2022)¹⁷, outros retrocessos seguiram como a extinção do Ministério da Cultura, a aprovação da Reforma da previdência (2019), a difusão e de discursos de apologia à Ditadura Militar (1964-1985) com ataques às instituições do Estado Democrático de Direito como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional (CN). Houve a ampliação dos discursos de ódio nas redes sociais, de negação da existência do racismo no Brasil, de ataques às lutas dos movimentos sociais, como o movimento negro e indígena, de questionamento das políticas de ações afirmativas, por exemplo das cotas raciais.

Na última década, principalmente, as políticas públicas de ações afirmativas têm proporcionado a diversidade étnico-racial, social e cultural nas Instituições de Ensino Superior (IES), ampliando a presença de filhos e filhas de trabalhadores e

vigência. Eu vivenciei esses tempos de mudança na política nacional e econômica, e de expansão do neoliberalismo. No Paraná, quando eu fazia graduação em História na UEM, eu participei de manifestações contra a política de privatizações, por exemplo, do banco Banestado (atual Banco Itaú). Eu e muitos estudantes universitários tínhamos que essa política de privatização chegasse à universidade pública. No século XXI, já como professora no Ensino Superior, ver as universidades públicas brasileiras com políticas públicas de ações afirmativas, ou seja, as cotas sociais e raciais nos dão esperança nesses caminhos abertos para o combate às desigualdades.

¹⁶ No governo do presidente Temer, houve também a aprovação da lei de Reforma do Ensino Médio, que tem sido questionada por vários/as intelectuais das Ciências Humanas, como historiadores e historiadoras, professores e professoras.

¹⁷ Depois de 13 anos de governos populares, sob a égide do Partido dos Trabalhadores (PT), na Eleição de 2018, Jair Messias Bolsonaro (do PSL) Durante a campanha eleitoral, o presidente eleito teve alguns slogans de propaganda, tais como as expressões “Bolsonaro, honesto, cristão e patriota”, “Deus, pátria, família”, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, entre outras (PSL, 2018), propalando a cultura política do antipetismo e anticomunismo, ancorando-se em princípios, valores e costumes associados a moral, a religião e ao patriotismo nas propagandas políticas, no jingle “Campanha Bolsonaro - Muda Brasil - Eleições 2018” (PSL, 2018), nas redes sociais, nas camisetas, nos adesivos distribuídos aos populares. Entende-se por cultura política o conjunto de valores, de representações, de práticas políticas, que extrapolam o universo institucional, são inerentes aos grupos individuais ou coletivos, estes apresentam uma identidade, tendo leituras em comum do passado e novos projetos, delineando tempos vindouros (PRIORI, BRUNELO, 2018; BERSTEIN, 1998). Na Eleição de 2022, no 2º turno, novamente se enfrentaram Bolsonaro (PL) e Lula (PT), com projetos políticos distintos. Bolsonaro seguiu a propagação da cultura política antipetista e anticomunista, com discursos políticos pautados na “religião”, em valores morais e patrióticos. O resultado dessa eleição mostrou qual projeto político a maioria de brasileiros e brasileiras escolheu para o país. Eu sigo na esperança da mudança, na resistência democrática com o voto e pelo fim da era bolsonarista. Por um Brasil democrático, com justiça social, equidade racial e de gênero, trilhando a luta antirracista, feminista e anticlassista.

trabalhadoras populares e pobres, de negros, indígenas, quilombolas e de pessoas com deficiência, formando profissionais em diferentes áreas, e tensionando a ocupação do espaço acadêmico e outros que historicamente foram de privilégios da elite, de pessoas brancas (em sua maioria homens brancos), ou seja, da branquitude¹⁸. Assim, propalam-se outras epistemologias, ou seja, outros conhecimentos e saberes, outras narrativas, formas de (re)existências e práticas culturais.

Neste sentido, Nilma Lino Gomes (2017) expôs a importância de esperar, da resistência democrática ao racismo, ao machismo, ao patriarcado, ao capitalismo, entre outras práticas de opressão no Brasil contemporâneo.

Ao deprender essa realidade, essa pesquisa foi desenvolvida no contexto histórico de disputa de narrativas e políticas de memória acerca da História negra no Brasil contemporâneo, no governo Bolsonaro.

No governo Bolsonaro, além da negação do racismo no Brasil, houve a nomeação de Sérgio Nascimento de Camargo para coordenação da Fundação Cultural Palmares (FCP), homem negro que não estava em sintonia com o ativismo e as lutas do movimento negro, sendo um desserviço à luta e à Educação antirracista, indicando retrocessos. Camargo afirmou que a “escravidão foi benéfica para os descendentes” (CAMARGO, 2019, s/p.). Para Sérgio Camargo (2019), a vida do povo negro no Brasil foi e é “boa”, desde os tempos da colonização portuguesa e escravidão à contemporaneidade:

Racismo real existe nos Estados Unidos. A negrada daqui reclama porque é imbecil e desinformada pela esquerda. [...] [A] escravidão foi terrível, mas benéfica para os descendentes. Negros do Brasil vivem melhor que os negros da África (CAMARGO, 2019 *Apud* G1 2019, s/p.).

¹⁸ O pacto narcísico da branquitude, não verbalizado entre pessoas brancas, é transmitido de geração a geração, garantindo privilégios na sociedade. Assim, em diversas instituições públicas e privadas, perpetua-se a hierarquização de raça e gênero. As pessoas não-brancas como negros, as mulheres negras estão na base da pirâmide social, sendo sub-representados/as em espaços de poder e no mundo do trabalho, mal remunerados e/ou relegados ao desemprego, as situações de vulnerabilidade. Por isso, Cida Bento (2022) expôs que o “pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o ‘diferente’ ameaçasse o ‘normal’, o ‘universal’. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele” (BENTO, 2022, p. 18).

Sérgio Camargo também asseverou nas redes sociais que não tem sentido o feriado de “20 de novembro - Dia da Consciência Negra”, em algumas cidades do Brasil, e ressaltou que o “feriado precisa ser abolido nacionalmente por decreto presidencial” (CAMARGO 2019 *Apud* G1 2019, s/p.). Para Camargo (2019), o feriado de 20 de novembro causa prejuízos à economia brasileira, defendendo os interesses de mercado. Sendo assim, ele afirmou que esta data:

[...] causa incalculáveis perdas à economia do país, em nome de um falso herói dos negros (Zumbi dos Palmares, que escravizava negros) e de uma agenda política que alimenta o revanchismo histórico e doutrina o negro no vitimismo. [...] sente vergonha e asco da negrada militante. [...] Às vezes, [sinto] pena. Se acham revolucionários, mas não passam de escravos da esquerda (CAMARGO, 2019 *Apud* G1 2019, s/p.).

As declarações de Camargo reacenderam entre os/as ativistas do Movimento Negro, os professores e as professoras, e a Academia, o debate público sobre o passado, a História negra no Brasil, a memória coletiva e memória social acerca da História nacional e oficial referente à escravidão, as lutas e resistências do povo negro desde os tempos da colonização portuguesa no Brasil à República. Nesse debate público a historiadora Lília Moritz Schwarcz se manifestou, afirmando que:

A indicação desse presidente pra Fundação Palmares é uma grande contradição em seus termos. A Fundação Nacional Palmares foi criada no bojo das conquistas de 1988, da ‘Constituição cidadã’, que foi uma constituição muito generosa no que se refere aos direitos civis, nesse caso, aos direitos das populações de raiz afrobrasileiras. [...] É uma contradição imensa o órgão ter na presidência um jornalista que diz, por exemplo, que a escravidão foi benéfica para os africanos. Não foi! (SCHWARCZ, 2019 *Apud* G1, 2019, s/p.).

Nesse contexto histórico, outros segmentos sociais questionaram a política de nomeação do governo Bolsonaro, ao escolher esse homem negro emblemático para a presidência da Fundação Palmares, como também os posicionamentos e discursos de Camargo sobre o povo negro na História do Brasil, o negacionismo das atrocidades à vida humana devido à escravidão nos tempos do Brasil colonial e imperial, e da luta e resistência do povo negro em prol da liberdade. Ele desqualificou Zumbi do quilombo de Palmares e o ativismo negro contemporâneo, associando o Movimento Negro ao “revanchismo” e “vitimismo”. Diante de tal posicionamento, a AFRO/Cebrap - Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial se manifestou por meio da seguinte nota:

Nós pesquisadores e professores do AFRO/Cebrap, vimos com espanto e indignação a nomeação de Sérgio Camargo para o cargo de presidente da Fundação Palmares. Como divulgado nos meios de comunicação nacionais, Sérgio de Camargo não apresenta competência técnica nem conhecimento histórico do próprio órgão para o qual foi designado representante maior, tampouco representa os grupos e as organizações civis antirracistas que construíram esse espaço político ao longo das últimas décadas. Ademais, os discursos e as opiniões do atual presidente são radicalmente opostos à missão institucional da Fundação Cultural Palmares. [...] Por ser uma instituição histórica, de referência no combate ao racismo no Brasil e por desempenhar funções fundamentais para as populações negras, de terreiro e quilombolas, espera-se que o Presidente da Fundação Palmares possa ter, no mínimo, qualificação e conhecimento técnico e histórico do cargo que ocupa. Esse não é o caso do recém-nomeado Sérgio Camargo. Por esses motivos, este cargo não pode ser ocupado por alguém que recuse a agenda e que negue a importância da missão que dá nome à Fundação (AFRO/Cecrap, 2019, p. 1).

A nomeação de Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares, em pleno governo Bolsonaro, reacendeu as disputas de narrativas e políticas de preservação da memória coletiva acerca do povo negro na História do Brasil, das práticas de resistências, lutas e conquistas do movimento social negro, desde o passado à atualidade. A Afro/Cebrap manifestou sua indignação por meio de nota publicada em seu site, na internet, deixando claro seu posicionamento e questionamento em relação à política do governo vigente, e aos discursos negacionistas de Camargo sobre a História negra no Brasil.

Dessa forma, é interessante compreender que no processo de construção da memória coletiva, a memória social e a memória cultural são inseparáveis. O processo de construção da memória coletiva e social depende do repertório cultural local que as pessoas compartilham na vida social. Em decorrência disso, é importante compreender a memória coletiva no plural, pois há várias memórias coletivas sobre o passado, a História, a memória histórica (BURKE, 2011; HALBWACHS, 1968).

Nós estamos vivendo um paradoxo na sociedade contemporânea globalizada, ou seja, a memória e/ou o esquecimento de fatos do passado, por exemplo: o negacionismo do Holocausto, e/ou das atrocidades de Ditaduras militares que promoveram a violação de Direitos Humanos na América Latina, entre outros. Um

perigo histórico o esquecimento e/ou o negacionismo da História sinistra e traumática das sociedades humanas (BURKE, 2011; JELIN, 1995).

No caso brasileiro, os ativistas do Movimento Negro, por meio de ação coletiva, recorreram à Justiça para que a nomeação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares fosse revogada. Assim, questionou-se a política de memória negacionista de Camargo e de seus apoiadores em pleno governo Bolsonaro.

Os ativistas do Movimento Negro tiveram êxito na Justiça, porque um juiz federal do Ceará solicitou que o governo Bolsonaro suspendesse a nomeação de Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares. Diante desta decisão judicial, restou ao governo Bolsonaro realizar a suspensão da nomeação de Sérgio Camargo em edição extra do Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2019, portaria do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (G1, 2019). Porém, posteriormente, em 12 de fevereiro de 2020, junto ao STJ, o governo Bolsonaro teve êxito com a liminar que autorizou a nomeação de Sérgio Camargo para a presidência da Fundação Cultural Palmares. Em contrapartida, o Movimento Negro seguiu questionando essa nomeação, e a Defensoria Pública da União (DPU) recorreu à determinação do STJ, a fim de impedir que Camargo assumisse de forma definitiva a presidência da Fundação Cultural Palmares, algo que ocorreu (GALVANI, 2020).

O ativismo de representantes do Movimento Negro, as práticas políticas do governo Bolsonaro e da Justiça brasileira deixam claro que há disputas de memórias acerca da História do povo negro no Brasil, do racismo e do próprio papel da Fundação Cultural Palmares na sociedade. Depreende-se que a FCP deve promover a igualdade racial, o combate ao racismo (problema histórico existente em nosso país) e promover a preservação e a difusão da História e cultura negra. Porém, o governo Bolsonaro, por meio de Sérgio Camargo, vem questionando a finalidade da FCP.

As narrativas sobre fatos da História nos remetem aos debates acerca do processo de construção da memória coletiva. É relevante compreender o papel da memória nas dinâmicas políticas, culturais e sociais, e os “usos do passado no

presente” (SEBARES, 2014, p. 11) que os indivíduos, grupos sociais, os movimentos sociais e/ou o Estado fazem. Por isso, afirma-se que *“la memória, construída teóricamente sobre La evocación del pasado, es también y sobre todo herramienta de lucha em el presente y um arma cargada – para bien o para o mal – de futuro”* (SEBARES, 2014, p. 26).

No processo de construção da memória coletiva, a memória também se constitui como instrumento de luta de indivíduos, grupos sociais, ativistas, movimentos sociais, Estado, entre outros, os quais evocam o passado no presente, procurando estabelecer uma memória social e histórica, o que pode reafirmar a História nacional e oficial, questioná-la e/ou negá-la.

Por isso, diante das práticas políticas de Sérgio Camargo, presidente da FCP¹⁹, alinhada ao governo Bolsonaro, que propalam narrativas sobre a História do povo negro no Brasil e constroem uma memória coletiva ancorada no mito da democracia racial. O movimento negro segue a luta antirracista. Ativistas de diversas organizações têm questionado isso como a Coalizão Negra por Direitos, entre outras.

A Coalizão Negra Por Direitos denunciou o governo Bolsonaro, representado por Sérgio Camargo na Fundação Cultural Palmares, à Organização das Nações Unidas - ONU (2021). No documento de denúncia do presidente da FCP à ONU, em 22 de julho de 2021, a Coalizão Negra por Direitos afirmou:

O atual presidente da Fundação Palmares age de modo impessoal e desonesto, claramente movido por ideologia política pessoal, buscando atingir por meio deles a desvalorização da luta histórica contra o racismo estrutural presente no país até os dias de hoje devido a abolição inconclusa. São graves e constantes os ataques promovidos por Sergio Camargo que tem trilhado uma cruzada ideológica contrária aos direitos humanos e às conquistas de direitos da população negra.

[...] “[A]s organizações requerem aos especialistas das Nações Unidas em direitos humanos nas áreas de enfrentamento ao racismo e liberdade de expressão que notifique o Estado brasileiro acerca das violações de

¹⁹ Sérgio Camargo permaneceu presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP) até março de 2022, no governo Bolsonaro. Na Eleição de 2022, ele se candidatou a deputado federal pelo PL no estado de São Paulo, mas não se elegeu para o parlamento (TSE, Eleição 2022; MARQUES, 2022; REDAÇÃO, UOL, 2022).

direitos humanos” [...] (COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS, 2021, p. 1).

A Coalizão Negra Por Direitos ao denunciar Sérgio Camargo, e conseqüentemente o governo Bolsonaro à ONU, expôs que estes ao desqualificarem a luta do movimento negro brasileiro, difundindo narrativas sobre a História e cultura negra ancorados no mito da democracia racial, violam os Direitos Humanos e deslegitimam a luta antirracista, o combate ao racismo e as reivindicações por políticas públicas de ações afirmativas como as cotas raciais, que visam a reparação histórica ao povo negro, depois de mais de três séculos de escravidão.

Além do movimento negro, a Anpuh Nacional (2021) por meio de nota de repúdio também teceu críticas à política de Sérgio Camargo na coordenação da FCP. Assim, acirrou-se a opinião pública e a disputa de narrativas sobre a História negra em nosso país.

Na perspectiva da História Política Tradicional e Positivista, a narrativa da história se restringia a classe política, devido à concepção de que a história não existia fora das estruturas do Estado, “esquecendo que a opinião pública procede em grande medida das estruturas mentais” (BECKER, 2003, p. 186).

A opinião pública é história e tem como finalidade perceber a atitude, o comportamento das pessoas confrontadas com os acontecimentos/fatos, em determinado contexto histórico. O estudo da opinião pública está inserido na abordagem global da história, a fim de apreender os comportamentos e atitudes da população em massa diante dos acontecimentos. A opinião pública faz parte dos fenômenos sociais (BECKER, 2003).

Segundo Jean Jacques Becker não há limites visíveis e claros entre a história das mentalidades e a opinião pública. “[O]s comportamentos da opinião pública são resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto” (BECKER, 2003, p. 188). A história da opinião pública é uma micro história, atenta ao tempo breve, ao indivíduo, à história. Entende-se por tempo breve “a reação imediata a um acontecimento preciso e num momento estritamente delimitado” (BECKER, 2003, p. 189).

Considerando essa concepção de opinião pública, pode-se ressaltar também que esta não é estática, mas dinâmica, não é singular, e sim, plural. Ao vislumbrar a História do Brasil contemporâneo, no governo Bolsonaro, Sérgio Camargo, ao presidir a FCP propalou narrativas da História negra, chegando a afirmar que a escravidão foi “boa” para a negrada no Brasil, que o povo negro vive melhor aqui do que nos Estados Unidos e/ou no continente da África, reafirmando o mito da democracia racial, procurando formar a opinião pública da história do passado, na perspectiva de relações étnico-raciais harmônicas, desprovidas do racismo, de desigualdades sociais e raciais.

Em contrapartida, ativistas do movimento negro, como a Coalizão Negra Por Direitos, intelectuais como a historiadora Lilian Schwarcz, setores democráticos da sociedade civil como a AFRO/Cecrap, a ANPUH nacional, entre outras organizações questionaram a formação da opinião pública e a propagação de narrativas acerca da História negra em nosso país, sem problematizar como as relações étnico-raciais foram construídas historicamente, o racismo estrutural, os privilégios da branquitude, a exclusão social e econômica a que foram relegados o povo negro no Brasil pós-abolição.

As reações, as atitudes e os comportamentos de ativistas negros/as, de intelectuais e de organizações de setores democráticos frente às narrativas negacionistas de Sérgio Camargo (do governo Bolsonaro), indicam que há outra opinião pública sobre a História negra, constituindo um território de disputas de narrativas e memória da história do passado, que reverberam no presente.

Para o historiador Marc Bloch, a História da opinião pública “consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos” (BECKER, 2003, p. 201). Dessa forma, a opinião pública se integra ao processo histórico, e de modo particular a história política. Por isso, “se a história é também explicação do passado, não existe explicação completa sem que seja elucidado o papel desempenhado pela opinião pública” (BECKER, 2003, p. 201).

No Brasil, a crise sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus deixou ainda mais evidente as desigualdades sociais, raciais e de gênero existentes na sociedade, as dificuldades de alguns estudantes para o acesso à internet, e

principalmente a vulnerabilidade do povo brasileiro mais pobre e da periferia das cidades, em sua maioria negros. Essa realidade mobilizou pessoas, organizações da sociedade civil e o Estado brasileiro com o auxílio emergencial²⁰, para ações que visassem a socorrer trabalhadores e trabalhadoras, as famílias mais pobres e vulneráveis, como também as pessoas em situação de rua.

No governo Bolsonaro assistiu-se a apologia à Ditadura Militar (1964-1985), aos ataques à democracia, ao Congresso Nacional (CN) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), a desvalorização da Educação e da Ciência, as práticas políticas negacionistas como a difusão do discurso de não existência do racismo no Brasil e da pandemia da COVID-19, minimizando-a como “gripezinha”.

No primeiro semestre de 2020, quando a COVID-19 já havia ceifado mais de 50 mil vidas, a imprensa noticiava em suas reportagens “Pandemia já matou no Brasil tanto quanto a Guerra do Paraguai” (EXAME, 2020), “Coronavírus matou tantos brasileiros quanto a Guerra do Paraguai” (FOLHA DE S. PAULO, 2020), “COVID-19 já matou mais brasileiros que a sangrenta Guerra do Paraguai” (DIÁRIO DO POVO, 2020), “Com 50 mil óbitos, coronavírus matou mais no Brasil que a Guerra do Paraguai; país vizinho tem 13 mortes” (HYPENESS, 2020), entre outras. Isso chamou atenção de pesquisadores e pesquisadoras, ou seja, as narrativas alusivas à pandemia da COVID-19 e a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), evidenciando os números de mortes de pessoas no Brasil República contemporâneo

²⁰ Em tempos da pandemia de COVID-19, a Lei n. 13.892, aprovada em abril de 2020, estabeleceu o pagamento de auxílio emergencial de R\$600, 00 (três parcelas) para trabalhadores informais e desempregados; e de R\$ 1.200,00 (duas parcelas) para mães chefes de famílias maiores de 18 anos. Em 15 de maio de 2020, conforme a publicação no *Diário Oficial da União*, esse auxílio emergencial passou a ser concedido também às mães menores de 18 anos (AGÊNCIA SENADO, 2020). Posteriormente, o governo federal prorrogou o auxílio emergencial por mais dois meses, estabelecendo o pagamento de mais duas parcelas no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), até dezembro de 2020 (UOL, São Paulo, 01 jul. 2020). Em 2021, no Brasil, devido à continuidade dessa pandemia, o auxílio emergencial voltou a ser pago no mês de abril até julho, os valores das parcelas variam, de no mínimo R\$ 150,00 ao valor máximo de R\$ 375,00 cada parcela. DOCA, Geralda. Auxílio emergencial volta a ser pago em 2021. Veja o calendário e tire suas dúvidas. Disponível no site: <<https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-volta-ser-pago-em-2021-veja-calendario-tire-suas-duvidas-24956728>> Acesso em: 20 maio 2021. Embora o início de imunização da população em prevenção a COVID-19, a maioria do povo brasileiro ainda esperava por mais vacinas.

(sem guerra) e nos tempos belicosos dos oitocentos²¹ (SQUINELO, DOCKHORN, 2022).

No contexto histórico da pandemia da COVID-19, as desigualdades sociais, raciais e de gênero que já existiam na sociedade brasileira, ampliaram-se. Várias pessoas passaram a comprar e/ou buscar ossos em açougues, a remexer caçambas de lixo para pegar ossos e outros alimentos, para terem o que “comer”, tentando evitar a fome. Em decorrência disso, organizações como a CUFA - Central Única das Favelas, entre outras, passaram a arrecadar alimentos e distribuir cestas básicas e kits de higienização - EPI às famílias em situação de vulnerabilidade e de extrema pobreza. Além disso, no governo Bolsonaro houve o aumento de preços da cesta básica, do gás e do combustível. Diante dessa realidade, surgiram manifestações e protestos populares de rua com os slogans “Fora Bolsonaro”, “Fora genocida”, “Governo da fome e do desemprego”, “Vacina já” e “Vacina no braço e comida no prato” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2021, p. 1), entre outros, e também reivindicando o *impeachment* de Bolsonaro (SILVA, RAMOS, 2022; ABDALA, 2021; SOARES, 2021; R7, 2021; G1, 2021; COALIZÃO NEGRA, 2020).

Ainda em 2020, no primeiro ano de pandemia da COVID-19, a violência racial e policial que leva ao encarceramento em massa e ao genocídio do povo negro, a “necropolítica”, “política da morte” (MBEMBE, 2018, p. 71) levou a intensificação das jornadas de ativismo do movimento social *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam, principalmente após o assassinato de George Floyd em 25 de maio de 2020, nos Estados Unidos. Isso reacendeu o debate público sobre o racismo estrutural e as contestações às narrativas coloniais ancoradas no paradigma ocidental e eurocêntrico (WERNECK, 2020; SILVA, PRIORI, 2020).

Nesse contexto da pandemia da COVID-19, durante as jornadas *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam, em Bristol, na Inglaterra, os manifestantes antirracistas, em sua maioria britânicos, comunidade afro-caribenha e jovens universitários, colocaram abaixo a estátua de Edward Colston, pondo o joelho no

²¹ No Brasil, embora a imunização em prevenção ao novo coronavírus da população brasileira tenha iniciado no primeiro semestre de 2021, em 2022, já se contabilizam mais de 600 mil pessoas que vieram a óbito por conta da COVID-19.

pescoço desse escravagista que viveu no século XVII, fazendo alusão a violência racial do policial branco que assassinou George Floyd, nos EUA. Depois disso, os manifestantes rolaram essa estátua pelas ruas da cidade, jogando no rio do porto de Bristol. Edward Colston foi homenageado com essa estátua no espaço público, em 1895. Isso chamou a atenção da opinião pública, da imprensa inglesa e internacional, ampliando o debate público sobre o racismo, as narrativas coloniais da História a partir de monumentos históricos. Já haviam sido apresentadas petições para retirada dessa estátua de Edward Colston do espaço público, porém sem êxito. Após esse protesto antirracista, a estátua de Edward Colston foi retirada do rio e levada para um museu (PRESSE, 2020).

No Brasil, no contexto da pandemia da COVID-19, durante as jornadas *Black Lives Matter* ou Vidas Negras Importam, também ocorreram protestos antirracistas em várias cidades, denunciando o racismo estrutural e cotidiano, a violência racial e policial que atingem o povo negro, pobre e periférico, e questionando as narrativas coloniais.

Em 24 de julho de 2021, em São Paulo capital, no protesto contra o governo Bolsonaro, outro símbolo da colonização e escravização de indígenas e negros foi alvo de protesto, a estátua do bandeirante Manuel Borba Gato (1649-1718), obra do escultor Julio Guerra, inaugurada em 1963. Integrantes do grupo Revolução Periférica, jovens mascarados de preto levaram pneus e atearam fogo na estátua de Borba Gato. Uma pessoa foi presa e o protesto antirracista foi visto por algumas pessoas como “vandalismo”. Em 2016, essa estátua de Borba Gato e o Monumento às Bandeiras já havia sido alvos de protestos, sendo pichados. Depois disso, em 29 de julho de 2022, também em São Paulo, no bairro Pinheiros, o mural da escadaria com grafite da face da ex-vereadora carioca Marielle Franco do PSOL (assinada brutalmente em 14 de março de 2018 com o motorista Anderson Gomes) foi vandalizado com jatos de tinta vermelha e a inscrição “Viva Borba Gato” (PODER360, 2021, p. 1). Isso não perdurou, pois ainda em 31 de julho, parceiros do Instituto Marielle Franco revitalizaram esse mural, rendendo homenagem a Marielle²² (MERCIER, 2021; PODER 360, 2021; OTÁVIO, ARAÚJO, 2020).

²² Antes desse fato, no contexto histórico que antecedeu a pandemia da COVID-19, no período de campanha na Eleição de 2018, apoiadores de Bolsonaro, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) e o deputado

Em 27 de julho de 2022, no dia em que Marielle Franco completaria 43 anos, na cidade do Rio de Janeiro, na praça Mário Lago, conhecida como Buraco do Lume, houve a inauguração de uma estátua em homenagem a Marielle. Esse espaço público foi escolhido porque era lá que Marielle Franco prestava contas de seu mandato como vereadora da Câmara Municipal carioca. Ela discursava sobre sua atuação na política institucional para milhares de pessoas que passavam por ali, prestando contas. A estátua foi financiada por 600 pessoas, tem 1,75 m de altura e tem como base um caixote. Pois, quando Marielle ia ao Buraco do Lume, ela subia em um caixote e com um microfone prestava contas de seus atos como vereadora. Um mandato popular. Segundo nota do Instituto Marielle Franco é relevante à política de preservação da memória de Marielle Franco:

Vamos celebrar e erguer homenagens a quem dedicou sua vida para defender um mundo mais justo e para lutar pelos direitos de todas as pessoas. [...] Defender a memória de Marielle e de mulheres negras é gerar referências para as novas gerações e lutar por justiça e reparação (AGÊNCIAS, 2022, p.1).

Em nosso país e no mundo, em diversos países como na Argentina, na França, em Portugal, entre outros, e na Organização das Nações Unidas (ONU), políticas de memória têm propiciado o enaltecimento do legado político de Marielle Franco. Nesse contexto, a família de Marielle e o Instituto Marielle Franco ainda seguem lutando pelo combate à violência de gênero na política institucional, exigindo justiça e questionando: “Quem matou Marielle e Anderson?” (OTÁVIO, ARAÚJO, 2020, p. 9).

Para Anielle Franco, a irmã Marielle Franco foi assassinada por tudo que era, por isso afirmou que “[n]ão é sobre mais uma mulher negra da favela que morreu assassinada como tantas, tantas, tantas outras. É sobre o que você representava,

estadual Rodrigo Amorim (PSL-RJ) quebraram uma placa de rua que fazia homenagem a ex-vereadora Marielle Franco (PSOL), propalando discursos de ódio e misoginia, desrespeitando a política de preservação da memória dessa mulher negra. Em 2019, quando esses deputados bolsonaristas foram ao Colégio Pedro II, em São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro, com a justificativa de vistoria e investigação de ideologias, eles tentaram entrar na instituição de ensino, mas foram barrados e recebidos pelos/as estudantes com protestos e o discurso/coro de “Ô Marielle, quero justiça, não aceitamos deputado da milícia” (AGÊNCIA ESTADO, 2019, p. 1) Recentemente, em 2022, o deputado Federal Daniel Silveira continuou difundindo discursos de ódio e de questionamento ao Estado Democrático de Direito, com ataques ao Congresso Nacional (CN) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), fazendo apologia à Ditadura Militar. Embora Silveira tivesse sido preso, julgado e condenado pelo STF, perdendo os direitos políticos, o presidente Bolsonaro concedeu a graça constitucional, ou seja, o “perdão” a Daniel Silveira, confrontando a Justiça. Por isso, Daniel Silveira seguiu livre, embora as práticas antidemocráticas (G1 GLOBO, 2022).

sua cor, seu gênero, suas ideias, seu eleitorado. É sobre o país que queremos construir” (FRANCO, 2022, p. 39). Anielle Franco em *Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle* (2022) ainda expôs:

Tenho certeza de que tentaram te silenciar porque você defende as mulheres, os favelados, os pobres, os negros como nós. As pessoas se sentiram representadas por e com você na Câmara de Vereadores, no poder. Eles não conseguiram engolir. Uma hora dessas você seria senadora - quem sabe, presidente! É claro que eles não podiam deixar isso acontecer. Racismo puro. Mas você é muito maior que eles, Mari. Eles não faziam ideia disso (FRANCO, 2022, p. 61-62).

Assim, vislumbrando-se a História do Brasil, foram constatadas as disputas de narrativas travadas no âmbito das homenagens e políticas de memória de personalidades e fatos históricos, tais como de Borba Gato e das bandeiras nos tempos da colonização portuguesa, de Marielle Franco e projetos políticos para o país. Isso nos instigou cada vez mais a analisar o processo de formação da opinião pública sobre a História negra e a questionar as narrativas coloniais.

As jornadas *Black Lives Matter*, ou seja, os protestos antirracistas, questionaram as narrativas coloniais edificadas nos monumentos dos espaços públicos. Em contrapartida, outros grupos sociais buscaram questionar a política de memória da História negra, por exemplo: ao vandalizarem o mural em homenagem a Marielle Franco.

Os protestos antirracistas nos interpelaram acerca da relevância da descolonização dos espaços públicos, dos conhecimentos e saberes, das histórias, das narrativas e memórias na perspectiva da Nova História Política e das epistemologias do Sul. Pois, outras histórias importam. Dessa forma, são precisos a pesquisa e o ensino atentos à descolonização do saber, ancorando-se na luta e Educação antirracista.

Historicamente, desde a colonização portuguesa, do colonialismo, ao Brasil contemporâneo se difundiram narrativas coloniais sobre o povo negro, as mulheres negras, e conseqüentemente estereótipos que os desqualificam. As produções culturais da mídia, como na TV, nos seriados, nas novelas, no cinema, entre outros audiovisuais corroboram para isso.

Compreendem-se estereótipos como conceitos, ou seja, pré-conceitos que propagam ideias e/ou imagens negativas acerca das pessoas, desqualificando-as. Por exemplo, na TV, no seriado Sítio do Pica Pau Amarelo, as personagens negras baseadas nas histórias de Monteiro Lobato eram estereotipadas. A Tia Nastácia era a mulher negra, idosa, empregada, “dócil” e “medrosa”, a cozinheira da casa de Dona Benta, Pedrinho e Narizinho. A boneca Emília foi caracterizada como “esperta” e o boneco Visconde de Sabugosa como “inteligente”. Já o tio Barnabé, homem negro, foi representado como “dócil” e que “falava errado”. O Saci, o menino negro de uma perna só que fazia as “travessuras” no sítio. Outro audiovisual veiculado na TV brasileira foi o filme Xica da Silva (1976), de direção de Cacá Diegues, que fez a representação de Chica da Silva (interpretada por Zezé Motta) no Brasil colonial, século XVIII, em todo roteiro/enredo dessa produção cinematográfica essa mulher negra foi hipersexualizada. Beatriz Nascimento escreveu e teceu severas críticas a esse audiovisual de Cacá Diegues, questionando a representação estereotipada da mulher negra no cinema e a objetificação do corpo negro feminino (NASCIMENTO, 1979; NASCIMENTO, 1976).

Ao longo da História do Brasil, nem sempre o conhecimento e a beleza do povo negro e da mulher negra foram enaltecidos. As narrativas coloniais representaram os povos não-brancos como africanos e seus descendentes por meio de estereótipos como “selvagens”, “inferiores”, feios”, “sujos” e carentes de “civilização”, por conta do pensamento eurocêntrico, do racismo e do complexo de inferioridade construído pelo colonizador sobre o colonizado. O mundo branco era exaltado (RIBEIRO, 2017; FANON, 2008).

Com base nos estudos da historiadora e filósofa Lélia Gonzalez²³ essas narrativas coloniais reverberam na sociedade brasileira por causa de estereótipos e

²³ Antes da pandemia da COVID-19, quando Angela Davis veio ao Brasil, em 2019, na turnê de lançamento do livro *Uma autobiografia* (2019), esta filósofa feminista estadunidense asseverou: “Leiam Lélia Gonzalez” (DAVIS, 2019 apud RODRIGUES, 2020, p. 1). Esta intelectual negra brasileira, por sua vez, é uma das intérpretes do Brasil que analisou a sociedade e denunciou o racismo, o mito da democracia racial, a exclusão do povo negro e das mulheres negras, sendo pioneira no diálogo interseccional raça, gênero e classe, abrindo caminhos para o feminismo negro, principalmente a partir da década de 1960. Algumas publicações/coletâneas reúnem textos e discursos de Lélia Gonzalez como *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa* (2018), organizada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA), e *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (2020), organizada por Flávia Rios e Márcia Lima.

preconceitos são difundidos sobre o povo negro, mais particularmente sobre as mulheres negras. Geralmente a mulher negra é associada à “doméstica”; “mãe preta” (GONZALEZ, 1981, p. 45), aquela que tem bom coração, que limpa a casa das famílias de pessoas brancas e cuida dos filhos destas, sendo “quase da família”, sendo mal remunerada e/ou trabalhando em condições análogas a escravidão; e a “mulata - produto de exportação” (GONZALEZ, 1981, p. 45) do carnaval, ocorrendo a sexualização e a objetificação dos corpos femininos, das mulheres negras (GONZALEZ, 1981; NASCIMENTO, 1976).

No imaginário social brasileiro, para algumas pessoas, a “mulher negra ainda é a gostosa do samba ou empregada; e o homem negro, o malandro ou ladrão” (RIBEIRO, 2018, p. 49). Depois de 350 anos de escravização do povo negro, conforme explicitou Clóvis Moura o negro passou de “bom escravo a mau cidadão” (MOURA, 2022, p. 01). Além disso, a mulher branca foi e é concebida como padrão de beleza e de estética, em detrimento da beleza da mulher negra (RIBEIRO, 2019).

A mulher negra não é vista como bela, por conta da predominância e valorização da estética branca, constituindo os privilégios da branquitude. Ela não é associada ao trabalho intelectual, ou seja, não lhe atribui o domínio do “pensar”, do conhecimento, do saber, ocorrendo o epistemicídio, ou seja, o “aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual” (RIBEIRO, 2019, p. 62), negando “aos negros da condição de sujeitos do conhecimento” (RIBEIRO, 2019, p. 62).

Djamila Ribeiro em *Cartas para minha avó* (2021) afirmou e denunciou que estereótipos sobre as mulheres negras também reverberam na Academia. Quando ela cursava a graduação em Filosofia, Djamila se deparou com um curso branco, masculino e eurocêntrico, onde chegou a ouvir “não sei o que você está fazendo aqui queimando seus neurônios, poderia ser modelo”, “você é passista de qual escola?”, “deveria arrumar um gringo para casar, eles adoram mulheres como você”, “vamos deixar a parte mais fácil do trabalho para as meninas do grupo”, “o professor só te deu nota alta porque está a fim de você” (RIBEIRO, 2021, p. 156 -157). Por isso, ela enfatizou que é necessário romper com o ciclo de exclusão de gerações e gerações de mulheres negras como empregadas domésticas. Djamila Ribeiro

concluiu o curso de Filosofia, em 2012, e ainda, teve que ouvir isso, em pleno século XXI (RIBEIRO, 2021).

Quantas mulheres negras passaram e ainda passam por isso em Instituições de Ensino Superior e/ou em outros espaços da vida social, como na política institucional e no mundo do trabalho?

O relato de Djamila Ribeiro nos mostra a importância do pioneirismo de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro nos estudos sobre o povo negro, especificamente as mulheres negras em nosso país, denunciando as visões estereotipadas, visto que nós ainda não somos associados/as à produção intelectual, ou seja, a atividade profissional qualificada, e sim, ao trabalho doméstico ou outro mal remunerado.

Embora o trabalho doméstico seja importante para a organização da vida social, fazendo com que a maioria de mulheres, chefes de família e mães solo, possam sustentar sua prole, é relevante o rompimento do ciclo de gerações e gerações de mulheres negras trabalhando apenas como domésticas.

Na sociedade contemporânea, diante desse legado colonial, é interessante depreender que “uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca por conta de sua localização social, vai experienciar gênero de uma outra forma” (RIBEIRO, 2017, p. 61).

Em sua trajetória de vida, a mulher negra vivencia uma tripla forma de opressão: raça, gênero e classe. Essa tripla forma de opressão leva a conjugação de formas de discriminações na sociedade, impulsionando as mulheres negras ao ativismo e Feminismo negro, tensionando e estabelecendo o diálogo interseccional no interior do movimento negro e do movimento feminista (RIBEIRO, 2019; CARNEIRO, 2018; DAVIS, 2016; GONZALEZ, 1981; NASCIMENTO, 1976).

Por isso, compreendendo a realidade do povo negro e das mulheres negras no Brasil em diversos contextos, é relevante (re)pensar a História nacional, dando visibilidade ao processo de formação da opinião pública acerca da História negra. Isso estará em evidência nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

O BICENTENÁRIO DE MARIA FIRMINA DOS REIS (1822 - 2022), A MULHER NEGRA ABOLICIONISTA E SUAS ESCRIVIVÊNCIAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Balança a saudade no peito
A dor pelos meus ancestrais
Mulheres (sem voz), sem direitos
Guerreiras dos próprios ais
Ecoa a voz dos porões, lamento
Senzala grita em obediência
E hoje à comunidade oprime
A luta se faz regime
Mas brotam as sentinelas
As filhas que pedem liberdade
O fim de toda a maldade
Eis a voz de todas elas

Ainda choram as lágrimas de outrora
O meu quilombo é chamado de favela
Enquanto o negro continua escravizado
Vai sonhando acordado, vive uma quimera

África pequena fonte que traz recordação [...]
Negra flor, eis a senhora Liberdade!
Escrevivência em poesia
Num canto negro, um pedido de igualdade

Avisa a casa grande, é chegada a Abolição
Escrita assinada pelas mãos de Conceição
Reescreve a história baseada no respeito
Contra toda a injustiça, pelo fim do preconceito

Conceição Evaristo. A “Escrevivência” Abolicionista em Versos, Poemas e Contos
Acadêmicos da Abolição (2019)

Em 2019, no carnaval carioca, a escola de samba Acadêmicos da Abolição e sua comunidade questionaram as narrativas coloniais acerca da História do Brasil, denunciaram a invisibilização das mulheres, das mulheres negras e a falsa abolição do povo negro, devido à existência do machismo, do racismo e da pobreza que atingem a maioria de nossa gente.

Os bambas enalteceram e reafirmaram a nossa ancestralidade africana e afro-brasileira, ao renderem homenagem à escritora negra Conceição Evaristo e suas escrevivências. Assim, difundiram outros olhares para a História negra.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, conhecida como Conceição Evaristo, nasceu em 29 de novembro de 1946, em Belo Horizonte, Minas Gerais, filha de Joana Josefina Evaristo Vitorino e de Aníbal Vitorino, sendo a segunda de nove irmãos, oriunda de uma família pobre, que morava na favela. Ela vivenciou o processo de desfavelamento e a perda da moradia no morro. Conceição Evaristo desde pequena despertou o gosto pela literatura, pois ouvia as histórias contadas por sua mãe e a tia Filomena. Evaristo dividiu o seu tempo entre o trabalho e o estudo. Ela trabalhou como empregada doméstica e se formou no curso Normal em 1971, aos 25 anos. Migrou para o Rio de Janeiro e passou em um concurso e se tornou professora na rede pública de ensino (SILVA, 2020; LOPES, 2019; EVARISTO, 2014).

Em 1987 e 1988, ela participou do Coletivo de Escritores Negros do Rio de Janeiro. Ainda na década de 1980, Conceição Evaristo entrou em contato também com o coletivo de escritores negros de São Paulo, denominado “QuilombHoje”. Nos anos de 1990, ela estreou na literatura com publicações em Cadernos Negros. Essa escritora negra fez graduação em Letras na Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Literatura Brasileira na PUC - Rio e Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense. Conhecer a biografia, e conseqüentemente, a trajetória de vida de Conceição Evaristo é entrar em contato com a literatura negra, as escrevivências sobre o povo negro e as mulheres negras, no contexto da diáspora africana, dialogando com o presente e com o passado (SILVA, 2020; LOPES, 2019; EVARISTO, 2014).

Por literatura negra entende-se a produção escrita de intelectuais negros, que em suas “escrevivências” expressam suas subjetividades construídas, experimentadas e vivenciadas a partir da condição de homens negros e mulheres negras na sociedade brasileira (EVARISTO, 2009).

“Escrevivência” é um conceito cunhado por Conceição Evaristo, um dos ícones da literatura negra na contemporaneidade. Segundo Conceição Evaristo (2017), na poética negra a escrita e vivência se entrelaçam, fazendo florescer a “escrevivência”. A escrita está ancorada na vivência, ou seja, nas experiências de

vida do povo negro, das mulheres negras no Brasil, no âmbito da diáspora africana. Assim, da união entre escrita e vivência surgiu o conceito de “escrevivência”. Uma escrita/narrativa fundamentada na vivência. “As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, 2020, p. 11). Por isso, Evaristo ainda afirma que suas “escrevivências” registram histórias do real vivido, do povo negro, principalmente, de mulheres negras (EVARISTO, 2017, EVARISTO, 2016; EVARISTO, 2011).

No Brasil contemporâneo, Conceição Evaristo com suas escrevivências nos interpela sobre a História negra. Antes dela, outras mulheres negras relataram suas vivências e do povo negro como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. O estudo das trajetórias de vida dessas escritoras e a análise de suas escrevivências nos permitem entender como a intelectualidade negra foi se constituindo historicamente no universo literário brasileiro. Na sociedade oitocentista, Maria Firmina dos Reis foi pioneira da literatura de autoria feminina e negra.

Por isso, nesse segundo capítulo, na perspectiva da Nova História Política, das epistemologias do Sul, primordialmente das epistemologias negras e da Educação antirracista, visa-se desconstruir os estereótipos sobre as mulheres negras, que as associam historicamente a empregada doméstica, a “mãe preta” e a “mulata, produto de exportação” (GONZALEZ, 1981, p. 45), por meio da análise: da biografia de Maria Firmina dos Reis apresentada no vídeo de divulgação científica: “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro de Hewerton Souza, disponível no canal Hewerton Souza, e no programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), disponível no canal Lili Schwarcz, ambos disponíveis no *Youtube*; e de suas escrevivências em *Úrsula*, publicado em 1859, primeiro romance abolicionista de autoria feminina e negra, da literatura afro-brasileira. Assim, propõe-se (re)pensar a História do povo negro, das mulheres negras no Brasil, estabelecendo o diálogo interseccional raça, gênero e classe.

Em 2022, o 11 de março, data do bicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, não teve grande repercussão na mídia e/ou na política de memória do Estado brasileiro, ocorrendo o epistemicídio, ou seja, a invisibilização de biografias de personalidades negras.

Em contrapartida, o governo de São Luís e de Guimarães - Maranhão, o “Coletivo A literatura também tem pele preta” renderam homenagens à Maria Firmina dos Reis. O Coletivo A Literatura também tem pele preta, criado em 2018, formado por intelectuais, escritores e escritoras ativistas da literatura negra com o objetivo de combater o epistemicídio que afeta a população negra, organizou o minicurso “Por direito à literatura afro-brasileira: ancestralidade e contemporaneidade de autores/as negros/as” e iniciou essa atividade de estudo em 11 de março de 2022, com a palestra “Maria Firmina dos Reis: 200 anos de uma precursora”, proferida pelo professor Eduardo Assis Duarte, da área de Letras, coordenador do Portal LITERAFRO/UFGM, a fim de dar visibilidade a essa escritora e suas escrituras²⁴.

2.1 Maria Firmina dos Reis (1822-1917): a biografia

Maria Firmina dos Reis nasceu na primeira metade do século XIX, em 11 de março de 1822²⁵, em São Luís, no Maranhão, no contexto histórico de escravização do povo negro no Brasil. Ela foi registrada como filha de João Pedro Esteves e de Leonor Felipe dos Reis. Aos cinco anos, ficou órfã de mãe e passou a viver com a avó materna e a irmã Augusta dos Reis, em Guimarães, no Maranhão. Ela era oriunda de uma família pobre (MIRANDA, 2019; SANTANA, 2019; LOBO, 2011).

Maria Firmina dos Reis viveu boa parte de sua vida em Guimarães, onde fez história. Ela estudou, formou-se professora, tornando-se uma mulher negra letrada, e com suas escrituras poéticas e políticas relatou a realidade do povo negro, mulheres e indígenas, no Brasil que estava a favor de grandes mudanças em seu contexto histórico.

²⁴ Eu participei desse minicurso como ouvinte. O Coletivo A literatura também tem pele preta, com incentivo da Lei Aldir Blanc, seguiu com esse minicurso “Por direito à literatura afro-brasileira: ancestralidade e contemporaneidade de autores/as negros/as” (2022), em mais dois dias de estudo. Em 17 de março, com a escritora negra Inaldete Pinheiro sobre a literatura infantil afro-brasileira. A finalização desse minicurso ocorreu em 25 de março de 2022, com os escritores, cineastas e ativistas negros Akins Kintê e Urbano Leafa. Acessar o *Instagram* do Coletivo A literatura também tem pela preta, para conhecer outras atividades desenvolvidas.

²⁵ Em algumas publicações o ano de nascimento de Maria Firmina dos Reis aparece como em onze de outubro de 1825 e em outras em 1822. Recentemente, em 2017, no VIII Seminário Internacional e XVII Seminário Nacional Mulher e Literatura, Dilercy Aragão Adler divulgou os resultados da pesquisa documental que fez sobre Maria Firmina no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão, publicizando que ela nasceu em onze de março de 1822, e que por conta de uma moléstia, ela só foi batizada em vinte e um de dezembro de 1825 (MIRANDA, 2019, ADLER, 2018; ADLER, 2017).

Ela estudou e se formou professora primária aos vinte e dois anos, em uma época que a maioria das mulheres eram analfabetas. Em 1847, Maria Firmina dos Reis foi aprovada em primeiro lugar no concurso público estadual para Mestra Régia, tornando-se a primeira professora efetiva do quadro de magistério da Província do Maranhão, exercendo essa função até início de 1881. Naquela época, existiam regras rígidas para seguir o magistério, exigindo à moral sexual, ao “habilitar-se ao concurso de professora da província, a mulher solteira não poderia assumir o cargo, se optasse pela iniciação sexual antes do casamento” (GOMES, 2022, p. 40). Nesse contexto ela foi escritora, jornalista e professora. Aposentada, em Maçaricó, lugarejo a dez quilômetros da Vila de Guimarães, Maria Firmina fundou a primeira escola mista de primeiro grau do Brasil e gratuita, onde meninas e meninos, filhos e filhas de negros escravizados lavradores, estudavam juntos aos filhos do fazendeiro. Essa escola funcionou até 1890. Para a sociedade patriarcal, machista e escravagista daquela época, essa iniciativa dela era um escândalo, sendo alvo de críticas. Por isso, Maria Firmina acabou fechando a escola mista de primeiro grau que fundou (GOMES, 2022; LOBO, 2022; MIRANDA, 2019; ADLER, 2018; LOBO, 2011; MOTT, 1988).

No Brasil contemporâneo, Maria Firmina dos Reis é considerada a primeira romancista abolicionista, aos 29 anos, ela publicou *Úrsula* (1859), com o pseudônimo “Uma maranhense”. Em *Úrsula* (1859) ela narrou a realidade do povo negro e fez a defesa da liberdade. Ela também publicou em diversos jornais literários do estado, tais como: *Pacotilha*, *Eco da Juventude*, *Semanário Maranhense*, *O Federalista*, *A Verdadeira Marmota* e *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. Em 1861, publicou o romance indianista *Gupeva*, participou da antologia poética *Parnaso Maranhense*. Além disso, escreveu vários poemas em revistas literárias de São Luís, posteriormente reunidos em *Cantos à beira-mar* (1871), onde há poemas realistas, patrióticos e dedicados aos negros e voluntários da Pátria que foram lutar na Guerra do Paraguai (1864 - 1870). Em 1887, também publicou o conto *A escrava*. Maria Firmina dos Reis fez a defesa da abolição da escravização do povo negro no romance *Úrsula* e no conto “A escrava” (MIRANDA, 2019; SANTANA, 2019; ADLER, 2018; PINTO-BAILEY, 2018; CORREIA, 2013; LOBO, 2011; MOTT, 1988).

Maria Firmina dos Reis viveu em uma época em que a maioria das mulheres eram analfabetas, reservadas ao espaço da casa, da família patriarcal. Já os espaços públicos, político, literário e educacional eram majoritariamente dominados por homens, brancos e boa parte oriundos da elite. Maria Firmina não teve a oportunidade de ingressar em uma faculdade de Educação Superior, em São Luís – MA não existia, e as existentes no Brasil Império como em Salvador, Olinda, Rio de Janeiro e São Paulo não se destinavam as mulheres (GOMES, 2022; LOBO, 2011, MOTT, 1988).

No Brasil oitocentista, a Educação era diferenciada por sexos, sendo ancorada no patriarcado. Naquela sociedade escravagista e patriarcal, as mulheres oriundas de famílias com cabedal recebiam a educação das primeiras letras. A instrução feminina ocorria nas casas das famílias, ensinava-se a leitura e a escrita, aulas de dança e piano (FOLLADOR, 2009).

No século XIX, naquela sociedade escravagista, patriarcal, machista e racista, Maria Firmina dos Reis, foi uma mulher negra letrada e insurgente. Ela não se limitou aos papéis sociais destinados às mulheres de sua época, ou seja, serem apenas esposas submissas e mães, reservadas ao espaço da casa.

Maria Firmina dos Reis com suas “escrevivências” poéticas e políticas narrou às vivências do povo negro, defendendo a liberdade em *Úrsula* (1859), no conto *A escrava* (1887), e em outras publicações como poemas e o hino em saudação ao fim da escravização do povo negro, composto em 1888. Assim, ela interpelou a sociedade maranhense e brasileira acerca da História negra, afro-brasileira e indígena, e outras vivências do povo brasileiro nas produções literárias, por meio de seus romances, poemas, contos, hinos, entre outras publicações.

Ela em seus escritos também demonstrava a saudade materna e a condição de órfã. Em 1853, Maria Firmina dos Reis iniciou a escrita de sua autobiografia, *Álbum*. O *Álbum* foi escrito em um longo período da vida, desde nove de janeiro de 1853 a primeiro de abril de 1903, até aos 81 anos, quando ficou cega. Nessa publicação Maria Firmina se apresentou com uma mulher solteira, que adotou 11 crianças e quase cometeu suicídio. Há também o relato de “seu amor impossível por um homem mais jovem, que se casa com outra e parte da cidade para sempre.

Insinua que ele, apesar de corresponder ao seu amor, jamais a desposaria, por ser mulata e pobre” (LOBO, 2011, p. 115). Essa escritora abolicionista morreu em 11 de novembro de 1917, com 95 anos, pobre e cega (MIRANDA, 2019, LOBO, 2011).

Maria Firmina dos Reis viveu em uma época em que as pessoas pensavam que lugar de mulher era apenas o espaço da casa, ser esposa e mãe. Uma sociedade patriarcal, machista e racista que não reconheceu o protagonismo dessa professora, jornalista, escritora e abolicionista.

No final do século XIX, no Brasil, ela vivenciou o fim da escravização do povo negro e da Monarquia, e o advento da República. Embora Maria Firmina dos Reis tenha feito história no universo da produção literária, ela não enriqueceu, falecendo em 1917.

No Brasil contemporâneo, nos anos de 1970, Maria Firmina dos Reis foi redescoberta, intelectuais como José do Nascimento Morais Filho e Horácio Almeida foram primordiais para que isso ocorresse. Em 1973, por conta dos estudos e da pesquisa documental na Biblioteca Pública Benedito Leite do intelectual negro José do Nascimento Morais Filho, a produção literária de Maria Firmina dos Reis foi redescoberta e ganhou maior visibilidade, principalmente com a publicação *Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida* (1975). Ainda em 1975, Horácio Almeida foi responsável pela 2ª edição *fac-símile* do romance *Úrsula* (MIRANDA, 2019; MORAIS FILHO, 1975).

Em 1975, em São Luís, no Maranhão, no sesquicentenário (150 anos de nascimento) de Maria Firmina, ela recebeu várias homenagens, como a criação de um carimbo com uma marca filatélica, produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; foi inaugurado um busto da escritora na praça Pantheon, em São Luís - MA; publicação da edição fac-similiar do romance *Úrsula*; a Prefeitura Municipal de São Luís criou a Medalha de Honra ao Mérito; e na Assembleia Legislativa do Estado foi instituído o dia 11 de outubro como o Dia da Mulher Maranhense. Em Guimarães, MA, em 1975, também foram realizadas outras celebrações, como desfile em homenagem a Maria Firmina dos Reis. Desde 2007, o Centro de Ensino Nossa Senhora da Assunção promove a Semana Literária Maria Firmina dos Reis, e no dia do aniversário dessa escritora foi instituído feriado

municipal e celebrado o Dia da Mulher Vimarense, entre outras atividades comemorativas. Enfim, em São Luís - MA, a Academia Ludovicense de Letras, que tem como Patrona Maria Firmina dos Reis, busca reafirmar a relevância dessa escritora na literatura e historiografia maranhense e brasileira (MIRANDA, 2019; ADLER, 2018).

Outro fato peculiar na biografia de Maria Firmina dos Reis é que não há registro fotográfico dela. No século XIX, as pessoas oriundas da elite encomendavam pinturas para perpetuarem suas imagens e feitos, por isso contratavam pintores para fazerem seus retratos. Um exemplo disso foram às relações comerciais entre o governo imperial e o pintor Pedro Américo, formado pela Academia Imperial de Belas-Artes. Ele eternizou a imagem de D. Pedro I, na tela “Independência ou morte” (1888)²⁶. Naquela época as fotografias não eram populares como hoje. No Brasil contemporâneo, a imagem que se tem de Maria Firmina é com base na descrição de quem a conheceu, como Dona Nhazinha Goulart, criada pela romancista, na residência da Praça Luís Domingues, e Dona Eurídice Barbosa, que estudou com Maria Firmina na Escola Mista de Maçaricó. Segundo essas mulheres, Maria Firmina dos Reis era uma mulher com “rosto arredondado, cabelo crespo, grisalho, fino, curto, amarrado na altura da nuca; olhos castanho-escuros, nariz curto e grosso; lábios finos; mãos e pés pequenos; meã (1,58, aproximadamente), morena” (MORAIS FILHO, 1975, p. 259). Além disso, é interessante expor o equívoco que há em associar a imagem de Maria Firmina dos Reis com a da escritora, cronista, romancista, contista e jornalista Maria Benedita Câmara Bormann, pseudônimo Délia, que nasceu em 25 de novembro de 1853, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e faleceu em julho de 1895, no Rio de Janeiro (MIRANDA, 2019; ADLER, 2018; CORREIA, 2013).

Em 2019 e 2020, com base nessa descrição de quem viveu com Maria Firmina dos Reis, o artista plástico maranhense Luzinei Araújo pintou uma tela fazendo a representação dessa mulher negra, que compõe o acervo do Instituto Histórico Artístico e Geográfico, de Guimarães - MA.

²⁶ A tela “Independência ou morte” (1888), óleo sobre tela, de Pedro Américo, com dimensões 7,60m x 4,15m, faz parte do acervo do Museu Paulista, USP, em São Paulo capital.

Nos estudos históricos, no ensino de História, a Arte plástica, a pintura se constitui em uma fonte histórica, com potencial didático-pedagógico e nos possibilita a análise da experiência humana em determinado contexto histórico e tempo. Algumas questões teórico-metodológicas norteiam a análise da pintura: o contexto histórico em que o artista plástico se insere; a formação acadêmica do artista plástico, as linguagens verbais e não verbais utilizadas na representação se constituem “meio de expressão e comunicação entre nós, humanos, e podem ser percebidas pelos diversos órgãos dos sentidos, o que nos permite identificar e diferenciar categorias de linguagens” (FRANCHETTI, AMARO, 2012, p. 111).

Dessa forma, é relevante a crítica interna (o que se representa na pintura) e a crítica externa (a pesquisa sobre o contexto histórico do documento e da biografia do artista plástico), a fim de analisar a representação da obra pictórica, considerando o acervo e/ou espaço da cidade em que está a obra. No processo de análise da Arte plástica é importante considerar: a origem da pintura: quem fez, quando, para quem, onde está a obra de Arte; qual a finalidade da pintura; qual título da obra de Arte, é um tema original ou não, tem pessoas retratadas, quem são e como foram representadas, tem objetos retratados e como foram representados; qual técnica de pintura utilizada, como foram utilizados os contornos, cores, tons, sombreamentos e luminosidades; existem símbolos identificáveis, quais são; a obra de Arte permite várias interpretações; como se articulam os simbolismos com o tema da obra (FRANCHETTI, AMARO, 2012).

No Maranhão, constata-se a preocupação com a política de preservação da memória de Maria Firmina dos Reis, da história, de sua biografia, ou seja, da trajetória de vida, obra e legado, como também o interesse em difundir a imagem dela, conforme a descrição de quem conviveu com essa escritora, possibilitando a abordagem da História negra a partir da literatura e da pintura.

O artista plástico Luzinei Araújo fez uma pintura dando destaque a Maria Firmina dos Reis, sob encomenda do Instituto Histórico Artístico e Geográfico (IHAG), de Guimarães - MA. Ele nasceu em 13 de agosto de 1972, na cidade de Guimarães - MA, onde Maria Firmina viveu grande parte de sua vida e faleceu. Araújo gosta de representar em suas obras a questão regional. Ele afirma que o

“regionalismo ainda me toca muito pra pintar, esse é um dos temas que mais eu pinto” (ARAÚJO, 2022, p. 1).

Araújo relatou que é autodidata, desde criança tem o dom da pintura, desenvolvendo ao longo de sua trajetória de vida. Ele não fez Escola de Belas Artes, mas ao realizar estudos e outros cursos foi influenciado pela linguagem pós-impressionista da geração de Cézanne Galvani Van Gogh, e também pela linguagem realista, narrando o que se percebe e eterniza antes de pintar (ARAÚJO, 2022).

O artista plástico Luzinei Araújo fez a pintura de Maria Firmina dos Reis se inspirando no retrato-falado desta, feito pelos filhos de criação, obtido por José Nascimento Morais Filho e apresentado no livro *Maria Firmina: fragmentos de uma vida* (1975).

Tela: Maria Firmina dos Reis



Fonte: Maria Firmina dos Reis. Óleo sobre tela, 70 x 50 cm. Acervo: Instituto Histórico Artístico e Geográfico, de Guimarães - MA. Artista plástico maranhense Luzinei Araújo, produção artística realizada em 2019 e 2020.

O artista plástico Vimarense fez a representação da imagem (busto) de Maria Firmina dos Reis com olhar altivo, apresentando os traços fenotípicos como a pele

negra, os cabelos crespos, lábios e nariz negroides, com vestimenta simples em tom azul, distinta das roupas das “sinhazinhas” e senhoras da casa-grande daquela época. Assim, por meio da pintura se estabeleceu uma política de memória da imagem dessa intelectual insurgente, que por meio da literatura questionou a escravização do povo negro e fez a defesa da abolição no Brasil.

Enquanto se ampliam os estudos e as pesquisas acerca de Maria Firmina dos Reis, a vida, a obra e o legado no universo literário e historiográfico, ela tem tido mais visibilidade e recebido homenagens.

No Brasil contemporâneo, em novembro de 2022, em Paraty, no Rio de Janeiro, na Festa Literária Internacional de Paraty, a organização desse evento rendeu homenagem à Maria Firmina dos Reis, exaltando e reconhecendo o pioneirismo dessa escritora e suas obras, a:

genialidade, a linhagem da literatura abolicionista e que, após anos de apagamento, vem paulatinamente ganhando mais atenção, dentro e fora do Brasil. O ineditismo e a valentia do texto de Maria Firmina dos Reis são significativos para entender como ela ao mesmo tempo, leu o seu momento histórico e soube fabular a partir dele. Professora de primeiras letras em Guimarães, no Maranhão, sua obra prolífica se construiu praticamente em paralelo à literatura majoritariamente masculina e branca dos círculos literários brasileiros. A homenagem a ela vem em bom momento, tanto pela qualidade de sua produção em diversos gêneros, como pelo fato de que por bastante tempo ela ficou à margem da história canônica da literatura brasileira (RIO DE JANEIRO, FLIP, 2022, s/p.).

Por várias décadas, Maria Firmina e suas obras foram relegadas ao ostracismo, devido à narrativa da História baseada na Historiografia Tradicional e no cânone da literatura brasileira.

A biografia dessa escritora negra e seus escritos nos permitem revisitar a História do Brasil e o universo literário, (re)pensando as vivências, as lutas e as práticas de resistência do povo negro, das mulheres negras pela abolição, os papéis sociais reservados às mulheres segundo a sua origem étnico-racial na sociedade escravocrata dos oitocentos.

Conhecer a biografia de Maria Firmina dos Reis, ou seja, a trajetória de vida dessa mulher negra abolicionista, nos possibilita (re)pensar a História Política do Brasil, antes mesmo que o Movimento Abolicionista ganhasse força no Parlamento e intensificasse o debate público acerca do fim da escravização do povo negro em nosso país.

O estudo da biografia de personalidades negras abolicionistas na História do Brasil favorece a desconstrução de narrativas coloniais e estereótipos sobre o povo negro, as mulheres negras, dando visibilidade a outros atores sociais, para além da História Política Tradicional, que privilegiou a história dos “grandes homens”, geralmente brancos e da elite que compunham a esfera pública, política, militar e/ou religiosa.

Na perspectiva da Nova História Política, o estudo da biografia de pessoas, desde os “grandes homens” às pessoas comuns, ou seja, os sujeitos anônimos (homens e mulheres em sua diversidade étnico-racial, cultural e social) pode levar à análise e ao conhecimento da história coletiva de grupos sociais e/ou sociedade, em determinado tempo e espaço.

2.2 A opinião pública sobre Maria Firmina dos Reis e suas escrituras

No mundo contemporâneo, sob a égide do capitalismo neoliberal e da globalização, no final do século XX, e principalmente, nas duas últimas décadas do século XXI, o avanço das tecnologias de comunicação e informação, a internet, a comunicação em rede têm alterado as relações humanas, a vida cotidiana das pessoas. A mídia em suas diversas faces, como o rádio, a imprensa escrita, falada e/ou televisa nos (des)informa e interpela sobre o presente e/ou passado da história humana, buscando também formar a opinião pública acerca dos fatos, dos acontecimentos, propalando narrativas.

Para Célia Cristina da Silva Tavares (2012), nos últimos vinte anos, o avanço das tecnologias de comunicação e informação, a internet, a comunicação em rede, aliados ao crescimento de produção de equipamentos e programas para atender às demandas do mercado, têm modificado significativamente as relações humanas, os usos, costumes e práticas, principalmente entre os mais jovens, por meio do uso de telefones celulares cada vez mais sofisticados com uma série de recursos como comunicação por voz, imagem e texto, câmaras, internet e acesso à rede mundial, ao *Google* (1998), ao *Wikipedia* (2001), ao *Orkut* (2004), ao *Facebook* (2004), ao *Instagram* (2010), ao *Youtube* (2005), ao *Twitter* (2006), ao *WhatsApp* (2009), GPS; computadores, notebooks, *tablets* entre outros recursos tecnológicos (TRINDADE, 2022; TAVARES, 2012).

As transformações tecnológicas, a internet, o acesso à rede mundial, as redes sociais “possibilitam uma constante conexão entre as pessoas, uma intensa circulação de imagens, narrativas (blogs), registros jornalísticos, convocações para manifestações políticas [...]” (TAVARES, 2012, p. 302).

O acesso à internet e à rede mundial têm impactado as relações humanas, propiciando novas formas de pesquisa, entretenimento, trabalho como venda de produtos e/ou prestação de serviços, a realização de protestos individuais e/ou a organização de manifestações políticas coletivas, de encontros como os “rolezinhos” da juventude pobre e periférica em *shoppings*, a produção de conteúdos acerca de diversos temas tanto de pessoas comuns como de pessoas especializadas em diversas áreas, o surgimento de *digital influencer*, a difusão de conhecimento, de (des)informação, de narrativas, de *fake news* e/ou *deep fakes*, de discursos de ódio, etc.

Nas redes sociais os discursos de ódio (que já existiam na vida social) têm difundido o racismo, a xenofobia, o machismo, a misoginia, o classismo, entre outras práticas de opressão e discriminação. Entende-se por discursos de ódio “as manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou grupo social, em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe” (TRINDADE, 2022, 17).

O pesquisador Luiz Valério Trindade em seus estudos no Doutorado em Sociologia pela University of Southampton na Inglaterra, mapeou 109 páginas do *Facebook* e 224 artigos de jornais que abordaram vários casos de discursos racistas, entre os anos de 2012 e 2016, ele constatou que a maioria das vítimas eram mulheres negras, perfazendo 81% dos discursos de ódio. Por isso, Trindade relatou a urgência do combate aos discursos de ódio nas redes sociais e as narrativas negacionistas que versam sobre a não existência do racismo no Brasil. Beatriz Pereira ao dialogar com Luiz Valério Trindade, Procuradora da Fazenda Nacional e Integrante do Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade, PUC - SP, ressaltou que os discursos de ódio têm razões históricas e sociais, assentam-se no racismo, no machismo e nas questões de classe (TRINDADE, 2022).

Sendo assim, é imprescindível analisar as disputas de narrativas sobre o povo negro, as mulheres negras que circulam na internet, no mundo *on-line*, como nas redes sociais, em espaços como o *Youtube*, entre outros que proporcionam a formação da opinião pública acerca da História do Brasil e mundial.

Lycos, *Yahoo*, *Altavista* e *Google* são os mais conhecidos indexadores dos conteúdos das páginas que viabilizam o acesso à informação, poderosas empresas de informática que movimentam milhões de dólares por ano. Centenas de milhares de sites difundem informações e narrativas, proporcionando “análises de fatos históricos, cronologias, biografias, reproduções de imagens de quadros, esculturas, obras arquitetônicas, músicas, dicionários, enciclopédias, embora boa parte desse material não siga padrões acadêmicos ou científicos” (TAVARES, 2012, p. 308).

Diante dessa realidade, torna-se relevante analisar vídeos de divulgação científica disponíveis no *Youtube* que dão visibilidade as biografias de abolicionistas negros/as do Brasil oitocentista, a fim de analisar como nestes audiovisuais ocorrem o processo de construção da narrativa histórica e de formação da opinião pública acerca de fatos históricos.

Os audiovisuais da mídia, como novelas, filmes, documentários, séries, vídeos de divulgação científica, canais do *Youtube*, entre outros, chegam até nós por meio da internet, do cinema, do celular, entre outras formas de comunicação e informação. Esses audiovisuais, ou seja, o texto em movimento com imagens e sons nos encantam, difundindo narrativas de fatos da vida cotidiana e da história humana do passado e/ou presente, às vezes até projetam o futuro.

Ao longo dos anos de magistério na Educação Básica, e posteriormente, na Educação Superior, no ensino de História, quando se apresenta um filme e/ou do documentário, isso é um acontecimento em sala de aula, pois os/as estudantes se encantam com os audiovisuais, principalmente com os textos em movimentos, envolvendo falas, imagens, sons e trilhas sonoras, as músicas.

No âmbito da História Política renovada, para as historiadoras e os historiadores a mídia se apresenta como objeto de estudo, possibilitando novas abordagens. No estudo da mídia, é interessante compreendê-la no contexto social de produção, analisando quais são os meios que o Estado, os governantes, os

partidos, os grupos sociais de pressão têm para pressionar a mídia; e qual a influência desta na formação da opinião pública e na vida pública (JEANNENEY, 2003).

Os meios de comunicação social proporcionam novas formas de interação entre as pessoas situadas em diferentes contextos, por meio das imagens e informações difundidas, podendo influenciar e/ou modelar o curso de acontecimentos. Com a mídia há uma profusão de imagens, informações, opiniões e narrativas, sendo importante analisá-las (THOMPSON, 1998).

A mídia é um meio de comunicação pelo qual as pessoas difundem narrativas que são culturais e políticas. Assim, a mídia é um meio onde reverberam “as disputas políticas e sociais de cada época e pelo qual homens e mulheres de cada contexto expõem e difundem seus valores” (PAULA, 2018, p. 73).

Ao compreender que a mídia, especificamente o *Youtube* é um meio de comunicação social, de difusão de audiovisuais (filmes, documentários, reportagens, videoclipes, trailers de filmes, vídeos de divulgação científica, etc), de entretenimento, de conhecimento e um campo de disputas e difusão de narrativas. Por isso, é relevante compreender que nós não aprendemos História apenas na escola e nas Instituições de Ensino Superior.

Desta maneira, com base na Lei n. 10.639/2003, fundamentando-se no aporte teórico da Nova História Política, das epistemologias do Sul, particularmente nas epistemologias negras, ao dialogar com a historiografia, visa-se analisar a opinião pública sobre a escritora negra abolicionista Maria Firmina dos Reis e suas “escrevivências” nos vídeos de divulgação científica: “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro de Hewerton Souza, do canal de Hewerton Souza, e no programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), do canal Lili Schwarcz, ambos disponíveis no *Youtube*.

2.2.1 O vídeo de divulgação científica “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017)

No Brasil, após a aprovação da Lei n. 10.639/2003, ativistas do Movimento Negro, pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores, têm dado

visibilidade a pesquisa e ao ensino de História da África, repensando a História do povo negro, das mulheres negras no Brasil.

Assim, esses atores sociais buscam descolonizar o ensino de História, corpos e mentes, e o currículo escolar por meio de pesquisas, estudos e/ou produções culturais, sendo exemplos disso: os vídeos de divulgação científica sobre os/as abolicionistas negros/as em formatos de documentários (curta-metragem) do Projeto Pedagógico A cor da Cultura (2004), do canal Hewerton Souza e o programa do canal da Lili Schwarcz que serão analisados nesse trabalho; e as publicações de livros, como a *Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras* (2021), organizada por Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz, publicado pela editora Companhia das Letras, o livro *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX* (2019) de Nei Lopes, publicado pela editora Nova Fronteira, entre outras.

Entende-se documentário como um dos audiovisuais da mídia, distinguindo-se da ficção, pois tem um caráter fidedigno em relação ao que é apresentado. O termo documentário tem raiz na palavra documento. “uma espécie de aura da ‘verdade’ circunda essa pretensão – a condição de ‘atestar’ aquilo que foi captado pela câmera” (KAMINSKI, 2012, p. 188).

O documentário se constitui em um curta e/ou longa-metragem que estabelece a relação cinema-História, oriundo de pesquisas históricas minuciosas, podendo ser composto por materiais audiovisuais preexistentes, documentos de arquivos ou não, entrevistas/depoimentos, músicas, entre outros recursos (KAMINSKI, 2012).

O vídeo/documentário se compõe de imagens consideradas “não ficcionais”, sendo “resultantes de ações simuladas diante da câmera com alguma função didática ou ideológica e apresentadas dentro de um filme documentário” (KAMINSKI, 2012, p. 189). A composição do vídeo/documentário pode provocar o questionamento e/ou reflexão acerca da “suposta verdade daquilo que se vê na imagem” (KAMINSKI, 2012, p. 195).

Além disso, o vídeo/documentário produzido em determinado contexto histórico, de acordo com os critérios e objetivos particulares da direção, pode difundir novas significações e valores, ou seja, outras narrativas (XAVIER, 2012).

Senso assim, os vídeos de divulgação científica em formato de documentário são audiovisuais da mídia, distintos da ficção, pois estabelecem a relação cinema-História. Por meio desses vídeos de divulgação científica é possível revisitar o passado, interpelar as pessoas no tempo presente, propalar outras narrativas, novas significações, valores e subjetividades, e mais, formar a opinião pública acerca de acontecimentos, de fatos históricos.

O vídeo de divulgação científica “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro do maranhense Hewerton Souza, disponível no *Youtube*²⁷, tem o formato de documentário, um curta-metragem, com duração de quatro minutos, trinta e cinco segundos, com ambientação a cidade de Guimarães, no Maranhão, onde Maria Firmina dos Reis foi morar aos cinco anos, permanecendo lá até falecer em 1917. Esse audiovisual tem como personalidade negra central Maria Firmina dos Reis, representada pela atriz Joselita Pereira, também mulher negra.

Esse audiovisual iniciou com imagens do horizonte da cidade de Guimarães - MA, onde Maria Firmina dos Reis viveu entre os cinco e 95 anos, falecendo em 1917. Diversas imagens foram apresentadas, tais como de Maria Firmina dos Reis, da casa onde ela viveu em Guimarães - MA, do romance *Úrsula* (1859), de negros em um mercado de escravizados e de uma mulher negra presa no pelourinho e o capitão do mato. Imagens que fizeram a representação da sociedade escravocrata brasileira, do século XIX.

²⁷ O vídeo de divulgação científica “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro do maranhense Hewerton Souza, foi postado no próprio canal de Hewerton Souza, no *Youtube*, em treze de novembro de 2017. Em quatorze de outubro de 2020, quando eu estava mapeando documentários sobre Maria Firmina dos Reis no *Youtube*, chamou-me atenção esse vídeo em formato de documentário, um curta-metragem. Assisti ao vídeo/documentário e selecionei para análise nesse trabalho. A ideia de pesquisar sobre mulheres negras abolicionistas surgiu quando eu realizei o curso on-line “Pensadoras negras brasileiras”, 1ª edição, em 2020, nos tempos da pandemia da COVID-19. Até 23 de junho de 2022, às 16:04 h, o canal de Hewerton Souza tinha 695 inscritos e o vídeo: “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” 2,3 mil visualizações. Ver Anexo 1 desse trabalho.

Maria Firmina dos Reis: “Uma maranhense”, mulher negra, professora, escritora, jornalista e abolicionista insurgente



Fonte: Imagem de Maria Firmina dos Reis, representada por Joselita Pereira no audiovisual “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017), de direção e roteiro de Hewerton Souza. Disponível em:< <https://youtu.be/BoHwr3LOcUo> > Acesso em: 20 mar. 2021

O vídeo de divulgação científica tem uma narrativa biográfica, foi apresentado por Joselita Pereira em primeira pessoa do singular, fazendo a representação de Maria Firmina dos Reis, em Guimarães - MA.

No audiovisual as escrevivências firminiana de liberdade do povo negro foram enaltecidas. A atriz Joselita Pereira está em um escritório, rodeada de estantes com livros, sentada, utilizando uma escrivaninha, com a caneta pena tinteiro na mão e papel, escrevendo e declamando o “Hino de libertação dos escravos” (REIS, 1888) letra e música de autoria de Maria Firmina

dos Reis: “Salve a Pátria do Progresso! / Salve! Salve Deus a igualdade! / Salve! Salve o Sol que raiou hoje/ Difundindo a Liberdade” / Quebrou-se enfim a cadeia/ Da nefanda Escravidão! Aqueles que antes oprimias / Hoje terás como irmão” (REIS, 1888, s/p.).

Nesse vídeo-documentário Joselita Pereira assumiu a identidade de Maria Firmina dos Reis, afirmando: “Eu sou Maria Firmina dos Reis, sou escritora, professora, nasci em São Luís, no dia 11 de março de 1822. Mas, sou guimareense

de coração. Guimarães me acolheu aos cinco anos e aqui fiquei até a morte” (SOUZA, 2017).

Na narrativa biográfica acerca de Maria Firmina dos Reis foram ressaltados momentos significativos da História do Brasil, como a escravização do povo negro em nosso país, ou seja, a “segregação social e racial”. Deu-se ênfase a alguns fatos da trajetória de vida dessa mulher negra, expressando o protagonismo de Maria Firmina dos Reis, como professora e escritora: a fundação de uma escola mista (com meninas e meninos na mesma sala de aula), em Maçaricó, lugarejo localizado a dez quilômetros de Guimarães - MA, escandalizando a sociedade daquela época; a publicação de *Úrsula* (1859) com o pseudônimo “Uma maranhense”. Considerado o primeiro romance abolicionista, de autoria feminina e negra, em um contexto histórico em que a produção literária era majoritariamente dominada por homens brancos letrados.

Ao longo desse curta-metragem, enquanto Joselita Pereira fazia a representação de Maria Firmina dos Reis, diferentes tomadas compuseram o vídeo/documentário, apresentando imagens de negros no mercado de escravizados, uma mulher negra presa no pelourinho e o capitão do mato, Maria Firmina em um escritório, redigindo seus escritos e posteriormente na varanda de sua casa.

Na varanda da casa, em Guimarães - MA, Joselita Pereira finalizou a apresentação de Maria Firmina dos Reis asseverando: “Faleci no dia 11 de novembro de 1917, tenho orgulho da minha história, fui uma mulher a frente do meu tempo, rompi padrões femininos e descordilhei novos horizontes para as mulheres negras brasileiras. Eu sou Maria Firmina dos Reis” (SOUZA, 2017).

No vídeo de divulgação científica, a apresentação da biografia de Maria Firmina dos Reis ocorreu por meio de diferentes linguagens, como falas, textos, imagens de época e do tempo presente, e trilha sonora, as músicas. Assim, construiu-se e difundiu a imagem de uma mulher ativa, inteligente, professora, escritora, abolicionista e insubmissa, que com suas escrevivências de liberdade enfrentou a sociedade patriarcal e racista do Brasil Imperial.

A apresentação da biografia de Maria Firmina dos Reis no vídeo-documentário “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017), de

direção e roteiro de Hewerton Souza, possibilitou (re)pensar a História do Brasil oitocentista, o povo negro e as mulheres negras na diáspora africana forçada, os papéis sociais destinados às mulheres na sociedade oitocentista. Isso proporcionou a formação da opinião pública sobre o protagonismo de Maria Firmina dos Reis na luta pela abolição da escravidão.

Assim, o audiovisual possibilitou a desconstrução de estereótipos acerca das mulheres negras representadas apenas como à “empregada doméstica”, a “mãe preta” e/ou a “mulata” do carnaval no Brasil contemporâneo, como ressaltou Lélia Gonzalez (1981) em seus estudos.

O vídeo-documentário de Hewerton Souza abriu caminhos para pensarmos a formação de gerações e gerações de uma intelectualidade negra no contexto da literatura brasileira, constituída por mulheres negras, tais como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, entre outras.

2.2.2 O programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), do canal Lili Schwarcz

No canal da Lili Schwarcz, no programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019), disponível no *Youtube*²⁸, a pesquisadora Lilian Schwarcz, antropóloga e historiadora, professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP) e *Global Scholar* na Universidade de Princeton, colunista e curadora, apresentou a biografia de Maria Firmina dos Reis.

Quais narrativas são difundidas sobre Maria Firmina dos Reis e formam a opinião pública no Canal da Lili Schwarcz? O que essa pesquisadora tem a nos ensinar sobre Maria Firmina, visto que assinou o “Manifesto contra cotas raciais” em 2006? E posteriormente, veio a público e expressou seu apoio às ações afirmativas, lançando “Meu manifesto a favor das cotas”²⁹ no Facebook Lilia Schwarcz, em três de julho de 2019.

²⁸ O programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis”, do canal da Lili foi postado em vinte e nove de agosto de 2019, no *Youtube*. Até 23 de junho de 2022, às 15:56 h, esse canal tinha 142 mil inscritos e o vídeo sobre Maria Firmina dos Reis 38 mil visualizações. Ver Anexo 2 desse trabalho.

²⁹ Ver o manifesto a favor das cotas raciais da professora Lilia Schwarcz publicado em seu *Facebook* no Anexo 4 desse trabalho.

No Brasil, o Movimento negro tem feito o questionamento dos espaços de privilégios das pessoas brancas na sociedade, ou seja, da branquitude, e mais, a defesa da implementação das políticas públicas de ações afirmativas, as cotas raciais como política de reparação ao povo negro, que teve seus ancestrais escravizados por mais de 300 anos e no pós-abolição conquistou a liberdade sem cidadania, permanecendo relegado à pobreza. A branquitude pode ser entendida como “resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para brancos e não-brancos” (SILVA, 2017, p. 23).

Em 2006, havia o debate público acerca da implementação das cotas raciais nas Instituições de Ensino Superior (IES) em nosso país, quando surgiu o manifesto contra as cotas raciais, sendo assinado por personalidades, intelectuais e artistas. O “Manifesto contra cotas raciais” (2006) em sua íntegra está no Anexo 3 desse trabalho. Desde a colonização ao colonialismo, as relações étnico-raciais foram hierarquizadas e permeadas por opressões, como o racismo, o machismo, a intolerância religiosa e/ou racismo religioso, entre outras práticas de discriminação. As pessoas brancas foram associadas a “civilização” e a “beleza”, ocupando espaços de poder como profissões com melhor remuneração, as universidades, a política institucional, entre outros, em detrimento das pessoas não-brancas, como negros e indígenas. As desigualdades sociais, raciais e de gênero construídas historicamente reverberam no Brasil contemporâneo, por isso os/as ativistas do movimento negro e pessoas de outras etnias atentas a isso são a favor das cotas raciais.

Considerando esse contexto histórico de lutas travadas por ativistas do movimento negro, no programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” do Canal Lili Schwarcz, com três minutos e cinquenta e três segundos de duração, a historiadora assumiu o papel de pesquisadora-narradora, apresentando a biografia da escritora negra na perspectiva da Educação antirracista.

As “escrevivências” de Maria Firmina dos Reis no canal da Lili Schwarcz



Fonte: Programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis”. Disponível em: <<https://youtu.be/UmlcAf3I9sM>> Acesso em: 20 mar. 2021

Lilian Schwarcz (2019) iniciou a narrativa nos interpelando quando falou: “Maria Firmina dos Reis pode ser considerada a primeira escritora negra do Brasil, mas você a conhece?” (SCHWARCZ, 2019), nos instigando a pensarmos sobre essa questão.

Ela narrou a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis e suas “escrevivências”. Lilian Schwarcz (2019) expôs múltiplos fatos relevantes que marcaram a trajetória de vida, a biografia de Maria Firmina dos Reis, tais como:

- o nascimento dessa mulher negra em 1822 (ressaltando que há pessoas que afirmam que ela nasceu em 1825, sendo filha de Maria Felipa);
- a formação de professora;
- a aprovação de Maria Firmina no concurso estadual para uma Cadeira de Instrução Primária na Vila Guimarães (sendo a única a ser aprovada) e a nomeação como professora de Primeiras Letras, em 1847, conforme documento da Assembleia Provincial do Maranhão;
- a conquista do primeiro lugar na História da Educação Brasileira, tornando-se “Mestra Régia”;
- a fundação da escola mista e a atuação como professora;

- a escritora Maria Firmina e o romance *Úrsula* (1859), salientando as “escrevivências” firminiana e a preocupação com a abolição da escravidão.

Com base nos resultados de pesquisas documentais no acervo do Arquivo Público do Estado do Maranhão realizadas por de Dilercy Aragão Adler (2017) e Agenor Gomes (2022), ambos maranhenses, Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822, dirimindo as controvérsias sobre a data de nascimento dessa escritora abolicionista.

Conforme a pesquisa documental no acervo do Arquivo Público maranhense, Agenor Gomes (2022), natural de Guimarães - MA, juiz de Direito em São Luís - MA, pós-graduado em História e Cultura no Brasil, graduado em Direito e crítico literário, ressaltou que Maria Firmina dos Reis era oriunda de um relacionamento extraconjugal, filha de uma negra forra, Leonor Felippa dos Reis e de João Pedro Esteves. João Pedro Esteves compôs o corpo da Companhia Franca do Maranhão, em São Luís, como furriel (patente militar superior a cabo e inferior a sargento). Após a Independência do Brasil, ele foi promovido a tenente. Maria Firmina dos Reis era vista como “filha ilegítima” de João Pedro Esteves. Ela era sobrinha de Sotero Reis, um celebrado gramático e ocupante de cargos de prestígio no governo provincial, mas Maria Firmina não circulou pelos espaços privilegiados desse tio (GOMES, 2022; LOBO, 2022).

Maria Firmina dos Reis não frequentava os espaços dos “grandes homens” que dispunham de cabedal, da elite. Viveu com sua família e ouvia as histórias referentes ao tráfico negreiro e a escravização do povo negro, que eram contadas pelas mulheres negras que conviveu como Engrácia, Leonor e Lauriana.

Ela cresceu ouvindo os relatos de sua avó Engrácia Romana da Paixão e sua mãe Leonor, pois ambas tinham sido escravizadas do comendador Caetano José Teixeira, dono do navio *Vitória*, que era utilizado para o tráfico negreiro África-Brasil, com rotas frequentes o porto de Cacheu, na Guiné, com destino o porto de São Luís - MA. Posteriormente, Engrácia e Leonor foram negociadas com Balthazar José dos Reis, pai de Sotero Reis, depois elas conquistaram a alforria. Outra mulher negra escravizada que Maria Firmina conviveu, Lauriana, a mãe de Guilhermina. Maria Firmina dos Reis chamava Guilhermina de “irmã querida” (GOMES, 2022, p. 31),

conforme seus escritos no diário. Lauriana havia nascido na costa ocidental africana, foi capturada e trazida à força para o Brasil, ela narrava a tragédia humana vivida por africanos no navio negreiro. Lauriana faleceu com 85 anos, em Guimarães - MA. No século XIX, na Província do Maranhão, em Guimarães, a produção de cal de concha e arroz movimentava a economia, utilizando o trabalho de negros escravizados. A província maranhense também se destacou com a produção de algodão, sendo beneficiada com a Guerra de Secessão (1861 - 1865) dos Estados Unidos, ao substituí-los na exportação de algodão (GOMES, 2022).

No século XIX, nessa sociedade agrária, escravocrata e patriarcal, Maria Firmina dos Reis nasceu, cresceu e viveu boa parte de sua vida, convivendo com as mulheres negras escravizadas e forras, que narravam suas experiências de vida, em diversos contextos históricos, desde a África ao tráfico negreiro, as condições de vida no Brasil. As vivências com o povo negro, as mulheres negras influenciaram a escritora Maria Firmina dos Reis, ou seja, suas escrevivências poéticas e políticas, no contexto do Romantismo.

O Romantismo brasileiro se iniciou em 1836, com a revista *Niterói*, na França, com os redatores Domingos Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Manuel de Araújo Porto Alegre, com o propósito de ser uma “revista brasiliense, de ciências, letras e artes” (LOBO, 2022, p. 16). Mas, essa revista só teve dois números. Após a Independência do Brasil, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, o grupo de Paris voltou a se reunir com o apoio de D. Pedro II, que almejava uma agenda nacionalista para o Brasil, representada pelo Romantismo. Assim, uniram-se a esse grupo Joaquim Manoel de Macedo, Gonçalves Dias e Francisco Adolfo de Varganhen. O manifesto da revista *Niterói* foi um marco cronológico para a história da literatura brasileira. Na primeira fase, de predominância da poesia indianista, pode-se destacar o poeta maranhense Gonçalves Dias com as *Poesias americanas*, de 1845, entre outras obras. Na segunda fase, chamada de egoica ou subjetivista, Álvares de Azevedo com a *Lira dos vinte anos*, de 1853, e Casimiro de Abreu com as *Primaveras*, de 1859; na terceira, surgiu a poesia parnasiana, de caráter realista e patriótico, destacando-se Maria Firmina dos Reis com a defesa do negro escravizado e da abolição em suas publicações, como no romance *Úrsula* (/1859),

em poemas de *Cantos à Beira-mar* (1871) e no conto *A Escrava* (1887) (GOMES, 2022; LOBO, 2022).

Nesse sentido, no Brasil oitocentista, as escrevivências de Maria Firmina dos Reis foram influenciadas tanto pelas vivências com as mulheres negras escravizadas e/ou forras, como também pelo Romantismo, o realismo e o patriotismo.

Ela não se eximiu em denunciar as contradições existentes na sociedade brasileira pós-Independência, como o racismo, a manutenção da escravização do povo negro, as hierarquizações étnico-raciais e de gênero, o machismo, e outras práticas de opressão do patriarcado, como os assassinatos e a violência de gênero. Ainda nesse capítulo, essas questões serão problematizadas na análise do romance *Úrsula*.

A historiadora Lilian Schwarcz (2019) no programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” apresentou a escritora Maria Firmina dos Reis, por meio da narrativa biográfica. Essa produção cultural foi organizada com diversas tomadas: desde a biografia às “escrevivências” firminiana, como os romances *Úrsula* (1859) e *Gupeva* (1861), o hino à libertação dos escravizados, entre outras; imagens dos intelectuais redescobridores de Maria Firmina, como Horácio Almeida e José do Nascimento Morais Filho, que deram visibilidade ao pioneirismo dessa professora e escritora no âmbito da literatura negra.

Ela nos interpelou acerca da trajetória das mulheres, especificamente das mulheres negras no Brasil, problematizando que não foi por acaso que Maria Firmina dos Reis morreu pobre e cega, e sua redescoberta tardia no Brasil, embora seu protagonismo e pioneirismo no universo literário negro.

Lilian Schwarcz (2019) relatou e enfatizou que a demora de reconhecimento da produção literária de Maria Firmina dos Reis e de outros intelectuais negros em nosso país, foi e é algo peculiar na carreira profissional destes. Por isso, ela no curta-metragem asseverou: “O que nós sabemos hoje, é que Maria Firmina teria morrido em 1917, aos 95 anos, pobre e cega. Não há como eu já disse acaso ou coincidência também nessa biografia de Maria Firmina” (SCHWARCZ, 2019, s/p.).

Posteriormente, Lilian Schwarcz (2019) terminou o programa lendo o “Hino de libertação dos escravos” (1888) de autoria da intelectual negra Maria Firmina dos Reis. Ela em suas considerações finais ressaltou que após a abolição da escravidão no Brasil e o advento da República, o povo negro foi relegado à exclusão social, a tão sonhada igualdade não se efetivou na sociedade brasileira. Isso nos instigou e instiga a pensarmos os papéis sociais destinados ao povo negro, as mulheres, em especial as mulheres negras, aos/as intelectuais negros em nosso país.

Segundo a filósofa Djamila Ribeiro (2019) “[o]s homens brancos são maioria nos espaços de poder. Esse não é um lugar natural, foi construído a partir de processos de escravização” (RIBEIRO, 2019, p. 34). Por conta da sociedade ocidental, eurocêntrica, patriarcal, machista e sexista, as “mulheres brancas são discriminadas por serem mulheres, mas privilegiadas estruturalmente por serem brancas” (RIBEIRO, 2019, p. 34).

No programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis”, Lilian Schwarcz demonstrou que é uma pesquisadora atenta a Educação antirracista, problematizando a realidade do povo negro, das mulheres negras e dos/das intelectuais negros, em diferentes contextos da História do Brasil, convidando-nos a (re)pensar a sociedade brasileira, os espaços de privilégios da branquitude, como também o racismo, sem naturalizá-los.

Enfim, os vídeos de divulgação científica, o vídeo/documentário “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017) de direção e roteiro de Hewerton Souza e o programa “Biografia: Maria Firmina dos Reis” (2019) de Lilian Schwarcz têm suas singularidades e potencial educativo, constituindo-se em aulas de História para além dos muros da escola e da universidade, nos questionando acerca da História do Brasil, da biografia e das “escrevivências” da abolicionista Maria Firmina dos Reis, dos papéis sociais reservados ao povo negro, às mulheres, às mulheres negras na sociedade brasileira.

Esses audiovisuais possibilitaram (re)pensar a História Política no Brasil oitocentista, a desconstrução de narrativas coloniais e estereótipos sobre as mulheres negras, ao apresentarem a biografia e as escrevivências de uma

intelectual insurgente como Maria Firmina dos Reis, que por meio da literatura denunciou a desumanidade da escravização do povo negro e defendeu a abolição.

Os vídeos de divulgação científica permitiram e permitem as pessoas que acessam aos canais do *Youtube*, o conhecimento da biografia, ou seja, da trajetória de vida de uma mulher negra insubmissa, Maria Firmina dos Reis, “Uma maranhense”, que nasceu em São Luís - MA em 1822, viveu boa parte da vida em Guimarães - MA, faleceu em 1917, foi redescoberta no Brasil contemporâneo, principalmente, a partir da década de 1970, e ganhou maior visibilidade com a aprovação das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008.

Considerando que o Brasil é o terceiro maior mercado no mundo que acessa ambas plataformas digitais *Youtube* com 105 milhões de usuários e o *Instagram* com 95 milhões de usuários (TRINDADE, 2022). É muito relevante a pesquisa, a análise e estudo das narrativas históricas acerca da História do Brasil, do povo negro e das mulheres negras nesse espaço midiático, visto que os vídeos de divulgação científica postados no *Youtube* difundem formas de ver, conceber, analisar e compreender fatos históricos do passado e/ou do presente, formando a opinião pública, além de promover o entretenimento das pessoas.

Sempre que eu assisto aos vídeos de divulgação científica relativos à História e cultura africana e afro-brasileira, ao povo negro, as mulheres negras no Brasil, desperta também a curiosidade em verificar como os conteúdos que compõem o currículo escolar são apresentados aos/as estudantes nas escolas.

Ao folhear as páginas dos livros didáticos de História do 8º ano do Ensino Fundamental II, da Educação Básica, da rede pública estadual do Paraná, *História: sociedade & cidadania* PNLD (2020), de Alfredo Boulos Júnior (2018), e de um colégio privado da cidade de Maringá - Paraná, *História doc*, de Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho (2019), em uma análise preliminar se constatou que nas publicações as personalidades com maiores destaques foram os homens abolicionistas, em detrimento das mulheres.

No livro didático de Alfredo Boulos Júnior (2019) os abolicionistas com destaques, por meio de imagens e textos biográficos em um box da página do livro didático, foram homens negros abolicionistas, como: André Rebouças, José do

Patrocínio e Luiz Gama. Abaixo do Box, no final da página 206 do livro didático, foi citada Maria Firmina dos Reis e duas publicações: *Úrsula* (1859) e o conto “A escrava” (1887), tendo menor visibilidade.

Já no livro didático organizado por Vainfas, Ferreira, Faria e Calainho (2019), especificamente nas páginas 178 a 181, os abolicionistas homens tiveram maior destaque também: Francisco José do Nascimento, conhecido como Dragão do Mar, Luiz Gama e José do Patrocínio.

No livro didático *História doc* (2019), embora se tenha duas mulheres na organização dessa publicação, as mulheres negras abolicionistas não foram mencionadas, por exemplo: a escritora negra Maria Firmina dos Reis. Isso nos indica que na narrativa da História do Brasil, as mulheres negras ainda continuam sendo invisibilizadas em algumas publicações que chegam aos/as estudantes na Educação Básica, no estado do Paraná.

Os livros didáticos indicam caminhos iniciais para o estudo de conteúdos e abordagens de temáticas que compõem o currículo escolar. Desta maneira, é importante a formação inicial e continuada de professoras e professores, contemplando novas abordagens, novos objetos, novas fontes históricas e metodologias no ensino da História Política do Brasil, a fim de construir caminhos para o questionamento e /ou a problematização de narrativas coloniais ancoradas no paradigma ocidental, eurocêntrico, patriarcal, machista, sexista e racista.

O ensino de História Política do Brasil, a abordagem da temática “As personalidades negras abolicionistas na mídia”, como a biografia e as “escrevivências” poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis no âmbito da literatura negra, é um dos caminhos possíveis para a Educação antirracista, estabelecendo o diálogo sobre raça, gênero e classe.

2.3 As escrevivências poéticas e políticas em *Úrsula* (1859) de Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis com o pseudônimo “Uma maranhense”, em 1859, publicou o romance *Úrsula*, a partir do enredo de um casal de apaixonados protagonistas Tancredo e Úrsula (pessoas brancas), ela nos apresentou a sociedade

escravocrata, patriarcal, racista e machista daquela época, dando visibilidade ao povo negro escravizado como Túlio e mãe Susana e defendendo a abolição.

No romance *Úrsula*, principalmente nos capítulos “12. Foge”, “18. A dedicação”, “19. O despertar” e “20. A louca”, Maria Firmina dos Reis também denunciou: a violência de gênero de que a personagem central foi alvo, Úrsula, devido aos assédios do tio Fernando P., o comendador; e as práticas de violências desse comendador, como os assassinatos que cometeu.

Esse romance é composto por 20 capítulos, organizado com a narradora, e falas de personagens que compõem o enredo, ou seja, a história. Ao ler *Úrsula*, eu constatei temas recorrentes na obra de Maria Firmina dos Reis: a condenação da escravização do povo negro; o projeto de abolição da escravização do povo negro; a defesa da liberdade do povo negro; as relações transatlânticas entre Brasil - África nos tempos da colonização portuguesa na América: o tráfico negreiro e a desumanidade; a família patriarcal e formas de opressão: a violência de gênero, os assassinatos e a escravidão negra.

A partir desses temas recorrentes serão selecionados fragmentos/excertos do romance *Úrsula* (1859) para análise das escritas poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis, no século XIX:

A condenação da escravização do povo negro

Tancredo ao cavalgar pela mata sofreu um acidente e desmaiou, foi encontrado e socorrido pelo jovem Túlio, negro escravizado. Túlio levou Tancredo para a casa da senhora Luiza B., mulher branca, viúva, paralítica e mãe de Úrsula (filha única). Na casa da senhora Luiza B. Tancredo recebeu cuidados até se recuperar.

No romance *Úrsula*, enquanto Maria Firmina dos Reis relatou esses fatos, ela em suas escritas poéticas condenou a escravização do povo negro no Brasil oitocentista:

[...] O mancebo respirava.

- Que ventura! – então disse ele, erguendo as mãos para o céu – que ventura podê-lo salvar!

O homem que assim o falava era um pobre rapaz, que ao muito parecia contar vinte e cinco anos, e que ria franca expressão de sua fisionomia: deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem

formado. O sangue africano fervia-lhes nas veias; o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava, porque se lhe erguia como barreira o poder do forte contra o fraco. Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo da sua miséria.

Assim é que o triste escravo arrasta a vida de desgostos e de martírios, sem esperança e sem gozos!

[...] E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma, porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos, e puros em sua alma. Era infeliz, mas era virtuoso [...].

[...] o negro redobrava de cuidados de novo aflito pela mudez do seu doente.

[...] Quem és? perguntou o mancebo ao escravo apenas saído do seu letargo. – Por que assim mostras interessar-te por mim?

- Senhor! - balbuciou o negro – vosso estado... Eu - continuou, com o acanhamento que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço vos posso prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me...

- Eu? – atalhou o cavaleiro com efusão de reconhecimento – eu perdoar-te! Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu – e fitando-o apesar da perturbação do seu cérebro, sentiu pelo jovem negro interessa igual talvez ao que sentia por ele (REIS, 2018, p. 101-102; 103).

No século XIX, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras no romance *Úrsula* expôs o quanto era desumana a prática de escravização do povo negro na América, no Brasil, destoando do pensamento racista vigente daquela época. Túlio, homem negro escravizado, foi descrito como uma pessoa (e não como “mercadoria”), provido de plena humanidade.

É interessante ressaltar que desde o século XV, dos tempos de colonização europeia ao século XIX, com base na religião, a igreja Católica difundia a Teoria Camita, que estigmatizava negros como descendentes do personagem bíblico Cam, qualificando-os como “indignos”. Sendo assim, com base nessa teoria os povos africanos estavam fadados à escravização. Na perspectiva da cartografia europeia, a África era concebida como “inferior”, pois seu conjunto de terras estava situado abaixo do continente da Europa. As terras quentes do continente africano eram associadas ao “inferno” (SERRANO, WALDMAN, 2010).

Posto que a Ciência moderna foi se constituindo ancorada nas teorias raciais oriundas da Europa e dos Estados Unidos, o racismo científico deu base para as desigualdades sociais e raciais, por conta da hierarquização das “raças”. O branco era concebido como “raça superior” enquanto os não-brancos eram vistos como

“raças inferiores”, que deviam ser “civilizados”, “colonizados”. Assim, os europeus tinham um “fardo”, ou seja, a “missão civilizadora” (SERRANO, WALDMAN, 1995, p. 3) dos povos conquistados da Ásia, da África e da América. Na segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX, houve a emergência de um sistema classificatório dos seres humanos, o marco foi o livro *Systema naturae* (1778), de Charles Linné, classificando o *homo sapiens* em cinco variedades: homem selvagem, americano, europeu, asiático e africano. Esse sistema classificatório descreveu apenas o europeu como civilizado: “[c]laro, sanguíneo, musculoso, cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por veste justas. Governado por leis” (HERNANDEZ, 2005, p. 19). Enquanto os povos não-brancos foram inferiorizados, como se constata a seguir:

- o homem “selvagem”: “[q]uadrúpede, mudo e peludo” (HERNANDEZ, 2005, p. 19);
- os povos americanos: “[c]or de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes” (HERNANDEZ, 2005, p. 19);
- os povos asiáticos: “[e]scuro, melancólico, rígido; cabelos negros, olhos escuros, severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões” (HERNANDEZ, 2005, p. 19);
- os povos africanos e seus descendentes, os negros foram descritos como “fleumático, relaxado. Cabelos negros e crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho” (HERNANDEZ, 2005, p.19).

Desse modo, desde a colonização ao colonialismo, por meio do discurso eurocêntrico se construiu um “complexo de inferioridade” (FANON, 2008, p. 95) sobre os povos não-brancos, ou seja, asiáticos, africanos e americanos (SERRANO, WALDMAN, 2010; FANON, 2008; HERNANDEZ, 2005; MUNANGA, 1999).

Maria Firmina dos Reis em suas escrituras questionou o racismo, a escravização do povo negro, contrapondo-se as narrativas coloniais, a esse “complexo de inferioridade” sobre os povos não-brancos.

O projeto de abolição da escravização do povo negro

Maria Firmina dos Reis em suas escrevivências seguiu com a condenação da escravização do povo negro e defesa da abolição, ao dar continuidade ao diálogo entre Tancredo e Túlio no romance *Úrsula*:

- Como te chamas, generoso amigo? Qual é a tua condição?
 - Eu, meu senhor – tomou-lhe o escravo, redobrando suas forças para não mostrar cansaço – chamo-me Túlio.
 - Túlio! Repetiu o cavaleiro – e de novo interrogou:
 - A tua condição, Túlio?
- Então o pobre e generoso rapaz, engolindo um suspiro magoado, respondeu com amargura, malgrado seu, mal disfarçada:
- A minha condição é de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis de amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah, escravo é tão infeliz!... tão mesquinha, e rasteira é a sua sorte, que...
 - Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro. – Dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e maldição em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante (REIS, 2018, p. 105 - 106).

No romance *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis a temática social foi preponderante, ou seja, a condenação da escravização do povo negro no Brasil pós-Independência, uma “chaga aberta na sociedade oitocentista patriarcal” (GOMES, 2022, p. 41). Por isso, esse romance se tornou um “gênero literário não recomendado ao público feminino pela sociedade patriarcal” (GOMES, 2022, p. 41).

Nas escrevivências firminianas, de forma explícita houve a condenação da escravidão na sociedade dos oitocentos, denunciando a condição do personagem Túlio e vislumbrando um projeto abolicionista, onde todas as pessoas em sua diversidade étnico-racial estariam livres.

A defesa da liberdade do povo negro

Após os cuidados de Túlio, na casa de Luiza B., Tancredo restabeleceu a saúde. Nessa casa, Tancredo conheceu Úrsula e ambos ficaram enamorados um pelo outro. Úrsula era filha única de Luiza B., jovem, moça, bela e donzela (virgem). Tancredo (homem branco, formado em Direito) como gratidão concedeu um pecúlio aquele jovem negro escravizado, para que pudesse comprar sua alforria. Assim, Túlio conquistou a liberdade:

MUITOS DIAS SE PASSARAM JÁ, e Túlio, menos preocupado, mostrava-se feliz e comunicativo. Luiza B. o tinha incumbido do serviço exclusivo do seu hóspede, que começava a redobrar as forças, o que ele atribuía aos cuidados do jovem negro, e da formosa donzela, e ao ar puro que ali respirava. Com efeito ele ia a melhor, e a dia dava esperanças de próxima convalescença. Arazia-se com essa notícia a boa senhora Luiza B.; mas a encantadora Úrsula, melancólica, e mais bela que nunca, sentia um indefinível pesar ao lembrar-se de que em breve volveria para o seu antigo isolamento, e ainda maior que dantes: o cavaleiro falava de sua próxima partida.

Túlio acompanhava-o.

Tinha-se alforriado. O generoso mancebo assim que entrou em convalescença dera-lhe dinheiro correspondente ao seu valor como gênero, dizendo-lhe:

- Recebe, meu amigo, este pequeno presente que te faço, e compra com ele a tua liberdade.

[...] A liberdade era tudo quanto Túlio aspirava; tinha-a - era feliz!

E Úrsula invejava vagamente a sorte de Túlio e achava maior ventura do que a liberdade poder ele acompanhar o cavaleiro (REIS, 2018, p. 118-119).

Nesse capítulo “3 Declaração de amor”, do romance *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis em sua escrita não deu destaque somente ao casal de enamorados, Tancredo e Úrsula que trocaram declarações de amor, mas também, a temática social, ou seja, a defesa da abolição da escravização do povo negro, quando ressaltou que Túlio comprou a carta de alforria, e conseqüentemente se tornou livre.

Novamente, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras defendeu a liberdade do povo negro, contrapondo-se ao pensamento ocidental e cristão, a religião e a Teoria Camita, a cartografia ancorada no racismo, as teorias raciais oriundas da Europa e dos Estados Unidos, a Ciência Moderna e ao racismo científico que endossavam o discurso de que os europeus eram “superiores” e levavam a “civilização” aos povos não-brancos, “inferiores”, “selvagens”, “bárbaros” como os africanos, asiáticos e americanos, ao submetê-los a colonização, ao colonialismo, a escravização. Isso já foi ressaltado anteriormente.

As relações transatlânticas entre África - Brasil nos tempos da colonização portuguesa na América: o tráfico negreiro e a desumanidade

Após a recuperação da saúde, Tancredo decidiu seguir viagem, Túlio, negro liberto, resolveu acompanhá-lo. Tancredo e Úrsula trocaram juras de amor, ele prometeu a ela regressar, para que pudessem casar. Antes de partir com Tancredo,

Túlio foi se despedir de sua mãe de criação, a mãe Susana, africana, escravizada e idosa.

No romance *Úrsula*, no capítulo “9. A preta Susana”, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras deu destaque ao diálogo de despedida entre Túlio e a mãe de criação Susana, com quem ele conviveu na casa da senhora Luiza B., problematizando a questão da liberdade, a vida na África Tradicional, antes dos europeus aportarem à Costa Atlântica africana no século XV, e posteriormente, o tráfico negro, as relações África - Brasil:

Fitou os olhos em Túlio, e disse-lhe:

- Onde vais, Túlio?

- Acompanhar o senhor Tancredo de *** - respondeu o interpelado.

- Acompanhar o senhor Tancredo! – continuou a velha com acento repreensivo. – Sabes tu o que fazes? Túlio, Túlio! – depois de pausa, ajuntou: - Não sentes saudades desta casa, ingrato?

- Não, mãe Susana, não me alcunheis de ingrato.

Quantas saudades levo eu de vós! Oh, só Deus sabe quanto me pesam elas!

[...] Meu filho, acho bom que não te vás. Que adianta trocares um cativo por outro!

[...] Não troco cativo por cativo, oh não! Troco escravidão por liberdade, por ampla liberdade! Veja, mãe Susana, se deve ter limites a minha gratidão!

[...] Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo, sou hoje livre, livre como o pássaro, como às águas; livre como o éreis na vossa pátria.

[...] Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade!

[...] Vou contar-te o meu cativo.

[...] Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus, o que se passou no fundo da minha alma, só vós pudestes avaliar!

Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário vida passamos nessa sepultura, até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé, e, para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para receio dos potentados da Europa: davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca; vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim, e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

(REIS, 2018, p. 177-178; 179-180; 181).

Maria Firmina dos Reis em suas escrituras apresentou o diálogo entre Túlio e mãe Susana, mostrando a condição do povo negro e das mulheres negras escravizados. Nessa narrativa, em primeiro momento, a compra da alforria de Túlio foi enaltecida, comparando a liberdade dele aos dos pássaros e a pátria de origem de mãe Susana, a África.

Em segundo e último momento, mãe Susana rememorou a vida e a família que foi obrigada a deixar no continente africano, a chegada dos europeus, aos quais foi atribuído o adjetivo de “bárbaros”, desprovidos de humanidade, visto que capturaram a força, comercializaram e escravizaram os povos africanos, tratando-os como “mercadorias”, levando ao tráfico negreiro e a diáspora africana.

Segundo o professor Eduardo de Assis Duarte (2014), coordenador do Portal LITERAFRO, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na literatura brasileira, Maria Firmina dos Reis foi precursora na defesa da abolição da escravização do povo negro, e também, a primeira escritora que descreveu o porão de um navio negreiro na literatura afro-brasileira, denunciando a desumanidade dos europeus e as más condições no transporte de vidas humanas negras.

No século XIX, o reverendo antiescravista Pascoe Grenfell Hill (1804 - 1882) no diário *Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro* (2008) relatou a experiência de passar quase dois meses em uma embarcação negreira, denunciando as condições de vida de africanos e africanas capturados, comercializados e com destino a América portuguesa. Hill salientou a continuidade das relações entre África - Brasil, das ações de traficantes na rota Moçambique-Brasil, o comércio negreiro por meio do oceano Atlântico, mesmo após a proibição do tráfico negreiro.

Em 1842, o reverendo Hill, esteve no Brasil, na Corte, no Rio de Janeiro, onde observou que a sociedade oitocentista era constituída por uma diversidade étnico-racial, “diferentes tribos da raça humana com suas caras e cores” (HILL, 2008, p. 24), tendo uma maioria negra formando o povo brasileiro. Ele também relatou que muitos negros/as escravizados juntavam pecúlios para a compra de suas alforrias e/ou fugiam, sendo divulgado nos jornais que circulavam na época. No dia 31 de agosto de 1842, no *Jornal do Commercio* se publicou: “Fugiu, dia 31 último, um negro chamado Pedro, nativo de Moçambique, usando camisa de algodão e calças e um ferro ao redor do pescoço [...]” (HILL, 2008, p. 27). Hill ainda chegou a relatar que alguns negros que fugiam eram capturados. Por isso,

asseverou que “[n]ão era raro encontrar negros nas ruas, andando vagarosamente com correntes nos pés ou com uma pesada argola de ferro no pescoço, geralmente designando um fugitivo capturado” (HILL, 2008, p. 26).

Em 1843, o reverendo Hill ao estar a bordo de um navio negreiro, expôs as relações África-Brasil, afirmou que “[o] mundo não consegue apresentar um espetáculo mais chocante da desgraça humana do que esse nosso navio apresenta” (HILL, 2008, p. 70). Ele anotou em seu diário de bordo vários problemas que presenciou no navio negreiro, tais como o amontoado de negros, negras e crianças no porão. A deficiência alimentar, a fome e a sede, a asfixia e/ou o desespero de negros/as, os problemas de saúde que se proliferavam como disenteria, ferimentos ulcerados, varíola, “niguas” - bichos de pé, coceira, entre outros. As tempestades que tornavam aquele cenário traumático. Hill discorreu que os traficantes dos navios negreiros afirmavam que dependendo da embarcação era possível transportar de uma só vez 500 pessoas (“mercadorias”), os que morriam eram jogados ao mar, e muitos corpos negros foram dilacerados por tubarões no oceano Atlântico, trazendo ainda mais terror para as viagens (HILL, 2008).

No romance *Úrsula*, Maria Firmina dos Reis deu visibilidade a essas relações entre África-Brasil, a desumanidade do tráfico negreiro, quando mãe Susana explicou a Túlio como era sua vida na África com sua família, seu aprisionamento, sendo obrigada a deixar seus entes queridos, a mãe, o esposo e a filha.

Naquela época de tráfico negreiro e escravização do povo negro no Brasil não se priorizava a manutenção dos laços familiares dos/as africanos/as, de negros e de negras. As famílias negras foram separadas a força, negando às mulheres negras o tempo de zelo com sua própria família e os próprios filhos.

Desde a colonização portuguesa iniciada no século XVI ao Brasil oitocentista, os senhores evitavam “reunir grande número de negros de uma mesma etnia, estimulando as rivalidades étnicas e desfavorecendo a constituição de famílias” (LOPES, SIQUEIRA, NASCIMENTO, 1987, p.47). Nesse contexto, as condições de vida das mulheres negras que engravidavam não eram favoráveis, visto que o “retorno precoce ao trabalho de mulheres puérperas, a impossibilidade de amamentar os filhos, entregues aos cuidados de terceiros e a alimentação inapropriada, e a negligência senhorial” (ARIZA, 2021, p. 21) com a vida de bebês e

crianças negros, condenavam estes à morte. Diante disso, muitas mulheres negras praticavam abortamentos e/ou infanticídios como práticas de resistência à escravização (ARIZA, 2021).

Nesse universo escravagista, Túlio não foi criado pela própria mãe, mas pela preta africana Susana, criando outras formas de resistência, reexistência, laços de solidariedade e afetos. Mãe Susana ao recordar sua vida na África, relatou a Túlio que no continente de origem era feliz e tinha liberdade antes da chegada dos europeus. Ela seguiu o relato chorando de saudade da terra natal, e também por sua condição de negra escravizada no Brasil. Mãe Susana narrou que os negros/as que não sobreviveram à viagem do tráfico negreiro tiveram como sepulturas o oceano Atlântico, o cemitério em águas.

Assim, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras seguiu denunciando a realidade do povo negro, das mulheres negras escravizadas nessas terras tropicais a partir da literatura afro-brasileira. Com o romance *Úrsula*, ela analisou, (re)interpretou, (re)escreveu e (re)pensou a História do povo negro no Brasil oitocentista, estabelecendo conexões entre África - Brasil.

As escrituras de Maria Firmina dos Reis no romance *Úrsula* (1859) possibilitaram a compreensão das relações entre História e literatura, vida e ficção, escrita e vivência, abrindo caminhos para se reescrever, analisar, (re)interpretar, propalar narrativas anticoloniais e formar a opinião pública acerca da História negra na História do Brasil. Por isso, parafraseando Beatriz Nascimento, seus escritos em “O negro visto por ele mesmo” (1976) ainda há “uma grande necessidade de conhecer e entender o papel do negro na história brasileira” (NASCIMENTO, 1976, p. 97).

A família patriarcal e as formas de opressão: a violência de gênero, os assassinatos e a escravidão negra

Tancredo e Túlio partiram da casa de Luiza B. e Úrsula. Quando eles regressaram a essa casa, Luiza B. havia falecido, permanecendo Úrsula e a mãe Susana. Antes de se despedir desse mundo, Luiza B. aconselhou a filha Úrsula a fugir, pois o tio Fernando P. que havia assassinado seu marido, Paulo B., cobiçava a

sobrinha e desejava fazê-la de “esposa”. Tancredo e Úrsula fugiram com a ajuda dos negros, de Túlio e mãe Susana, casaram-se, mas Fernando P., o comendador foi atrás deles em busca de vingança. O religioso ao dialogar com Fernando P., relembrou das ações deste, perguntou sobre Úrsula e o aconselhou a conceder a liberdade aos negros escravizados como forma de remissão dos pecados:

Assassino de Tancredo, de Túlio, de Paulo e de Susana.

Monstro! Flagelo da humanidade, ainda não saciastes a vossa vingança? Ah, humilhado e em nome de Deus, pedi-vos mercê para os infelizes, salvação para a vossa alma. Desdenhastes as minhas súplicas!

Orgulhoso e vingativo que sois. E não sentistes que Deus observa os malvados e que os pune ainda na terra.

[...] Fernando P., Deus vela sobre as ações do homem, e o condena pela vaidade estúpida do seu orgulho. Úrsula, o que foi feito dela?

Tremeis? Oh, eis o vosso castigo.

A infeliz enlouqueceu de dor, e a sua loucura mirrou-vos a esperança do seu amor!

Agora o amor requeima-vos o coração, mas árido é ele, porque os afetos de sua alma não serão para ti.

Fernando! Chorai o pranto do arrependimento: sede caritativo e sincero que são vias para a remissão de vossos enormes pecados. Ainda é tempo. Escutai por esta boca impura a voz do Senhor, que na sua extrema bondade talvez a perdoe.

[...] **Indenizai os vossos escravos do mal que lhe haveis feito, dando-lhes a liberdade.** Esse ato de abnegação e de caridade cristãs agrada a Deus, e então talvez na sua misericórdia infinita ele abra para vós os tesouros de sua inefável graça (REIS, 2018, p. 274 - 275). (grifos meus)

No Brasil oitocentista, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras poéticas denunciou a hierarquização dos grupos sociais na sociedade escravocrata e patriarcal, problematizando as desigualdades sociais, raciais e de gênero, quando expôs as condições de vida de cada personagem no romance *Úrsula*, homens e mulheres em sua diversidade étnico-racial: Túlio, homem negro, de escravizado a liberto; mãe Susana, africana escravizada; Tancredo, homem branco e bacharel em Direito; Luiza B. (mulher branca, a senhora da casa-grande) e a filha Úrsula (jovem donzela branca), Paulo B. e Fernando P - o comendador, homens brancos, senhores da casa-grande, ambos servidos pelo povo negro escravizado.

Isso nos possibilita pensar o lugar social, o lugar de fala de cada um dos personagens no romance e na sociedade dos oitocentos, estabelecendo diálogos sobre raça, gênero, classe e geração.

Considerando que o povo negro, as mulheres negras têm experiências distintas de pessoas brancas devido a sua localização social, “[o] falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Na sociedade oitocentista, Maria Firmina dos Reis em seu lugar social, em seu lugar de fala como mulher negra, contestou o pensamento ocidental e cristão, a sociedade escravocrata, patriarcal, racista e machista, a Historiografia Tradicional e Positivista, ou seja, a narrativa colonial acerca da História negra.

Ela deixou evidente no romance que Úrsula, além de ser impedida de viver o amor com Tancredo (assassinado por Fernando P.), foi alvo da violência de gênero, sendo assediada pelo tio (que a fez de “esposa”), enlouquecendo de “amor e dor”.

No Brasil contemporâneo, entende-se por violência de gênero às práticas de violência que atingem as mulheres nos espaços público e privado - a casa, decorrentes da dominação masculina construída historicamente. A violência de gênero ocorre de diversas formas: violência física, chutes, empurrões, surras, assassinatos e/ou feminicídio; a violência moral, calúnias, difamações, por exemplo: chamar a mulher de “louca”, “desequilibrada”, porque esta não quis se submeter à opressão no relacionamento/namoro e/ou casamento; violência sexual como o estupro; violência psicológica; violência patrimonial, não ter acesso ao dinheiro e/ou bens da família³⁰ (FALEIROS, 2007).

No século XIX, no romance *Úrsula* (1859), Maria Firmina dos Reis em suas escrituras denunciou a obsessão do tio Fernando P. – o comendador pela sobrinha Úrsula, dessa forma ela nos interpelou e problematizou a violência de gênero no Brasil oitocentista. O estupro de Úrsula não foi narrado, mas fica subentendido nas entrelinhas da literatura. Úrsula teve danos psicológicos, pois “enlouqueceu”, enquanto Fernando P. permaneceu impune.

Assim, constatou-se que Maria Firmina dos Reis fez política por meio de suas escrituras, constituindo em um ato político como expõe a escritora Conceição

³⁰ Com base no *Atlas da violência 2021*, do IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP), desde 2019, no governo Bolsonaro, por conta da política de contestação ao Estatuto de Desarmamento e de flexibilização ao porte de armas, a difusão de discursos de ódio, racismo, machismo e misoginia, ampliou-se a violência de gênero em nosso país. Conforme dados estatísticos 66% das mulheres que foram assassinadas eram negras (TRINDADE, 2022; CERQUEIRA, 2021).

Evaristo. Maria Firmina dos Reis denunciou a desumanidade da escravização do povo negro e defendeu a abolição; as práticas de violência daquela época, tais como os maus tratos de negros escravizados, os assassinatos e a violência de gênero, e também os problemas psicológicos decorrentes disso.

O romance foi finalizado com o diálogo entre Fernando P. e um padre. O padre chamou a atenção dele acerca dos pecados cometidos. Diante dos fatos, o padre orientou e aconselhou Fernando P., afirmando que uma possibilidade para a remissão dos pecados era a concessão da liberdade aos negros escravizados. Enfim, por toda obra, nas escrituras de Maria Firmina dos Reis a defesa da abolição foi recorrente.

CAPÍTULO III

AS ESCRIVIVÊNCIAS DE MARIA FIRMINA DOS REIS AOS CORPOS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA QUE LUTARAM NA GUERRA DO PARAGUAI: OS NEGROS E OS (DES)CAMINHOS DA LIBERDADE

Axé, mãe África
Berço da nação ioruba
De onde herdei o sangue azul da realeza
Sou guerreiro de oyó
Filho dos orixás
Vim da corte do sertão
Pra defender a nossa Pátria mãe gentil
Sou “dom obá”, o príncipe do povo,
rei da ralé
Nos meus delírios, um mundo novo
Eu tenho fé [...]

Dom Obá II, rei dos esfarrapados, príncipe do povo (2000)
Estação Primeira de Mangueira

No Brasil contemporâneo, em 2000, no governo do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no carnaval carioca, as escolas de samba foram convidadas a celebrar a festa dos 500 anos do Brasil, da colonização portuguesa na América, com os enredos, os sambas-enredo e a Arte carnavalesca.

Na Sapucaí, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira apresentou o enredo “Dom Obá II, rei dos esfarrapados, príncipe do povo”, sob coordenação do carnavalesco Alexandre Louzada, exaltando Dom Obá II, Cândido da Fonseca Galvão, descendente do reino de Oyó, nascido no Brasil, em Lençóis, Bahia, homem negro livre, que se alistou e foi lutar na Guerra do Paraguai, no contexto do Brasil Império. Depois, de retornar da guerra ao Brasil, ele foi condecorado por D. Pedro II, tinha acesso ao Palácio da Quinta da Boa Vista, às sessões públicas e de Beija-mão. Dom Obá II circulava entre dois mundos, o da elite imperial e dos negros populares da Pequena África. Além disso, como escritor e jornalista em seus artigos criticou a elite com as publicações nos jornais (SILVA, 2019; SILVA, 1997).

Assim, a Mangueira difundiu o discurso de contestação à celebração dos 500 anos do Brasil, propalando narrativas anticoloniais. A Verde e Rosa apresentou a biografia de uma personalidade negra, Dom Obá II, que foi lutar na Guerra do Paraguai, e ainda, questionou as condições de vida do povo negro em nosso país, denunciando as desigualdades sociais e raciais, a pobreza. Ele além de denunciar a existência do racismo na sociedade oitocentista, também ressaltava que o povo negro tinha que ter orgulho de sua cor.

Nesse capítulo, estará em destaque a História Política do Brasil oitocentista, especificamente a Guerra do Paraguai (1864-1870) e os negros que compuseram os Corpos Voluntários da Pátria a partir da análise das escrituras de Maria Firmina dos Reis em poemas de *Cantos à Beira-mar* (1871), dando visibilidade a História do Paraná ao analisar documentos da Província do Paraná do acervo do Arquivo Público do Paraná. Assim, se estabelecerá o diálogo com a historiografia e expondo as diferentes visões/interpretações acerca do conflito bélico platino.

3.1 As escrituras de Maria Firmina dos Reis em poemas de *Cantos à beira-mar* (1871): os (des)caminhos da liberdade do povo negro em tempos da Guerra do Paraguai

No contexto pós-Independência e de construção da história da nação, a política institucional era de domínio de homens brancos e da elite, excluindo a participação de mulheres, de negros, indígenas, pobres, trabalhadores e trabalhadoras.

As mulheres brancas da elite, mesmo sendo excluídas do universo da política, ainda estavam em melhores condições de vida que as mulheres negras, indígenas, mestiças e pobres naquela sociedade escravagista, patriarcal e machista. Para Beatriz Nascimento (1976), “[d]evido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Deste modo seu papel é assinalado pelo ócio” (NASCIMENTO, 1976, p. 80 - 81). Enquanto a mulher negra escravizada “é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também como produtora de alimentos para a escravaria)” (NASCIMENTO, 1976, p. 81). Além disso, a mulher negra realizava

atividades subsidiárias do corte e do engenho, e também “mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno” (NASCIMENTO, 1976, 81)³¹.

Na sociedade oitocentista, considerando a diversidade étnico-racial das mulheres, de acordo com sua origem étnica e cabedal, a cada mulher era relegado um lugar social. As mulheres brancas oriundas da elite, mesmo sendo oprimidas por conta do patriarcado, do machismo, ainda estavam em situação privilegiada na casa-grande, em detrimento de mulheres negras (livres, escravizadas e/ou forras), indígenas, mestiças, brancas, pobres e trabalhadoras.

Naquela época, a resistência negra ocorreu de diversas formas. Por isso, negros e negras realizavam fugas, suicídios, insurreições, revoltas como a Revolta dos Malês (1835) e formação de quilombos, criavam laços de solidariedade nas irmandades religiosas de pretos para apoiar fugas e organizar fundos para a compra alforrias, praticavam o culto aos orixás nos terreiros e preservavam as religiões de matriz africana e afro-brasileira, entre outras práticas para subverterem a ordem escravagista, cristã e católica (GOMES, MACHADO, 2021; REIS, SILVA, 1989; LOPES, SIQUEIRA, NASCIMENTO, 1987).

As mulheres negras resistiram às diversas práticas de opressão, desde o estupro à escravização de seus filhos. Algumas mulheres negras realizavam o aborto e/ou matavam seus filhos, para que estes não fossem escravizados, ocorrendo o infanticídio. Na sociedade escravagista as mulheres negras que tinham filhos não podiam vivenciar a maternidade, criar a sua prole, pois tinham que trabalhar e servir as famílias da casa-grande (ARIZA, 2021; MUNANGA, GOMES, 2016).

Ao depreender essa realidade do povo negro, das mulheres negras no Brasil oitocentista, pode-se afirmar que a Maria Firmina dos Reis rompeu com os papéis sociais destinados às mulheres negras na sociedade. Ela foi escritora, jornalista, professora, abolicionista, sendo precursora na defesa do fim da escravização do povo negro em suas escrituras no romance *Úrsula* (1859), como já vimos no capítulo anterior.

³¹ (NASCIMENTO, 1976 *apud* RATTTS, 2021, p. 55-56).

Na História do Brasil, a produção literária firminiana ainda é pouco conhecida pelo público em geral, nas escolas e até em alguns espaços acadêmicos. Várias crianças, adolescentes, jovens e adultos saem da escola e da universidade sem conhecerem e/ou terem lido Maria Firmina dos Reis.

Por isso, intelectuais negros e negras como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Conceição Evaristo, Helena Theodoro, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Luiza Bairros, Nilma Lino Gomes, Petronilha Gonçalves e Silva, Djamila Ribeiro, entre outros/as, coletivos negros e organizações negras como Nzinga Coletivo de Mulheres (1983), Instituto da Mulher Negra - Geledés (1988), Criola (1992) a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN (2000)³², a Rede de Historiadores/as Negros/as - RHN (2015), A Literatura Também Tem Pele Preta (2019), o Grupo de Pesquisa e Estudo Interdisciplinar Lélia Gonzalez - CNPq (2020), a Rede de Professores Antirracistas (2020)³³, o Espaço Feminismos Plurais (2022)³⁴, entre outros, empenharam-se e se empenham em propalar outras epistemologias, ou seja, outros conhecimentos e saberes, outras narrativas sobre a História africana, afro-brasileira e negra no Brasil contemporâneo, dando visibilidade e valorizando escritores negros e escritoras negras.

Nos últimos anos, quando se menciona Maria Firmina dos Reis, a literatura negra no contexto da literatura brasileira, são mais citados o romance *Úrsula* (1859)

³² A ABPN foi fundada em agosto de 2000, é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, em prol da defesa de pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins desenvolvida por pesquisadores/as negros/as, que versa acerca das populações negras no Brasil. Essa associação também atua no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial, e na defesa de formulação de políticas públicas para uma sociedade justa, com equidade étnico-racial (ABPN, 2000). Sobre a ABPN acessar: <<https://abpn.org.br/institucional/>>

³³ Em 2020, a Rede de Professores Antirracista foi idealizada e fundada pela professora e historiadora Lavini Castro (RJ), que foi agraciada com o Prêmio Sim à Igualdade Racial 2021, na categoria Educação e Oportunidades, uma iniciativa do Instituto Identidades do Brasil (ID-BR), que reconhece os principais nomes de pessoas, empresas, iniciativas e organizações que atuam em prol da igualdade racial (CRUZ, 2021). Lavini Castro e professores/as (re)pensam o contexto escolar a partir da Lei n. 10.639/2003 e Lei n. 11.645/2008 por meio da Rede de Professores Antirracistas, organizando grupos de estudos, rodas de conversa, cursos, eventos científicos e produção de conteúdos antirracistas nas redes sociais, estabelecendo o diálogo entre professores e professoras da Educação Básica e do Ensino Superior. Ver *Youtube* e *Instagram*: @redeprofessoresantirracistas

³⁴ Em 2022, a ativista, filósofa, colunista da Folha e integrante da Academia de Letras de São Paulo, Djamila Ribeiro inaugurou o Instituto Espaço Feminismos Plurais, que visa proporcionar a Educação antirracista e feminista. Esse espaço tem biblioteca, sala para eventos literários e artísticos, possibilitando o atendimento psicológico, odontológico e jurídico de forma gratuita (GASEFF, 2022; MARIA, 2022). Ribeiro é também coordenadora da Plataforma Antirracista Feminismos Plurais (2017) e da Coleção de Livro Feminismos Plurais que publica pesquisas e estudos de escritores negros e escritoras negras.

e o conto *A escrava* (1887). Nesse capítulo estará em tela a análise de poemas de *Cantos à beira-mar*, publicado originalmente em 1871, após o fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870).

No século XIX, no contexto histórico do movimento literário do Romantismo, Maria Firmina dos Reis publicou *Cantos à beira-mar* (1871), uma obra constituída por 56 poemas. Essa publicação foi dedicada à memória de sua mãe (já falecida). Em suas escritas poéticas, de afetos e saudade, Maria Firmina dos Reis expôs:

À memória de minha veneranda mãe.
Minha Mãe! – as minhas poesias são tuas.
É uma lágrima que verto sobre tuas cinzas! Acolhe-as, abençoa-as
para que elas te possam merecer. [...]
A dor era cada vez mais funda, mais agra e cruciante – tornei a
harpa – vibrei nela um único som – uma nota plangente, saturada de
lágrimas e de saudade...
Este som, esta nota, são os meus cantos à beira-mar. [...]
É a ti que cultivo de minha fraca inteligência; a ti, que despertaste em
meu peito o amor à literatura; e que um dia me disseste:
Canta! (REIS, 1971, p. 15 - 16).

Os escritos poéticos de Maria Firmina dos Reis eram permeados pelas vivências, as questões da vida cotidiana da autora, do povo negro e da sociedade oitocentista. Em *Cantos à beira-mar* (1871) os poemas versaram sobre o amor, a desilusão, a dor, a saudade, a capital São Luís, a Província do Maranhão, à pátria, os que lutaram na Guerra do Paraguai e ao povo negro, exaltando a terra, as belezas naturais como o mar e a praia.

Maria Firmina dos Reis era atenta às questões políticas do Império e a realidade do povo negro, tanto que em suas escritas poéticas dedicou seis poemas aos que foram lutar na Guerra do Paraguai (1864 - 1870): “Por ocasião da passagem de Humaitá”, “Por ocasião da tomada de Villeta e a ocupação de Assunção”, “Poesia”, “À recepção dos voluntários de Guimarães”, “Poesias”, “Poesia” (REIS, 1871, p. 57- 65; 83 - 90).

No século XIX, no contexto pós-Independências, na América Latina, as nações Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai tinham interesses na região do Prata, disputavam influência, ocorrendo tensões nas fronteiras, principalmente em torno de dois grandes rios, Paraguai e Uruguai, com discussões acerca do acesso à navegação na bacia platina. Naquela época, o Paraguai almejava conquistar uma

saída terrestre para o mar. O Brasil também tinha interesses na região platina, pois era importante garantir a navegação pelos rios Paraná e Paraguai, por meio destes a província do Mato Grosso mantinha contato com o restante do país e possibilitava o controle do comércio naquela região (SCHWARCZ, 2018; SQUINELO, 2003).

Em 1864, o Brasil Império deu um ultimato ao governo uruguaio, porque brasileiros residentes nas terras de lá estavam exigindo providências contra supostos abusos e pressões sobre criadores de gado rio-grandenses. Após uma troca de correspondências entre os governos do Paraguai e do Brasil, os paraguaios se posicionaram contra a intervenção de tropas brasileiras no Uruguai. Em 12 de dezembro desse ano, representantes do Paraguai aprisionaram o vapor brasileiro Marquês de Olinda e as tropas de Solano López invadiram o Mato Grosso. Ainda, em 13 de dezembro de 1864, o Paraguai declarou guerra ao Brasil. Posteriormente, o governo paraguaio solicitou ao presidente Bartolomé Mitre o acesso livre e cruzamento do território argentino, o que foi negado. Assim, em abril de 1865, a Argentina foi invadida, López atacou Corrientes e Entre Ríos, províncias que eram aliadas do Paraguai. A contenda se estabeleceu na região do Prata e o governante paraguaio permaneceu isolado. As relações diplomáticas se acirraram entre os países da América do Sul por conta das divergências sobre qual nação teria hegemonia naquela região platina, eclodindo a Guerra do Paraguai (1864 - 1870). Em primeiro de maio de 1865, Brasil, Argentina e o Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, fazendo oposição ao governo de Solano López. Esses aliados planejavam a derrubada do governo de López e a anexação das terras litigiosas aos seus territórios. No Brasil, duas províncias foram palcos da Guerra da Tríplice Aliança, a do Rio Grande do Sul e a do sul do Mato Grosso (onde ocorreu o episódio da Retirada da Laguna, em maio e junho de 1867) (SCHWARCZ, 2018; SQUINELO, 2003; SALLES, 1990).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, no Brasil, o governo Imperial se viu diante do Exército que precisava se armar e partir para o conflito platino, assim não hesitou em convocar voluntários da Pátria por todo país. Diante da baixa adesão por parte da população oitocentista, o Império criou os Corpos Voluntários da Pátria.

O Brasil criou os Corpos Voluntários da Pátria por meio do Decreto n. 3. 371, de 07 de janeiro de 1865, com o intuito de ampliar o contingente de tropas que foram

lutar na Guerra do Paraguai. Pelas orientações/instruções daquela época, os 57 Corpos Voluntários da Pátria que se constituíram deviam ser comandados por oficiais do Exército e/ou da Guarda Nacional, aceitavam-se homens entre 18 e 50 anos (SOUSA, 1996; SALLES, 1990; DUARTE, 1981).

No ano seguinte, o governo imperial, por meio do Decreto n. 3.725, de 06 de novembro de 1866, ordenou que aos negros escravizados da nação em condições de servir o Exército se desse gratuitamente a liberdade, e que se fossem casados, esse benefício se estendesse às suas mulheres. Nos batalhões assentariam praça os negros escravizados que os senhores quisessem libertar para o serviço de guerra, mediante indenização. Os libertos pelo governo eram adquiridos de particulares conforme o preço de mercado, os proprietários recebiam em dinheiro e/ou em apólices da dívida pública, às vezes se combinava os dois tipos de pagamento, tornando-se um comércio vantajoso para os senhores. Assim, com a finalidade de ampliar os Corpos Voluntários da Pátria, o Governo Imperial fez uso dessa prática comercial reiteradas vezes. Isso representava a “alforria para a guerra” (SOUSA, 1996, p. 53).

Posteriormente, quando a escassez de efetivos se agravou, outra legislação visava ampliar os Corpos Voluntários da Pátria, o Decreto n. 3.972, de 1867, que estendeu o voluntariado a todos os cidadãos do Brasil Império, com a promessa de gratificação antes do embarque para a guerra. Assim, os Corpos Voluntários da Pátria receberam pessoas de diversas procedências, brancos e negros empobrecidos, negros libertos, filhos e aparentados de políticos latifundiários. É interessante expor que desde o início da guerra as deserções eram recorrentes e muitas. No período crucial da guerra, entre os anos de 1867 e 1868, o Governo imperial expediu vários avisos aos presidentes das Províncias e aos capitães de portos, expondo a falta de recrutas e a urgência de convocação destes (SOUSA, 1996; SALLES, 1990; DUARTE, 1981).

No século XIX, durante a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), diante das solicitações do Governo imperial, negros da província do Paraná também compuseram os Corpos de Voluntários da Pátria. Segundo David Carneiro em *O Paraná na Guerra do Paraguai* (1996) 2.500 homens da Província do Paraná lutaram na Guerra da Tríplice Aliança. A documentação da Província do Paraná

(1853-1889), especificamente entre os anos do conflito platino, do Arquivo Público do Paraná, demonstra a presença de negros libertos com o propósito de enviá-los a guerra (PARANÁ, 2005; SOUSA, 1996; CARNEIRO, 1995).

É relevante ressaltar que a presença negra no sul do Brasil, especificamente no Paraná, é datada desde o século XVII. Os africanos e seus descendentes realizaram múltiplas atividades: na mineração do ouro de aluvião, desde o litoral, em Paranaguá, ao primeiro planalto, em Curitiba; trabalharam nas fazendas dos Campos Gerais, nos tempos áureos do tropeirismo no sul do Brasil, ou seja, na formação da sociedade campeira, na criação de gado e nas invernadas, na produção de alimentos e do artesanato nas fazendas, na exploração e produção da congonha, da erva-mate; nos espaços urbanos das cidades, como negros de ganho ou canto, vendendo alimentos e gêneros de todas as espécies; realizavam vários ofícios, como padeiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros; entre outras atividades. No século XIX, tendo em vista que houve a expansão da economia cafeeira em São Paulo, intensificou-se o tráfico interprovincial de negros para essa região, visando suprir as necessidades de mão de obra, embora o incentivo do Estado à política de imigração para o Brasil. A resistência negra também ocorreu de diversas formas³⁵ (MENDONÇA, 2018; GOMES Jr. SILVA, COSTA, 2008; WACHOWICZ, 2001; IANNI, 1988; BALHANA, 1969).

O estudo sobre o Brasil oitocentista, especificamente a campanha abolicionista e as biografias de personalidades negras abolicionistas, possibilitam afirmar que durante a Guerra do Paraguai (1864 - 1870) os ativistas intensificaram as lutas em prol da liberdade do povo negro escravizado. Negros e negras continuaram a realizar fugas e revoltas em prol da liberdade. Essa discussão será ampliada no último capítulo desse trabalho.

³⁵ No Paraná, nos tempos da escravização do povo negro, homens negros e mulheres negras contestaram o trabalho compulsório, resistiram e lutaram pela liberdade, realizando fugas, revoltas, formação de quilombos, recorreram a Justiça em prol da liberdade e organizaram sociedades abolicionistas como o Clube Abolicionista de Curitiba, em 1885. Embora as imposições da sociedade escravocrata e da Igreja católica, o povo negro organizado por meio de irmandades religiosas de pretos fez florescer a cultura afro-brasileira no sul do Brasil, por exemplo a Congada da Lapa, celebrando a coroação de reis negros, ou seja, do rei do Congo e da rainha Nzinga de Angola, nas festas ao santo negro padroeiro São Benedito (SILVA, 2018; CRUZ, CRUZ, 2018; GOMES Jr., SILVA, COSTA, 2008; PARANÁ, 2005; WACHOWICZ, 2001).

No contexto histórico da Guerra da Tríplice Aliança, a elite brasileira que relutava em estabelecer a abolição definitiva da escravização de negros/as, por vezes concedeu a liberdade a negros com a condição de irem lutar no conflito bélico platino.

No século XIX, no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870), a Província do Paraná colaborou com a política imperial de recrutamento para a formação e recomposição dos Corpos Voluntários da Pátria. O *Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos* (2005) e a documentação do Paraná provincial, ambos do acervo do Arquivo Público do Paraná, nos permitem compreender a presença negra no sul do país, como se deu a política de recrutamento de pessoas para constituírem os Corpos Voluntários da Pátria, as práticas políticas do governo provincial e da elite para o envio de negros a Guerra da Tríplice Aliança.

Em setembro de 2021, em Curitiba, capital do estado do Paraná, na pesquisa realizada no acervo do Arquivo Público do Paraná, no mapeamento de documentos da província do Paraná relativos ao período da Guerra do Paraguai, constatou-se que há uma multiplicidade de fontes documentais que fazem alusão a História negra no sul do Brasil, às cartas de emancipação a africanos, ao recrutamento de negros com destino a guerra platina e as cartas de liberdade, a comunicação entre o governo imperial e a Província do Paraná, ao tráfico interprovincial de negros entre Paraná - São Paulo, ao povo negro e práticas de insubmissão. Segue a tabela:

**Documentação do Arquivo Público do Paraná
Província do Paraná no contexto da Guerra do Paraguai (1864-1870)³⁶**

1. Cartas de emancipação a africanos	92
2. Cartas de liberdade: recrutamento de negros para a composição dos Corpos Voluntários da Pátria, com indenização de um conto e quinhentos mil réis.	48
3. Portarias para recrutamento de negros escravizados, de forma gratuita e/ou quantia determinada pelo Ministério da Fazenda, com destino a guerra. Portarias enviadas para Curitiba, Paranaguá, Antonina, Vila do Príncipe, Castro, Guaratuba e Guarapuava.	7
4. Negros libertos para irem a Guerra do Paraguai	15
5. Compra de negro para destiná-lo a Guerra do Paraguai, mas que fugiu	1
6. Oferecimento de negros para substituição de senhores, filhos, cunhado e outros aparentados com destino a Guerra do Paraguai	9
7. Ressarcimento de despesas com a remessa de negros para a capital, com destino a guerra	13
8. Tráfico Interprovincial de negros entre Paraná e São Paulo com destino ao trabalho na cafeeicultura	mais de 200
9. Mulheres negras escravizadas que envenenaram o senhor, levando a morte	2
10. Negro escravizado que assassinou o senhor e foi condenado à pena de morte.	1

Fonte: Tabela organizada pela autora Ana Lúcia da Silva (2022).

Durante a Guerra do Paraguai (1867-1870), não houve grande adesão ao Exército, para realizar o combate ao Paraguai de Francisco Solano Lopez. Por isso,

³⁶ Na pesquisa ao acervo do Arquivo Público do Paraná foram mapeados documentos a partir de 1865, quando houve a criação dos Corpos Voluntários da Pátria por meio do Decreto n. 3. 371, em 07 de janeiro de 1865, visando à ampliação do contingente de tropas que foram lutar na Guerra do Paraguai.

o governo imperial estabeleceu o Decreto n. 3. 371, em 07 de janeiro de 1865, definindo a criação dos Corpos Voluntários da Pátria. A Província do Paraná atendeu a solicitação e enviou um contingente menor de negros que outras províncias do Brasil Império (PARANÁ, 2005; SOUSA, 1996).

No mapeamento documental referente à Província do Paraná no período da Guerra da Tríplice Aliança, constatou-se que nos registros oficiais 92 cartas de emancipação foram concedidas a africanos e 86 negros foram libertos com destino a guerra. Diante dessa realidade, é importante estabelecer a diferença entre as cartas de emancipação e as cartas de liberdade.

As cartas de emancipação eram destinadas aos africanos que tinham sido trazidos à força para o Brasil por meio da importação ilegal, ou seja, que adentraram nosso país após 1831 e 1850, depois da proibição do tráfico negreiro e a continuidade do contrabando (SILVA, 2018; PARANÁ, 2005).

Em 14 de fevereiro de 1865, os registros do Juiz de Órfãos da capital curitibana acusaram o recebimento de 85 cartas de emancipação a serem entregues aos africanos dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara, Paranapanema e São Jerônimo³⁷ (PARANÁ, 1865a). Outros três africanos, Lucas, Fausto e Antônio, dos aldeamentos de São Jerônimo e de São Pedro de Alcântara foram conduzidos a capital, para o recebimento da carta de emancipação. Porém, Antônio faleceu em Castro, antes de receber a carta de emancipação (PARANÁ, 1865c). Em 03 de abril de 1866, outras cartas de emancipação foram concedidas a mais quatro africanos, Francisco do Santos e Serafim dos Anjos, ambos do aldeamento de São Jerônimo, e a José Antônio e Christina, oriundos da colônia de Jataí (PARANÁ, 1866a).

Quanto às cartas de liberdade, estas eram concedidas aos negros escravizados para que estes fossem lutar na Guerra do Paraguai, compondo os Corpos Voluntários da Pátria. Além dos decretos do governo Imperial para a criação, formação e recomposição desse contingente de combatentes do Brasil, foram enviadas portarias para recrutamento de negros para diversas localidades das

³⁷ Em 15 de março de 1865, do aldeamento de São Jerônimo se fez o registro de africanos que iam ser conduzidos a capital, Curitiba, para receberem a carta de emancipação (PARANÁ, 1865b). Em 28 de dezembro de 1865, houve outro registro com a relação de africanos livres e os escravos de nação do aldeamento de São Jerônimo (PARANÁ, 1865e).

províncias. Em 1867, na Província do Paraná, foram expedidas portarias de recrutamento de negros escravizados com destino ao Exército, gratuitamente e/ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda. Essas portarias foram enviadas para Curitiba, Paranaguá, Antonina, Vila do Príncipe, Castro, Guaratuba e Guarapuava (PARANÁ, 2005, PARANÁ, 1867a).

Durante a Guerra do Paraguai, foi recorrente a prática política do governo imperial de solicitação às províncias do recrutamento e envio de negros escravizados para compor os Corpos Voluntários da Pátria, com destino a guerra. Esses negros poderiam ser libertos gratuitamente e/ou por meio de quantia previamente estabelecida pelo Ministério da Fazenda. Isso indica que a elite brasileira e da província do Paraná não estava aderindo como se desejava ao chamamento patriota daquela época.

No século XIX, a elite brasileira buscou protelar a abolição da escravidão, porém, no contexto da Guerra do Paraguai, alguns senhores preferiram conceder a liberdade aos negros por conveniência, a fim de que estes fossem substituí-los no Exército brasileiro e/ou impedir que seus afetos como filhos, cunhados e aparentados fossem a guerra (PARANÁ, 2005; SOUSA, 1996; SALLES, 1990).

Na província do Paraná, há registros de alguns casos de senhores que utilizaram desse expediente de substituição para não irem à guerra e/ou que impedir que familiares ou aparentados fossem servir ao Exército brasileiro. Por isso, ofereciam negros escravizados como substitutos, que eram libertos com destino a Guerra do Paraguai.

Em 02 de janeiro de 1867, em Curitiba, o senhor Jesuíno Gomes de Oliveira libertou o negro escravizado Adão, para que este servisse o Exército no lugar de seu cunhado Athanagildo do Valle (PARANÁ, 1867b).

Em 02 e 07 de janeiro de 1867, José Caetano Galvão concedeu a liberdade ao negro escravizado João, para que este fosse servir ao Exército no lugar de seu filho, Amaro Galvão (PARANÁ, 1867c). Na data de 1º de abril de 1867, outro senhor também libertou o negro escravizado Benedicto para que servisse o Exército no lugar de seu filho Francisco José Lopes (PARANÁ, 1867d). No dia 13 de março de 1867, José Mathias Guimarães, emancipou o negro escravizado Simão, com a

condição de que este fosse substituir Cândido Alves Cardoso, guarda do 2º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional (PARANÁ, 1867e).

Em 25 de abril de 1867, Bonifácio José Vilella concedeu a carta de liberdade ao negro escravizado Luiz, para que este fosse servir ao Exército brasileiro em substituição de Francisco de Paula Marques (PARANÁ, 1867f).

Em 01 de junho de 1867, Fernando Gonçalves Cordeiro intercedeu por Joaquim Elias dos Santos, da Guarda Nacional, designado pelo Comando Superior de Guarapuava para marchar à guerra e combater a República do Paraguai, para que este fosse substituído pelo negro escravizado Antônio. Antônio foi liberto para substituí-lo no conflito bélico platino (PARANÁ, 1867g).

Em 04 de dezembro de 1867, José Beltrão de Toledo, da Guarda Nacional, ofereceu como seu substituto, para servir a guerra contra a República do Paraguai, o negro escravizado Benedicto, a rogo do senhor Martinho Gonçalves Guimarães (PARANÁ, 1867h).

Esses diversos relatos de negros escravizados da Província do Paraná que foram emancipados ou libertos para substituírem senhores e/ou seus afetos como filhos, cunhados e aparentados na Guerra do Paraguai, indicam que as vidas negras não importavam para essa elite paranaense.

Isso nos faz constatar os (des)caminhos da liberdade do povo negro. Já que a concessão dessa liberdade estava condicionada a servir ao Exército brasileiro e lutar na guerra platina. Por isso, não tardou a insurgência negra.

No processo de envio de remessas de negros libertos a Guerra do Paraguai também ocorrera insurgências, fugas como a de Francelino. Ele foi comprado por alguns moradores de Palmas da Província do Paraná, que concederam liberdade a Francelino desde que fosse servir ao Exército brasileiro. Após liberto, Francelino fugiu e foi preso na cidade de São Roque, na Província de São Paulo (WEIGERT, 2016; PARANÁ, 1868a).

Diante disso, pode-se asseverar que nem todos os negros que foram lutar na Guerra do Paraguai, desejavam conquistar a liberdade e concordavam com aquele

destino pré-estabelecido, tendo insurgências como a do negro liberto Francelino, entre outros.

No Brasil oitocentista, na Província do Paraná, os negros que eram enviados a Guerra da Tríplice Aliança passavam por inspeção médica, para verificar se estavam aptos ao combate nos campos de batalha. No período de 03 de janeiro de 1866 a 27 de janeiro de 1868, em Paranaguá, negros escravizados passaram por inspeção médica para o serviço da Armada, verificavam-se as condições físicas e eram emitidos atestados médicos pelo doutor Alexandre Bousquet (PARANÁ, 1866b). Em 28 e 29 de janeiro de 1868, em Paranaguá, o negro escravizado José, pertencente a José Ernesto, passou também por inspeção médica e foi julgado apto a servir o Exército brasileiro, sendo emitido atestado médico para esta finalidade (PARANÁ, 1868b).

Nos tempos da Guerra do Paraguai havia a preocupação em enviar negros que tivessem com boas condições físicas para servir o Exército, ou seja, aos Corpos Voluntários da Pátria, estes em sua maioria não tinham o preparo exigido para o manuseio com armas, mesmo assim foram enviados para defender a Pátria. Pátria brasileira que ainda protelava a abolição da escravização de todo povo negro.

Na análise da documentação do acervo do Arquivo Público do Paraná se constatou que a elite paranaense aderiu mais à concessão de cartas de liberdade aos negros escravizados mediante indenização do governo imperial, do que a forma gratuita. Os documentos fazem alusão majoritariamente aos homens negros escravizados/libertos que foram à guerra, chamados pelo primeiro nome, como Graciano, Benedicto, José, Honorato, Procópio, Luiz, Rafael, Francelino, entre outros (em sua maioria sem sobrenomes), em detrimento das mulheres negras. Com a Guerra do Paraguai, para alguns senhores “a venda dos cativos tornou-se vantajosa” (SOUSA, 1996, p. 105).

No Brasil, na sociedade oitocentista, uma vez que ocorria a Guerra do Paraguai, a insubmissão negra foi se ampliando com as fugas, as revoltas individuais e/ou coletivas de negros escravizados. Na documentação do Arquivo Público do Paraná nos chamou a atenção dois casos que envolviam duas mulheres

negras escravizadas e um homem negro escravizado, ambos presos por atos que praticaram contra seus senhores.

Em 07 de abril de 1866, Ernesto Dias Laranjeiras, Chefe da Polícia, enviou a Agostinho Ermelino de Leão, vice-presidente Província do Paraná, uma cópia do processo que foi instaurado na vila de Castro contra duas mulheres negras escravizadas Quitéria e Felícia, que foram acusadas de envenenarem o seu senhor, levando Joaquim Cardoso Teixeira Pimentel a óbito (PARANÁ, 1866c).

Outro caso de insubmissão negra com solicitação de graça. José Pedro dos Santos Pacheco, Juiz de Direito, apresentou uma petição de graça ao Poder Moderador feita pelo negro escravizado José. Ele foi condenado à pena de morte por assassinar seu senhor Joaquim Pires Franco (PARANÁ, 1867i).

Dessa forma, pode-se afirmar que a sociedade escravocrata e racista foi alvo de contestações, por meio da insubmissão negra, ou seja, múltiplas práticas de resistência individuais e coletivas em prol da liberdade, tais como fugas, formação de quilombos, assassinatos de senhores, entre outras insurgências (MENDONÇA, 2018; SILVA, 2018).

Enquanto o governo imperial estava envolvido com a Guerra do Paraguai, constatou-se que as insurgências negras prosseguiram em diversas regiões do Brasil, como pudemos verificar nos registros oficiais da Província do Paraná, tais como fugas, envenenamento e assassinatos de senhores, entre outras insubmissões.

No século XIX, no Paraná provincial³⁸, a composição populacional foi se alterando, a população negra era em média de 40%. Foi significativa a participação de negros escravizados e/ou livres, indígenas, africanos e seus descendentes no desenvolvimento da economia e na formação do povo. No período da Guerra do Paraguai (1864-1870) tiveram negros que conquistaram a liberdade condicionada e irem lutar no conflito platino, e assim constituíram os Corpos Voluntários da Pátria. Outros foram comercializados por senhores da Província de São Paulo com destino

³⁸ No século XVIII, em 1772, conforme o Mapa Geral da Capitania de São Paulo, no Paraná, considerando a Villa de Paranaguá, a Villa de Guaratuba, a Villa de Curitiba, a Freguesia de S. José, a Freguesia de S. Antonio e a povoação do Yapó, havia 2.936 homens, 2.979 mulheres e 1.712 negros escravizados. O total da população no Paraná era de 7.627 pessoas (BALHANA, 0000).

o trabalho nas fazendas cafeeiras. Centenas de africanos chegaram ao Paraná, por conta do contrabando, ou seja, a continuidade do tráfico negreiro, mesmo após as proibições em 1831 e 1850. Novos contingentes populacionais chegaram a essas terras devido à política de incentivo a imigração. Assim, outras configurações demográficas foram se constituindo com a desagregação da sociedade campeira e venda de negros escravizados. Com o intenso tráfico interprovincial entre Paraná e São Paulo, muitos negros/as foram negociados por senhores da província de São Paulo, por exemplo Bernardo Gavião e Ribeiro Gavião que compraram/arrendaram mais de duzentos negros, destinados ao trabalho nas fazendas de café em plena expansão. O tráfico interprovincial levou ao decréscimo da população negra, chegando à escassez de mão de obra na Província do Paraná (PARANÁ, 2005; BALHANA, 1969; WESTPHALEN, MACHADO, BALHANA, 1968; PARANÁ, 1867j; PARANÁ, 1865f; PARANÁ, 1864).

Nesse sentido, considerando esses diversos fatos históricos, pode-se afirmar que a Guerra do Paraguai é um dos capítulos da História do Brasil e do Paraná, que possibilita (re)pensar a presença negra no sul de nosso país.

Como já foi dito anteriormente, a presença negra no Paraná ocorre desde o século XVII, tempos da colonização portuguesa no sul do Brasil, os africanos e seus descendentes, ou seja, o povo negro escravizado e/ou livre, com outros povos como indígenas e europeus construíram o atual estado do Paraná, formando o povo em sua diversidade étnico-racial e cultural. Assim, a narrativa de que o sul do Brasil, o Paraná foi e é constituído essencialmente por pessoas brancas é uma falácia.

O povo negro esteve presente no Brasil e no Paraná em diversas frentes de trabalho, e também defendeu o país na Guerra do Paraguai. A Pátria que os oprimia com a escravidão, também precisou de mãos negras para defendê-la em tempos de guerra. Nos tempos da Guerra da Tríplice Aliança, a presença de negros oriundos de diversas províncias do Império, no Exército brasileiro foi marcante, que jornais daquela época noticiavam isso.

A presença de negros nos Corpos Voluntários da Pátria foi registrada em jornais do Paraguai, que faziam sátiras e difundiam o racismo, pois noticiavam que o Exército brasileiro era composto por “los macaquitos” (SCHWARCZ, 2018, p. 296).

No período da Guerra do Paraguai, a historiografia deixa explícita a presença negra nos campos de batalha, a liberdade condicionada ao serviço militar, ou seja, a luta e a defesa da Pátria brasileira nesse conflito bélico. Um expediente recorrente utilizado pelo Governo Imperial e também por senhores que não desejavam ir a guerra e/ou que seus familiares e pessoas conhecidas partissem para os campos de batalha.

Maira Firmina dos Reis estava atenta à política externa do Império brasileiro na América do Sul, a Guerra do Paraguai, a dinâmica social e a política interna do governo imperial relativa ao povo negro escravizado. Por isso, ela em suas escrivências em *Cantos à beira-mar* (1871) dedicou poemas às pessoas ilustres da sociedade maranhense, e ao mesmo tempo, também deu visibilidade aos sujeitos históricos anônimos que compuseram os Corpos Voluntários da Pátria, como os negros escravizados que foram obrigados a irem lutar na Guerra do Paraguai, com a promessa de servir a “pátria” em troca da liberdade. Isso é evidente no poema “Por ocasião da passagem de Humaitá” (1871), dedicado ao literato maranhense Sr. Dr. João Clímaco Lobato:

Sincera gratidão.
Oh! Brasil, eu te saúdo,
Vasto império do cruzeiro!
És na América o primeiro,
És minha pátria gentil,
O grande, o nobre tu és.
A pátria de heroica gente,
Que seus avós não desmente,
Sequer na vida uma vez!
Glória a ti!...Que bravos filhos
Bem te vingam denodados,
A teu brado alevantados
Foi qual pó que o vento ergueu!
E das balas se sorrindo
Passam Mercede, e Cuevas!
Legando seu nome aos evos;
A ti, de glória, um troféu.
É que da armada ao exercício,
Do general ao soldado.
Só se escuta o mesmo brado;
Eia! Vencer ou morrer!
Então pulsam destemidos
Os peitos de infinitos bravos

**Vão remir milhões de escravos,
Indo a pátria defender.**

Avultam Mariz e Barros.

Afonso, Marcilio Dias.

**Mil outros que em nossos dias
Douram as páginas da história!**

E caem co'a fronte exausta;

Mas que importa? Seu nome,

Ganha o Brasil um renome

É padrão de eterna glória!

Avante! Avante – lá ficam

Destroços, ruína...embora!

Humaitá, eis a hora,

Da tua ruína final!

Já sob tuas muralhas,

Por sob balas, clamores,

Passam galhardos vapores,

Como brisa em fundo Val.

Chove a metralha à porfia

Sobre a armada brasileira,

Mas a auriverde bandeira

Não se curva altiva está!

Qu'importa que o inimigo ocupe,

Superior posição?

Não teme a armada o canhão

Da misérrima Humaitá.

Viste o bravo Mauriti,

Honra, e glória do Brasil!

A arrostar metralha mil.

Sempre tranquilo a passar?

Era o gênio das batalhas,

Aquele jovem guerreiro!

Nelson, eis um brasileiro,

Que vem teu nome ofuscar,

Era belo vê-lo assim

Alheio a todo vapor

Desse hediondo fragor,

Que, nele é glória a afrontar:

Era vê-lo corajoso, sob as imigas muralhas,

Qual semideus das batalhas,

A passar e repassar!

Oh! Brasil, eu te saúdo,

Vasto Império do Cruzeiro!

És na América um luzeiro,

Eu te saúdo, oh Brasil!

Prossegue em tua carreira,

Vinga teu brio ofendido,

**E do monstro envilecido
Curva a fronte negra, e vil.
Dize a essa antiga Roma
Que não lhe invejas os brilhos;
Sim, que tens heróis por filhos,
Por divisa - Liberdade!
Que esmagar sabes um déspota,
Saber vergar um tirano,
Que no solo americano
Ostenta ferocidade.
Mas, que levas generoso,
Depois da guerra - o perdão!
Que vais quebrar o grilhão
Desses míseros escravos!
Que vais levar-lhe – bondoso
Paz, amor, fraternidade,
Instrução, lei, liberdade,
Fazê-los povo de bravos.
Vais desmentir esses ecos
Da soberba Inglaterra,
Que te faz mesquinha guerra,
Que te diz - conquistador!
**Vai mostrar à Europa inteira,
Que no solo americano
Não se consente tirano,
Não se sofre um ditador.
Dize que os povos escravos
Vais levar com lealdade
Não ferros, mas liberdade,
Progresso - não opressão.
Vai quebrar as vis cadeias,
As algemas de seus pulsos,
De amor em doces impulsos,
Vai dizer-lhe: És meu irmão!**
Avante! Eu te saúdo,
Vasto império do Cruzeiro,
Que à voz de Pedro Primeiro
Despertaste assim gentil!
**Oh! Minha pátria gigante,
Esmaga o fero Solano,
Mostra ao povo americano
Quanto és nobre, oh! Meu Brasil!** (grifos meus)
(REIS, 1871, p. 57 - 61).**

Nesse poema, as escrivências poéticas e políticas firminiana expressaram o patriotismo e a saudação ao Brasil, ressaltando a relevância de nosso país

combater o governo do Paraguai de Solano López, descrevendo o como “déspota”, “tirano”, “monstro”, “ditador” e “fero”³⁹.

Essa visão sobre a Guerra do Paraguai era corrente no Brasil oitocentista, sendo propalada pelo governo imperial e jornais da época. Naquela época, o governo paraguaio de Francisco Solano López era concebido como despótico e tirano, que devia ser combatido. Assim, difundiu-se o discurso de que o Brasil e seus aliados tinham uma “missão ‘civilizadora’, qual seja, livrar a nação paraguaia do ‘tirano’ Francisco Solano López” (SQUINELO, 2003, p. 38).

Embora os escritos de Maria Firmina dos Reis estivessem de acordo com essa concepção sobre a nação paraguaia e o governo de Solano López, ela teceu crítica social a opressão na sociedade. Maria Firmina dos Reis denunciou a condição de vida do povo negro escravizado no Brasil, que em sua maioria foi obrigado a ir à guerra, com a promessa e a esperança de liberdade. Reis no poema escreveu:

[...] É que da armada ao exercício,
Do general ao soldado.
Só se escuta o mesmo brado;
Eia! Vencer ou morrer!
**Então pulsam destemidos
Os peitos de infinitos bravos,
Vão remir milhões de escravos,
Indo à pátria defender.**
[...] Vai mostrar à Europa inteira,
Que no solo americano
Não se consente tirano,
Não se sofre um ditador.
**Dize que os povos escravos
Vais levar com lealdade
Não ferros, mas liberdade,
Progresso - não opressão.
Vai quebrar as vis cadeias,
As algemas de seus pulsos,**
De amor em doces impulsos,
Vai dizer-lhe: És meu irmão! (REIS, 1871, p. 57 - 58;60)
(grifos meus)

Em pleno século XIX, Maria Firmina dos Reis asseverou em suas escrituras que brancos e negros eram “irmãos”, reiteradamente opondo-se ao pensamento ocidental, a religião, a Ciência moderna e ao racismo científico que

³⁹ Fero: sanguinário, feroz, violento, perverso, cruel.

predominavam na sociedade oitocentista e endossavam a escravização dos povos não-brancos, por entendê-los como “inferiores”, “selvagens”, “bárbaros”, carentes de “civilização”.

As escrituras poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis sobre o povo negro no Brasil e nos Corpos de Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai (1864-1870) em poemas de *Cantos à beira-mar (1871)* afrontavam o “colonialismo epistemológico” (FANON, 2008, p. 15), que predominava no pensamento da elite e de outros populares na sociedade oitocentista.

Maria Firmina dos Reis em suas escrituras defendeu a liberdade do povo negro tanto no romance *Úrsula (1859)* como nos poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram nesse conflito platino, de *Cantos à beira-mar (1871)*.

À vista disso, no contexto pós-Guerra do Paraguai, ela seguiu cobrando do governo brasileiro a dívida que a Pátria tinha com o povo negro escravizado, ou seja, a abolição. De maneira poética, ela tratava de questões paradoxais na sociedade oitocentista, o fim da escravidão. Uma abolição seguida de um projeto social onde o povo negro fosse incluído à sociedade brasileira, por isso, ela em suas escrituras afirmava:

[...] **Depois da guerra - o perdão!**
Que vais quebrar o grilhão
Desses míseros escravos!
Que vais levar-lhe – bondoso
Paz, amor, fraternidade,
Instrução, lei, liberdade,
Fazê-los povo de bravos (REIS, 1871, p. 60) (grifos meus)

Maria Firmina dos Reis por meio de seus escritos idealizou um projeto social de inclusão do povo negro liberto, onde este teria acesso à justiça, educação, paz, fraternidade e ao amor. Enfim, que sua gente fosse tratada com respeito, sem as hierarquizações étnico-raciais e sociais, e o racismo.

No século XIX, o Estado brasileiro, ao incentivar a imigração, desejava gradativamente a substituição do trabalho escravo pelo livre e promover o branqueamento do povo brasileiro, visto a elite e boa parte da população acreditavam que os povos não-brancos eram “raças inferiores” e “raças degenerativas”, como negros e indígenas. Desse modo, com base nas teorias raciais, no racismo científico, o Estado nacional tinha como projeto o branqueamento

do povo brasileiro, a fim de tirar o país do “atraso” e levá-lo ao desenvolvimento, à “civilização” (NASCIMENTO, 2017; SKIDMORE, 1976).

Nesse contexto histórico, Maria Firmina dos Reis em suas escrevivências poéticas e políticas, quando cobrou do Estado brasileiro a liberdade do povo negro em poemas de *Cantos à Beira-mar* (1871), propôs um projeto social de inclusão de negros/as a sociedade brasileira. O projeto social firminiano se distinguia da política de branqueamento do Estado que gerava a exclusão, e mais, poderia levar ao genocídio o povo negro brasileiro.

3.2 As escrevivências e outros olhares de Maria Firmina dos Reis para os heróis da Pátria na História do Brasil

No Brasil pós-Independência, no processo de construção do Estado, o governo imperial teve a preocupação com a escrita da História da nação, em 1837, fundou-se o Colégio D. Pedro, e em 1838, houve a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), os intelectuais organizados em torno dessa instituição tinham como objetivo a escrita e narrativa da história do país.

Segundo Thais Nivia de Lima e Fonseca (2011) o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tinha a missão de elaborar a História da nação, e difundi-la por meio do ensino de História. Havia uma grande preocupação com a escrita da História do Brasil. Em 1839, o primeiro secretário do IHGB, propôs um projeto de escrita da História a fim de “arrancar ao esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros, que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços” (SCHMIDT, 2018, p. 19). Em 1845, o IHGB promoveu o concurso de monografias, a fim de escolher a melhor forma de escrever a História do Brasil. O alemão Karl Philipp von Martius venceu esse concurso. Naquela época, Von Martius propôs a escrita da história que “partisse da mistura das três raças para explicar a formação da nacionalidade brasileira, ressaltando o elemento branco e sugerindo um progressivo branqueamento como caminho seguro para a civilização” (FONSECA, 2011, p. 46).

Nessa perspectiva do IHGB, a escrita da História, os estudos históricos, a organização dos programas escolares e dos textos dos livros didáticos, e o ensino tinham “uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a

colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia” (FONSECA, 2011, p. 47).

Nessa época, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras contemplou a História Política do Brasil, quando enalteceu os Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai, representando a nação brasileira. Porém, ela ampliou o panteão de heróis nacionais, destoando da concepção de valorização apenas de “ilustres brasileiros”, contemplados na escrita da História pelos intelectuais do IHGB.

Para Maria Firmina dos Reis (1871), tanto os “grandes homens” que comandaram as tropas como os combatentes anônimos, tais como os negros que compuseram os Corpos Voluntários da Pátria, eram heróis. Assim, ela valorizou a diversidade étnico-racial na narrativa da História do Brasil, dando visibilidade em suas escrituras.

Ela difundiu outras narrativas da História do Brasil com as escrituras poéticas e políticas, inaugurando uma nova concepção de heróis com os poemas dedicados aos que lutaram na Guerra do Paraguai, ou seja, aos Corpos Voluntários da Pátria. Para ela, desde o comandante ao soldado, a personalidade ilustre ao sujeito comum, anônimo e negro, todos eram heróis, brasileiros e irmãos. Por isso, no poema “Poesia”, dedicado ao tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Júnior⁴⁰, Maria Firmina dos Reis expôs:

Poesia

Dedicada aos bravos da Campanha do Paraguai, especialmente ao invicto tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Júnior.

Remonta a antiga era - inda o Brasil
Não tinha a lusa gente avassalado,
E já o nosso céu de puro anil,
Cobria um povo herói, um povo ousado,
É sempre o mesmo gênio brasileiro,
Brioso, nobre, ardido e guerreiro.
Foi ele quem guiou vossa bandeira.
Nos combates, nas lidas, nas vitórias!
Foi quem na luta ingente, e altaneira.
Doou-vos o troféu de eternas glórias!
Soldados da moderna liberdade,
Glória do vosso valor, e heroicidade!
E vós, que de tal brio foste herdeiro,
Que da pátria sequer não desmentiste

⁴⁰ Maria Firmina dos Reis dedicou também outros dois poemas “Poesias” e “Poesia” ao tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Júnior. Esses poemas estão respectivamente apresentados na íntegra nos Anexos 5 e 6 desse trabalho.

**A risonha esperança... vós, guerreiro,
Que impávido ao perigo resistes,
Que compreendeste assaz vossa missão, recebei, Cunha Junior,
esta ovação!**

Se o valor nos combates te guiava,
Se o pátrio amor te despertava os brios,
Se a voz da artilharia te animava,
Sem te empecer o passo esteiros, rios;
Deixa que vossos votos vão provar-te
Da nossa gratidão mesquinha parte.

**Deixa cantar-te, herói de Aquidabã,
Deixa cantar-te, exímio maranhense,**

Que honraste a terra antiga de Cumã.
Que honraste o torrão Guimaraense!
Deixa comemorar tuas façanhas,
Quem ama alto valor, glórias tamanhas!
Deixa cantar-te, herói do Tuiuti,
Distinto de Humaitá, forte em Angustura!
Bravo em Luque, em Saucos, e Avaí,
Onde tantos acharam sepultura!...

**Deixa cantar teus feitos, oh! Guerreiro,
Deixa louvar-te excelso brasileiro!**

Mas consente que junte ao meu canto

**Ao teu nome, dos mortos a memória,
D'queles que nos pedem infundo pranto.**

**Porque a morte os colheu em afã de glória
Deixa que um sentido de saudade.**

Vi quebrar-lhes da estampa a soledade...

Foram todos heróis – como vós fostes

Dos louros das batalhas adornado!

Intrépidos leões do sul, e norte,

Tinham por timbre esforço denodado...

A eles - de saudade o nosso pranto,

E a vós, guerreiro invicto, o meu canto.

(REIS, 1871, p. 83 - 84) (grifos meus)

Em suas escrituras poéticas e políticas, Maria Firmina dos Reis difundiu outras narrativas sobre os heróis da Pátria brasileira, na Guerra do Paraguai. Embora esse poema “Poesia” fosse dedicado ao tenente-coronel Francisco Manoel da Cunha Júnior, personalidade da sociedade maranhense, nos versos poéticos ela enalteceu todos os “soldados da moderna liberdade” (REIS, 1871, p. 83) que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança, sujeitos comuns/anônimos e negros, reafirmando novamente que todos eram heróis, atribuindo-lhes o adjetivo de guerreiros.

Nesse poema, novamente ela em seus escritos seguiu lamentando pela morte daqueles que tiveram as vidas ceifadas nos campos de batalha, finalizando o poema afirmando: “Mas consente que junte ao meu canto/ Ao teu nome, dos mortos, a

memória,/ D'queles que nos pedem infindo pranto./ Porque a morte os colheu em afã de glória/ [...] Foram todos heróis - como vós fostes” (REIS, 1871, p. 84).

Assim, Maria Firmina dos Reis questionava e rejeitava a História única sobre os heróis da Pátria brasileira na Guerra do Paraguai. Desta maneira, constatou-se que as escrituras firminiana propalavam outras narrativas sobre o povo negro na História do Brasil, e mais, que todas as vidas importavam, tanto daqueles que retornaram da guerra platina como os que tiveram suas vidas ceifadas nos campos de batalha e lá permaneceram.

Segundo Chimamanda Ngozi Adichie (2019) quando rejeitamos a História única, nós percebemos que não existe apenas uma forma de narrar a história de um lugar, de um povo. Por isso, ela afirmou que:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar a dignidade despedaçada (DICHIE, 2019, p. 31).

Maria Firmina dos Reis afirmava que outras histórias importavam, que as vidas negras importavam, e mais, inaugurando outras perspectivas para se (re)pensar a História da nação, onde negros tivessem acesso à liberdade, melhores condições de vida, sendo reconhecidos como brasileiros em sua plena humanidade.

Em outro poema “A recepção dos voluntários de Guimarães” (1871) Maria Firmina dos Reis seguiu ressaltando que outras histórias importavam, ao render homenagens aos Corpos Voluntários da Pátria da Guerra da Tríplice Aliança, convocando a sociedade de Guimarães - MA para saudar os heróis da nação brasileira.

A recepção dos voluntários de Guimarães

**Eis vossos filhos, Guimarães, saudai-os!
Saudai os bravos que a mãe-pátria honraram!
Saudai os restos da corte heroica,
Chorai aqueles que lá ficaram!**

Um dia um anjo de sinistro aspecto
De fumo as asas adejou na terra;
E na trombeta, que soou tremenda,
Do sul ao norte se repetia: - guerra!
Então teus filhos, Guimarães heroico,
Teus filhos cheios de imortal valor,
Por Deus juraram repelir a afronta,
Por Deus, por ti, com denodado ardor.
Vede-os! São estes que em mavórcia lide

Arcaram forte com o poder da sorte;
 Qu'importa o raio, que siliba?...Avante!
 Que o bravo afronta, mas não teme a morte.
Saudai-vos, grato Guimarães – saudai-os!
Saudai os filhos que a mãe-pátria honraram!
Saudai os restos da corte ingente,
Honrai com prantos os que lá ficaram...
 Um anjo pálido de choroso aspecto
 Vela essas campas, que não têm cruzeiros!
 Mas que os vindouros lembrará com glória
 Nomes eternos de imortais guerreiros!...
 Raream as filas... mas cerradas ei-las,
 Embora junquem mortos mil ao chão!
 Que importa ao bravo maranhense nobre,
 Se a morte parte de infernal canhão?!...
Que heróis! Saudai-os, Guimarães, saudai-os!
Saudai os restos da imortal corte,
Chorai os bravos que por lá ficaram!!...
 Sempre a bandeira a tremular briosa,
 Sempre no peito a renovar-se o ardor,
Que pela pátria sacrificam tudo,
Sossego, vida, felicidade e amor.
Depois, nos campos da mavórcia lide
Soou o brado de imortal vitória!
Foi dura a luta; - mas caiu o monstro!
 Coroou-te a frente imorredoura glória!
 E veio um anjo de risonho aspecto,
 Cândidas roupas, no semblante a paz,
 Ornar dos bravos as altivas frentes,
 Cós verdes louros, que na dextra traz (REIS, 1871, p. 85 - 86) (grifos meus)

Nesse poema, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras convocou a população de Guimarães a saudar os voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai, tanto os que regressaram ao Brasil, como os que tombaram nos campos de batalha e a tão sonhada liberdade sucumbiu. Assim, ela seguiu lamentando pelos negros que morreram na guerra platina. O episódio em kamba'race, a retirada de Laguna é um exemplo disso.

Durante a Guerra do Paraguai, em 1867, ocorreu o episódio conhecido como kamba'race que significa lamento de negro ou choro/gemido de negro. A coluna militar enviada pelo governo imperial para socorrer a província do Mato Grosso, foi atingida pela cólera. Mais de cem militares brasileiros coléricos, em sua maioria negros. Diante das adversidades para transportá-los e quase sem munição, os próprios brasileiros abandonaram esses soldados e deixaram o cartaz "Compaixão para com os coléricos" (LEÃO, 2021, p. 23), quando encontrados pelos paraguaios, foram executados no campo de batalha. Destes sobreviveram o alferes Salvador

Nunes Machado da Polícia de São Paulo, o anspeçada (patente de praça inferior a cabo) Joaquim José Dantas do Esquadrão de Cavalaria de Goiás e o cabo da esquadra do 17º Corpo Voluntário da Pátria Calixto de Medeiros de Andrade. Eles conseguiram se salvar e reencontrar a tropa brasileira. Esse fato foi registrado pelo tenente brasileiro e engenheiro Alfredo d'Escragnolle, no livro *A retirada de laguna*, em 1868, 1ª edição em francês (LEÃO, 2021).

Em 2005, o documentário “Kamba’race”, de direção Sionei Ricardo Leão, produziu uma narrativa histórica sobre esse fato da retirada de Laguna (1867), durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo laureado com o Prêmio Palmares de Comunicação, pela Fundação Cultural Palmares⁴¹ (LEÃO, 2021). Esse audiovisual disponível no *Youtube* é um convite para se (re)pensar a História Política brasileira nos oitocentos, e na contemporaneidade, o processo de formação da opinião pública sobre a presença negra na Guerra do Paraguai (1864 -1870).

Os negros que compuseram os Corpos Voluntários da Pátria foram convocados a lutar contra o Paraguai, o dito governo “ditador” e “opressor” de Solano Lopez que o governo brasileiro anunciava, enquanto no Brasil também havia opressão, ou seja, a escravização do povo negro. Muitos negros morreram nos campos de batalha, outros conseguiram retornar ao Brasil.

Em 1868, por conta dos militares mutilados que regressaram ao Brasil, o governo imperial de D. Pedro II construiu o Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP)⁴², na Ilha Bom Jesus, na cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de abrigar os inválidos, oriundos da Guerra do Paraguai. O retorno da guerra de vários homens mutilados (mutilações de membros inferiores e/ou superiores, como os braços, as pernas), e/ou com doenças crônicas se tornaram problemas sociais e de saúde, a serem resolvidos pela administração pública. Sendo assim, por conta da inexistência de um auxílio adequado para viver, muitos órfãos e mulheres viúvas “tiveram de se socorrer das suas próprias economias, do auxílio de familiares ou mesmo de recorrer à mendicância para sobreviver” (FERREIRA, SOBRINHO, 2020, p. 97). Após anos de batalhas, a Guerra da Tríplice Aliança teve fim em 1870, as tropas brasileiras encurralaram Solano López em Cerro Corá, assassinando-o e seu filho

⁴¹ Documentário Kamba’race (2005), de direção de Sionei Ricardo Leão. Disponível no site: <<https://youtu.be/AYfJqRxCD4E>> Acesso em: 28 out. 2022

⁴² O Asilo dos Inválidos da Pátria (AIP) foi extinto em 1976 (FERREIRA, SOBRINHO, 2020).

adolescente, em 01 de março daquele corrente ano (SQUINELO, SCHWARCZ, 2018, SQUINELO, 2002).

A Guerra do Paraguai trouxe ônus para a administração pública do governo imperial, como também permitiu problematizar a realidade do povo negro, dos que regressaram dos campos de batalha ao Brasil, visto que ainda se mantinha a escravidão.

Naquela época, teve casos de negros que ao regressarem ao Brasil, os antigos senhores e senhoras (os/as “proprietários/as”) reivindicaram o retorno destes a condição de escravizados, como é o caso de Pedro Pardo. Conforme documentos do acervo do Arquivo Público de Mato Grosso, Pedro Pardo ou Francisco Antônio Martins havia fugido do cativo e se alistou no Exército para lutar contra o Paraguai. Ele lutou na Guerra do Paraguai e quando esta terminou, Pedro Pardo regressou ao Brasil, pensando que permaneceria livre. A senhora Escholástica Maria de Jesus recorreu à justiça, as autoridades da Província do Mato Grosso, para que o negro Pedro Pardo fosse devolvido. Embora ele tivesse defendido a Pátria brasileira na guerra platina, este foi devolvido à senhora Escholástica, sendo reescravizado (LEÃO, 2021).

Sendo assim, após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, os negros ex-combatentes que sobreviveram e retornaram ao Brasil, depararam com a manutenção da escravidão do povo negro, “retornaram livres e foram perseguidos pelos senhores - para serem reescravizados” (SOUSA, 1996, p. 72), fossem ou não heróis nacionais (SOUSA, 1996).

Nesse contexto histórico, diante das mazelas sociais que atingiam o povo negro, antes e após a Guerra do Paraguai (1864 -1870), nas escrituras poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis seguiram a condenação e a denúncia da injustiça que atingia os negros e as negras, ou seja, a manutenção da escravidão em nosso país. Ela também prosseguiu defendendo a abolição da escravização do povo negro, e mais, reafirmando que todos que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança eram heróis.

Em outro poema “Por ocasião da tomada de Villeta e ocupação de Assunção” Maria Firmina dos Reis em suas escrituras poéticas e políticas também

ressaltou que todos que foram lutar na Guerra do Paraguai eram heróis. Ela reiterou isso e lamentou a morte de negros que constituíram os Corpos de Voluntários da Pátria e tombaram nos campos de batalha daquele conflito platino:

**Tupi, que dormia da paz no remanso,
De plumas coberto, de flecha na mão,
Escuta de guerra no Prata uma voz,
Escuta uma luta estranha feição.
Desperta, e pergunta: “Quem ousa acordar-me?”
Respondem-lhe: um monstro insulta a nação!
Oh, Ei-lo guerreiro, brioso, pujante,
Chamando seus filhos com a voz de trovão,
E os brados se escutam nas matas d’além,
Nas selvas longínquas, nos montes na serra:
Mil homens se erguem, mil homens repetem
O brado do gênio, que é brado de guerra.
E marcham seus filhos sedentos de glória,
Que bravos são eles, heróis todos são!**
- Entanto que o monstro se nutre de sangue – Ribomba
no Prata brasílio canhão.
E uma após outra se rendem cativas
**Do vil Paraguai trincheiras mil;
E renque de escravos cadáver são...
E ele! Vacila... já teme o Brasil.**
É dura a fadiga... Por ínvios caminhos,
Esteros imundos, pauis, lodaçal
**Lá marcham os filhos bravos Tupi,
Dobrando galhardos, ardor marcial.
A voz que os dirige é voz do gigante,
De plumas coberto, de flecha na mão;
É voz que escuta do Prata ao Amazonas,
Que os ecos repetem, que é voz da nação!
E foram-se avante - guerreiro avante
Que é firme seu passo, só sabem vencer!
E o último asilo, que resta ao tirano,
Se rende a seus brados: - vencer, ou morrer!**
[...] (REIS, 1871, p. 63 - 64)⁴³ (grifos meus)

Nesse poema Maria Firmina dos Reis deu visibilidade à presença indígena e negra nos campos de batalha da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), todos filhos da nação brasileira que seguiam à missão patriótica de combater o governo paraguaio de Solano Lopez, descrito como “monstro”, “tirano” (REIS, 1871, p. 64). Por isso, ela em alguns versos destacava “[...] E marcham seus filhos sedentos de glória, / Que bravos são eles, heróis todos são!” (REIS, 1871, p.63).

Na perspectiva de Maria Firmina dos Reis (1871) todos que lutaram na Guerra do Paraguai, que constituíram os Corpos Voluntários da Pátria eram heróis,

⁴³ O poema “Por ocasião da tomada de Villeta e ocupação de Assunção” em sua íntegra está no Anexo 7 desse trabalho.

ou seja, brancos, negros e indígenas. Para ela, o conceito de heróis incluía a diversidade étnico-racial e social do povo brasileiro na guerra platina.

Os estudos historiográficos sobre a Guerra do Paraguai nos demonstram que os grupos sociais subalternos que constituíram o Exército brasileiro, os Corpos Voluntários da Pátria, eram formados por uma diversidade étnico-racial, social, de gênero e geração, ou seja, por brancos, homens livres e pobres, negros escravizados e libertos, mulheres, crianças e idosos. O Exército brasileiro não tinha alimentos, vestuário, barracas e atendimentos médicos suficientes para todos, deixando em maior vulnerabilidade os grupos sociais subalternos nos campos de batalha. Com essa guerra o Brasil perdeu em torno de 50 mil pessoas, por conta das atividades bélicas, dos castigos físicos praticados pelo próprio Exército, e principalmente, das epidemias, como a cólera, a varíola, também conhecida como bexiga, entre outras moléstias que ceifaram vidas (SQUINELO, DOCKHORN, 2022; DORATIOTO, 2002). “[A]s doenças se proliferaram durante a Guerra Guasu, ceifando a vida de milhares de combatentes, muitas vezes matando mais que a própria bala” (SQUINELO, DOCKHORN, 2022, p. 27).

Assim, considerando os estudos historiográficos, constatou-se que Maria Firmina dos Reis com seus versos poéticos e políticos também propalou outras narrativas sobre a Guerra da Tríplice Aliança e deu visibilidade aos grupos sociais subalternos como negros e indígenas, destoando daquela História Política Tradicional e Positivista, da narrativa histórica ancorada na História militar da Nação, que só dava visibilidade aos “ilustres brasileiros”, homens brancos e da elite, como Duque de Caxias, o general Osório e o Conde D’Eu.

Para Maria Firmina dos Reis (1871), desde os comandantes das tropas aos que assentaram praça nos Corpos Voluntários da Pátria, todos que marcharam, lutaram e tiveram suas vidas ceifadas nesse conflito platino e/ou retornaram ao país de origem, todos eram heróis, filhos bravos da Pátria brasileira. Ela ainda seguiu lamentando a morte de negros escravizados que foram à guerra, afirmando em outros versos poéticos “[...] Do vil Paraguaio trincheiras a mil;/ E renque de escravos cadáver já são...[...]” (REIS, 1871, p. 63).

Maria Firmina dos Reis nos poemas lamentou pelos negros que tombaram nos campos de batalhas da Guerra do Paraguai, assim nos apresentou outros olhares para as vidas negras dos Corpos de Voluntários da Pátria.

Assim, ela por meio de suas escrevivências poéticas e políticas ressaltou que toda vida importava, que vidas negras importavam, e não apenas a dos “grandes homens”, generais, comandantes das tropas que constituíam o panteão de heróis da História oficial e da nação, como Duque de Caxias, que posteriormente foi considerado o patrono do Exército brasileiro.

Diante disso, é interessante expor como as escrevivências firminiana abrem caminhos para a pesquisa, os estudos históricos e o ensino da História negra a partir da literatura afro-brasileira, com destaque as condições de vida do povo negro escravizado no Brasil oitocentista e no contexto da Guerra do Paraguai.

Naquela época, os brasileiros vivenciaram um paradoxo, o combate ao governo “tirano” de Solano López, ou seja, a “missão civilizadora” de “salvar” o povo paraguaio, e, ao mesmo tempo conviveram com a opressão do povo negro escravizado em nosso país.

No Brasil contemporâneo, depois de 150 anos do fim dessa guerra, essa narrativa sobre esse conflito bélico foi referendada em uma das produções culturais da TV Globo, na telenovela “Nos tempos do Imperador”⁴⁴, exibida aproximadamente às 18:00 h, no período: 09 de agosto de 2021 a 04 de fevereiro de 2022. Nessa telenovela se fez a representação do Brasil oitocentista pós-Independência, com destaque: a Família Real, o governo do Imperador Dom Pedro II; a sociedade escravagista, ocorrendo a romantização das relações étnico-raciais, sem problematizar o racismo e a escravização do povo negro de forma efetiva; e a Guerra do Paraguai, sendo preponderante a difusão da imagem de Solano López como um “ditador”, que devia ser exterminado.

Segundo a historiadora Ana Paula Squinelo (2002) há diferentes visões/interpretações historiográficas da Guerra do Paraguai, difundindo narrativas históricas sobre esse conflito bélico, sendo alvo de manipulações ideológicas, constituindo em três momentos.

Primeiro momento, a produção historiográfica que surgiu logo após o fim do litígio com o Paraguai, foram textos escritos por pessoas protagonistas da guerra, tais como *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865 – 1870* de Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, *A retirada de Laguna* de Alfredo d’Escragnonle Taunay e *Diário. A Guerra do Paraguai* de André Rebouças, influenciando livros didáticos

⁴⁴ Sobre essa produção artística da TV Globo, acessar: <https://gshow.globo.com/novelas/nos-tempos-do-imperador/> e < <https://globoplay.globo.com/nos-tempos-do-imperador/t/m7GctZSbTV/>>

escritos entre as décadas de 1920 e 1960, que difundiram a visão patriótica do conflito, ou seja, a “missão divina” e “civilizatória” que o Brasil tinha de libertar o Paraguai do “ditador” Solano López. As produções de Fragoso, Rocha Pombo são exemplos (SQUINELO, 2002).

Segundo momento, os estudos sobre a Guerra do Paraguai divulgados nas décadas de 1960 e 1970, tais como de León Pomer (1968) e Julio Chiavenato (1979) que com base no pensamento marxista destacaram o caráter imperialista daquela guerra e os interesses da nação inglesa (SQUINELO, 2002).

León Pomer em *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* (1980) relatou que a guerra ocorreu no contexto de expansão e afirmação do capitalismo na Grã-Bretanha. Um novo sistema mundial “regido por umas poucas luminárias europeias e pelos Estados Unidos, com a Grã-Bretanha encabeçando e que fará do planeta uma unidade” (POMER, 1980, p. 22), onde “grande parte de seres humanos deverá trabalhar para melhor proveito de uma minoria” (POMER, 1980, p. 22).

Naquele contexto histórico, os governos de Gaspar Rodrigues de Francia, e posteriormente, de Francisco Solano López não eram favoráveis à livre iniciativa privada e se constituíram em uma afronta aos empresários e comerciantes, ou seja, ao liberalismo econômico, e conseqüentemente ao capital estrangeiro. Para as nações sul-americanas, Brasil, Argentina e Uruguai, o Paraguai podia impedir o desenvolvimento e progresso dos países vizinhos, sendo um governo despótico, um “obstáculo no caminho da civilização” (POMER, 1980, p. 57). Assim, afloraram-se as antigas diferenças de fronteira, de navegação de rios interiores, culminando na Guerra do Paraguai. Esse conflito bélico levou a “demolir o país a tiros de canhão e de acabar com grande parte do povo paraguaio” (POMER, 1980, p. 41), constituindo-se em uma grande tragédia rio-platense. Pomer fez a ressalva de que “sem os empréstimos britânicos dificilmente os aliados teriam podido levá-la a um ‘bom fim’” (POMER, 1980, p. 324).

Nos estudos *Genocídio americano: a guerra do Paraguai 1979* e *A Guerra do Paraguai 1987*, Júlio José Chiavenato também asseverou que o Paraguai não estava sob influência econômica da Inglaterra, distinguindo-se de outros países da América do Sul como o Brasil, Argentina e Uruguai. Esses países sob influência da Inglaterra, ou seja, do imperialismo inglês, uniram-se por meio da Tríplice Aliança e foram subsidiados pelo capital externo. Esses estudiosos também relataram que os

grupos sociais aristocráticos que constituíam a elite enviaram negros escravizados a Guerra do Paraguai, condicionando a isso a liberdade destes. Assim, o Brasil, a Argentina e o Uruguai combateram o Paraguai, levando ao genocídio o povo paraguaio, ou seja, o exército constituído por homens, mulheres, crianças e idosos, e também ao decréscimo da população negra (CHIAVENATTO, 1987; CHIAVENATTO, 1979).

Com base no pensamento marxista, Pomer e Chiavenatto analisaram a Guerra do Paraguai, expondo o imperialismo inglês na América do Sul, que subsidiou os países que constituíram a Tríplice Aliança, destruindo o país vizinho, o Paraguai, a fim de evitar a autonomia política e econômica.

Quanto ao terceiro momento, esse é caracterizado por obras editadas a partir da década de 1980, como os estudos de Francisco Doratioto em *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai* (2002), Ricardo Salles em *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército* (1990), Gabriela Nunes Ferreira em *O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial* (2006) e Moniz Bandeira em *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)* (2012), que trouxeram outros olhares e narrativas para a Guerra do Paraguai, sendo “inovadores e menos tendenciosos” (SQUINELO, 2002, p. 21), visto que questionaram a tese de que as potências imperialistas teriam sido responsáveis por este conflito platino e pelas relações estabelecidas no contexto regional (SQUINELO, DOCKHORN, 2022; CORONATO, 2020; SQUINELO, 2002).

Esses estudos demonstraram a importância do processo de construção dos Estados nacionais na América Latina que influenciou a construção do modelo de interação no Prata; e também, ampliaram a análise acerca da constituição do Exército brasileiro com novas abordagens, dando visibilidade aos grupos sociais subalternos que foram à guerra defender a Pátria, tais como homens livres e pobres, negros escravizados e libertos, entre outros (SQUINELO, DOCKHORN, 2022; CORONATO, 2020; SQUINELO, 2002).

Em 2020, com a realização do VII Simpósio Internacional de História Global e das Relações Internacionais, com o tema “A Guerra do Paraguai: 150 anos depois”, organizado pelo curso de bacharelado em Relações Internacionais e pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense

(UFF), a pesquisadora Marcela Cristina Quinteros e o pesquisador Gabriel Passeti ressaltaram que nas últimas décadas têm tido renovação nas pesquisas, nos estudos, na produção de livros didáticos e nas narrativas sobre a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu, possibilitando novas abordagens, outros e novos olhares para esse conflito bélico, problematizando questões de raça e gênero. Assim, deu-se visibilidade aos grupos sociais subalternizados como negros, indígenas, mulheres e crianças, e a análise de uma multiplicidade de fontes, tais como cartas, jornais, livros didáticos, biografias, documentos consulares, revistas, músicas, entre outros registros históricos (PASSETTI, QUINTEROS, 2020).

Com base nos estudos historiográficos o conflito na região do Prata teve várias denominações, tais como Guerra do Paraguai (1864-1870), Guerra da Tríplice Aliança, a Grande Guerra e/ou Guerra Guasu, compreendê-lo pressupõe considerar como os Estados-nacionais latino-americanos se constituíram ao longo do século XIX, as políticas interna e externa para tentarem garantir a hegemonia política e econômica, no contexto de expansão do capitalismo, vislumbrando a diversidade étnico-racial, social, de gênero e geração, ou seja, os grupos sociais subalternos que compuseram os exércitos nacionais, como homens livres e pobres, negros escravizados e libertos, mulheres, crianças e idosos.

Ao finalizar esse capítulo, pode-se afirmar que no século XIX, nas escrituras de Maria Firmina dos Reis se difundiram narrativas sobre a História do Brasil em sintonia com o discurso oficial do governo imperial acerca da Guerra do Paraguai, ou seja, o da “missão divina” e “civilizatória” que o Brasil tinha de libertar o Paraguai do “ditador” Solano López. Concepção corrente nos jornais publicados naquela época. Porém, Maria Firmina não hesitou em questionar a manutenção da escravização do povo negro, defendendo a abolição, antes e após o fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), no romance *Úrsula* (1859) e em alguns poemas de *Cantos à beira-mar* (1871).

Em *Cantos à Beira-mar*, ela inaugurou uma nova concepção de heróis em suas escrituras poéticas e políticas, quando explicitou que do comandante ao soldado, dos “ilustres brasileiros” às pessoas comuns como negros e indígenas, todos eram heróis, todos que constituíram os Corpos Voluntários da Pátria.

Nesta perspectiva, Maria Firmina dos Reis inaugurou outros olhares para a concepção de heróis na História do Brasil, destoando dos intelectuais do IHGB. Pois, os intelectuais do IHGB se interessavam pela escrita da História Política ancorada nas biografias de “grandes homens”, contemplando datas, nomes e fatos históricos dos que atuaram na esfera política, militar e/ou religiosa, excluindo os sujeitos anônimos, o povo comum.

CAPÍTULO IV

VOZES NEGRAS ABOLICIONISTAS NA HISTÓRIA DO BRASIL

Não veio do céu
Nem das mão de Isabel a liberdade
É o Dragão do Mar de Aracati [...]

História para ninar gente grande (2019)
Estação Primeira de Mangueira

Será que já raiou a liberdade
Ou se foi tudo ilusão
Será, oh, será
Que a lei áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada
Não foi o fim da escravidão

Hoje dentro da realidade
Onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu

Moço
Não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil

Pergunte ao criador
Quem pintou esta aquarela
Livre do açoite da senzala
Preso na miséria da favela [...]

Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão (1988)
Estação Primeira de Mangueira

No Brasil contemporâneo, as narrativas coloniais ancoradas no paradigma tradicional e eurocêntrico exaltaram aos “grandes heróis” do panteão da História nacional e consagraram a princesa Isabel como “heroína” do povo negro liberto, ao assinar a Lei Áurea, em 1888.

No contexto histórico pós-abolição, essa História oficial, tradicional, positivista e eurocêntrica da nação tem sido questionada por intelectuais da Academia, principalmente a partir do Movimento dos *Annales* (1929) na perspectiva da Nova

História, como também por ativistas do movimento negro ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI.

Para os intelectuais Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano e Lilian Moritz Schwarcz (2021), organizadores da *Enciclopédia Negra: biografias afro-brasileiras* (2021) é imprescindível visitar a História do Brasil, em diversos contextos históricos, a fim de desconstruir a narrativa tradicional, colonial e oficial, ancorada no paradigma ocidental e eurocêntrico que mais enalteceu a elite em detrimento de outros grupos étnico-raciais e sociais, e dar visibilidade a outros sujeitos históricos, como as personalidades negras.

Gomes, Lauriano e Schwarcz (2021) quando analisaram a História do Brasil, especificamente a abolição, ou seja, o fim da escravização do povo negro, relataram que isso não foi uma dádiva da princesa Isabel. Eles e ela enfatizaram o protagonismo negro na luta pela liberdade. A conquista da liberdade do povo negro foi um longo processo, com lutas e resistências de homens negros e mulheres negras.

Por isso, eles e ela afirmaram que “à Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a qual, longe de ter sido um ato isolado e ‘redentor’, fez parte de um processo coletivo de luta incessante pela liberdade, protagonizado por negros, libertos e seus descendentes” (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021, p. 9).

Esse questionamento da narrativa colonial tradicional pautada no paradigma ocidental e eurocêntrico reverberou e reverbera em outros espaços da vida social, como entre o povo negro organizado por meio das escolas de samba, e conseqüentemente, nos enredos, nos sambas-enredo e na Arte carnavalesca apresentados nos desfiles de carnaval carioca, a cada ano.

Nas epígrafes em evidência nesse capítulo, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira, no carnaval carioca de 2019 e no centenário da abolição de escravizados no Brasil, em 1988, expressou a sua tradição de questionar a História oficial do Brasil, valorizando a História negra, a luta pela liberdade do povo negro. Isso é evidente quando o povo negro e do samba ao brincar o carnaval cantou: “Não veio do céu/ Nem das mão de Isabel a liberdade/ É o Dragão do Mar de Aracati” [...] (MANGUEIRA, 2019), enaltecendo personalidades negras abolicionistas, como o

Dragão do Mar de Aracati. Um dos abolicionistas que serão apresentados nesse quarto capítulo.

A Mangueira além de ressaltar que mãos negras (com outros povos étnico-raciais) construíram o atual país, também denunciou as condições de vida da população negra no contexto pós-abolição. Naquela época, o Estado brasileiro incentivou a imigração e tentou implementar a política de branqueamento do povo, e não estabeleceu políticas públicas para o combate ao racismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, e a promoção da inclusão de negros e negras a sociedade. Por isso, em alguns versos do samba-enredo o povo negro e do samba cantou: “Pergunte ao criador/ Quem pintou esta aquarela / Livre do açoitado da senzala/ Preso na miséria da favela [...]” (MANGUEIRA, 1988, s./p.). Enfim, as epígrafes com versos de sambas-enredo da escola de samba Mangueira nos possibilitaram revisitar e repensar a História negra e a História Política brasileira.

Nesse capítulo, estará em destaque a História negra, especificamente a campanha pela abolição e o surgimento do Movimento Abolicionista, a luta do povo negro pela liberdade no Brasil oitocentista, vislumbrando-se trajetórias de vida de personalidades negras abolicionistas.

Visa-se analisar a formação da opinião pública nos vídeos de divulgação científica sobre os/as abolicionistas negros/as Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio, de programas “Heróis de todo mundo”, do Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004).

Esse projeto pedagógico “A cor da cultura”, foi lançado um ano após a aprovação da Lei n. 10.639/2003, que tornou obrigatório o estudo da História da África e cultura afro-brasileira nas instituições públicas e privadas brasileiras, e promoveu a inclusão do “20 de novembro - Dia nacional da Consciência Negra” no calendário escolar.

O projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004) foi idealizado no contexto do governo do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), de atuação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), visando a valorização da História do povo negro, da História e cultura afro-brasileira, a fim de subsidiar o trabalho didático-pedagógico de professores e professoras na Educação Básica. O projeto educativo “A Cor da Cultura” é uma parceria entre o Canal Futura,

a Petrobrás, o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro - CIDAN, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Fundação Cultural Palmares, a TV Globo e a SEPPIR, e está disponível na internet no site: <www.acordacultura.org.br>. Esse projeto educativo está organizado em seis partes, da seguinte forma: “O Projeto”, “Kit A Cor da Cultura”, “Programas”, “Artigos”, “Notícias” e “Entrevistas”.

Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004)



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <www.acordacultura.org.br>
Acesso em: 23 abr. 2021

Os “Programas” subdividiram-se em cinco partes: “Livros animados” com contação de histórias e jogos; “Nota 10” apresenta projetos e atividades pedagógicas desenvolvidas na Educação Básica, na perspectiva da Educação antirracista; “Ação”, dá destaque as experiências de sujeitos anônimos e da sociedade civil organizada que valorizam a História e cultura africana e afro-brasileira; “Mojubá”, contempla as religiões e religiosidades no mundo, dando visibilidade as de matriz africana e afro-brasileiras; “Heróis de todo mundo” com personalidades negras de diversos contextos históricos da História do Brasil: colônia, Império e República (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

Quanto ao programa “Heróis de todo mundo”, organizado em três partes “Heróis”, “Intérpretes” e “Episódios” apresentou quarenta e seis vídeos de divulgação científica, no formato de documentários, com narrativas biográficas de homens

negros e mulheres negras de diferentes contextos históricos, do Brasil colonial à República⁴⁵.

Desse universo de audiovisuais foram selecionados cinco que ressaltam personalidades negras que se destacaram na História Política e cultural do Brasil, que por meio de suas vozes, “escrivências” e lutas na vida cotidiana, na imprensa, no Judiciário e no Parlamento empreenderam o debate público acerca da liberdade do povo negro e a conquista de alforrias, no Brasil oitocentista.

Nesse capítulo se tem como objetos de análise a formação da opinião pública sobre personalidades negras abolicionistas, que foram historicamente invisibilizadas na narrativa oficial da História da nação ou da História Política tradicional.

Por isso, estarão em destaque os/as abolicionistas negros/as apresentados/as nos vídeos de divulgação científica, em formato de documentário, curta-metragem com narrativa biográfica, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004), disponíveis no próprio site deste projeto e no *Youtube*:

- Luiz Gama (1830 - 1882) por Joaquim Barbosa.

- Dragão do Mar - Francisco José do Nascimento (1839 - 1914) por Milton Gonçalves.

⁴⁵ As personalidades negras apresentadas nos documentários de “A cor da cultura” (2004), por meio de narrativas biográficas são: Abdias do nascimento, Aleijadinho, André Rebouças, Adhemar Ferreira da Silva, Ana das Carrancas, Aniceto do Império, Antonieta de Barros, Auta de Souza, Benjamim de Oliveira, Bispo do Rosário, Carolina Maria de Jesus, Cartola, Chiquinha Gonzaga, Clementina de Jesus, Cruz e Souza, Dom Obá, Dona Zica, Dragão do Mar - Francisco José do Nascimento, Elizeth Cardoso, Esperança Garcia, Jackson do Pandeiro, João Cândido, João do Vale, José (Benedito) Correia Leite, José do Patrocínio, Juliano Moreira, Lélia Gonzalez, Leônidas, Lima Barreto, Luiz Gama, Machado de Assis, Mãe Aninha, Mãe Menininha do Gantois, Maria Firmina dos Reis, Mário de Andrade, Mestre Bimba, Milton Santos, Oliveira Silveira, Paulo da Portela, Pixinguinha, Teodoro Sampaio, Thereza Santos, Tia Ciata - Hilária Batista de Almeida e Xica da Silva, Zózimo Bulbul e Zumbi dos Palmares. Cada documentário está dividido em três partes: “Conheça o herói”, “Conheça o intérprete” e “Assista o episódio” (BRASIL, A cor da cultura). No Brasil contemporâneo, quem tenta assistir aos episódios de personalidades negras no próprio site do projeto “A cor da cultura” não consegue acessá-los, pois os vídeos de divulgação científica estão indisponíveis. Os episódios (audiovisuais) do programa “Heróis de todo mundo” estão disponíveis no *Youtube*. Diante dessa realidade, é interessante a ressalva que a ativista do Movimento Negro e professora Nilma Lino Gomes, ex-ministra Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade racial, da Juventude e dos Direitos Humanos da presidenta Dilma Roussef (PT), fez acerca dos possíveis retrocessos nas políticas voltadas para a Educação antirracista e promoção da igualdade racial no Brasil, principalmente, após o golpe de 2016, que promoveu o *impeachment* da primeira mulher eleita presidenta em nosso país (GOMES, 2017).

- Chiquinha Gonzaga (1847 - 1935) por Iléa Ferraz.
- André Rebouças (1838 - 1898) por Alexandre Moreno.
- José do Patrocínio (1853 - 1905) por Nei Lopes.

4.1 Os caminhos da liberdade e o Movimento Abolicionista no Brasil oitocentista

Desde o século XVI, nos tempos da colonização portuguesa na América, por mais de trezentos anos, o Brasil e a África estabeleceram relações transatlânticas, por conta do tráfico negreiro, que trouxe a força para as terras tropicais milhões de africanos e africanas, comercializando como “mercadorias” e submetendo ao trabalho compulsório.

Do século XVI ao século XIX, no período entre 1550 e 1850, o Brasil intensificou as relações com a África, tornando-se o maior importador de africanos/as para a América. Por conta do tráfico negreiro, 4,8 milhões de africanos/as foram introduzidos a força nessas terras e escravizados. As embarcações que trouxeram as primeiras levas de africanos/as que chegaram ao Brasil aportaram em Pernambuco, nos anos de 1560. Outros portos brasileiros receberam africanos/as como do Rio de Janeiro, Bahia e Recife (ALENCASTRO, 2018).

Durante esse longo período do tráfico negreiro, as embarcações brasileiras aportaram na costa da África Oriental e Centro-Occidental. Os grandes portos negreiros na África se concentravam no rio do Senegal, da Gâmbia (Senegâmbia), dos rios Níger e Volta (Golfo da Guiné), e em particular a baía do Benim, do rio Congo e do Cuanza (Congo - Angola), do Zambeze e do Limpopo (Moçambique). Milhões de africanos/as tiveram como destino o Brasil, sendo comercializados e escravizados (ALENCASTRO, 2018).

No Brasil, os africanos, as africanas e seus descendentes trabalharam em diversas regiões, realizando múltiplas atividades: nos trabalhos domésticos da Casa Grande, nos engenhos de cana-de-açúcar, na mineração, nas atividades tropeiras, na produção da erva-mate, nas plantações de café, como negros de ganho e canto

nos espaços urbanos das cidades, entre outras realizadas nos tempos da escravização.

No contexto da diáspora transatlântica, onde o povo negro viveu e trabalhou, floresceu a cultura africana e afro-brasileira, como os batuques, o samba de roda, a capoeira, o culto aos orixás no Candomblé e aos voduns na Casa de Mina, o samba, entre outras práticas culturais, como também a resistência e as lutas pela liberdade, tanto individual como coletiva.

Antes que surgisse o Movimento Abolicionista no Brasil oitocentista, homens negros e mulheres negras lutaram pela liberdade, por meio de revoltas de escravizados, suicídio, infanticídio, fugas individuais e /ou coletivas, organização de quilombos, como o de Palmares, onde fizeram história Zumbi e mulheres negras como Acotirene, Aqualtune e Dandara. Em diversas regiões do Brasil, outras mulheres negras também se destacaram na luta pela liberdade, tais como: Luiza Mahin, que participou da Revolta dos Malês (1835) e da Sabinada (1837-1838); Tereza de Benguela no quilombo de Quariterê ou Piolho, no Mato Grosso; Zeferina, no quilombo do Urubu, na Bahia; Zacimba Gaba, princesa de Angola, que no Brasil, no Espírito Santo, organizou a revolta de escravizados e liderou o quilombo; Mariana Crioula que se uniu a outros escravizados e fugiram, organizando-se no quilombo Manuel Congo, no Rio de Janeiro; Esperança Garcia que escreveu uma carta ao presidente da Província de São José do Piauí, denunciando os maus-tratos que ela e familiares eram submetidos nos tempos da escravização; entre outras (SILVA, 2019; ARRAES, 2017; OAB, 2017, GONÇALVES, 2017; REIS, SILVA, 1989).

Nas Américas, o processo de abolição da escravização negra ocorreu de formas múltiplas. Em São Domingos, com a Revolução do Haiti, na passagem do século XVIII ao início do século XIX, houve a emancipação política da colônia francesa e o fim da escravidão negra⁴⁶. Esse exemplo de revolução era visto com temor pelas elites nas Américas, ou seja, o medo da haitização. Nas colônias francesas a abolição ocorreu após a aprovação da lei de 1848. No Caribe, as

⁴⁶ No século XVIII, na Europa, a França, em 1792, concedeu direitos políticos iguais aos negros, e em 1794, emancipou os negros escravizados, antes de outras nações. Quanto à Inglaterra, depois de vários anos de campanhas de petições da Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos, de inspiração quaker, o Parlamento britânico pôs fim a participação no tráfico de negros escravizados, em 1807. Em 1833, os britânicos também decidiram abolir a escravidão nas colônias britânicas (HUNT, 2009).

colônias britânicas aboliram a escravidão por meio de lei, em 1833. Nos Estados Unidos, a abolição da escravização de negros ocorreu durante a Guerra Civil (1861 - 1865), quando no governo do presidente Abraham Lincoln aprovou a 13ª emenda no Parlamento, em 1865. O povo negro estadunidense conquistou a liberdade, mas teve que combater o racismo e a segregação racial, e lutar pela cidadania, pelos direitos civis. Nas ilhas de Porto Rico em 1873 e Cuba em 1886 ocorreram as leis de emancipação. Enquanto no Brasil, o fim da escravização do povo negro ocorreu somente em 1888 (SAMPAIO, 2018, SCHWARCZ, STARLING, 2018; HUNT, 2009; MALERBA, 2001, JUNQUEIRA, 2001, NARO, 1994).

No século XIX, nas Américas, no contexto da segunda onda da Revolução Industrial, de difusão dos ideais da Revolução Americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), o Brasil proclamou a Independência política em sete de setembro de 1822, mas manteve a escravização da população negra. Nosso país foi o último a pôr fim a escravização do povo negro.

No Brasil, a elite temia a haitianização, por conta da multiplicidade de fugas e revoltas de negros escravizados. Mesmo diante dessa realidade, o Parlamento brasileiro protelou a abolição. Em nosso país a abolição foi um processo gradual, por meio da aprovação de leis que liberavam a mão de obra negra paulatinamente, enquanto o povo negro lutava pela liberdade, desde as senzalas ao Movimento Abolicionista.

Em 1831, no Parlamento, no Brasil regência, aprovou-se a primeira lei que proibiu o tráfico negreiro, conhecida como “lei para inglês ver” (MAMIGONIAN, GRINBERG, 2018, p.285), por estar associada à pressão inglesa e ao contrabando de africanos/as, que ocorreu nas décadas seguintes. Os/as africanos/as que desembarcassem no Brasil após a aprovação dessa lei, deviam ser considerados livres e enviados para a África, temia-se a reescravização, mas esse retorno não ocorreu (MAMIGONIAN, GRINBERG, 2018; MENDONÇA, 2018; MOURA, 2013; MENDONÇA, 2001).

A lei de 1831, de proibição do tráfico negreiro, mostrou-se ineficaz, revelando que o Estado era conivente com o contrabando de africanos e africanas, e também com a escravização ilegal destes, no Brasil oitocentista.

Enquanto seguia a luta do povo negro pela liberdade, posteriormente, em 1850, outra legislação foi aprovada para proibir o tráfico negreiro novamente, a Lei Eusébio de Queirós, mas o contrabando de africanos/as permaneceu em nosso país.⁴⁷ A Lei de Terras e a proibição do tráfico negreiro delinearão novos contornos na política nacional. Isso causou transformações significativas na economia do Império, o Estado intensificou o incentivo a imigração para o Brasil, houve o fomento aos investimentos em títulos, ações e empreendimentos imobiliários e a expansão de diversos processos produtivos, como a economia cafeeira no Vale do Paraíba, na região sudeste, e também o tráfico interprovincial de escravizados (MENDONÇA, 2018; ARAÚJO, 2018; SCHWARCZ, STARLING, 2018; MOURA, 2013; MENDONÇA, 2001).

Mesmo com as mudanças de um Brasil independente e embora houvesse a legislação de proibição do tráfico negreiro de 1831 e 1850, continuou o contrabando de negros e negras. O povo negro também prosseguiu a contestação à escravização, principalmente a partir da década de 1860, com o surgimento do Movimento Abolicionista.

A campanha abolicionista se deu em diversas frentes, por meio da intensificação das fugas e revoltas de negros escravizados, da organização de sociedades abolicionistas, de associações de auxílio mútuo, da imprensa engajada, etc. Múltiplas atividades ocorreram em prol da liberdade, como conferências, quermesses, festas beneficentes, comícios em praça pública, publicações em jornais, entre outras (ALBUQUERQUE, 2018; COSTA, 2010a). Se expandiu no espaço urbano, estendendo-se também às senzalas, impulsionando as fugas da massa negra escravizada, de maneira a acelerar as reformas necessárias para a abolição (ALBUQUERQUE, 2018; MOURA, 2013; COSTA, 2010a).

Os negros e as negras libertos tiveram papel importante no Movimento Abolicionista, múltiplos grupos sociais daquela época se inseriram na luta pela

⁴⁷ O tráfico intercontinental continuou, as relações entre o Brasil e África se estenderam entre os anos de 1851 e 1856, ainda 6.900 mil africanos/as desembarcaram em nosso país. O Paraná foi uma das rotas de tráfico negreiro e contrabando, em 1850, data-se o caso *Cormorant*. Por conta da Lei *Bill Aberdeen*, aprovada em 1845, os ingleses estabeleceram o direito de aprisionar embarcações com negros, oriundos da África. Na baía de Paranaguá, no Paraná, Brasil, em 1850, um dos comandantes das embarcações, para não ser flagrado e aprisionado pelos ingleses, afundou o tumbeiro, ceifando vidas negras, expressando desumanidade (ALENCASTRO, 2018; WACHOWICZ, 2001).

liberdade: homens negros e mulheres negras, estudantes, advogados, engenheiros, farmacêuticos, médicos, jornalistas, artesãos, professores, pequenos comerciantes, caixeiros, gente comum, pobre e negra, entre outros. Com esse movimento algumas personalidades negras se destacaram, como Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar, André Rebouças, José do Patrocínio, Maria Firmina dos Reis, Chiquinha Gonzaga, entre outros (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; ALBUQUERQUE, 2018; COSTA, 2010a). Posteriormente, nesse capítulo, será ampliada a discussão acerca da atuação dessas personalidades negras abolicionistas na luta pela liberdade.

A campanha abolicionista se intensificou em prol da luta pela liberdade do povo negro, porém a elite brasileira relutava em promover a abolição. Por isso, as produções culturais abolicionistas se ampliaram, principalmente no contexto da Guerra do Paraguai.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai (1864 - 1870) houve o crescimento das fugas e insubmissão de negros escravizados, como também das produções abolicionistas, como contos, novelas, peças de teatro, romances, folhetos, panfletos e escritos na imprensa questionando a escravidão e fazendo a defesa da liberdade. Em 1866, porquanto houve o prolongamento da Guerra do Paraguai e baixas na tropa brasileira, reduzindo o efetivo, o governo Imperial obrigou que cada província enviasse 1% de sua população ao conflito bélico. Naquela época, alguns representantes da elite, ao invés de enviarem familiares para a guerra, concederam alforrias e/ou fizeram promessas de liberdade aos negros que foram lutar naquele conflito bélico. A Província do Paraná foi uma das que enviaram negros para lutar na Guerra do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2018; SCHWARCZ, STARLING, 2018; COSTA, 2010a; PARANÁ, 2005).

No Brasil, durante e após a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), seguiram-se as fugas, as insurreições negras e as campanhas abolicionistas, como o debate público acerca da abolição nas ruas, na imprensa, na Justiça e no Parlamento.

Em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai, intensificaram-se as campanhas em prol da República e da abolição da escravidão. Na década de 1870, alguns fatos marcaram aquele contexto histórico, tais como: o “Manifesto Republicano brasileiro”,

publicado pelo jornal A República, em 03 de dezembro de 1870, que deu base para a fundação de um novo partido político no Brasil Imperial, o Partido Republicano (1872)⁴⁸; o surgimento da Sociedade de Libertação e a Sociedade Emancipadora do Elemento Servil, ambas no Rio de Janeiro; e ainda, em 1871, foi aprovada a Lei do Ventre Livre (SCHWARCZ, STARLING, 2018; COSTA, 2010b).

Em 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre entrou em vigor e estabeleceu a liberdade tutelada do ventre, ou seja, livres os “ingênuos” filhos e filhas de mulheres negras escravizadas a partir dessa data. Essa lei reiterou o Decreto de 1869 que estabeleceu: a proibição da venda de escravizados que separasse cônjuges e filhos menores de 15 anos de seus pais; a criação do Fundo de Emancipação para a promoção de alforrias nos municípios, com recursos oriundos de impostos e rendas de loterias; a obrigação da realização de matrícula de negros escravizados, caso os proprietários não fizessem isso, aqueles que não fossem matriculados seriam considerados livres; o acesso à liberdade aos escravizados que tivessem o dinheiro suficiente para comprar a alforria, esse direito devia ser concedido e os senhores não poderiam se opor; as crianças livres deviam prestar serviços aos proprietários das mães até 21 anos. Durante a vigência da Lei do Ventre Livre foram poucos os senhores que entregaram as crianças livres ao Estado brasileiro, em troca do ressarcimento de 600 mil réis definidos pela lei (ARIZA, 2018; MENDONÇA, 2018; MOURA, 2013; COSTA, 2010b; MENDONÇA, 2001).

Embora a legislação vigente definisse a proibição do tráfico negreiro e o ventre livre de mulheres negras escravizadas, os representantes do Movimento Abolicionista intensificaram o debate público e no Parlamento acerca da liberdade para todo povo negro.

⁴⁸ Os republicanos evitavam tratar da questão da abolição da escravização do povo negro. Grande parte dos integrantes do Partido Republicano eram proprietários de negros/as escravizados e preferiram aderir ao federalismo, pois estavam preocupados com a manutenção da ordem, investiam no gradualismo e na abolição com indenização. Essa política do Partido Republicano desiludiu Luiz Gama, o rábula negro. Assim, ele se afastou desse partido e seguiu com a campanha abolicionista, conquistando mais de 500 alforrias de negros/as escravizados nos tribunais de Justiça (SCHWARCZ, STARLING, 2018; UCPA, 2018; COSTA, 2010b).

4.2 Luiz Gama (1830 - 1882): a biografia



Fonte: IMAGEM Luiz Gama. Luiz Gama, ativista abolicionista. Biblioteca Nacional, 13 maio 2020. Disponível no site:<<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/luiz-gama-ativista-abolicionista>> Acesso em 06 maio 2021

Antes do tema da abolição ganhar o debate de forma efetiva no Parlamento, no Brasil oitocentista, principalmente na segunda metade do século XIX, com o surgimento do Movimento abolicionista, Luiz Gama já lutava pela liberdade do povo negro escravizado.

Luiz Gonzaga Pinto da Gama era um homem negro. Ele nasceu em 21 de junho de 1830, em Salvador, Bahia. Ele era filho de Luiza Mahin, mulher negra, quitandeira, africana liberta, da Costa da Mina, da nação Nagô. O pai era um fidalgo, oriundo de uma das principais famílias de origem portuguesa da Bahia. Luiz Gama na infância vivenciou a escravização, pois o pai o vendeu ilegalmente quando tinha 10 anos, para saldar dívidas de jogo (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MAGALHÃES, 2018; CAMPOS, 2011).

Naquele contexto de escravização do povo negro, Luiz Gama foi enviado ao Rio de Janeiro, desembarcando em 10 de novembro de 1840, no Patacho Saraiva. No Rio de Janeiro, ele trabalhou na casa do português Vieira, que administrava uma loja de velas e negociava comissões de escravizados que chegavam da Bahia e

serem vendidos. Posteriormente, Luiz Gama foi revendido, chegando a São Paulo (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MAGALHÃES, 2018; CAMPOS, 2011).

Em São Paulo, Luiz Gama morou em um sobrado na rua do Comércio, realizando diversos serviços domésticos de copeiro, como passar e engomar roupas, costura e aprendeu o ofício de sapateiro. Ao conviver com um dos hóspedes de seu senhor, Antônio Rodrigues do Prado Júnior (que foi cursar Humanidades em SP), aos 17 anos, em 1847, ele teve contato com as primeiras letras escritas. Antes disso, em Salvador - BA, Luiz Gama também teve contato com a leitura e a escrita, ao conviver com uma pequena comunidade muçulmana, onde lia o Alcorão e escrevia suas preces, as suras. A mãe dele, Luiza Mahin, também teve contato com os muçulmanos, chegando a participar da luta pela liberdade de negros escravizados, a Revolta dos Malês, em 1835, em Salvador - BA (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; CAMPOS, 2011).

Luiz Gama não se conformou com a condição de escravizado, lutou pela liberdade, por isso fugiu daquele sobrado em SP e buscou provar a sua condição de homem negro livre, delineando seu próprio destino.

Em 1847, Luiz Gama fugiu e conseguiu provar que era livre, alegando que seria filho de uma africana livre/liberta, Luiza Mahin, e mais, que foi vendido ilegalmente pelo seu próprio pai, assim conquistou a liberdade novamente (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; CAMPOS, 2011).

Posteriormente, a partir de 1848, ele com quase 18 anos, ingressou na Força Pública de São Paulo, naquele tempo chamada de Guarda Municipal Permanente, ficando alistado por seis anos. Na polícia militar, Luiz Gama exercitou as letras, foi copista de um escrivão e amanuense de um delegado de polícia, sendo nomeado para esta função posteriormente e a desenvolvendo até 1868, quando foi exonerado. Ele foi exonerado dessa atividade profissional, por conta da atuação antiescravista e antimonárquica, filiado ao Partido Liberal. É importante ressaltar que Luiz Gama teve acesso a biblioteca jurídica do delegado de polícia Conselheiro Francisco de Sousa Furtado de Mendonça, também mestre da Faculdade de Direito de São Paulo. (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; BOEHM, 2015; CAMPOS, 2011).

Em 1850, ele frequentou o curso da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, (atualmente da Universidade de São Paulo - USP), mas não recebeu o diploma por ser um homem negro, devido ao racismo da época. Assim, como rábula, Luiz Gama fez sucesso nos tribunais de Justiça do Império. Com base na Lei de 1831, que proibiu o tráfico negreiro, ele afirmava que os africanos e as africanas que tinham adentrado o Brasil a partir daquela data, eram livres, conquistando centenas de alforrias. Outra legislação que Luiz Gama também fundamentou seu discurso de defesa da liberdade de negros/as foi a Lei de 1871, a Lei do Ventre Livre. Isso demonstra que essas legislações do Brasil Império não eram respeitadas com rigor e efetividade (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; BOEHM, 2015; CAMPOS, 2011).

O racismo daquela época, não impediu Luiz Gama de usar o conhecimento adquirido na área do Direito e fazer a defesa do povo negro escravizado na Justiça. Assim, ele prosseguiu a luta abolicionista, utilizando o conhecimento jurídico e o domínio das letras, tanto no âmbito da Justiça como na atuação junto aos periódicos.

Luiz Gama era escritor, escrevia poesias, em 1859, publicou *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, com segunda edição em 1861. Ele fez história no jornalismo paulistano, escrevia e discursava sobre questões político-partidárias e de justiça, fazendo a defesa da abolição da escravidão. Luiz Gama dirigiu e escrevia no jornal satírico *Diabo Coxo*, que circulou nos anos de 1864 e 1865. Atuou no jornal *Cabrião* com o pseudônimo de “Barrabás”, periódico que circulou em 1866 e 1867. Colaborou com o jornal *Radical Paulistano* (1869), e com o republicano Pompílio de Albuquerque, Luiz Gama editou o jornal *Polichinello* (1876), entre outros periódicos. Além de “Barrabás”, ele utilizou outros pseudônimos, como “Getulino” (o mais conhecido) e “Orfeu de Carapinha” (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; CAMPOS, 2011).

Luiz Gama viveu em uma sociedade monárquica e racista, que não admitia a contestação a ordem política e escravagista. O racismo estrutural daquele contexto o fez ser exonerado da atividade profissional na polícia. Isso não desanimou esse homem negro abolicionista. Ele prosseguiu a luta pela liberdade do povo negro, nos

diversos espaços que circulou na sociedade oitocentista, a defesa da abolição estava em seus escritos, discursos e atuações junto aos tribunais de Justiça.

Em 1869, Luiz Gama constituiu família, casou-se com Claudina Fortunato Sampaio, mulher negra liberta, legitimando o filho do casal, Benedito Gracco Pinto da Gama (que já tinha 11/18 anos⁴⁹) (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; CAMPOS, 2011).

Luiz Gama frequentou diversos espaços do Brasil Imperial, tais como o Clube Radical de São Paulo, o Partido Liberal, o Partido Republicano, a maçonaria paulista, participando da Loja América. Na campanha abolicionista ele se destacou, como orador em comícios populares e na atuação na imprensa, convivendo com outros intelectuais do Império, como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Lúcio e Salvador de Mendonça, Machado de Assis, José de Alencar, José do Patrocínio, entre outros. Em vários artigos em periódicos, Luiz Gama fez firmemente a defesa de José do Patrocínio, que como ele, era homem negro, abolicionista e escravizado. Luiz Gama se distanciou de alguns de seus contemporâneos, dado que estes não se comprometeram com a causa negra, ou seja, a defesa de forma efetiva da abolição da escravidão, por isso rompeu com o partido Republicano, por exemplo (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; CAMPOS, 2011; COSTA, 2010b).

A biografia de Luiz Gama vai nos apresentando a luta que este homem negro travou para a conquista de sua própria liberdade e também de seus pares, o povo negro, enfrentando o racismo e os que defendiam a sociedade monárquica e escravista, permitindo revisitar a História Política do Brasil oitocentista, os embates individuais e coletivos de negros e negras em prol da abolição.

Um homem negro e abolicionista que se deleitou das letras em seus escritos e discursos, e se apropriou do conhecimento do Direito, utilizando-o em prol da conquista de alforrias de negros/as, nos tribunais da Justiça.

⁴⁹ Nas publicações *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica*, v. 1, organizada por Eduardo de Assis Duarte (2011), no verbete “Luiz Gama” de autoria de Maria Consuelo Cunha Campos, e também no verbete da *Enciclopedia negra*, organizada por Flávio Gomes, Jaime Lauriano e Lilia Moritz Schwarcz (2021) se apresentou a idade do filho de Luiz Gama e Claudina Fortunato de Sampaio, Benedito Gracco Pinto da Gama, com 11 anos. Já no livro *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* de autoria de Ana Flávia Magalhães Pinto (2018), ressaltou-se que Benedito tinha 18 anos, quando o pai e a mãe oficializaram o casamento na igreja da Sé, em 25 de outubro de 1869.

Enfim, Luiz Gama, de livre, se tornou escravizado, de escravizado a homem livre. Ele, como homem negro livre, abolicionista e rábula, não desapontou sua gente ao fazer a defesa da abolição da escravidão no Brasil.

Por isso, quando ele faleceu, em 1882, o cortejo fúnebre foi seguido por uma multidão negra que lhe rendeu homenagem, juntamente com outros intelectuais brancos daquela época.

Luiz Gama faleceu em 24 de agosto de 1882, com 52 anos, sendo sepultado no cemitério da Conceição, em São Paulo. O cortejo fúnebre foi seguido por várias pessoas, tendo brancos de destaque daquela época e uma maioria negra. No sepultamento de Luiz Gama:

[...] seu esquife foi retirado das mãos de brancos ilustres, que o transportavam ao túmulo, por um grupo anônimo de libertos: com este gesto de afirmação étnica, era toda comunidade negra que reivindicava seu direito à memória de quem, tendo sido também um escravo, se fizera incansável defensor (CAMPOS, 2011, p. 129).

Luiz Gama não viu a abolição da escravização do povo negro no Brasil, porque faleceu seis anos antes da assinatura da Lei Áurea, em 1888, mas ele com outros intelectuais, associações abolicionistas, populares, negros e negras anônimos abriram caminhos para que esta fosse conquistada.

As notícias da morte de Luiz Gama repercutiram na imprensa e no âmbito das sociedades abolicionistas. Em 1883, realizou-se a primeira marcha cívica ao túmulo de Luiz Gama. As marchas em homenagem a ele ocorreram no Brasil Imperial e na Primeira República, ou seja, no período entre 1883 a 1930. Diversas marchas, passeatas e atos públicos aconteceram para homenageá-lo, sendo acompanhadas por representantes políticos e membros das associações negras. Luiz Gama é considerado o Patrono da Abolição da Escravatura do Brasil (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; UCPA, 2018).

No Brasil atual, em 2015, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a OAB nacional e a regional OAB de São Paulo reconheceram Luiz Gama como advogado, por conta de sua atuação nos tribunais de Justiça no Brasil oitocentista, em prol da luta pela liberdade do povo negro, conquistando alforrias de escravizados. Depois de

133 anos da morte de Luiz Gama, a OAB o reconheceu como advogado, rendendo-lhe a homenagem póstuma (BOEHM, 2015).

Em 2017, outra homenagem a Luiz Gama. A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo - SP, batizou uma de suas salas com o nome de Luiz Gama. Nos tempos do Brasil oitocentista, em 1850, essa faculdade proibiu Luiz Gama de frequentar como aluno regular o curso de Direito, por ele ser negro. Assim, Luiz Gama assistiu às aulas de Direito como ouvinte, adquiriu conhecimento jurídico e atuou na defesa de negros e negras escravizados, como já se expôs anteriormente (GONÇALVES, 2017).

Recentemente, em 29 de junho de 2021, Luiz Gama recebeu mais uma homenagem póstuma, o título de Doutor *Honoris Causa*, concedido pela Universidade de São Paulo (USP), uma proposta da Escola de Comunicação e Artes (ECA), aprovada pelo Conselho Universitário dessa Instituição de Ensino Superior. Luiz Gama é o primeiro brasileiro negro a receber esse título de honraria da IES (HENRIQUE, 2021; BRASIL DE FATO, 2021).

Além disso, em 29 de julho de 2021, a história de Luiz Gama também foi apresentada e ensinada fora dos muros das instituições de ensino, por meio da Arte e da mídia, com o lançamento do filme “Doutor Gama”, de direção de Jeferson De⁵⁰.

Luiz Gama, homem negro, foi escritor, poeta, jornalista, abolicionista, rábula - “o grande advogado dos escravizados” (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021, p. 342), defensor do povo negro e da liberdade. Ele não fez fortuna⁵¹, porém registrou seu nome na História negra, na História Política e no Direito, consagrando-se na luta pela abolição.

A trajetória de vida de Luiz Gama, ou seja, o estudo de sua biografia nos permite revisitar a História negra, a História Política e o Direito em nosso país, depreendendo o racismo, as lutas individuais e coletivas em prol da abolição. O protagonismo dessa personalidade negra abolicionista possibilita outros olhares para o passado, dialogando com o presente, (re)pensando a História do Brasil,

⁵⁰ “Doutor Gama” é uma produção da Globo Filmes, cinema nacional brasileiro. A ficha técnica com o elenco completo está disponível em: <<https://globofilmes.globo.com/filme/doutor-gama/>> Acesso 02 jul. 2021

⁵¹ Em 1882, Luiz Gama faleceu, meses depois, a esposa, Claudina fez o leilão de itens da mobília de sua casa e de livros do esposo, prosseguindo a vida (MAGALHÃES, 2018).

compreendendo como o povo negro foi tratado nos tempos da escravização, no contexto pós-abolição, enfim no Brasil contemporâneo.

4.2.1 Luiz Gama em “Herói de todo mundo”

O vídeo de divulgação científica “Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830 - 1882) por Joaquim Barbosa”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura”, tem a duração de dois minutos, um curta-metragem, e foi apresentado por um dos representantes do Direito brasileiro, o jurista Joaquim Benedito Barbosa Gomes, conhecido como Joaquim Barbosa.

Joaquim Barbosa é um homem negro, nascido em 1954, em Paracatu, Minas Gerais. Ele formou-se bacharel em Direito pela Universidade de Brasília – UNB e fez Doutorado na Universidade de Paris – II, foi professor visitante da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, EUA, e no Brasil, professor de Direito Público da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). No governo do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), Joaquim Barbosa se tornou o primeiro negro Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), depois de mais de 174 anos de funcionamento da mais alta corte brasileira (LOPES, 2004).

Assim, um representante do Direito, Joaquim Barbosa, o primeiro homem negro a ser Ministro do STF, rompendo com a estrutura da branquitude. No audiovisual sobre a biografia de Luiz Gama, Joaquim Barbosa atuou como narrador e personagem, assumindo a identidade do Orfeu de Carapinha, ao apresentá-lo em primeira pessoa do singular.

O vídeo de divulgação científica iniciou com Joaquim Barbosa em primeiro plano, vestido com terno preto, camisa branca e gravata, ao fundo a imagem inicial da cidade de Salvador - BA. Depois, uma vez que a narrativa biográfica foi se desenvolvendo, foram apresentadas diversas imagens de Luiz Gama, cidades e terreiros com negros escravizados no Brasil oitocentista, e publicações sobre Gama e seus escritos, tais como *Primeiras trovas burlescas: Luiz Gama*, organização e introdução de Ligia F. Ferreira, e *A luta de cada um: Luiz Gama*, Myriam Fraga.

Vozes negras: a biografia de Luiz Gama por Joaquim Barbosa



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <<https://youtu.be/L7cpSwyeeFA>> Acesso em: 09 maio 2021

No vídeo de divulgação científica algumas notícias de jornais também foram apresentadas ao fundo, reportando-se ao negro escravizado fugido e ao enterro do rábula do povo negro, Luiz Gama. Assim, desenvolveu-se a narrativa biográfica acerca do Orfeu de carapinha:

São muitas as histórias de negros que nasceram escravos e se tornaram livres antes da abolição, pois, agora, eu vou contar uma completamente diferente. Trata-se de um negro que nasceu livre, foi feito escravo e se tornou livre novamente para lutar pela liberdade de todos. É a minha história. Nasci livre em 1830, filho de um português e de Luiza Mahin, uma negra que participou da Revolta dos Malês, na Bahia, meu pai atolado em dívidas, decidiu que o melhor era me vender para um traficante e fazer dinheiro as custas da minha pessoa. Fui feito escravo doméstico, em São Paulo, onde já adulto, aprendi a ler e pude desvendar as palavras escritas em meus documentos, tinha nascido livre, portanto não podia ser um escravo. Aos 18 anos fugi e deixei o cativo. Fiz da sátira o meu estilo para criticar os que desejam embranquecer o Brasil e negar a imensa influência africana na formação da identidade nacional, me tornei poeta, jornalista e rábula, um advogado sem diploma, com minha atuação nos tribunais consegui a libertação de mais de 500 negros mantidos injustamente no cativo, fui um dos abolicionistas mais atuantes de São Paulo. Morri sem ver a abolição, mas, meu cortejo fúnebre arrastou uma pequena multidão pelas ruas da cidade. Eles prometeram junto ao meu caixão jamais deixar minha causa morrer. Sou Luiz Gama, sou um cidadão negro brasileiro. Só rendo obediência a virtude, a inteligência, disse Luiz Gama. E eu digo, sou Joaquim Barbosa, sou um cidadão negro brasileiro” (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

Nesse vídeo, a narrativa biográfica sobre Luiz Gama versou sobre três momentos da trajetória de vida desse homem negro: a infância, apresentando a mãe Luiza Mahin, mulher negra que lutou pela liberdade de negros/as escravizados, enquanto que o pai de Luiz Gama o vendeu para saldar dívidas; a vida adulta, como homem livre e rábula que junto aos tribunais de Justiça do Império conquistou alforrias de mais de 500 pessoas negras; e a morte, o cortejo fúnebre, o reconhecimento de populares que o acompanharam até o sepultamento, do povo comprometido com a continuidade da luta pela abolição.

Ainda nesse audiovisual no processo de formação da opinião pública sobre Luiz Gama se destacou o protagonismo desse abolicionista, um intelectual que utilizou o conhecimento do Direito e das Letras para conquistar a alforria de sua própria gente.

Luiz Gama ao fazer a defesa do povo negro nos tribunais de Justiça, afirmava que: “O escravo que mata o seu senhor, seja em qual circunstância for, mata sempre em legítima defesa” (GAMA apud UCPA, 2018, p. 26).

Ele enfrentou o racismo, tinha ciência da sociedade escravagista e violenta que vivia e das ameaças/perseguições que sofria naquela época por defender o povo negro, a causa abolicionista, e deixava isso explícito em seus escritos.

Em 23 de setembro de 1870, em uma carta escrita, endereçada ao seu filho, Benedito Graco Pinto da Gama, Luiz Gama sob a ameaça de assassinato, deu orientações a esposa e a prole, caso não retornasse para casa:

Dize a tua mãe que a ela cabe o rigoroso dever de conservar-se honesta e honrada. Que não se atemorize da extrema pobreza que lego-lhe [...]

Sê republicano, como o foi o Homem-Cristo. Faze-te artista; crê, porém, que o estudo é o melhor entretenimento, e o livro o melhor amigo.

Faze-te apóstolo do ensino, desde já. Combate com ardor o trono, a indigência e a ignorância. Trabalha por ti e com esforço inquebrantável para que este país em que nascemos, sem rei e sem escravos, se chama Estados Unidos do Brasil. [...]

Lembra-te que escrevi estas linhas em momento supremo, sob ameaça de assassinato. Tem compaixão

de teus inimigos, como eu compadeço da sorte dos meus.

Teu Pai
LUIZ GAMA
(GAMA, 1870 apud FERREIRA, 2020, p. 361)⁵².

Nessa carta de despedida endereçada ao filho e a esposa, Luiz Gama sob a ameaça de assassinato, deixou claro para a família os riscos que corria, por conta de seu ativismo em prol da liberdade do povo negro. E mais, ele deu orientações a esposa e ao filho, caso não retornasse para casa, expondo a condição de vida, a pobreza, salientando a importância da Educação e da defesa dos ideais republicanos, contrapondo-se a monarquia. Luiz Gama não foi assassinado, mas era alvo de ameaças de morte. Ele era protegido por quem tinha empatia pela causa negra abolicionista.

Luiz Gama não fez fortuna com suas atuações junto aos tribunais de Justiça em prol das alforrias do povo negro, mas conquistou respeito, admiração e prestígio entre seus pares, tanto que no vídeo de divulgação científica do programa “Herói de todo mundo” se ressaltou que seu cortejo fúnebre foi seguido por uma multidão de pessoas, a maioria negros.

Assim, nesse vídeo de divulgação científica no processo de formação da opinião pública sobre Luiz Gama se construiu uma narrativa biográfica apreciativa, ressaltou-se o domínio do conhecimento jurídico dele, do uso deste nos tribunais de Justiça do Império em prol liberdade do povo negro. Desta maneira, apresentou-se a biografia desse abolicionista com orgulho às gerações do tempo presente, interpelando-as acerca da História do Brasil.

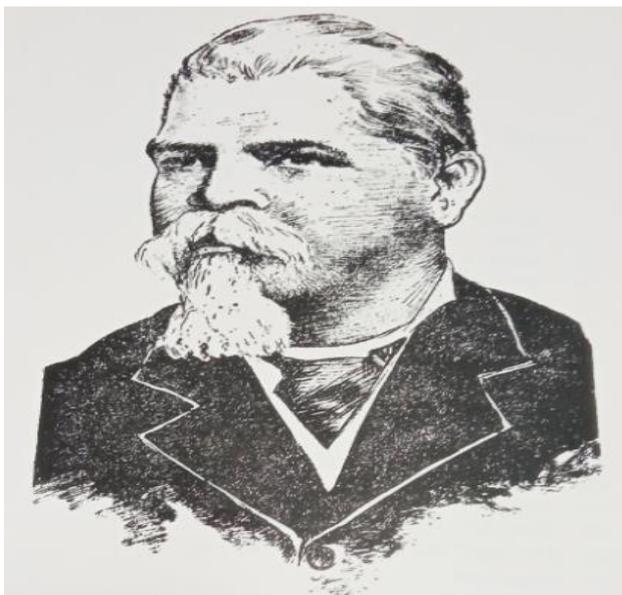
Nesse audiovisual se realçou a representatividade negra na área do Direito, Luiz Gama no Brasil oitocentista, e, Joaquim Barbosa no Brasil contemporâneo, desconstruindo estereótipos acerca dos homens negros, que foram historicamente representados e associados ao “ladrão”, “vadio”, “malandro”, entre outras imagens depreciativas. Assim, propalaram-se outras narrativas acerca da História negra.

⁵² Em *Lições de resistência. Artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro* (2020), livro organizado por Lígia Fonseca Ferreira, encontram-se outros textos escritos por Luiz Gama e publicados em periódicos, ao longo das décadas de 1860 e 1870.

A biografia de Luiz Gama, sua atuação junto aos tribunais de Justiça dos oitocentos, as ameaças de morte a esse abolicionista e a proteção de populares foram representadas na produção cinematográfica “Doutor Gama” (2021), de direção do cineasta negro Jeferson De.

Sendo assim, constatou-se que o vídeo de divulgação científica do Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004) e o filme “Doutor Gama” (2021) apresentaram a biografia de Luiz Gama, expondo o protagonismo desse abolicionista na luta pela liberdade de sua gente nos oitocentos. Por isso, conclui-se que esses audiovisuais nos possibilitam questionar as narrativas coloniais acerca da História negra e (re)pensar a História oficial do Brasil.

4.3. Francisco José do Nascimento, Dragão do Mar (1839 - 1914): a biografia



Fonte: IMAGEM Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”. MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição**. São Paulo: Global, 1988, p. 7.

Francisco José do Nascimento nasceu em 15 de abril de 1839, na praia de Canoa Quebrada, na vila de Aracati, no Ceará. A mãe era Matilde Maria da Conceição, mulher rendeira, e o pai, Francisco Manuel do Nascimento, jangadeiro, morreu no oceano dos seringais amazônicos. Ele era conhecido como Chico da Matilde, oriundo de uma família de pescadores (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MOREL, 1988).

Chico da Matilde começou a trabalhar cedo, na infância foi menino de bordo do navio Tubarão. Em 1859, aprendeu a ler, passou a atuar nas obras do Porto da Fortaleza, como marinheiro em um navio que fazia a rota Maranhão – Ceará. Posteriormente, em 1874, ele foi nomeado prático da Capitania dos Portos, chegando a prático-mor da barra de Fortaleza, assim teve contato com o tráfico negreiro na província (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MOREL, 1988).

No período de 1877-1879, a Província do Ceará passou por sérios problemas, tais como a seca, a varíola e a cólera, levando a população a passar por privações, como a fome. Os grandes proprietários locais de modo a reduzir os prejuízos, decidiram vender negros escravizados para os cafeicultores do Sudeste, fomentando o tráfico negreiro interprovincial. Não tardaram a surgirem instituições civis abolicionistas, como a Sociedade Cearense Libertadora (1880). Chico da Matilde passou a participar dessa sociedade e foi eleito diretor, passando a frequentar clubes, salões e outros espaços da elite (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MOREL, 1988).

Naquele contexto histórico, Chico da Matilde se inseriu na luta pela abolição, questionando a escravização de negros. Por isso, ele contestou o tráfico negreiro interprovincial, organizou e liderou a Revolta de Jangadeiros que visou impedir a escravização de negros/as, e que estes fossem levados ao Porto do Ceará, para serem comercializados. Os jangadeiros insurgentes também eram contra a reescravização de negros/as que já eram libertos (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MOREL, 1988).

A luta abolicionista floresceu no Ceará. Chico da Matilde ficou conhecido como Dragão do Mar, propalando o slogan “No Ceará não se embarcam escravos” (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021, p. 222), coibindo o tráfico negreiro interprovincial. O movimento abolicionista ganhou força na Província do Ceará. Em 24 de maio de 1883, Fortaleza libertou negros/as escravizados, concedendo alforrias aos que viviam na vila de Acarape, onde atuava a sociedade abolicionista Redenção. Essa notícia se espalhou pelas cidades, e em 25 de março de 1884, a Província do Ceará decretou a abolição da escravidão (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; MOREL, 1988).

Dragão do Mar se tornou símbolo da liberdade no Ceará, sendo reconhecido pelos abolicionistas, como José do Patrocínio, que fez o convite para que o jangadeiro abolicionista fosse a capital do Império, o Rio de Janeiro.

Ele foi ao Rio de Janeiro, permanecendo 15 dias na capital, onde recebeu homenagens. Depois, quando Dragão do Mar regressou ao Ceará, reassumiu o posto de prático-mor, conforme ordem do imperador D. Pedro II. Dragão do Mar havia perdido essa função profissional, por ter participado do Movimento abolicionista, principalmente, por conta de seu protagonismo na Revolta de Jangadeiros (1881). Ele viveu até as primeiras décadas do Brasil República, falecendo com 75 anos, em cinco de março de 1914 (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; COSTA, 2010B; MOREL, 1988).

Diferente de Luiz Gama, Dragão do Mar viveu e viu o fim da escravização do povo negro no Brasil. A história dessa personalidade negra está registrada nos espaços públicos do Ceará e em outras linguagens que podem se constituir em fontes históricas na pesquisa e nos estudos históricos e/ou recursos didático-pedagógicos no ensino de História, como a mídia, a música - o samba-enredo “História para ninar gente grande” da Mangueira (2019) e a literatura afro-brasileira, por exemplo *O Dragão do Mar* (2020), de autoria feminina e negra, Sônia Rosa, escritora carioca.

A história de Chico da Matilde, o Dragão do Mar, o abolicionista negro do Brasil oitocentista, está se espalhando por outros países, pois essa literatura afro-brasileira de Sônia Rosa é um dos livros que foram selecionados para compor o Clube de Leitura de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), categoria n. 16 “Paz, Justiça e instituições eficazes”.



Fonte: Fotografia do arquivo familiar da pesquisadora Ana Lúcia da Silva (2021).

Esse Clube de Leitura da ODS - ONU, lançado em 2019, na Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, é um projeto global que tem como propósito a promoção do desenvolvimento sustentável por meio do acesso aos livros entre crianças, adolescentes, jovens de todo mundo, sendo referência para professores e professoras, pais e responsáveis destes. Esse projeto já se aplica na Noruega, Indonésia e África, e a toda comunidade dos países da lusofonia⁵³.

Enfim, a biografia de Dragão do Mar, desse jangadeiro abolicionista do Ceará, possibilita revisitar a História Política do século XIX, a luta em prol da abolição da escravidão do povo negro. Esse protagonismo negro está se difundindo pelo mundo, por meio do Clube de Leitura ODS, da ONU. Por isso, encanta-me as possibilidades de se revisitar a História negra no Brasil oitocentista, com análise de audiovisuais, instigando a leitura da literatura afro-brasileira.

4.3.1 Dragão do Mar em “Heróis de todo mundo”

O vídeo de divulgação científica “Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento (1839 – 1914), por Milton Gonçalves”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004)” tem dois minutos de duração, um curta-metragem, apresentado pelo ator brasileiro Milton Gonçalves, um dos baluartes da TV e do cinema brasileiro.

Milton Gonçalves nasceu em 1934, em Monte Santo, Minas Gerais, homem negro. Ator que se tornou conhecido no âmbito da dramaturgia brasileira desde o final dos anos de 1950, no Teatro da Arena em São Paulo, participou de importantes montagens como as da “Arena conta Zumbi” e “A mandrágora”. No cinema, foi premiado em 1974, pela atuação em “A rainha diaba”. Ao longo de sua carreira, ele se destacou no teatro, na telenovela, no cinema e na direção de produções artísticas. Em 2012, por conta da atuação em “Conduzindo miss Daisy”, Milton Gonçalves e Paulo Autran dividiram o Prêmio Shell de Teatro, na categoria de melhor ator. Milton Gonçalves foi um dos baluartes negros da dramaturgia brasileira e da luta antirracista, falecendo aos 88 anos, em 2022 (COSTA, 2022; LOPES, 2004).

⁵³ FACHINI, Talita. Agenda 2030: Clube de Leitura da ONU divulga obras brasileiras selecionadas. Publishnews, 10 jun. 2021. Disponível no site:<<https://www.publishnews.com.br/materias/2021/06/10/agenda-2030-clubede-leitura-da-onu-divulga-obras-brasileiras-selecionadas>> Acesso em: 24 jun. 2021

No vídeo de divulgação científica sobre Francisco José do Nascimento - Dragão do Mar, Milton Gonçalves como ator representou essa personalidade negra abolicionista, construindo uma narrativa biográfica em primeira pessoa do singular e assumindo também a identidade desse homem negro insurgente no Brasil oitocentista. Assim, apresentou-se a narrativa biográfica:

Foi por esse mar que meus antepassados trazidos da África. Foi por esse mar que muitos negros foram levados para vários portos do Brasil. Foi daqui de Canoa Quebrada que me fiz ao mar pela primeira vez. E o mar me fez Prático Mor do Porto de Fortaleza, para desembarcar e embarcar mercadorias, os navios precisavam de nós, os jangadeiros, inclusive para embarcar e desembarcar escravos. Lá por 1880, o Ceará estava completamente arrasado pela seca e pela cólera, sustentar os trinta mil escravos que não tinham morrido nas senzalas era caro demais. Muitos senhores resolveram por conta própria libertá-los, outros preferiam vendê-los para fazendeiros do sul. Para isso, era preciso embarcá-los no Porto de Fortaleza. Nós, os jangadeiros dissemos: “Não senhor, no Porto do Ceará não se embarcam mais escravos”. Liderei o bloqueio do porto com as nossas jangadas, éramos Dragões do Mar, soltando fogo pelas ventas contra qualquer um que tentasse embarcar negros. Os senhores de escravos não tiveram outra alternativa, em 1884, quatro anos antes do resto do Brasil, a abolição tornou-se uma realidade no Ceará. Sou Francisco José do Nascimento, que entrou para a História como o Dragão do Mar. Sou um cidadão negro brasileiro. Sou um libertador da primeira fila, disse o Dragão do Mar. E eu digo, sou Milton Gonçalves, sou um cidadão negro brasileiro (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

No audiovisual inicialmente, na narrativa biográfica se apresentou Milton Gonçalves com vestimentas de jangadeiro e chapéu nas mãos, à beira da praia, em Fortaleza, fazendo a representação de Dragão do Mar.

Dragão do Mar, a voz negra abolicionista por Milton Gonçalves



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <https://youtu.be/k_otlBt4Ds> Acesso em: 09 maio 2021

Milton Gonçalves ao apontar para o oceano Atlântico fez alusão ao tráfico negreiro transatlântico, as relações entre o Brasil e a África, aos ancestrais africanos que foram trazidos a força para a América portuguesa, a partir do século XVI. Ele também ressaltou o tráfico negreiro interprovincial, ocorrido no Brasil oitocentista, principalmente a partir da proibição do tráfico negreiro em 1831 e 1850. Assim, na narrativa biográfica de Dragão do Mar se enfatizou que foi pelo mar que os povos africanos e seus descendentes foram transportados e chegaram ao Brasil, onde foram comercializados e escravizados.

No vídeo de divulgação científica na narrativa biográfica outros fatos da História da Província do Ceará foram relatados como a crise econômica oriunda da época de seca e a propagação da cólera, a Revolta dos Jangadeiros (1881), dando ênfase a liderança de Dragão do Mar e as ações de seus jangadeiros.

Ao longo da apresentação desse audiovisual, outras imagens foram apresentadas em preto e branco, fazendo alusão ao Dragão do Mar, o Porto de Fortaleza, aos jangadeiros, aos negros escravizados, as plantações em tempos de seca e da cólera, a Casa grande e o espaço urbano da cidade, o parlamento com a maioria de pessoas brancas. Ao final, Milton Gonçalves se apresentou com vestimentas coloridas do Brasil contemporâneo, tendo ao fundo a imagem em preto e branco de Dragão do Mar, a mulher fazendo alusão à liberdade (a imagem da Revolução Francesa) e o negro.

Assim, no vídeo de divulgação científica, no processo de formação da opinião pública sobre o abolicionista negro Francisco José Nascimento - o Dragão do Mar, ressaltou-se o protagonismo deste e seus companheiros trabalhadores na Revolta dos Jangadeiros (1881). Nesse audiovisual se afirmou a relevância dessa revolta para a intensificação da campanha abolicionista no Ceará, a abolição da escravização do povo negro em 1884.

Na narrativa biográfica se enalteceu a coragem e insurgência de Dragão do Mar e seus companheiros jangadeiros em prol da liberdade negra, pressionando os senhores, a elite escravagista do Brasil oitocentista, para que ocorresse o fim da escravização de negros/as no nordeste brasileiro. Além disso, a representatividade e a identidade negra foram exaltadas, expondo a importância de Dragão do Mar no

Brasil oitocentista e Milton Gonçalves no Brasil contemporâneo, difundindo narrativas decoloniais.

É interessante expor que os estudos de Edmar Morel em *Dragão do mar: o jangadeiro da abolição* (1949) e *Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição* (1988), o vídeo de divulgação científica “Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento (1839 - 1914), por Milton Gonçalves”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004)”, os enredos e os sambas-enredo “Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão” (1988) e “História para ninar gente grande” (2019) da escola de samba carioca Estação Primeira de Mangueira, o livro de literatura *O Dragão do mar* (2020) de Sonia Rosa nos proporcionaram (re)pensar a História oficial do Brasil, estabelecendo relações entre a História negra e a História Política dos oitocentos.

Nesse sentido, parafraseando a historiadora Beatriz Nascimento (1976) ainda há “uma grande necessidade de conhecer e de entender o papel do negro na história brasileira” (NASCIMENTO, 1976 apud UCPA, 2018, p. 97), e também descolonizar a História nacional.

4.4 Chiquinha Gonzaga (1847 - 1935): a biografia



Fonte: IMAGEM Chiquinha Gonzaga, aos 29 anos, em 1877 (DINIZ, 2009, p. 117).

Francisca Edwiges de Lima das Neves Gonzaga, conhecida como Chiquinha Gonzaga, nasceu em 17 de outubro de 1847, no Rio de Janeiro. Ela nasceu em uma sociedade urbana, escravagista e patriarcal (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; DINIZ, 2009).

Chiquinha Gonzaga era filha de Rosa de Lima Maria (registrada como “mulata”) e de José Basileu Neves Gonzaga, que assumiu atividades profissionais em postos militares importantes e era parente da família de Duque de Caxias. Na história dessa família, consta que houve resistência quanto ao casamento de José Basileu com Rosa. Chiquinha Gonzaga nasceu dessa união e tinha três irmãos José Basileu Filho, José Carlos e Feliciano (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; DINIZ, 2009).

Ela viveu a infância na freguesia de Santana, onde nos anos de 1880, concentrou-se um contingente de africanos nascidos no Brasil e vindos de Salvador. A menina bem cedo teve aulas particulares de piano, cresceu, e em 1863, quando Chiquinha Gonzaga tinha 16 anos, foi obrigada a se casar com Jacinto Ribeiro do Amaral, oficial da Marinha Mercante. Quando ela tinha 21 anos, já tinha três filhos: João Gualberto, Maria do Patrocínio e Hilário (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; DINIZ, 2009).

Desde a infância, Chiquinha Gonzaga teve contato com o piano, florescendo o amor pela música. Naquele contexto, as mulheres se casavam cedo. Nos tempos da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), o marido foi lutar nesse conflito bélico e Chiquinha Gonzaga teve uma vida difícil e resolveu se separar. Diante da falta de apoio econômico, ela teve que dividir os cuidados dos filhos com os pais e os tios. Depois disso, Chiquinha Gonzaga se casou novamente, unindo-se com o engenheiro que gostava de música, João Batista de Carvalho Jr., tendo uma filha, Alice. Porém, o segundo casamento não foi duradouro, ela rompeu com essa união, foi morar em São Paulo. “[N]uma época em que mulheres estavam condenadas a permanecer casadas, Chiquinha escandalizou a sociedade da época, inclusive se relacionando com um homem bem mais novo que ela” (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021, p. 125).

Em São Paulo, Chiquinha Gonzaga continuou trabalhando, lecionou aulas de piano e fez apresentações musicais em bailes e festividades. Ela adaptou o piano a música popular, compôs valsas, serenatas, fados, polcas, mazurcas e lundus; organizou trilhas de operetas e de peças teatrais; regeu orquestras e criou marchas para os cordões, que desfilavam nos carnavais. Em 1877, Chiquinha Gonzaga ganhou visibilidade com a polca “Atraente”. Ela foi precursora no universo musical, uma compositora e maestrina de sucesso, deixando cerca de duas mil canções e setenta e sete partituras para peças teatrais (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; DINIZ, 2009).

Chiquinha Gonzaga, com a Arte, a música e o trabalho, traçou seu destino, sua trajetória de vida, rompendo com os padrões culturais, morais e sociais da família patriarcal da sociedade oitocentista.

Na década de 1880, ela também se inseriu na luta abolicionista e republicana. Por volta de 1884, Chiquinha Gonzaga regeu a orquestra, quando houve a instalação do Centro Abolicionista Comercial. Ela com suas composições musicais promoveu seu próprio sustento e comprou alforrias de negros/as escravizados. Chiquinha Gonzaga se inseriu no Movimento Abolicionista, fazendo política com a música. Em 1899, Chiquinha Gonzaga morava no bairro Andaraí, onde havia a sede do cordão Rosa de Ouro. Inspirada no cordão Rosa de Ouro, ela ao piano compôs a música “Ó abre alas” (1899), a primeira marchinha de carnaval (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; DINIZ, 2009).

Chiquinha Gonzaga foi precursora no universo musical, como musicista, compositora e maestrina, ela rompeu com padrões morais daquela época, ancorados no patriarcado, machismo e racismo. Ela fez história com a música por onde passou e realizou viagens à Europa em 1902, 1904 e 1906, regressando ao Brasil, em 1909, dando continuidade às atividades musicais e de peças teatrais (DINIZ, 2009).

Em 1913, Chiquinha Gonzaga deflagrou a campanha em defesa do direito autoral de compositores e teatrólogos. Ela participou da fundação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (Sbat). Chiquinha Gonzaga conquistou o sucesso

progressivamente e viveu até as três primeiras décadas do século XX, falecendo com 87 anos, em 28 de fevereiro de 1935 (DINIZ, 2009).

Se no Brasil oitocentista, os homens negros abolicionistas, como Luiz Gama e Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar foram alvos de críticas e racismo, chegando a serem afastados de atividades profissionais, e o Orfeu de Carapinha impedido de receber o diploma de Direito da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, (atualmente USP), por defenderem a liberdade do povo negro escravizado, como vimos nesse capítulo anteriormente. Imagine o que Chiquinha Gonzaga enfrentou naquela sociedade, ao ser se separar do marido e ser protagonista de seu próprio destino com a música, e ainda se inserir no Movimento abolicionista.

Chiquinha Gonzaga foi uma mulher negra que casou, separou, casou-se novamente (namorou e viveu com um rapaz mais jovem), viveu da música, com seu trabalho promoveu seu sustento e também se empenhou na compra de alforrias de negros/as escravizados, inserindo-se no ativismo em prol da abolição.

Foi uma mulher compositora, musicista, pianista, maestrina e abolicionista não se restringiu em viver de acordo com os padrões morais e os papéis sociais destinados às mulheres daquela época, como o espaço da casa, serem esposas submissas ao marido, e apenas mães. Ela fez política com a própria vida e a Arte, a música, em uma sociedade onde o patriarcado, o machismo e o racismo imperavam.

No Brasil Imperial, Chiquinha Gonzaga viveu em uma sociedade onde as esferas política e literária eram majoritariamente de homens brancos e da elite. As mulheres não participavam da política e não tinham direito ao voto. Ela e outras personalidades negras como Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o “Dragão do Mar”, André Rebouças e José do Patrocínio, as associações abolicionistas, os negros e as negras anônimos livres e/ou escravizados lutavam pela abolição, desde as senzalas ao Parlamento.

4.4.1 Chiquinha Gonzaga em “Herói de todo mundo”

O vídeo de divulgação científica “Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935) por Iléa Ferraz”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004), tem dois minutos e um segundo, um curta-metragem, com narrativa biográfica, sendo apresentado pela atriz brasileira Iléa Ferraz, mulher negra.

Iléa Ferraz nasceu no Rio de Janeiro em 1960, ela é uma atriz múltipla, atua, dirige, escreve, produz, ilustra, cria e executa projetos cenográficos. Ela foi indicada ao principal prêmio do teatro brasileiro, Prêmio Shell de Teatro, na categoria de melhor atriz, devido ao espetáculo “Nunca Pensei Que ia Ver Esse Dia”. Iléa Ferraz participou de festivais de teatro na Europa com o espetáculo *O País dos Elefantes*, apresentou-se em Angola (Luanda e Benguela), com o espetáculo *O Cheiro da Feijoada*. Dirigiu os filmes *Dura* e *O Cheiro da Feijoada*. Ferraz ilustrou o livro infanto-juvenil *Chica Da Silva, A Mulher Que Inventou o Mar, entre outras produções*. Na televisão brasileira, ela Iléa Ferraz se destacou em novelas e minisséries: *Xica da Silva* (Manchete), *A Padroeira* (Rede Globo), *Pacto de Sangue* (Rede Globo), *Tenda dos Milagres* (Rede Globo), *A Turma do Perere* (TV Brasil), *Helena* (Manchete), *Mãe de Santo* (Manchete) e *Escrava Anastácia* (Manchete) (FERRAZ, 2010).

No vídeo de divulgação científica houve a preocupação em desconstruir a imagem/o branqueamento de Chiquinha Gonzaga, pois na minissérie “Chiquinha Gonzaga” (1999) da TV Globo, de direção Jayme Monjardim, Luiz Armando Queiroz e Marcelo Travesso, ela foi representada como uma mulher branca pelas atrizes Gabriela Duarte (na primeira fase) e Regina Duarte (na segunda fase). Esse audiovisual foi exibido em 38 capítulos, no período: 12 de janeiro a 19 de março de 1999, tendo como inspiração a vida de Francisca Edwiges Neves Gonzaga, popularmente conhecida como Chiquinha Gonzaga. Os fatos da trajetória de vida de Chiquinha Gonzaga foram selecionados com base nos estudos e nas biografias *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida* (2009) de Edinha Diniz, e *Chiquinha Gonzaga: sofreu e chorei, tive muito amor* de Dalva Lazaroni. Trilha sonora de Marcus Viana. Essa minissérie foi uma das maiores produções da TV. Em 2015, a minissérie

Chiquinha Gonzaga ganhou uma Edição Especial, organizada em 4 partes, com duração de 2 horas e 50 minutos⁵⁴ (TV GLOBO, 2015; TV GLOBO, 1999).

Na sociedade brasileira, historicamente as mulheres negras com tom de pele mais claro são branqueadas e consideradas como “brancas”, outro exemplo disso foi apresentado na telenovela “A escrava Isaura”, exibida pela TV Globo, no período de 11 de outubro de 1976 a cinco de fevereiro de 1977. Uma produção artística baseada no romance *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães (TV GLOBO, 1976). No período de 18 de outubro de 2004 a 29 de abril de 2005, a RECORD TV exibiu outra edição da telenovela “A escrava Isaura” (RECORD TV, 2004).

É interessante expor que as mulheres negras com tom de pele claro não estão isentas do racismo. Quanto às mulheres negras retintas, ou seja, as que têm tom de pele mais escuro, estas são mais alvos de racismo, de discursos de ódio e práticas de discriminação. Há também “o preterimento afetivo de mulheres negras (pretas) em face de mulheres negras de pele clara e brancas” (RODRIGUES, 2021, p. 22).

Em 1982, a intelectual afro-americana Alice Walker, no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, no livro *In Search of Our Mothers' Garden*, apresentou o termo colorismo que é “uma ideia de pigmentocracia, ou seja, do quanto a tonalidade de pele negra mais clara ou mais escura pode nos dizer sobre níveis de exclusão, discriminação e interação social” (RODRIGUES, 2021, p. 18).

Considerando as desigualdades sociais, raciais e de gênero na sociedade brasileira, e que o mito da democracia racial é uma falácia. Isso nos leva a problematizar as questões relativas ao racismo e ao colorismo. Pois, em nosso país o povo negro (pretos e pardos conforme o IBGE) é alvo do racismo estrutural e cotidiano.

Por isso, Alessandra Devulski (2021) e Vera Rodrigues (2021) afirmaram que o colorismo é um braço articulado do racismo. Diante disso, é importantíssimo depreender que o povo negro não é um grupo monocromático, pois há uma diversidade intragrupo. Essa diversidade deve ser considerada, não para dividir

⁵⁴ Outras informações sobre a minissérie “Chiquinha Gonzaga” (1999) e a Edição Especial (2015) estão disponíveis em: <<https://chiquinhagonzaga.com/wp/miniserie-chiquinha-gonzaga/>> Acesso em: 10 novembro de 2022.

negros/as, mas para compreender como o racismo se articula e manifesta na sociedade brasileira, a fim de que nosso povo siga unido em prol da luta antirracista.

No vídeo de divulgação científica, a atriz Iléa Ferraz representou Chiquinha Gonzaga, evidenciando a identidade negra dessa musicista e maestrina abolicionista. Ela por meio da narrativa biográfica apresentou a trajetória de vida de Chiquinha Gonzaga, discursando em primeira pessoa do singular. Inicialmente, Iléa Ferraz foi apresentada como Chiquinha com vestimentas de mulheres do Brasil oitocentista, acompanhada do piano.

“Ó abre alas” para Chiquinha Gonzaga passar: música e abolição



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <https://youtu.be/_CvMhx9FzPk> Acesso em: 09 maio. 2021

Nesse audiovisual por meio da narrativa biográfica se apresentou Chiquinha Gonzaga, selecionando-se alguns fatos da trajetória de vida dessa mulher negra abolicionista: a Educação destinada às mulheres no Brasil oitocentista, o amor pelo piano e pela música, o casamento e a separação, as lutas e a política na vida cotidiana de Chiquinha Gonzaga, a mulher separada e o questionamento dos preconceitos daquela época como o machismo, a atuação no universo das Artes, música e teatro. Dito isso, na narrativa biográfica se expôs:

Se eu tiver de escolher entre a família e a música, fico com a música. Se tiver de escolher entre o marido e a música, fico com a música. Se tiver de escolher entre a aceitação social e a música, fico com a música. Se tiver

de escolher entre qualquer coisa e a música, não haverá nenhum segundo de hesitação, fico sempre com a música. Tive a Educação fina das moças de boa família da segunda metade do século XIX, por isso tive aulas de tudo um pouco, mas o que eu gostava mesmo, era das lições de piano. Casei novinha, novinha. Meu marido não se conformava com meu amor ao piano. Um dia ele disse: “ou ele, ou eu?”. Fiquei com a música, é claro. Será que alguém consegue imaginar o que é ser uma mulher de boa família separada do marido no século XIX? Fui rejeitada até pela minha família. Comecei a dar aulas em casas e a compor para o teatro de revista, me especializei em choros. Além de compor, também era regente. Com o dinheiro que eu ganhava, pagava as contas e o que sobrava ajudava na compra da alforria de escravos. Compus Ó abre alas, a primeira marchinha de carnaval da História. Lutei como poucos da minha geração pela defesa dos direitos autorais dos músicos e fui uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (Sbat). Sou Chiquinha Gonzaga, sou uma cidadã negra brasileira. Eu não entendo a vida sem harmonia, disse Chiquinha Gonzaga. E eu digo, eu sou Iléa Ferraz, sou uma cidadã negra brasileira (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

Na narrativa biográfica, por meio da trajetória de vida de Chiquinha Gonzaga deixou-se em evidência que no século XIX, as mulheres tinham papéis sociais definidos, principalmente as mulheres brancas (ou mestiças que se passavam por “brancas”), o casamento reconhecido pela Igreja católica, a constituição da família com filhos e a obediência ao marido. Enquanto que a maioria das mulheres negras eram responsáveis pelo trabalho doméstico na casa-grande e/ou nos espaços urbanos das cidades.

No vídeo de divulgação científica, no processo de formação da opinião pública sobre Chiquinha Gonzaga, Iléa Ferraz ao discursar foi incisiva ao expor a insurgência dessa mulher negra que amava a música. Por isso, problematizou-se a vida de Chiquinha Gonzaga, que ousou contestar o patriarcado, não seguindo os padrões morais, culturais e sociais do Brasil oitocentista, ao se ressaltar: “Será que alguém consegue imaginar o que é ser uma mulher de boa família separada do marido no século XIX?” (BRASIL, A cor da cultura, 2004, s/p.). No contexto da sociedade oitocentista e da família sob a égide do patriarcado a separação de Chiquinha Gonzaga foi um escândalo.

Para bell hooks (2019), o patriarcado é uma outra forma de nomear o sexismo institucionalizado. Os “[h]omens como um grupo, são quem mais se beneficiaram e se beneficiam do patriarcado, do pressuposto de que são superiores às mulheres e deveriam nos controlar” (HOOKS, 2019, p. 13). Dessa forma é exigido dos homens

que “dominem as mulheres, que nos explorem e oprimam, fazendo uso da violência, se precisarem, para manter o patriarcado intacto” (HOOKS, 2019, p. 14).

Nessa perspectiva, no Brasil oitocentista, no âmbito da sociedade patriarcal, o comportamento de Chiquinha Gonzaga foi visto como transgressor, uma “desonra” para a família, visto que se entendia “a casa para a mulher de bem, a rua para a mulher da vida”⁵⁵ (DINIZ, 2009, p. 120).

Naquela sociedade patriarcal, com hierarquizações étnico-raciais e escravidão, racismo e machismo Chiquinha Gonzaga rompeu com os padrões morais da época, sendo alvo de calúnias, fofocas, maledicências, desmoralização e repúdio. Ela foi discriminada pela própria família, o pai José Basileu, “herói” da Guerra do Paraguai, coronel condecorado do Exército Imperial, considerou a filha como morta, porque Chiquinha Gonzaga saiu de casa (DINIZ, 2009).

Chiquinha Gonzaga transformou o piano de mero ornamento da casa, como meio/instrumento de trabalho, assim se tornou professora de piano, pianista de conjuntos musicais, compositora e maestrina. Uma mulher negra insurgente, protagonista de seu destino e abolicionista (DINIZ, 2009).

Ela abrilhantou o universo da música, do teatro e da política com suas composições musicais e ao atuar como regente, e se inserir nas atividades do Movimento Abolicionista.

No vídeo de divulgação científica no processo de formação da opinião pública sobre Chiquinha Gonzaga, enfatizou-se que ela amou e não hesitou em separar, para viver como desejava. Ela com o trabalho promoveu seu sustento, e também, preocupou-se em reservar parte de seu dinheiro na compra de alforrias de negros/as escravizados. Dessa forma, valorizou-se o protagonismo dessa mulher negra insubmissa.

⁵⁵ Chiquinha Gonzaga separou-se do marido praticamente um século antes do divórcio tornar-se direito civil no Brasil. O divórcio só foi instituído em nosso país, em 1977. No Brasil oitocentista, embora Chiquinha Gonzaga fosse alvo de diversas práticas de discriminação, ela prosseguiu a vida, destacando-se na vida pública como professora, pianista, compositora de música e dança, e também abolicionista (DINIZ, 2009).

Na narrativa biográfica, outro fato da história de vida de Chiquinha Gonzaga foi salientado, a participação na fundação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (Sbat), no século XX, no contexto do Brasil República.

Na medida em que se apresentou a biografia de Chiquinha Gonzaga no audiovisual, diversas imagens foram intercaladas com jovens mulheres ao piano, partituras, anúncio de jornal divulgando “Francisca Gonzaga leciona em casas particulares e colégios piano, canto, francês, geografia, história e português” (BRASIL, A cor da cultura, 2004), produções artísticas e fotografias de Chiquinha Gonzaga, por exemplo ela reunida com outros músicos.

Assim, foi se formando a opinião pública sobre Chiquinha Gonzaga, enaltecendo a insurgência e a coragem dessa mulher abolicionista, problematizando questões de raça, gênero e classe por meio de sua trajetória de vida.

Desta forma, ao se vislumbrar as trajetórias de vida das mulheres negras abolicionistas, é interessante afirmar a relevância do estudo das biografias de Chiquinha Gonzaga e de Maria Firmina dos Reis (como vimos no segundo capítulo desse trabalho) no contexto da História Política dos oitocentos, a fim de compreender o processo de formação da opinião pública acerca do protagonismo e das insurgências destas, no Brasil oitocentista e República.

No século XIX, Chiquinha Gonzaga e Maria Firmina dos Reis não estavam nas fileiras do movimento feminista, mas suas histórias de vida são exemplos de insubmissão ao patriarcado, de empoderamento feminino e negro no Brasil agrário e escravagista, racista e sexista.

Ainda, é relevante ressaltar que mulheres abolicionistas foram e são exemplos de intelectualidade negra. Historicamente por conta da difusão de estereótipos acerca das mulheres negras, estas foram e são associadas ao trabalho doméstico, e não ao pensar e a escrita, ou seja, ao trabalho intelectual.

As trajetórias de vidas dessas mulheres negras abolicionistas nos instigam a (re)visitar a História Política do Brasil, analisando como Chiquinha Gonzaga e Maria Firmina dos Reis não se limitaram ao espaço da casa, inserindo-se em outros

espaços sociais, tais como da literatura, da Educação, da música, do teatro e da política.

O estudo da História Política no período das lutas pela liberdade do povo negro escravizado no século XIX, por meio das biografias dessas mulheres negras abolicionistas, dando visibilidade a realidade social do povo negro, das mulheres em sua diversidade étnico-racial, propiciou diálogos interseccionais acerca de raça, gênero e classe, sem hierarquizações das opressões como ressaltaram as intelectuais negras feministas estadunidenses Angela Davis (2016), bell hooks (2019) e Patrícia Hill Collins (2019), afro-brasileiras como Lélia Gonzalez (2018), Beatriz Nascimento (2018), Sueli Carneiro (2018) e Djamila Ribeiro (2018), africana/nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015) e afro/diaspórica Grada Kilomba (2019), entre outras.

Assim, na perspectiva da Nova História Política e das epistemologias do Sul, especificamente das epistemologias negras foi e é possível analisar as lutas sociais e políticas de grupos subalternizados em diferentes contextos, organizados por meio do movimento negro, do movimento feminista e das mulheres negras, do Feminismo negro, que buscam combater múltiplas práticas de opressão, tais como o colonialismo, o racismo, o patriarcado, o machismo, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, entre outras.

4.5 André Pinto Rebouças (1838 - 1898): a biografia



Fonte: IMAGEM André Rebouças. Heróis e heroínas do Rio: André Rebouças, engenheiro e educador. MultiRio, 21 set. 2015. Disponível no site:<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3377-andr%C3%A9-rebou%C3%A7as,-engenheiro-e-educador>> Acesso em: 06 maio 2021

Outro homem negro abolicionista aparece no Brasil oitocentista, foi André Pinto Rebouças, conhecer a sua trajetória de vida e de seu irmão Antônio Rebouças nos permite vislumbrar a História negra, depreendendo como negros livres letrados e engenheiros atuaram no Império, fomentando o desenvolvimento do país, e ao mesmo tempo, fazendo a defesa da abolição da escravização do povo negro.

André Pinto Rebouças nasceu em 13 de janeiro de 1838, em Cachoeira, Bahia, filho do advogado Antônio Pereira Rebouças e de Carolina Pinto Rebouças, oriunda de uma filha de comerciante. André Rebouças tinha sete irmãos, sendo mais próximo de Antônio Rebouças (1839 - 1874). O pai deles atuou na esfera política, representando a Bahia na Câmara de Deputados em várias legislaturas, sendo deputado e conselheiro do Império. Os irmãos Rebouças descendiam de uma família abastada de políticos baianos (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; SOUZA, 2011; COSTA, 2010b).

A família Rebouças mudou para o Rio de Janeiro em fevereiro de 1846, investindo na formação dos filhos. Os irmãos Rebouças tiveram uma formação paralela aos filhos da elite brasileira. André Rebouças e Antônio Rebouças foram alfabetizados pelo pai, seguiram os estudos no Colégio Kopke, em Petrópolis, e posteriormente no Colégio Marinho. Em 1854, na Escola Militar, depois na Politécnica, fazendo engenharia. Em 1855, os irmãos Rebouças foram voluntários no primeiro Batalhão de Artilharia. Em 1857, eles assumiram o cargo de segundo-tenente do Corpo de Engenheiros e terminaram a formação na Escola de Aplicação da Praia Vermelha. Em 1859, André Rebouças se formou em Ciências Físicas e Matemáticas, e no ano seguinte engenheiro militar, destacando-se como primeiro da turma (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; COSTA, 2010b).

André Rebouças e Antônio Rebouças tiveram uma Educação distinta e privilegiada dos demais negros daquela época, tendo apoio familiar, em uma sociedade escravagista, onde imperava o racismo.

Em alguns momentos os irmãos Rebouças eram alvos do racismo, mesmo assim, a família os incentivava a prosseguir os estudos. Por isso, em 1861, embora eles tivessem ganhado bolsa de estudo para irem a Europa, o pai custeou a viagem dos filhos. Na Europa, eles fizeram cursos de especialização em engenharia e depois regressaram ao Brasil. André Rebouças escreveu *Memórias sobre os caminhos de ferro da França*, e com o irmão Antônio Rebouças, *Estudos sobre portos de mar* (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; COSTA, 2010b).

Os irmãos Rebouças, formaram em engenharia, especializaram-se e publicaram livros sobre as experiências de viagem à Europa, demonstrando conhecimento na área que atuaram. André Rebouças não se preocupava apenas com a engenharia, mas também com a política Imperial, quando eclodiu a Guerra do Paraguai (1864 - 1870), alistou-se e foi lutar nesse conflito bélico.

Em 1865, André Rebouças, com 26 anos, alistou-se e foi lutar na Guerra do Paraguai, estabelecendo relação de amizade com o Conde d'Eu, que dirigia as tropas brasileiras. Em 1866, devido à varíola, André Rebouças retornou ao Brasil, ao Rio de Janeiro, e pediu baixa do Exército. No Rio de Janeiro, os irmãos Rebouças passaram a atuar como engenheiros, destacando-se em obras particulares e

públicas do Império. Eles trabalharam em projetos de companhias privadas que investiam na modernização da malha urbana brasileira. André Rebouças fez inscrição para lecionar hidráulica na Escola Central, porém foi rejeitado. Ele passou a desenvolver projetos para o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro e construção das docas D. Pedro II e da Alfândega, realizando esta atividade de 1866 até 1871, quando foi demitido. Depois, desse fato, ele passou a gerenciar obras de uma companhia particular (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; LEÃO, 2021).

Os irmãos Rebouças prosseguiram a carreira como engenheiros. André Rebouças também realizou outras atividades: atuou como secretário do Instituto Politécnico e redator-geral de sua revista; foi responsável da seção de Máquinas e Aparelhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional; lecionou na Politécnica; foi membro do Clube de Engenharia e da Associação Brasileira de Aclimação; defensor da adaptação e produção de novos gêneros agrícolas, para o Brasil competir no mercado internacional. Em 1872, ele foi a Europa, visitou Portugal, Madri, Paris e Itália. Em 1873, viajou para Londres e Nova York, participando da comitiva imperial brasileira. Por ser negro, André Rebouças teve dificuldade para reservar hotel e também foi impedido de assistir ao espetáculo de Arte, no Grande Ópera House. Ao regressar ao Brasil, ele deu continuidade as atividades como engenheiro. Os irmãos engenheiros Rebouças foram responsáveis por várias obras públicas no Brasil. No sul do Brasil, na Província do Paraná, eles foram responsáveis pela construção da Estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, porém Antônio Rebouças faleceu em 1874, antes da estrada ser inaugurada em 1885 (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; SOUZA, 2011; WACHOWCIZ, 2001).

Os irmãos Rebouças destacaram-se na Engenharia. A biografia de André Rebouças evidencia também situações de racismo e práticas de discriminação. Por isso, diante da realidade brasileira, ele se inseriu na defesa da causa negra, principalmente da luta pela emancipação do povo negro escravizado.

Nas décadas de 1870 e 1880, André Rebouças participou do Movimento Abolicionista. Ele contribuiu para que negros escravizados conquistassem a liberdade, ajudando a campanha abolicionista com seus haveres e escrevendo panfletos e projetos, mas evitava participar de comícios. Ele foi tesoureiro da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e da Confederação Abolicionista, fundada

em 1883, onde conviveu com outros abolicionistas, como José do Patrocínio. Para Emília Viotti da Costa (2010), André Rebouças “[...] expressava seu ressentimento contra as injustiças que sofria por ser negro e, ao mesmo tempo, atacava as elites, de cuja patronagem dependia, mas que lhe haviam causado tantas humilhações” (COSTA, 2010b, p. 99 - 100). Ele não rompeu com a Monarquia, era um reformista, fazia a defesa da emancipação do povo negro escravizado, da redistribuição de terras no Brasil, uma democracia rural. Uma reforma agrária, com a concessão de terras aos negros e as negras libertos (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; SOUZA, 2011; COSTA, 2010b).

Nos anos de 1880, outros fatos marcaram a trajetória de vida de André Rebouças, tais como o falecimento do pai, a abolição da escravização do povo negro, em 1888, e o advento da República, em 1889. Ele se declarava monarquista e seguiu para o exílio com a Família Real, indo para a Europa. Depois, que D. Pedro II faleceu, André Rebouças se estabeleceu na ilha da Madeira, onde faleceu em nove de maio de 1898, com 60 anos (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; COSTA, 2010b).

André Rebouças como engenheiro e abolicionista pensava na modernização do país. Isso compreendia o desenvolvimento de obras públicas e da economia brasileira, a abolição da escravização do povo negro e a redistribuição de terras, a fim de que negros e populares tivessem acesso a estas. A abolição da escravidão e a perspectiva de uma política de redistribuição de terras não agradavam as elites escravagistas e agrárias de nosso país. Ele assistiu a abolição da escravidão, mas não a democracia rural.

4.5.1 André Rebouças em “Herói de todo mundo”

O vídeo de divulgação científica “André Pinto Rebouças (1838-1898) por Alexandre Moreno”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura”, tem a duração de dois minutos, um curta-metragem.

Alexandre Rosa Moreno nasceu no Rio de Janeiro, em 1969, homem negro, ator brasileiro. Ele já atuou em diversas novelas, minisséries e programas de TV como em Sinhá Moça, Xica da Silva, Pátria Minha, Heróis de todo mundo, entre

outras produções artísticas. Alexandre Moreno ganhou a premiação na categoria de melhor ator no Segundo Festival de Cinema de Varginha, por atuar no filme “Uma Onda no Ar”, direção de Helvécio Ratton⁵⁶.

No audiovisual, inicialmente, Alexandre Moreno na representação de André Rebouças foi apresentado no Rio de Janeiro, no Brasil Império, em 1858, com vestimentas de época, terno e gravata borboleta em preto e branco, e cartola preta, indicando a condição social distinta do engenheiro em relação aos demais negros/as escravizados/as. Embora essa realidade, André Rebouças também foi alvo do racismo.

André Rebouças, o engenheiro negro abolicionista



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <<https://youtu.be/iZ-HBTyPq3U>> Acesso em: 09 maio 2021

Alexandre Moreno por meio da narrativa biográfica relatou a história de Rebouças em primeira pessoa do singular, expondo: a atuação do pai dos irmãos Rebouças na política institucional como parlamentar e conselheiro do Império, o incentivo familiar e paterno para o estudo dos irmãos Rebouças no curso de Engenharia no Brasil e posteriormente a viagem à Europa para se especializarem, os trabalhos de André Rebouças como engenheiro com a intenção da modernização do país, a luta em prol da abolição da escravidão e da democratização do acesso à

⁵⁶ Sobre Alexandre Moreno um dos atores brasileiros da nova geração. Ver as informações disponíveis na agência de trabalho. Disponível no site:<<https://contrateartistas.com.br/ator/contratar-alexandre-rosa-moreno/3016>> Acesso em: 02 jul. 2021

terra aos/as negros/as e aos imigrantes, questionando a concentração desta nas mãos dos senhores coloniais. Neste sentido, seguiu-se a narrativa biográfica:

Quando eu desembarquei aqui, vindo da Bahia, com minha família, o Rio era centro do Império, mas ainda tinha muito o que fazer pela cidade. Meu pai era parlamentar e conselheiro do Império, nos matriculou nas melhores escolas do Rio e ainda nos deu a chance de completar nossos estudos na Europa. Diminuir o contraste entre a realidade europeia e a brasileira era um grande desafio. Era preciso modernizar o Brasil. Era preciso ter portos capazes de transformar o comércio em um negócio ainda mais atraente. E eu construí as primeiras docas do Rio, da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão. Por que não aproveitar esses abundantes rios para criar um sistema de abastecimento de água e acabar de vez com o esse vai e vem moringas. Ai veio uma grande seca e eu fui convocado a traçar o plano de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, mas era preciso muito mais para fazer do Brasil uma nação moderna. Era preciso pôr fim a escravidão. Era preciso libertar também a terra dos antigos e decadentes proprietários coloniais e distribuí-la de forma racional entre ex-escravos e imigrantes. A abolição da escravatura eu vivi para ver, a democracia rural não. Sou André Rebouças, sou um cidadão negro brasileiro. O engenheiro André Rebouças também foi abolicionista, matemático, astrônomo, biólogo, geólogo, higienista e filantropo. Rebouças também disse “Quem possui a terra, possui o homem”. E eu digo, sou Alexandre Moreno, sou um cidadão negro brasileiro (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

No vídeo de divulgação científica, no processo de formação da opinião pública sobre André Rebouças se valorizou a formação dele, que estudou no Brasil e no exterior, na Europa, e atuou como engenheiro em obras públicas em nosso país, a fim de modernizá-lo.

Nesse audiovisual, discorreu-se que embora as adversidades impostas pelo racismo, os irmãos Rebouças as superaram e se formaram, tornando-se homens negros letrados, intelectuais que atuaram no campo da engenharia civil e projetaram construções para o desenvolvimento do Brasil.

Nessa narrativa biográfica, destacou-se que para Rebouças, a modernização do Brasil estava associada a três questões: a realização de obras públicas, a abolição da escravização do povo negro e a democratização da terra, por meio da realização da “Reforma Agrária”, no Brasil oitocentista (LEÃO, 2021).

Para ele, a liberdade do povo negro devia ser acompanhada do acesso a terra. Isso era um projeto agrário ousado para aquela época e desagradava aos interesses da elite agrária e escravagista.

O projeto social de André Rebouças contemplando o fim da escravidão e a democratização da terra destoava dos interesses da elite existente no Império. Essa elite buscava protelar o fim da escravização de negros/as e dificultar o acesso à terra.

No vídeo de divulgação científica enquanto Alexandre Moreno fez a representação do abolicionista André Rebouças diversas imagens foram apresentadas ao compor o discurso de enaltecimento desse engenheiro: do Rio de Janeiro, do pai dos irmãos Rebouças, de negros escravizados, de regiões portuárias e docas, André Rebouças e seus escritos.

Ao final, no audiovisual se apresentou o ator Alexandre Moreno com vestimentas coloridas no Brasil contemporâneo, no espaço urbano de uma das cidades brasileiras, em frente ao túnel denominado André Rebouças, rendendo homenagem ao engenheiro e abolicionista negro, e discursando acerca de outros conhecimentos/saberes deste como matemático, astrônomo, biólogo, geólogo, higienista e filantropo.

Assim, no processo de formação da opinião pública acerca de André Rebouças pontuou-se sua formação acadêmica e atuação como engenheiro no Brasil Imperial, dando visibilidade a esse homem abolicionista e intelectual. Isso favoreceu a desconstrução de narrativas coloniais e de estereótipos sobre o povo negro, os homens negros na História do Brasil.

No Brasil contemporâneo, entendem-se os espaços públicos como o túnel nomeado André Rebouças como uma das homenagens póstumas que favorecem a política de preservação da memória do engenheiro e abolicionista, valorizando a História negra, e mais, reafirmando a identidade negra e brasileira.

4.6 José Carlos do Patrocínio (1853 - 1905): a biografia



Fonte: IMAGEM José do Patrocínio. Biografia. Disponível no site: <<https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>> Acesso em: 06 maio 2021

José Carlos do Patrocínio nasceu em nove de outubro de 1853, em Goytacazes, no Rio de Janeiro, era filho natural do padre João Carlos Monteiro, vigário da paróquia de Goytacazes. A mãe era Justina Maria do Espírito Santo, mulher negra, um dos noventa e dois negros escravizados pertencentes ao padre João Carlos. Naquela época, como era comum ocorrer, o padre não reconheceu o filho, mas enviou José do Patrocínio a sua fazenda na Lagoa de Cima, onde o menino cresceu liberto. Depois disso, com a permissão do pai, e já com mais idade, ele foi morar na capital carioca, trabalhando como servente na Santa Casa da Misericórdia e também como aprendiz de farmácia (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018).

Posteriormente, no externato do doutor João Pedro de Aquino, José do Patrocínio fez estudos preparatórios para os cursos de Farmácia e Medicina. Ele acabou fazendo o curso de Farmácia, no período: 1871 a 1874. Como a vida no

espaço urbano da cidade era cara, ele foi obrigado a lecionar aulas particulares, e também recebeu um auxílio da sociedade beneficente da faculdade onde estudava. A convite do colega João Rodrigues Pacheco Vilanova, José do Patrocínio foi morar em São Cristóvão. Morou na casa da mãe desse colega, que era casada com o capitão Emiliano Rosa Sena, em troca Patrocínio lecionou para os filhos deles. Nessa residência, José do Patrocínio frequentou o Clube Republicano, convivendo com Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Pardal Mallet, entre outros. Naquele contexto, ele se apaixonou por uma das filhas do militar, Maria Henriqueta, casando-se em 1881 (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021).

José do Patrocínio passou por algumas dificuldades ao longo da vida, o pai não o reconheceu como filho, foi obrigado a se distanciar da mãe negra escravizada, mas superou os obstáculos. Ele prosseguiu seus estudos, formou-se em Farmácia, tornou-se um homem negro letrado, e posteriormente, constituiu família com Maria Henriqueta. E mais, José do Patrocínio difundiu as ideias abolicionistas ao atuar nos periódicos daquela época, nas atividades do Movimento Abolicionista e na política.

Em três de agosto de 1880, José do Patrocínio fez a primeira conferência abolicionista, consagrando-se. Ele foi se destacando com sua oratória, como jornalista e escritor, dedicando-se a causa negra, a luta pela emancipação do povo negro escravizado. Ele lançou o quinzenário satírico *Os Ferrões* (1875), publicou no jornal *Mequetrefe* (1876). Em 1880, José do Patrocínio com Joaquim Nabuco fundaram a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Em 1881, tornou-se proprietário do jornal *Gazeta da Tarde*. Em 1887, ele deixou a *Gazeta da Tarde* e fundou *Cidade do Rio*. Com isso José do Patrocínio intensificou as críticas ao trabalho compulsório no Brasil, reunindo outros jornalistas e oradores, tais como: Ferreira de Menezes, Joaquim Nabuco, Lopes Trovão, Ubaldino do Amaral, Teodoro Fernandes Sampaio, Paula Nei, todos eram membros da Associação Central Emancipadora. José do Patrocínio se tornou popular e utilizou alguns pseudônimos: Prudhomme, Notus Ferrão. Justino Monteiro, Pax Vobis, Pombos Correios, Tigre da Abolição, Patrono da Abolição (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; COSTA, 2010b).

“Para uns, como Nabuco⁵⁷, a causa devia ser ganha no Parlamento; para outros, como Patrocínio e Lopes Trovão, nas ruas e nas senzalas” (COSTA, 2010a, p. 338). Naquele contexto histórico de agitação da luta em prol da liberdade da população negra, alguns representantes da elite começaram a liberar a mão de obra escravizada, enquanto que outros relutavam em fazer isso. As alforrias começaram a se multiplicar, tinham aqueles que libertavam os/as negros/as escravizados em diversas ocasiões, como em festas de batizado, casamento, formaturas e em outras celebrações (COSTA, 2010a; COSTA, 2010b).

Em 1883, José do Patrocínio com André Rebouças fundaram a Confederação Abolicionista, que ajudava na manutenção do quilombo Leblon, onde se recebia negros escravizados, que tinham fugido do cativo. Essa confederação lançou um manifesto endereçado aos deputados do Parlamento, asseverando que a escravização do povo negro era algo obsoleto, insustentável em termos jurídicos, comprometendo o futuro nacional. Além desse manifesto, os abolicionistas continuaram a dar apoio as insurgências do povo negro escravizado, as fugas coletivas, entre outras práticas que contestavam a sociedade escravista, por exemplo o quilombo do Leblon. O quilombo do Leblon se tornou famoso no Rio de Janeiro, os negros e negras que ai viviam, cultivavam e comercializavam flores, especificamente as camélias brancas, que se tornaram símbolo da abolição. Quem utilizasse uma camélia branca na botoeira do paletó ou a cultivasse no jardim de sua casa representava um gesto político, ou seja, a pessoa se declarava de acordo com os princípios da abolição e indicava disposição para servir a causa (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; ALBUQUERQUE, 2018, (SCHWARCZ, STARLING, 2018).

Na Confederação Abolicionista, no quilombo do Leblon e onde as campanhas abolicionistas floresceram, as camélias brancas se fizeram presentes, com toda uma simbologia de adesão a causa da liberdade do povo negro escravizado. Por isso, Lilian Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2018) ao discorrerem sobre as

⁵⁷ Joaquim Nabuco era um homem branco, oriundo da elite do engenho de Pernambuco. Nabuco formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo. Ele se destacou no jornalismo e com sua oratória discursava em prol da liberdade dos escravizados negros. Posteriormente, Nabuco foi eleito deputado por Pernambuco, pelo Partido Liberal, na 17ª legislatura (1878 - 1881), com outros colegas do Direito, como Rui Barbosa. No Parlamento, Nabuco fez a defesa da abolição da escravidão. O Movimento Abolicionista era constituído em sua maioria por homens brancos, com exceção de Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio (COSTA, 2010b; MENDONÇA, 2001).

ações dos abolicionistas, as insurgências ou insubmissões de negros/as escravizados/as, relataram que:

[a] moda logo pegou: em São Paulo, os caifases, cada dia mais ousados, embarcavam os fugitivos das fazendas de café para a corte, com a orientação de aguardarem que alguém, usando uma camélia branca na lapela, os viesse buscar na plataforma de desembarque da Estação Central. Os abolicionistas do Recife evocavam igualmente o simbolismo da flor, e trataram de batizar de *Camélia*, uma barcaça que levava escravos para o Ceará (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 309)

Além da atuação na Confederação Abolicionista, José do Patrocínio desenvolveu outras atividades como auxílio nas fugas de negros/as escravizados/as, a organização e a coordenação de campanhas para a coleta de fundos para compra de alforrias, a realização de espetáculos, comícios em teatros e manifestações públicas. Já em 1886, José do Patrocínio alçou o universo da política institucional, sendo eleito vereador. Naquele contexto histórico de efervescência do Movimento Abolicionista, ele escreveu três romances: *Mota Coqueiro ou A pena de morte*, *Os retirantes* e *Pedro Espanhol* (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; COSTA, 2010b).

Depois de três séculos e décadas de insurgências, revoltas individuais e coletivas, de insubmissão de negros/as questionando a escravidão e em defesa da liberdade, das leis graduais e paliativas como a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei dos Sexagenários (1885), das ações do Movimento Abolicionista e debates públicos e no Parlamento brasileiro em defesa da libertação do povo negro, em 1888, a abolição estava por vir.

No Parlamento brasileiro, os debates eram intensos acerca da libertação do povo negro escravizado. Em três de maio de 1888, José do Patrocínio e Rui Barbosa discursaram da janela do senado. José do Patrocínio, abolicionista, lutou pela abolição e a viu se concretizar em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea. Ele também vivenciou o advento da República, em 1889 (GOMES, LAURIANO, SCHWARCZ, 2021; PINTO, 2018; COSTA, 2010b).

Em diversos espaços, como na imprensa, nas associações, nos espaços públicos, na política, na literatura, nas atividades abolicionistas, por exemplo nos comícios, José do Patrocínio fez a defesa da emancipação do povo negro escravizado, visando a abolição, tornando-se popular.

Durante a campanha abolicionista, ele teve contato com homens brancos letrados de sua época, como Joaquim Nabuco, e Rui Barbosa, e também com personalidades negras abolicionistas, por exemplo Francisco José do Nascimento - Dragão do Mar, André Rebouças, entre outros. Assim, o Movimento Abolicionista foi se expandindo, das senzalas ao Parlamento, no Brasil Imperial.

José do Patrocínio foi um homem negro abolicionista, que tal como outras personalidades negras, Francisco José do Nascimento - Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga e André Rebouças, lutaram e viveram para ver a abolição, em 1888. Porém, diferente de André Rebouças, quando houve o advento da República em 1889, José do Patrocínio se declarou republicano, defendendo o novo regime político.

4.6.1 José do Patrocínio em “Herói de todo mundo”

O vídeo de divulgação científica “José Carlos do Patrocínio (1853 - 1905) por Nei Lopes”, do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004), tem a duração de dois minutos, um curta-metragem, apresentado por Nei Lopes.

Nei Lopes nasceu no subúrbio carioca em 1942, no Rio de Janeiro. Esse homem negro é escritor e compositor de música popular. Ele formou-se em Direito e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nei Lopes é um dos estudiosos da cultura popular e de personalidades negras, dentre suas publicações destacam-se *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX* (2019), *Enciclopédia brasileira da diáspora africana* (2004), entre outras (LOPES, 2019; LOPES, 2004).

Na narrativa biográfica, Nei Lopes fez a representação de José do Patrocínio, com vestimentas em preto e branco, terno e gravata borboleta, no Brasil oitocentista, discursando em primeira pessoa do singular e expressando a felicidade do abolicionista negro diante da assinatura da Lei Áurea, em 1888.

José do Patrocínio: a voz negra abolicionista no Império



Fonte: Projeto pedagógico “A cor da cultura”. Disponível no site: <<https://youtu.be/ryj4r1YEcAs>> Acesso em: 09 maio. 2021

Depois da apresentação de José do Patrocínio, no Paço Imperial, em 1888, na narrativa biográfica se fez uma digressão a história dessa personalidade negra, expondo fatos relevantes de sua trajetória de vida, até que se chegasse a abolição do povo negro escravizado. Segue a narrativa biográfica:

Sempre sonhei com uma coisa só, a liberdade. Foi por ela que sempre lutei e hoje vi meu grande sonho se realizar. A Princesa teve que assinar a Lei Áurea. Vim de Campos para o Rio e trabalhei de pedreiro na Santa Casa para pagar meus estudos de Farmácia, mas nunca fui tão bom misturando substâncias quanto misturando letras. Era no jornalismo que estava a minha verdadeira vocação. Fui dono de dois jornais e usei meu dom com as palavras, para com papel e tinta trabalhar pela abolição da escravidão. O meu jornal promovia os ideais dos abolicionistas. A redação era também a sede da Confederação Abolicionista. A gente promovia debates públicos sobre o fim da escravidão e também promovia fugas de escravos. Realizado meu grande sonho, a abolição, fui a Paris e trouxe comigo uma grande invenção, o automóvel. Durante um bom tempo, fui o único a ter um no Brasil. Depois coloquei na cabeça que ia voar, vendi tudo que me restava e me dediquei a construir um dirigível, sempre fui um visionário. Sou José do Patrocínio, sou um cidadão negro brasileiro. José do Patrocínio nunca conseguiu voar, mas conquistou a liberdade. E como ele mesmo disse, a liberdade é mais que a vida. E eu digo, sou Nei Lopes, sou um cidadão negro brasileiro (BRASIL, A cor da cultura, 2004).

Nessa narrativa biográfica, Nei Lopes, na representação de José do Patrocínio, relatou alguns fatos que marcaram a história de vida desse abolicionista: o trabalho como pedreiro para estudar e se formar em Farmácia, a atuação como jornalista em prol da liberdade do povo negro escravizado, o ativismo na

Confederação Abolicionista com a promoção de debates públicos acerca da abolição e o apoio as fugas de negros/as escravizados, e outros projetos de José do Patrocínio, como a viagem à Europa, Paris, o desejo de desfrutar do uso de automóvel (concretizado) e de voar com um dirigível (não realizado).

No vídeo de divulgação científica, na narrativa biográfica, várias imagens foram apresentadas em preto e branco: espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, homens reunidos na sede da tipografia, negros escravizados, pessoas em praças públicas fazendo alusão aos debates públicos sobre a abolição, José do Patrocínio acompanhado de outros homens, transitando com carro e o projeto de construir um dirigível.

Nei Lopes ao discorrer sobre José do Patrocínio relatou que este abolicionista negro primava pelo ideal da liberdade, apresentando o protagonismo desse intelectual que pensou e atuou em questões políticas do Brasil imperial, elegendo como um de seus principais objetivos a abolição da escravização do povo negro.

Nesse último audiovisual também se constatou a recorrência em reafirmar a identidade negra e brasileira. Diante disso, é interessante expor que a identidade não é fixa ou permanente. A identidade é uma construção social ao longo de nossas vidas.

A identidade não é fixa, essencial ou permanente. O processo de construção da identidade se dá ao longo de nossas vidas, sendo formada e transformada em relação às formas como somos representados em determinados contextos sociais e simbólicos, e interpelados nos sistemas culturais que estamos inseridos ou nos rodeiam. “A identidade é, assim, marcada pela diferença” (WORDWARD, 2014, p. 9). A identidade é relacional, por exemplo: branco/negro, homem/mulher, nacional/migrante, erudito/popular, rico/pobre, entre outros marcos identitários (HALL, 2014; WORDWARD, 2014).

Nos vídeos de divulgação científica do programa “Heróis de todo mundo”, do projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004), no processo de formação da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as houve a recorrência da afirmação da identidade negra, enaltecendo as personalidades negras na História do Brasil. Assim, esses audiovisuais difundiram narrativas decoloniais, deram visibilidade ao

enfrentamento ao racismo, ao patriarcado e ao machismo, e a luta pela emancipação do povo negro.

Para Nilma Lino Gomes (2019), a perspectiva negra decolonial possibilita o reconhecimento de negros/as como “sujeitos e seus movimentos por emancipação como produtores de conhecimentos válidos que não somente podem tensionar o cânone, mas também indagam e trazem outras perspectivas e interpretações” (GOMES, 2019, p. 235) da História negra, da História do Brasil e mundial.

Dessa forma, nos audiovisuais as narrativas biográficas e o processo de formação da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as propalaram outros olhares, outras perspectivas e interpretações da História negra, da História Política brasileira, e também, o orgulho de nossa identidade negra, ancestralidade africana, de sermos cidadão e cidadã brasileiros. Enfim, os vídeos de divulgação científica enaltecem a intelectualidade negra e abolicionista que foi se constituindo historicamente, propalando narrativas anticoloniais.

Os vídeos de divulgação científica foram unânimes em formar a opinião pública acerca do protagonismo negro na luta pela abolição da escravização do povo negro, no Brasil oitocentista. Assim, os audiovisuais desconstruíram a narrativa da História ancorada na Historiografia Tradicional, Positivista, ocidental e eurocêntrica.

Além disso, nos audiovisuais também se constatou a valorização de personalidades negras do Brasil contemporâneo, do universo do Direito como Joaquim Barbosa, da dramaturgia como Milton Gonçalves, Iléa Ferraz e Alexandre Moreno, e outros intelectuais como Nei Lopes, que fizeram a representação dos/as abolicionistas negros/as da sociedade oitocentista, sempre reafirmando a identidade negra e brasileira.

4.7 As escrituras de Maria Firmina dos Reis no conto *A escrava* (1887), nos tempos de efervescência do Movimento Abolicionista

No século XIX, no Brasil Imperial, após o fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), houve a efervescência do Movimento Abolicionista, das senzalas aos debates

no Parlamento a defesa da liberdade do povo negro foi recorrente, embora a elite agrária e escravagista relutasse em aprovar a abolição definitiva da escravidão em nosso país.

Após o fim da Guerra do Paraguai, no Brasil se intensificaram as campanhas em prol da República e da abolição da escravidão. “Ao lado da propaganda republicana, o movimento de opinião favorável à abolição da escravatura foi um dos mais expressivos do período” (MALERBA, 1999, p. 135). A Coroa estava cada vez mais impopular, sendo alvo de críticas de republicanos e emancipacionistas. Esses grupos sociais iam conquistando a simpatia de outros setores como médios urbanos, que não tinham maiores vínculos com os valores agrários da elite. Por conta das transformações ocorridas no capitalismo mundial que reverberaram no Brasil, a escravidão aqui estava com os dias contados (SCHWARCZ, 2018; MALERBA, 1999).

Nesse contexto histórico, os abolicionistas negros como José do Patrocínio seguiram a atuação no Parlamento dialogando e debatendo com outros representantes políticos em prol da abolição da escravidão. Enquanto que Maria Firmina dos Reis seguiu reafirmando a defesa da abolição da escravidão do povo negro no conto *A escrava* (1887), em suas escrituras poéticas e políticas.

O conto *A escrava* (1887) é considerado símbolo do Movimento Abolicionista, no contexto da literatura afro-brasileira, a versão analisada nesse capítulo compõe o e-book *Úrsula e outras obras* (2018), editor responsável Wellington Brandão, publicado pela Câmara dos Deputados, Edições Câmara, texto de acordo com a nova ortografia, mantendo-se o estilo de pontuar e outras peculiaridades das obras firminiana⁵⁸. Nesse e-book, o conto *A escrava* tem quinze páginas. Essa publicação tem uma apresentação, uma breve biografia de Maria Firmina dos Reis, os romances abolicionistas *Úrsula* e indianista *Gupeva*, o conto abolicionista *A escrava* e os poemas de *Cantos à beira-mar*.

⁵⁸ Segundo do editor Wellington Brandão a organização desse e-book se baseou nos originais *Úrsula* edição fac-similar de 1975 da obra de 1859, que foi publicada pela Tipografia Progresso; *Gupeva* e *A escrava* - edição de 1975 de Nascimento Morais Filho em *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*; *Cantos à beira-mar* - edição de 2017 da Academia Ludovicense de Letras em *Cantos à beira-mar e Gupeva*.

Maria Firmina dos Reis no conto *A escrava* (1887) com suas escrevivências poéticas e políticas condenou a escravidão e fez a defesa da liberdade do povo negro escravizado. Segue o enredo da história: em uma tarde de agosto, em um salão com pessoas distintas, uma senhora, mulher branca, membro de uma sociedade abolicionista fez o relato sobre “a escrava” e suas condições de vida, ou seja, Joana, africana, escravizada, mãe do jovem negro Gabriel e das crianças negras gêmeas Carlos e Urbano de 8 anos. Joana tinha um marido indígena e uma prole afro-indígena. Ela foi escravizada, “liberta” e escravizada novamente, vivenciando os infortúnios de ser mulher negra na sociedade oitocentista. Para análise do conto *A escrava* (1887) selecionou-se partes da narrativa e diálogos das personagens da história, constituindo-se em três momentos:

O encontro entre a senhora e Antônio, o feitor

Em um campo, uma negra passou correndo e se escondeu atrás de uma moita. A senhora ficou observando aquela cena e logo chegou um homem negro, “de cor parda” (REIS, 1887, p. 166), Antonio, o feitor do senhor Tavares. Joana e Antonio dialogaram:

- Inferno! Maldição! – bradara ele com voz rouca. - Onde estará ela?
- perscrutava com a vista por entre os arvoredos desiguais que desfilavam à margem da estrada.
- Tu me pagarás - resmungava ele - E aproximando de mim: Não viu minha senhora, - interrogou com acento, cuja dureza procurava reprimir, - não viu por aqui passar uma negra, que me fugiu das mãos ainda há pouco? Uma negra que se finge de doida.
- [...] De pronto tive um expediente. – Vi-a, tornei-lhe com a naturalidade, que o caso exigia; - vi-a, e ela também me viu, corria em direção a este lugar; mas parecendo intimidar-se com minha presença, tomou direção oposta, volvendo-se repentinamente sobre seus passos. Por fim a vi desaparecer, internando-se na espessura, muito além da senda que ali se abre.
- [...] – Então perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte da desgraçada, - foge sempre?
- Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida.
- Doida! – exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos. [...]
- Doida... doida fingida, caro te há de custar (REIS, 1887, p. 166 - 167).

Nesse diálogo entre a senhora e o Antônio, feitor do senhor Tavares, ela dialogou com ele, tomou ciência do fato ocorrido, mas não colaborou para a captura da negra fugida.

No contexto histórico áureo do Movimento Abolicionista, Maria Firmina dos Reis em suas escrituras poéticas e políticas condenava a escravidão, afirmando que os/as negros/as tinham uma vida de infortúnios, uma “sorte” “desgraçada” (REIS, 1887, p. 166), porém eram insurgentes e contestavam a opressão, o cativeiro, por meio da realização de fugas.

No conto *A escrava*, Maria Firmina deixou explícito as lutas individuais em prol da liberdade, por exemplo: a fuga de Joana com apoio daquela senhora, que não a entregou ao feitor Antônio. Assim, naquela época, nas escrituras firminiana a senhora representou algumas pessoas brancas que apoiavam as lutas por emancipação do povo negro.

O encontro entre a senhora, “a escrava” Joana e o jovem negro Gabriel

Joana passou a ter problemas psicológicos, na época falava-se “doida”, depois que o senhor Tavares negociou os filhos gêmeos Carlos e Urbano (com oito anos) como “mercadorias” a um “traficante de carne humana” (REIS, 1887, p. 173). Joana era uma africana escravizada, o marido indígena antes de falecer, trabalhou muito para o senhor Tavares e comprou as cartas de alforria dela e do filho Gabriel. Depois do falecimento do marido, Joana e o filho Gabriel foram reescravizados pelo senhor Tavares, pois as cartas de alforrias eram uma fraude e não tinham a assinatura daquele homem. Depois disso tudo, Joana passou a fugir várias vezes. Antonio, o feitor do senhor Tavares, constantemente perseguia para puni-la e fazê-la retornar ao trabalho compulsório. Até que um dia, Joana fugiu do cativeiro, Gabriel também, para encontrar a mãe antes do feitor. A senhora, membro da sociedade abolicionista, resolveu ajudá-los, levando os para a casa dela. Outros caminhos foram trilhados.

- Quem és filho? O que procuras?

- Ah, minha senhora exclamou erguendo os olhos ao céu, - eu procuro minha mãe, que correu nessa direção, fugindo do cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque há uma hora deixei o serviço para procurar minha pobre mãe, que além de doida está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será

dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se acho antes que o feitor a encontre.

- Aquele homem é um tigre, minha senhora, é uma fera.

[...] Segue-me, - disse eu - tua mãe está ali e aponte para a moita onde se refugiara.

[...] – Minha mãe, - gritou lhe ao ouvido curvando os joelhos em terra, e tomando-a nos braços [...]

- Ah! Minha senhora! Minha mãe morreu!

[...] Sossega, - disse-me, vendo assomar ao morro, donde observavam tudo que acabo de narrar, os meus criados, que me procuravam; - espera, disse-lhe:

Vou transportar tua mãe, à minha casa, e lhe farei tornar à vida [...].

- Gabriel? Gabriel? – És tu?

- É noite. Eu morro... E o serviço? E o feitor?

- Estás em segurança, pobre mulher, disse-lhe, - tu e teu filho estão sob a minha proteção. Descansa, aqui ninguém lhes tocará com um dedo.

Como não devem ignorar, eu já me havia constituído então membro da sociedade abolicionista da nossa província, e da do Rio de Janeiro [...].

- Inda há neste mundo quem compadeça de um escravo?

[...] Não sabe minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano... Tenho a vista tão fraca... é a morte que chega. Não tenho pena de morrer, tenho pena de deixar meus filhos... meus pobres filhos!... Aqueles que me arrancaram destes braços... Este que também é escravo (REIS, 1887, p. 168 - 169; 171).

Maria Firmina dos Reis no conto *A escrava* (1887) seguiu denunciando a desumanidade que era a escravidão do povo negro, as dificuldades de negros/as manterem os laços familiares e de liberdade (após a conquista da alforria, por conta de práticas de reescravização de senhores/as), e principalmente da mulher negra vivenciar a maternidade.

Maria Firmina já havia denunciado no romance *Úrsula*, em 1859, a dificuldade da mulher negra de manter os laços familiares e vivenciar a maternidade, quando relatou as condições de vida da mãe Susana, africana escravizada, que também foi obrigada a se distanciar de sua terra de origem, a África, de sua família, marido e prole.

O sistema escravocrata entendia o povo negro como mera “mercadoria”, por isso não havia preocupação com a manutenção de laços familiares. As mulheres negras eram trabalhadoras em tempo integral de seus senhores e suas senhoras, ocasionalmente exerciam o papel de esposa, mãe e dona de casa. As mulheres negras eram levadas a priorizarem os cuidados com a casa-grande, as famílias e

crianças deste espaço, não vivenciando a maternidade em sua plenitude (ARIZA, 2021; DAVIS, 2016).

Embora a opressão da sociedade escravocrata, racista e machista, as mulheres negras resistiram e foram insubmissas. Elas “labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas” (DAVIS, 2016, p. 41).

No conto *A escrava*, Maria Firmina ressaltou em suas escritas que a mãe Joana tinha ciência do universo da escravidão, sendo insubmissa quando fugiu. Ela também relatou no conto em tela que mãe Joana em seu leito de morte, ao dialogar com a senhora abolicionista, lamentou que estava triste por não ver mais seus filhos gêmeos Carlos e Urbano (vendidos quando crianças e com oito anos pelo senhor Tavares), e por não poder continuar cuidando do jovem negro Gabriel, que a acompanhou na fuga.

Dessa forma, Maria Firmina expressou em suas escritas poéticas e políticas o lamento de Joana em deixar os filhos desprotegidos, no contexto da escravidão, e não por estar moribunda. E mais, relatou a postura política da senhora abolicionista, que se compadeceu daquela situação de Joana e se comprometeu em ajudar e dar proteção a Gabriel.

O encontro entre a senhora, membro da sociedade abolicionista, e o senhor Tavares, do Cajuí

Na casa da senhora abolicionista, embora os cuidados, Joana acabou morrendo. Gabriel sobreviveu aos infortúnios da sociedade escravocrata, mas Antonio, o feitor do senhor Tavares, acompanhado de João e Felix, apareceram para recuperar os negros fugidos e retorná-los ao cativeiro. A senhora não permitiu isso e desafiou o feitor Antonio e seus acompanhantes. Posteriormente, ao ter ciência desse fato, o senhor Tavares foi a casa daquela senhora em busca dos negros fugidos. Ele tomou conhecimento da morte de Joana e desejava levar Gabriel de volta ao cativeiro, mas a senhora o enfrentou:

Peço-lhe desculpas, se a vim incomodar.
- Pelo contrário, retorqui-lhe. O senhor poupou-me o trabalho de o ir procurar.

- Sei que esta negra está morta, - exclamou ele, - e o filho acha-se aqui; tudo isto teve a bondade de me comunicar-me ontem. Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver – esta negra era alguma coisa monomaniaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisto consumia a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava. O Antônio, o meu feitor, que é um excelente e zeloso servidor, é que se cansava em procurá-la. Porém, minha senhora, este negro! – designava o pobre Gabriel, - com este negro a coisa muda de figura; minha querida senhora, este negro está fugido; espero, mo entregará, pois sou o seu legítimo senhor, e quero corrigi-lo.

- Pelo amor de Deus, minha mãe, - gritou Gabriel, completamente desorientado, - minha mãe, leva-me contigo.

Tranquelize-te, - lhe tornei com calma; - não te hei já dito que te achas sob minha proteção? Não tem confiança em mim?

Aqui o senhor Tavares encarou-me estupefato e depois perguntou-me:

- Que significam essas palavras, minha querida senhora? Não a compreendo.

[...] Em troca dessa quantia exijo a liberdade do escravo fulano – haja ou não a aprovação do senhor.

Não acham isso interessante?

- Desculpe-me, senhor Tavares, - disse-lhe.

Em conclusão, apresento-lhe um cadáver, em um homem livre.

Gabriel ergue a fronte, Gabriel és livre!

O senhor Tavares cumprimentou e retrocedeu no seu fogaoso alazão, sem dúvida alguma mais furioso que um tigre (REIS, 1887, p. 176 – 177).

Maria Firmina dos Reis em suas escrituras poéticas e políticas, por meio da senhora, membro da sociedade abolicionista, ergueu a voz contra a escravidão, o racismo, o patriarcado e o machismo, no Brasil oitocentista. A senhora da sociedade abolicionista, com conhecimento da legislação, ou seja, da Lei do Ventre Livre⁵⁹, representando Gabriel negociou a alforria diretamente com o senhor Tavares. Assim, ela ergueu a voz contra a opressão daquela época.

“Erguer a voz” (HOOKS, 2019, p. 31) significa responder, retrucar, “falar como uma igual a uma figura de autoridade” (HOOKS, 2019, p. 31), atrevendo-se a discordar, a ter uma opinião. Isso se constitui em um ato de coragem, um ato de risco e ousadia, de sair do silêncio, da “submissão da mulher à autoridade patriarcal” (HOOKS, 2019, p. 32), falar e se levantar contra a opressão. Por isso, erguer a voz é um ato de coragem, resistência, uma ameaça para aqueles que exercem o poder

⁵⁹ A Lei do Ventre Livre de 1871 garantiu que os filhos de negras escravizadas nascessem livres a partir da promulgação dessa legislação. Essa lei ainda definiu e permitiu a compra de alforria de negros escravizados por meio de negociação direta com o senhor e/ou junto ao tribunal de Justiça do Brasil Imperial (ARIZA, 2021; ARIZA, 2018; PARANÁ, 2005).

opressivo. Erguer a voz é “um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos” (HOOKS, 2019, p. 32).

No contexto do Movimento Abolicionista, Maria Firmina dos Reis reafirmou seu questionamento as hierarquizações étnico-raciais, sociais e de gênero em suas escrituras, por meio da insubmissão da personagem do conto *A escrava*. Nesse conto a senhora abolicionista enfrentou e ergueu a voz ao senhor Tavares, impedindo-o de levar Gabriel, negro fugido. Aquela senhora comprou a alforria de Gabriel, concedendo a liberdade.

Maria Firmina dos Reis por meio do conto *A escrava* (1887), defendeu a insubmissão as opressões em seus escritos, posicionando-se contra a escravidão, o racismo, o patriarcado e o machismo, na sociedade oitocentista. Um conto que a elite agrária conservadora, os senhores da família patriarcal não desejavam que sua prole, as sinhazinhas fizessem a leitura e/ou reverberasse na vida social.

No Brasil, a abolição da escravização do povo negro só ocorreu em 1888, quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, sendo enaltecida como “a redentora dos negros” (SCHWARCZ, STARLING, 2018, p. 310) na narrativa tradicional da História oficial da nação brasileira. Essa abolição resultou do “desejo de livrar o país dos inconvenientes da escravidão do que de emancipar o escravo, as camadas sociais dominantes não se ocuparam do negro e da sua integração na sociedade [...]. O ex-escravo foi abandonado à sua própria sorte” (COSTA, 2010a, p. 343).

O Estado continuou se preocupando com a política de incentivo a imigração, visando à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e a promoção da política de branqueamento do povo brasileiro, pois se desejava eliminar da formação de nossa gente, negros e indígenas. Naquela época, devido às teorias raciais, ao racismo científico, a ideologia de branqueamento permeava o pensamento da elite brasileira, associando-a a ideia de modernização do país. Assim, desejava-se o branqueamento do povo, e conseqüentemente, o desaparecimento das “raças degenerativas” (SCHWARCZ, 2018; NASCIMENTO, 2017; HOFBAUER, 2006; SCHWARCZ, 1993; SKIDMORE, 1976).

Enfim, o Brasil, foi o último país das Américas a promover o fim da escravização de negros/as com a abolição, em 1888. As lutas pela liberdade teve o

protagonismo individual e coletivo do povo negro escravizado e/ou livre, desde as fugas e revoltas ao Movimento Abolicionista.

Assim, a luta pela cidadania do povo negro no Brasil é um longo caminho, desde o final do século XIX à contemporaneidade. Disso decorre o surgimento do movimento negro, do movimento de mulheres negras, o Feminismo negro, dialogando com outros movimentos sociais e populares, movimento de trabalhadores e trabalhadoras, o movimento feminista, entre outros.

Ao finalizar esse capítulo, é importante ressaltar que a abolição da escravidão, em 1888, foi inacabada. A liberdade do povo negro chegou, porém sem políticas públicas de combate ao racismo, às desigualdades sociais, raciais e de gênero, relegando negros/as a pobreza, a exclusão social, que reverberam no Brasil contemporâneo.

Por isso, desde o final do século XIX, o movimento negro tem intensificado suas ações na luta antirracista, para a desconstrução do mito da democracia racial, e por políticas públicas de combate ao racismo estrutural e cotidiano. No século XX, principalmente a partir dos anos de 1960, as mulheres negras têm tensionado o diálogo com o movimento negro e o movimento feminista para as questões interseccionais de raça, gênero e classe, lutando contra múltiplas formas de opressão, sem hierarquizá-las, tais como o colonialismo, o racismo, o capitalismo, o patriarcado, o machismo, a misoginia, entre outras opressões. Assim, o movimento de mulheres negras, ou seja, o feminismo negro tem ampliado suas ações na luta por políticas públicas para o enfrentamento as desigualdades (KILOMBA, 2019; HOOKS, 2019; COLLINS, 2019; RIBEIRO, 2018; DAVIS, 2016; CARNEIRO, 2011; GONZALEZ, 1980; NASCIMENTO, 1976).

No contexto pós-abolição, o povo negro teve e tem que travar a luta pela cidadania, pressionando o Estado brasileiro por políticas públicas efetivas de combate ao racismo, ao mito da democracia racial, a pobreza e as desigualdades existentes que assolam a vida da maioria do povo negro e mulheres negras.

Assim, em pleno século XXI, no mundo capitalista, neoliberal, em tempos de globalização, dos avanços das tecnologias de produção, informação e comunicação, em nosso país, o povo negro, as mulheres negras e a juventude negra, pobres,

favelados e periféricos, nos movimentos sociais e populares e/ou na política institucional continuam a luta por outros aquilombamentos, por outra abolição.

Desde os anos de redemocratização do Brasil, com o fim da Ditadura Militar (1964-1985), movimentos sociais, tais como negro, indígena, de mulheres negras, de trabalhadores e trabalhadoras, e populares têm intensificado sua participação na esfera da política institucional, principalmente a partir dos anos de 1980.

Benedita da Silva (PT), mulher negra, é um exemplo disso, desde 1982, há quarenta anos, segue na política institucional, lutando por políticas públicas que proporcionem o combate ao racismo estrutural e cotidiano, às desigualdades sociais, raciais e de gênero em nosso país.

No século XXI, Benedita da Silva, como deputada federal (PT-RJ), fez uma consulta aberta ao Tribunal Superior Eleitoral reivindicando a distribuição proporcional de recursos de financiamento públicos de campanha eleitoral para candidaturas negras, Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário (FP). Ela solicitou a distribuição proporcional às candidaturas de pessoas negras dos recursos financeiros e do tempo de rádio e TV nas propagandas. Isso implica que os recursos financeiros do Fundo Eleitoral e o tempo nos programas de rádio e TV sejam distribuídos de forma proporcional aos candidatos negros e as candidatas negras. O TSE aprovou essa solicitação de Benedita, entrando em vigor a partir das Eleições de 2022⁶⁰. Uma conquista na luta antirracista de Benedita da Silva, do movimento negro e de mulheres negras, com apoio de organizações, tais como Coalizão Negra por Direitos, Educafro, Instituto Marielle Franco e o Movimento Mulheres Negras Decidem (MARQUES, 2021; SILVA, 2020;).

Outras organizações da sociedade civil têm lutado em prol da ampliação de candidaturas de pessoas negras, de mulheres negras, da diversidade na política institucional, como o Instituto Marielle Franco e a Coalizão Negra Por Direitos, entre

⁶⁰ Ver a entrevista de Benedita da Silva (PT-RJ), ao programa “Palavra aberta” com o tema “Eleições 2022: verbas para candidatos negros”, dos “Programas da TV Câmara”, apresentação de Cláudia Lemos. Nessa entrevista Benedita ressaltou a relevância da decisão do TSE em aprovar o destino de recursos financeiros do Fundo eleitoral e do tempo de programas de rádio e TV de forma proporcional as candidaturas de pessoas negras. TV Câmara, 20 de agosto de 2020. Disponível no site: <<https://www.camara.leg.br/tv/687761-eleicoes-2022-verbas-para-candidatos-negros/>>

outras. Na Eleição municipal de 2020 e na Eleição de 2022, o Instituto Marielle Franco com a Agenda Marielle Franco - Edições 2020 e 2022⁶¹, e a Coalizão Negra Por Direitos com a campanha “Quilombo nos parlamentos” (2022)⁶² têm intensificado o apoio a candidaturas de pessoas comprometidas com as demandas e reivindicações do movimento negro, das mulheres negras, dos povos originários, do povo pobre, favelado e periférico, da comunidade LGBTQIA+, entre outros populares.

Com o resultado da Eleição de 2022 se constatou que tem ampliado o percentual de negros, mulheres negras, indígenas e pessoas trans eleitos, porém ainda são grupos sociais sub-representados nos espaços de poder, na política institucional. As mulheres constituem 51,8% da população brasileira. No Congresso nacional, dos 513 parlamentares eleitos, apenas 91 mulheres foram eleitas, perfazendo 17,7%. No sul do Brasil, na Eleição de 2022, Carol Dartora foi eleita a primeira mulher negra deputada federal do estado do Paraná. Na Eleição municipal de 2020, ela foi eleita a primeira mulher negra vereadora da capital, de Curitiba (TSE, 2022; SACCHET, ALVES, GRUNEICH; 2022; AMARAL, 2022).

Essa representação nos instiga a (re)pensar a História Política brasileira na perspectiva das questões de raça, gênero e classe, visando compreender como as relações étnico-raciais e de gênero foram construídas historicamente, visto que ainda os espaços de poder são de privilégios de pessoas brancas, e majoritariamente de homens brancos, da branquitude.

Por isso, os/as ativistas negros/as, nós seguimos a luta antirracista, sem hierarquizações das opressões, almejando outros aquilombamentos, outra abolição, outras abolições.

⁶¹ A Agenda Marielle Franco (2020) apresentou o jeito de fazer política de Marielle Franco, com projetos de sua atuação política quando era vereadora na Câmara Municipal do RJ (2017 - 2018) e diretrizes para inspirar e orientar o trabalho de pessoas candidatas, comprometidas com esta agenda. Agenda Marielle Franco está disponível em: <<https://www.agendamarielle.com/agenda-2020>> A Agenda Marielle Franco (2022) está disponível em: <<https://www.agendamarielle.com/>>

⁶² Na Eleição de 2022, a organização Coalizão Negra Por Direitos lançou a campanha “Quilombo nos parlamentos”, uma iniciativa que reuniu mais de 100 lideranças negras comprometidas com a luta antirracista e dos partidos políticos: PT, PSOL, PCdoB, PSB, PDT e Rede. Visou-se ampliar a representatividade de negros na política institucional. Outras informações sobre essa iniciativa da Coalizão Negra Por Direitos estão disponíveis em: <<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/06/04/quilombo-nos-parlamentos/>>.

Essa outra abolição, essas outras abolições estão associadas às lutas por políticas públicas que combatam de forma efetiva o racismo estrutural e cotidiano, a pobreza, as desigualdades raciais, sociais e de gênero, o patriarcado, o machismo, a misoginia, o racismo religioso em relação às religiões de matriz africana e afro-brasileira, a necropolítica, a violência de gênero na política, entre outros problemas existentes na sociedade brasileira.

Enfim, o povo negro, as mulheres negras, pobres, favelados e periféricos ainda seguem a luta antirracista, feminista, anticlassista e em Direitos Humanos, reivindicando justiça por Marielle e Anderson, Evaldo, Agatha, João Pedro, Miguel, João Alberto, Kathlen, Moïse, Durval, Genivaldo, entre outros que tombaram por conta do racismo, das práticas de violência racial, da necropolítica. Pois, vidas negras importam, a abolição do cativeiro social importa!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

EMPRETECER, ENEGRECER A HISTÓRIA POLÍTICA: POR OUTROS AQUILOMBAMENTOS, OUTRAS ABOLIÇÕES

Mocambo de crioulo sou eu, sou eu
Tenho a raça que a mordança não calou
Ergui o meu castelo dos pilares de cabana
Dinastia Beija-Flor [...]

A nobreza da corte é de ébano
Tem o mesmo sangue que o seu
Ergue o punho, exige igualdade
Traz de volta o que a História escondeu

Foi-se o açoite e a chibata sucumbiu
Mas você não reconhece o que o negro construiu
Foi-se ao açoite e a chibata sucumbiu
E o meu povo ainda chora pelas balas de fuzil

Quem é sempre revistado é refém da acusação
O racismo mascarado pela falsa abolição
Por um novo nascimento, um levante, um compromisso
Retirando o pensamento da entrada de serviço

Versos para cruz, Conceição no altar
Canindé, Jesus, oh, Clara!
Nossa gente preta tem feitiço na palavra
Do Brasil acorrentado ao Brasil que não se cala [...]

EmpretecER o Pensamento É Ouvir a Voz da Beija-Flor
Carnaval carioca, Beija-Flor de Nilópolis 2022

Em 2022, no ano de bicentenário da Independência do Brasil (1822-2022), de nascimento da escritora negra Maria Firmina dos Reis (1822-2022), do centenário da Semana de Arte Moderna (1922-2022), no carnaval carioca, a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis com o enredo e samba-enredo “EmpretecER o Pensamento É Ouvir a Voz da Beija-Flor” celebrou na Sapucaí a História negra, homenageando escritoras negras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição

Evaristo, Djamila Ribeiro, o feminismo negro, e também denunciou a realidade do povo negro no Brasil pós-abolição como o racismo, a violência racial e policial de agentes de segurança do Estado, a necropolítica, entre outros problemas sociais, questionando as narrativas coloniais da História do Brasil que historicamente invisibilizaram a História da África, a realeza negra. Por isso, o povo negro e do samba seguiu cantando: “Quem é sempre revistado é refém da acusação/ O racismo mascarado pela falsa abolição/ Por um novo nascimento, um levante, um compromisso/ Retirando o pensamento da entrada de serviço” (BEIJA-FLOR, 2022, s.p.).

Assim, a Beija-Flor de Nilópolis com samba denunciou a falsa abolição no Brasil, já que o povo negro, as mulheres negras ainda são alvos do racismo, sendo a maioria pobre e vivência as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Porém, também se enalteceu a História negra, a resistência e o protagonismo negro como de escritoras e intelectuais negras. Dessa forma, valorizou-se o pensamento negro, ou seja, as epistemologias negras, os conhecimentos e saberes produzidos por nossa gente. Uma perspectiva decolonial com samba e a Arte carnavalesca, propalando narrativas anticoloniais, enegrecendo e empretecendo a História do Brasil.

Nessa pesquisa, com base no aporte teórico da Nova História Política, das epistemologias do Sul, especificamente das epistemologias negras, ao dialogar com a historiografia, analisou-se a opinião pública acerca dos/as abolicionistas negros/as Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio nos vídeos de divulgação científica dos Canais de Hewerton Souza e Lili Schwarcz, e do Projeto pedagógico “A cor da cultura”, primordialmente os programas “Heróis de todo mundo”, ambos disponíveis no *Youtube*.

Nos audiovisuais, no processo de formação da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as, as narrativas biográficas deram visibilidade ao protagonismo das insurgências negras individuais e coletivas em prol da abolição da escravidão, no Brasil independente que sofreu mudanças significativas no contexto geográfico, histórico e literário.

Assim, no Brasil contemporâneo, principalmente após a aprovação das Leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, no contexto de disputas de narrativas e políticas de memória da História negra, no processo de formação da opinião pública se ampliou a preocupação com a descolonização da História do Brasil.

Neste sentido, as narrativas anticoloniais difundidas nos vídeos de divulgação científica elucidam o entendimento das lutas do povo negro e das mulheres negras em nosso país, e também a desconstrução de estereótipos sobre estes. Pois, historicamente, os homens negros foram e continuam sendo associados à malandragem, a vadiagem e ao ladrão. Enquanto às mulheres negras foram e ainda são associadas e representadas majoritariamente a “empregada doméstica”, a “mãe preta” e/ou a “mulata - produto exportação”, ocorrendo a objetificação dos corpos femininos negros

As narrativas biográficas e a opinião pública propaladas a partir dos audiovisuais deram visibilidade às insubmissões individuais e coletivas negras, desde os trabalhadores negros como os jangadeiros liderados por Dragão do Mar, a intelectualidade negra, no Brasil que passou por mudanças decisivas e históricas.

As trajetórias de vida, ou seja, as biografias de Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio possibilitaram (re)pensar as práticas políticas em prol da liberdade do povo negro em diferentes contextos no âmbito da Educação, do Direito, do jornalismo, do Movimento Abolicionista, da organização de trabalhadores, da política institucional - no Parlamento Imperial, entre outros espaços.

Nesse estudo, na medida em que foram apresentadas as histórias de vida dos/as abolicionistas negros/as, houve a preocupação em dialogar sobre questões atinentes a raça, gênero e classe.

Ao estudar a trajetória de vida, ou seja, a biografia da escritora negra Maria Firmina dos Reis (1822 - 1917), privilegiou-se a análise de três obras *Úrsula* (1859), seis poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864 - 1870) de *Cantos à beira-mar* (1871) e o conto *A escrava* (1887). Os escritos poéticos e políticos firminiano foram analisados com base nas

epistemologias negras, ressaltando o conceito de escrevivência, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, referência no campo da literatura negra.

Para Conceição Evaristo, escrever é um ato político e de resistência. Escrevivência está associada à escrita e a vivência do povo negro e das mulheres negras no Brasil, no contexto da diáspora africana.

Sendo assim, a análise das escrevivências de Maria Firmina dos Reis nos instigara a (re)pensar as vivências de africanos e seus descendentes no Brasil, do povo negro e das mulheres negras no contexto da diáspora africana, na sociedade oitocentista, escravocrata, patriarcal, racista e machista.

Maria Firmina dos Reis, professora, jornalista e escritora, com suas escrevivências poéticas e políticas defendeu a abolição da escravidão no Brasil e como professora fundou uma escola mista em Maçaricó, lugarejo da vila de Guimarães, no Maranhão, propondo uma escola onde todos pudessem estudar, meninas e meninos, negros e brancos, escravizados e/ou livres, pobres e/ou filhos de fazendeiros. Isso escandalizou a sociedade oitocentista, obrigando Maria Firmina a fechar a escola mista.

Dessa forma, ela foi precursora tanto na defesa da abolição da escravidão do povo negro, praticamente 29 anos antes da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. E também, com a criação dessa escola mista, Maria Firmina foi pioneira na defesa de uma Educação para todos, da escola pública na perspectiva democrática, antirracista, anti-sexista e anticlassista, antecedendo os intelectuais do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932).

Maria Firmina dos Reis no romance *Úrsula* (1859), publicado com o pseudônimo “Uma maranhense”, condenou a escravização de negros/as e fez a defesa da abolição, problematizando as condições de vida do povo negro, desde as condições da travessia do oceano Atlântico - o tráfico negreiro ao trabalho compulsório no Brasil, a negação da vivência da maternidade às mulheres negras.

Ela nesse romance também denunciou a violência de gênero na sociedade oitocentista, como o assédio do tio de Úrsula, que a impediu de viver o amor com

Tancredo, assassinando-o e aos negros escravizados que protegiam e ajudavam o casal de enamorados.

No Brasil contemporâneo, o romance *Úrsula* (1859) é considerado a primeira publicação de autoria feminina e negra. Por isso, Maria Firmina dos Reis é considerada pioneira da literatura negra.

Ela em suas escrevivências nos poemas dedicados aos Corpos Voluntários da Pátria que lutaram na Guerra do Paraguai (1864 - 1870), em *Cantos à beira-mar* (1871) saudou as pessoas ilustres da sociedade maranhense e também deu visibilidade aos negros e indígenas, asseverando que todos eram heróis da Pátria. Assim, Maria Firminina dos Reis contestou a narrativa da História da nação ancorada na Historiografia Tradicional, Positivista, cronológica e eurocêntrica.

Nesses poemas Maria Firmina dos Reis reafirmou a defesa da abolição do povo negro escravizado, propondo um projeto social para a inclusão do negro a sociedade, contemplando o acesso à Educação, a Justiça, ao amor, entre outros bens necessários a vida.

Os poemas selecionados de *Cantos à beira-mar*, relativos à presença negra nos Corpos Voluntários da Pátria, possibilitaram (re)pensar a História Política do Brasil independente, dando visibilidade a história regional, ou seja, a História do Paraná.

Ao analisar a documentação do Arquivo Público do Paraná, constatou-se que negros da Província do Paraná tiveram a liberdade concedida, desde que fossem compor os Corpos Voluntários da Pátria no combate a República do Paraguai de Francisco Solano Lopez. No Brasil, a elite que se negava a pôr fim à escravidão, de forma conveniente, concedeu a liberdade a negros para irem lutar na guerra platina, e também, para evitar que os próprios senhores, familiares e pessoas conhecidas partissem para os campos de batalha.

Em tempos belicosos, para aquela elite escravocrata e racista, as vidas negras não importavam. A Pátria, que oprimia o povo negro com a escravização, também precisou destes em tempos de guerra, para promover a defesa de seu território e combater o inimigo da Tríplice Aliança.

A documentação do Paraná provincial também deu visibilidade às insurgências negras no contexto da sociedade escravocrata, por meio de relatos de fugas de negros escravizados como Francelino, que conquistou a liberdade desde que fosse lutar na guerra platina, mas fugiu. Outras insubmissões negras foram relatadas, tais como de negras escravizadas que envenenaram seu senhor, levando-o a óbito, e do negro escravizado que assassinou seu senhor e foi condenado à pena de morte.

Considerando a História do Paraná, que a presença negra no sul do Brasil é datada desde o século XVII, pode-se afirmar que mãos negras com outros povos como indígenas, europeus e imigrantes construíram o atual estado, tendo negros que chegaram a lutar na Guerra do Paraguai (1864 – 1870), defendendo o Brasil e representando a Província do Paraná neste conflito bélico.

Assim, pode-se afirmar que as escrevivências poéticas e políticas de Maria Firmina dos Reis em poemas de *Cantos à beira-mar* (1871) e a documentação do Arquivo Público do Paraná referentes aos Corpos Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai possibilitaram (re)pensar a História negra, a política externa e interna do Brasil Império, vislumbrando-se a História do Paraná provincial. Isso também favoreceu a contestação das narrativas coloniais da História do Brasil como o discurso de um Paraná “branco”.

Quanto ao conto *A Escrava* (1887), Maria Firmina dos Reis, em suas escrevivências poéticas e políticas seguiram-se a defesa da abolição da escravidão, denunciando as mazelas do trabalho compulsório, tais como a reescravização de negros que já eram libertos, cartas de alforrias falsas (fraudadas), as punições aos/as negros/as que realizavam fugas do cativeiro, a vendas de crianças, filhos de mulheres negras escravizadas, a negação da vivência da maternidade às mulheres negras, práticas desumanas que desrespeitavam os laços familiares de negros.

Nesse conto, também chamou atenção o ativismo da senhora da sociedade abolicionista que enfrentou o senhor Tavares, ergueu a voz e negociou diretamente com ele a alforria de Gabriel, representando-o e utilizando o dispositivo legal do Brasil Império, ou seja, a Lei do Ventre Livre (1871). A Lei do Ventre Livre definiu que a partir dessa legislação os/as filhos/as de negras escravizadas estariam livres.

Além disso, os/as negros/as que tivessem um pecúlio poderiam negociar a carta de alforria diretamente com seu senhor e/ou reivindicar isso junto à Justiça do Brasil Imperial.

Nas escrituragens poéticas e políticas firminiana os personagens negros foram descritos como seres humanos, e não como meras “mercadorias”. Dessa maneira, as narrativas de Maria Firmina dos Reis destoavam do racismo daquela época.

No Brasil, essa escritora negra e suas obras permaneceram décadas esquecidas, sendo redescobertas nos anos de 1970, principalmente a partir das pesquisas e estudos de intelectuais como José do Nascimento Morais Filho e Horácio Almeida.

Nas duas últimas décadas do século XXI, a biografia de Maria Firmina e suas obras têm tido maior visibilidade após a aprovação das Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008, por conta de ativistas e intelectuais negros/as, e editoras como a Malê e Djamila Ribeiro coordenadora da Coleção Feminismos Plurais, entre outros/as, que têm publicado escritores/as negros/as, diante da demanda do mercado editorial, ou seja, da comunidade negra, dos/as que apreciam a literatura negra e cada vez mais querem conhecer intelectuais negros/as, as epistemologias negras.

Após 200 anos de nascimento de Maria Firmina dos Reis (1822 - 2022), ainda precisamos ler mais essa mulher negra abolicionista, visto que no Brasil contemporâneo, ainda vários estudantes saem da escola e/ou se formam nas universidades sem conhecerem sua biografia e/ou terem lido suas obras.

Dessa maneira, é relevante o estudo da biografia de Maria Firmina dos Reis, analisando os vídeos de divulgação científica dos canais de Hewerton Souza e Lili Schwarcz disponíveis no *Youtube*, as obras firminiana e a pintura - a tela “Maria Firmina dos Reis” (2020/2021) do artista plástico Vimarense Luzinei Araújo, na perspectiva histórica, estabelecendo relações entre a historiografia e a literatura afro-brasileira, a fim de compreender a História negra e a História Política do Brasil, em diversos contextos históricos.

O estudo de outros abolicionistas negros/as, tais como de Luiz Gama, Francisco José do Nascimento - o Dragão do Mar, Chiquinha Gonzaga, André Rebouças e José do Patrocínio nos permite problematizar a realidade do povo negro, das mulheres e de seus papéis sociais de acordo com a origem étnico-racial, das mulheres negras, do racismo, do patriarcado e do machismo, no Brasil que começou a definir a sua identidade.

Luiz Gama (1830 - 1882) era conhecedor do Direito e da legislação do Império, principalmente da proibição do tráfico negreiro em 1831 e 1850, lutou pela liberdade de africanos/as que foram trazidos à força para o Brasil, devido à importação ilegal, ou seja, o contrabando, a continuidade do tráfico negreiro. Diante dessa realidade, Luiz Gama recorreu junto à Justiça e conquistou cartas de alforria para mais de 500 negros escravizados. Ele ficou conhecido como o rábula de negros escravizados.

Naquela sociedade escravocrata e racista, Luiz Gama, abolicionista e republicano, afirmava que os/as negros/as escravizados/as que assassinavam seus senhores, matavam em legítima defesa. Assim, por conta de sua contundente defesa do povo negro escravizado e seus escritos em prol da liberdade, e a atuação junto aos tribunais, a Justiça do Brasil Império, ele recebeu várias ameaças de morte, mas os populares o defendiam.

Ele não viveu para ver a abolição da escravidão, mas quando faleceu, o cortejo fúnebre teve centenas de pessoas que o admiravam por conta de seu ativismo em prol da causa abolicionista, a maioria negros.

No Brasil contemporâneo, Luiz Gama é um dos grandes exemplos de protagonismo negro na luta pela liberdade na História do Brasil, ele foi agraciado com uma homenagem póstuma, o título de Doutor *Honoris causa*, em 2021, pela Universidade de São Paulo (USP).

Recentemente, a história desse abolicionista foi representada no cinema, no filme “Doutor Gama” (2021), de direção de Jeferson De. Assim, as novas gerações podem conhecer mais a biografia de Luiz Gama e suas lutas, as quais nos inspiram em outras lutas antirracistas.

No Ceará, outro abolicionista negro fez história, Francisco José do Nascimento (1839 - 1914), também conhecido como Chico da Matilde e Dragão do Mar. Em 1881, ele liderou outros trabalhadores jangadeiros, eclodindo a Revolta dos Jangadeiros, fechando o porto de Fortaleza a fim de coibir o tráfico interprovincial de negros. Esses jangadeiros também eram contra a reescravização de negros no Brasil.

Assim, no Nordeste, principalmente após a Revolta dos Jangadeiros (1881), liderada por Dragão do Mar, a campanha abolicionista se intensificou, chegando o debate a esfera política, ou seja, ao Parlamento. Isso fez com que o governo da Província do Ceará decretasse a abolição da escravidão, em 1884, quatro anos da assinatura da Lei Áurea.

No Brasil contemporâneo, a trajetória de vida de Dragão do Mar está se espalhando pelo mundo, pois o livro de literatura infanto-juvenil *O Dragão do mar* (2020), de autoria da escritora negra brasileira Sonia Rosa, que narra a biografia desse jangadeiro abolicionista no Ceará, foi selecionado para compor o Clube de Leitura de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), categoria n. 16 “Paz, Justiça e instituições eficazes”. O Clube de Leitura da ODS - ONU foi lançado em 2019. Um projeto que já está em curso na Noruega, Indonésia e África, e a toda comunidade dos países da lusofonia.

Outra mulher negra abolicionista foi Chiquinha Gonzaga (1847 - 1935), a trajetória de vida dela no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos possibilita também problematizar questões de raça, gênero e classe, como o enfrentamento ao racismo, ao patriarcado, aos papéis sociais relegados às mulheres, os padrões morais e o machismo dos oitocentos.

Ela foi musicista, instrumentista, maestrina, compositora e professora, difundindo o amor ao piano e a liberdade. Chiquinha Gonzaga fez a defesa da liberdade do povo negro e das mulheres visto que não se submeteu ao patriarcado, separou-se, viveu seus amores e conviveu com rapaz mais jovem, seguiu a vida transgredindo os padrões morais predominantes naquela época. Ela com seu trabalho garantiu o próprio sustento e reservava dinheiro para a compra de alforrias de negros escravizados.

Imagine o que Chiquinha Gonzaga vivenciou, por ser uma mulher separada no século XIX? Já que o divórcio no Brasil só foi aprovado no século XX, em 1977, e mesmo assim, as mulheres separadas ainda são alvos de preconceito e discriminação.

Outro abolicionista negro, André Rebouças (1838 - 1898), engenheiro que com seu irmão Antônio Rebouças projetaram obras públicas para a modernização do Brasil Império. As histórias de vida desses irmãos nos permitem também expor a formação de uma intelectualidade negra na área de Engenharia, em uma época onde predominavam as teorias raciais que concebiam os povos não-brancos como “inferiores”, “selvagens”, carentes de “civilização”.

André Rebouças defendia a monarquia e chegou a lutar na Guerra do Paraguai (1864 - 1870), ao regressar ao Brasil, continuou fazendo a defesa tanto da Monarquia como da abolição da escravidão. Para ele, a liberdade do povo negro devia ser acompanhada do acesso à terra, ou seja, um projeto social de abolição com “reforma agrária”. Essas ideias destoavam dos interesses da elite escravocrata e racista daquela época.

Por fim, o abolicionista negro José do Patrocínio (1853 - 1905), formado em Farmácia, jornalista, escritor e com domínio da oratória, ele se inseriu do debate público e no Parlamento imperial em prol da abolição da escravidão. Um homem letrado que não sucumbiu diante do racismo, um dos ícones do Movimento Abolicionista.

Ele e André Rebouças fundaram a Confederação Abolicionista (1883), fazendo a defesa da abolição da escravidão e prestando auxílio à manutenção do quilombo Leblon, as fugas e insubmissões do povo negro escravizado. Porém, eles divergiam quanto ao sistema de governo, André Rebouças defendia a Monarquia, enquanto José do Patrocínio fazia a defesa do advento da República.

Enfim, o estudo das trajetórias de vida dos/as abolicionistas negros/as e a análise da opinião pública difundida nos audiovisuais dos canais de Hewerton Souza e Lili Schwarcz, e do Projeto Pedagógico “A cor da cultura” (2004), especificamente os programas de “Heróis de Todo Mundo”, ambos disponíveis no *Youtube*, abriram e abrem caminhos para se (re)pensar a História negra, as singularidades das histórias

de vida, ou seja, das biografias, a História Política do Brasil oitocentista, problematizando as questões de raça, gênero e classe, sem a hierarquização das opressões, tais como o racismo, o patriarcado, o machismo, a pobreza, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, entre outras.

No processo de formação da opinião pública sobre os/as abolicionistas negros/as a partir dos vídeos de divulgação científica se constatou a recorrência na difusão de narrativas anticoloniais da História negra, contrapondo-se a História Política Tradicional, Positivista e cronológica, ancorada no paradigma ocidental e eurocêntrico.

O estudo das biografias de mulheres negras como Maria Firmina dos Reis e Chiquinha Gonzaga, e de homens negros como Luiz Gama, Dragão do Mar, André Rebouças e José do Patrocínio, nos possibilitou compreender como os/as abolicionistas buscaram dar “respostas” aos dilemas, problemas e lutas vivenciados na sociedade oitocentista, e transformar suas próprias vidas, e da coletividade, o povo negro escravizado. Essas histórias nos inspiram a seguir nossa vida e a luta antirracista, no Brasil contemporâneo.

Neste sentido, eu finalizo esse trabalho após o 2º turno das Eleições 2022 e consagração de Luís Inácio Lula da Silva (PT) como presidente da República, com esperança democrática no aquilombamento nos parlamentos, vislumbrando-se o enegrecer e empretecer do pensamento e da História Política, rumo a (re)construção de nosso país, com políticas públicas efetivas que possibilitem ao povo negro, às mulheres negras, ao povo pobre, favelado e periférico outra abolição, outras abolições.

Um Brasil melhor para todas as pessoas, mais democrático, com mais Educação, amor e respeito, menos ódio e armas. Enfim, um país menos desigual, racista, machista e classista.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. Campanha pretende arrecadar 2 milhões de cestas básicas. Pesquisa da CUFA mostra que piorou alimentação em comunidades carentes. Agência Brasil RJ, 06 abr. 2021. Disponível no site:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/campanha-pretende-arrecadar-2-milhoes-de-cestas-basicas>> Acesso em: 15 out. 2022

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da História única**. Trad. Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADLER, Dilercy Aragão. A mulher Maria Firmina dos Reis: uma maranhense. In: DUARTE, Constância Lima. TOLENTINO, Luana. BARBOSA, Maria Lúcia. COELHO, Maria do Socorro Vieira (orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 81 - 101.

ADLER, Dilercy Aragão. **Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor**. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

AFRO/Cebrap. Nota do Afro sobre a nomeação do presidente da Fundação Palmares (2019). Disponível no site: Acesso em: 15 out. 2022

AGÊNCIA ESTADO. Deputados que quebraram placa de Marielle são alvo de protesto em escola. Correio Braziliense, 12 de outubro de 2019. Disponível no site:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/12/interna_politica,797003/deputados-que-quebraram-placa-de-marielle-sao-alvo-de-protesto-em-esco.shtml> Acesso em: 15 out. 2022

AGÊNCIA SENADO. Auxílio emergencial: governo sanciona com vetos ampliação de beneficiários. Disponível no site:<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/15/auxilio-emergencial-governo-sanciona-com-vetos-ampliacao-de-beneficiarios>> Acesso em: 16 maio 2020

AGÊNCIAS. Estátua de Marielle Franco é inaugurada no local onde ela fazia discursos do Rio. O tempo, 27 de julho de 2022. Disponível no site:<<https://www.otempo.com.br/brasil/estatua-de-marielle-franco-e-inaugurada-no-local-onde-ela-fazia-discursos-no-rio-1.2706667>> Acesso em: 15 out. 2022

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Movimentos sociais abolicionistas. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 328 - 333.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. África, números do tráfico Atlântico. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 57 - 63.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, Talita. Eleições 2022. Disponível no site:<
<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/>> Acesso em: 29 nov. 2022

ANTONIO, Juliano Desiderato. NAVARRO, Pedro (org.). **O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e análise textual e discursiva**. Maringá: EDUEM, 2009.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. Fim do tráfico. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 230 - 236.

ARIZA, Marília B. A. Crianças/ventre livre. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 169 - 175.

ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870 - 1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T. BRITO, Luciana da Cruz. VIANA, Iamara da Silva. GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2021. p. 19 - 40.

ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da Lei do Ventre Livre (1870 - 1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T. BRITO, Luciana da Cruz. VIANA, Iamara da Silva. GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Ventres livres? Gênero, maternidade e legislação**. São Paulo: Editora UNESP, 2021. p. 19 - 40.

ARRAES, Jarid. Maria Felipa. In: **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017. p. 97 - 103.

ARRAES, Jarid. Marina Firmina dos Reis. In: **Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017. p. 107 - 113.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Formação da população paranaense**. Curitiba. 1969.

BANDEIRA, Muniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)**. 4. Ed. .rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: UCPA - União Coletivos Pan-Africanistas. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em dias de destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26 - 39.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185 - 211.

BEIJA-FLOR DE NILÓPOLIS. Enredo e samba-enredo “Empretecendo o pensamento é ouvir a voz da Beija-Flor”. Disponível no site:< <https://www.letras.mus.br/beija-flor-rj/samba-enredo-2022-empretecendo-o-pensamento-e-ouvir-a-voz-da-beija-flor/>> Acesso em: 29 nov. 2022

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografias. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERTOLINI, Dennis. Covid-19. Disponível no site:< <http://www.sbac.org.br/blog/2020/04/06/covid-19/>> Acesso em: 14 maio 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOEHM, Camila. Após 133 anos de sua morte, Luiz Gama recebe título de advogado. Agência Brasil, 04 nov. 2015. Disponível no site:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/apos-133-anos-de-sua-morte-luiz-gama-recebe-titulo-de-advogado>> Acesso em: 06 maio 2021

BRANDÃO, Jeruse Maria (coord.). **A África está em nós: história e cultura afrobrasileira - Africanidades catarinenses**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2009.

BRASIL DE FATO. Redação. USP concede título de doutor “honoris causa” póstumo a Luiz Gama. Disponível no site:< <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/usp-concede-titulo-de-doutor-honoris-causa-postumo-a-luiz-gama>> Acesso em: 02 jul. 2021

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília – DF, 1988.

BRASIL. Lei n. 10.639/2003 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino de nosso país, com inclusão do dia “20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar, e a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

BRASIL. Lei n. 11.635/2007, que instituiu o “21 de janeiro como Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa”.

BRASIL. Lei n. 11.645/2008 que tornou obrigatório o ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena, alterando a Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

BRASIL. Lei n. 12.711/2012, que definiu cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. ;

BRASIL. Lei n. 12.987, de 02 de junho de 2014, a instituição da data “25 de julho” como “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Lei n. 12.987/2014, que instituiu o dia “25 de julho - Dia Nacional da Mulher Negra e Tereza de Benguela”, entre outras políticas públicas.

BRASIL. Lei n. 12.990, de 09 de junho de 2014, o estabelecimento de Cotas Raciais com reserva 20% das vagas para negros em concursos públicos. Brasília, DF: 2014.

BRASIL. Lei n. 12.990/2014, que estabeleceu a reserva de 20% das vagas ofertadas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mistas controladas pela união.

BURKE, Peter. *Historias y memorias: un enfoque comparativo*, ISEGORIA, Revista de Filosofia Moral y Política, n. 45, jul./dez. 2011, p. 489 - 499.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Luiz Gama. In: DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 127 - 142.

CARNEIRO Jr. Renato Augusto (coord.) Congada. In: CARNEIRO Jr. Renato Augusto (coord.) **Festas populares do Paraná**. Curitiba: Governo do Paraná – Secretaria de Estado da Cultura, 2005. (Cadernos Paraná da Gente; 2) p. 31.

CARNEIRO, David. **O Paraná na Guerra do Paraguai**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber)

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida: Sueli Carneiro**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CASEFF, Gabriela. Instituto de Djamilia Ribeiro oferece educação antirracista e acolhe mulheres. Folha de S. Paulo, 27 de dezembro de 2022. Disponível no site:<<https://www1.folha.uol.com.br/folha-social-mais/2022/12/instituto-de-djamila-ribeiro-oferece-educacao-antirracista-e-acolhe-mulheres.shtml>> Acesso em: 30 dez. 2022

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da violência 2021**. SP: FBSP, 2021.

CHIAVENATTO, Júlio José. **A Guerra do Paraguai**. São Paulo: Editora Ática, 1987.

CHIAVENATTO, Júlio José. **Genocídio americano: a Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. Campanha “Quilombo nos parlamentos” – Eleição 2022. Disponível no site:<<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/2022/06/04/quilombo-nos-parlamentos/>>. Acesso em: 29 nov. 2022

COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS. Movimento negro pelo impeachment. Coalizão Negra por Direitos protocolo de pedido de impedimento contra o presidente Jair Bolsonaro, 12 de agosto de 2020. Disponível no site:<<https://coalizaonegrapordireitos.org.br/impeachmentbolsonaro/>> Acesso em: 15 out. 2022

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONGRESSO EM FOCO. Reportagem “A íntegra do manifesto contra as cotas raciais”, 04 de julho de 2006. disponível no site:<<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>> acesso em: 05 maio 2022

CONTRAFUCUT. Em decisão racista, Renato Freitas é cassado pela segunda vez. CONTRAFUCUT, 08 ago. 2022. Disponível no site:<<https://contrafucut.com.br/noticias/em-decisao-racista-renato-freitas-e-cassado-pela-segunda-vez/>> Acesso em: 15 out. 2022

CONTRAFUCUT. Justiça cancela cassação de Renato Freitas. CONTRAFUCUT, 05 jul. 2022. Disponível no site:<<https://contrafucut.com.br/noticias/justica-cancela-cassacao-de-renato-freitas/>> Acesso em: 15 out. 2022

CORONATO, Daniel Rei. O Brasil e o subsistema platino: os antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança. **Diálogos**, Maringá-PR, Brasil, v. 4, n. 3, p. 6-24, set./dez. 2020

CORREIA, Janaína dos Santos. **O uso de fontes em sala de aula: a obra de Maria Firmina dos Reis (1859) como mediadora no estudo da escravidão negra no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE. BBC NEWS. BBC News Mundo, 21 de dezembro de 2020. Como 3 mulheres criaram o movimento *Black Lives Matter* com uma *hashtag*. Disponível no site:<<https://www.correio braziliense.com.br/mundo/2020/12/4896238-como-3-mulheres-criaram-o-movimento-black-lives-matter-com-uma-hashtag.html>> Acesso em: 18 dez. 2022

COSTA, Luiz Antônio. Milton Gonçalves, ícone da TV brasileira, morre aos 88 anos. G1, Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022. Disponível no site:<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/30/milton-goncalves-morre-no-rio.ghtml>> Acesso em: 30 dez. 2022

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia e República: momentos decisivos**. 9. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010a.

CRUZ, Cassius Marcelus. CRUZ, Isabela da. África, teu povo se levanta! Insurgência quilombola no Paraná. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais - séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo - RS, 2018. p. 65 - 78.

CRUZ, Cintia. Rede de professores contra o racismo já reúne 3.500 mestres que debatem o tema nas escolas. Disponível no site:<<https://www.geledes.org.br/rede-de-professores-contra-o-racismo-ja-reune-3-500-mestres-que-debatem-o-tema-nas-escolas/>> Acesso em: 28 out. 2022

DANGUI, Aron Magno. **A batalha do Ivaí: rotas de conflitos e a situação econômica que se infere a partir da economia de guerra**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais. Mestrado em História. Universidade Estadual de Maringá - UEM, 2016. 186 f.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEVUKSKI, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais/ Coordenação de Djamila Ribeiro)

DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga: uma história de vida**. Nova edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

DOCA, Geralda. Auxílio emergencial volta a ser pago em 2021. Veja o calendário e tire suas dúvidas. Disponível no site:< <https://oglobo.globo.com/economia/auxilio-emergencial-volta-ser-pago-em-2021-veja-calendario-tire-suas-duvidas-24956728>> Acesso em: 20 maio 2021.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (coord.). **Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014. p. 54 - 58.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. v. 2, Tomo I - O comando de Osório. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

ERMANN, Márcia. Beatriz Nascimento é doutora honoris causa in memoriam pela UFRJ. UFPR, 29 out. 2021 Disponível no site:<<https://ct.ufrj.br/beatriz-nascimento-e-doutora-honoris-causa-in-memoriampela-ufrj/>> Acesso em: 15 out. 2022

ESTADÃO CONTEÚDO. Manifestantes pedem saída de Bolsonaro e mais vacinas em todo o país. Estadão Conteúdo, 19 jun. 2021. Disponível no site:<https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/06/19/interna_politica,1278427/manifestantes-pedem-saida-de-bolsonaro-e-mais-vacinas-em-todo-o-pais.shtml> Acesso em: 15 out. 2022

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. Depoimento. In: DUARTE, Eduardo de Assis. FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). **Literatura afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. v. 4. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 103 - 107. (Humanitas)

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade, **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17 – 31, 2º sem. 2009

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. PUC-RJ, 1996.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro, Malê, 2017.

FACHINI, Talita. Agenda 2030: Clube de Leitura da ONU divulga obras brasileiras selecionadas. Publishnews, 10 jun. 2021. Disponível no site:<<https://www.publishnews.com.br/materias/2021/06/10/agenda-2030-club-de-leitura-da-onu-divulga-obras-brasileiras-selecionadas>> Acesso em: 24 jun. 2021

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Editora Campus, 1997. p. 61-89.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (org.) **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: Ed. UERF, 2007. p. 61 - 65.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Curitiba, Lítero-Técnica, 1971.

FERRAZ, Iléa. O cheiro da feijoada. Buala, 23 nov. 2010. Disponível no site: <<https://www.buala.org/pt/palcos/o-cheiro-da-feijoada>> Acesso em: 02 jul. 2021

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

FERREIRA, Ligia Fonseca (org.). **Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2020.

FERREIRA, Maristela da Silva. SOBRINHO, Antonio Ferreira. Heróis e mártires do Brasil: 150 anos do fim da Guerra do Paraguai. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, v. 19, n.2, p. 96 -116, mai./ago. 2020

FERREIRA, Yuri. Com 50 mil óbitos, coronavírus matou mais no Brasil que a Guerra do Paraguai; país vizinho tem 13 mortes. **Hypeness**, 22 de junho de 2020. Disponível no site:< <https://www.hypeness.com.br/2020/06/com-50-mil-obitos-coronavirus-matou-mais-no-brasil-que-guerra-do-paraguai-pais-vizinho-tem-13-mortes/> > Acesso em: 15 out. 2022

FILME. “Doutor Gama”, de direção de Jeferson De, lançamento em 29 jul. 2021. Disponível no site: <<https://globofilmes.globo.com/filme/doutor-gama/>> Acesso em: 02 jul. 2021

FOLLADOR, Kellen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: um herança ocidental. **Revista Fato & Versões**, n.2, v.1, p. 3-16, 2009. Disponível no site:<www.catolicaonline.com.br/fatoeversoes> Acesso em: 02 jun. 2021

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FRAGA, Nilson César (org.). **Territórios paranaenses**. Florianópolis: Editora Insular, 2011.

FRANCHETTI, Claudinea Justino. AMARO, Hudson. O ensino de História através de pinturas. In: AMARO, Hudson. RODRIGUES, Isabel Cristina (orgs.). **História: metodologia do ensino**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 111 - 119.

FRANCISCO, Paulo Sérgio. Frente Negra Brasileira: política, cultura e Educação. In: COSTA, Luciano Gonçalves (org.). **História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática de Educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 159 - 184.

FRANCO, Anielle. **Minha irmã e eu: diário, memórias e conversas sobre Marielle**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

FRANCO NETO, Fernando. Senhores e escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850/1880). Guarapuava: Unicentro, 2011.

G1 GLOBO. Bolsonaro concede perdão a Daniel Silveira e provoca crise com STF. G1 Globo, 21 de abril de 2022. Disponível no site: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/04/21/bolsonaro-concede-perdao-a-daniel-silveira-e-provoca-crise-com-stf.ghtml>> Acesso em: 15 out. 2022

G1. Após decisão da Justiça, governo suspende nomeação do presidente da Fundação Palmares (2019). Disponível no site: Acesso em: 15 out. 2022

GALVANI, Giovanna . Defensoria recorre de nomeação de Sérgio Camargo na Fundação Palmares. Carta Capital, 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/defensoria-recorre-denomeacao-de-sergio-camargo-na-fundacao-palmares/>> Acesso em: 15 out. 2022

GOMES Jr., SILVA, Geraldo Luiz da. COSTA, Paulo Afonso Bracarense (orgs.). **Paraná negro**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008.

GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilian. (orgs.). Luiz Gama. In: **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 339 - 342.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilian. (orgs.). Francisco José do Nascimento. In: **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 222 - 223.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilian. (orgs.). Chiquinha Gonzaga. In: **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 124 - 125.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilian. (orgs.). André Rebouças. In: **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 51 - 53.

GOMES, Flávio dos Santos. LAURIANO, Jaime. SCHWARCZ, Lilian. (orgs.). José do Patrocínio. In: **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p.312 - 315.

GOMES, Flávio dos Santos. MACHADO, Maria Helena P. T. Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX). In: REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). **Revoltas escravas no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 588 - 645.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Juliana. USP homenageia Luiz Gama 167 anos após impedi-lo de frequentar aulas de direito. Disponível no site: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/usp-concede-titulo-de-doutor-honoris-causa-postumo-a-luiz-gama>> Acesso em: 02 jul. 2021

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e Educação. In: FÁVERO, Osmar. IRELAND, Timothy Denis (orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2005. p. 179 - 226.

GONÇALVES, Patrícia. 17 mulheres negras brasileira que lutaram contra escravidão. Geledés, 10 jul. 2017. Disponível no site: <<https://www.geledes.org.br/17-mulheres-negras-brasileiras-que-lutaram->

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica (1981). In: UCPA- UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 34 - 53.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras (1980). In: UCPA- UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 369 - 379.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **População escrava da Província do Paraná**, a partir das listas de classificação para emancipação. 1873-1886. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Paraná, 1974.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. Dois de Julho: Festas de Caboclo e Cabocla e a Guerra de Independência na Bahia, Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, **Em Tempo de Histórias**, Brasília-DF, n. 40, p. 207-219, jan./jun. 2022. <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/43986/34529>

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História**. 13 rev. ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUTIERREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **Revista de História**, v. 25, n.1, p. 110 - 122, 2006.

GURAN, Milton. **Agudás: os “brasileiros” no Benim**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HADDAD, Naief. Coronavírus matou tantos brasileiros quanto a Guerra do Paraguai. **Folha de São Paulo - UOL**, 20 de junho de 2020. Disponível no site:< <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/coronavirus-matou-tantos-brasileiros-quanto-a-guerra-do-paraguai.shtml>> Acesso em: 15 out. 2022

HALBWACHS, Maurice. Memoria colectiva y memoria historica. In: **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968. p. 209 - 219.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HENRIQUE, Guilherme. Luiz Gama, ícone da abolição, recebe título de Doutor Honoris Causa da USP. Notícias, UOL, 29 ju. 2021. Disponível no site:<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/29/luiz-gama-icone-da-abolicao-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa-da-usp.htm>> Acesso em: 02 jul. 2021

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à História contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HILL, Pascoe Grenfell. **Cinquenta dias a bordo de um navio negreiro**. Trad. Marisa Murray. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história do branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar feminista, pensar como negra**. Trad. Cátia Bocaiúva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1988.

IMAGEM André Rebouças. Heróis e heroínas do Rio: André Rebouças, engenheiro e educador. MultiRio, 21 set. 2015. Disponível no site:<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/3377-andr%C3%A9-rebou%C3%A7as,-engenheiro-e-educador>> Acesso em: 06 maio 2021

IMAGEM Chiquinha Gonzaga. In: DINIZ, Edinha. **Chiquinha Gonzaga: uma história de vida**. Nova ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009. p. 117.

IMAGEM Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”. MOREL, Edmar. **Vendaval da liberdade: a luta do povo pela abolição**. São Paulo: Global, 1988. p. 7.

IMAGEM José do Patrocínio. Biografia. Disponível no site:<<https://www.academia.org.br/academicos/jose-do-patrocinio/biografia>> Acesso em: 06 maio 2021

IMAGEM Luiz Gama. Luiz Gama, ativista abolicionista. Biblioteca Nacional, 13 maio 2020. Disponível no site:< <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/luiz-gama-ativista-abolicionista>> Acesso em 06 maio 2021

IMF. Agenda Marielle Franco – Eleição 2020. Disponível no site:< <https://www.agendamarielle.com/agenda-2020>> Acesso em: 29 nov. 2022

IMF. Agenda Marielle Franco – Eleição 2022. Disponível no site:< <https://www.agendamarielle.com/>> Acesso em: 29 nov. 2022

IMF. Instituto Marielle Franco. **Agenda Marielle Franco 2020**. Disponível no site:< <https://www.agendamarielle.com/agenda-2020>> Acesso em: 29 nov. 2022

IMF. Instituto Marielle Franco. **Agenda Marielle Franco 2022**. Disponível no site:< <https://www.agendamarielle.com/>> Acesso em: 29 nov. 2022

JEANNENEY, Jean-Jacques. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. RJ: Editora FGV, 2003. p. 213 - 230.

JELIN, Elisabeth. La política de La memoria el movimiento de derechos humanos y la construcción democrática em la Argentina. In: ACUÑA, Carlos H., et. al. (orgs.). **Juicio, castigos y memorias: Derechos humanos y justicia em la política argentina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995. p. 101 – 146.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Trad. Henrique Mesquita. RJ: F. Alves, 1976. p.180-196.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

KAMINSKI, Rosane. Yndio do Brasil, de Sylvio Back: histórias de imagens, história com imagens. In: MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos. KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 179 - 210.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 179 - 210.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAZARONI, Dalva. **Chiquinha Gonzaga: sofri e chorei, tive muito amor**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

LEÃO, Sionei Ricardo. **Kamba'race: afrodescendências no Exército Brasileiro**. Brasília: Fundação Astrojilgo Pereira (FAP), 2021.

LEVALLIAN, Philippe. Os protagonistas da biografia. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. RJ: Editora FGV, 2003. p. 141 - 184.

LIESA. Ensaio Geral. Informativo Oficial da LIESA, ano XXVI, n. 38 p.19, carnaval 2018.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis. FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). **Literatura afrodescendência no Brasil: antologia crítica**. v. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 111 - 126.

LOBO, Luzia. Prefácio. In: GOMES, Agenor. **Maria Firmina dos Reis e o cotidiano da escravidão no Brasil**. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2022. p. 13 - 22.

LOPES, Helena Theodoro. SIQUEIRA, José Jorge. NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Negro e cultura no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

LOPES, Léo. AMARAL, Luciana. Coração de Dom Pedro I chega ao Brasil para Bicentenário da Independência. CNN Brasil, 22 de agosto de 2022. Disponível no site: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/coracao-de-dom-pedro-i-chega-ao-brasil-para-bicentenario-da-independencia/>> Acesso em: 15 out. 2022

LOPES, Nei. **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

LOPES, Nei. Benedita da Silva - mulher, negra, deputada. In: **Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 391 - 394.

LOPES, Nei. Jurema Werneck. In: **Afro-reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. p. 223 - 226.

LOPES, Nei. Verbetes: GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. In: **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 301.

LOPES, Nei. Verbetes: GONÇALVES, Milton. In: **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 302 - 303.

MALERBA, Jurandir. **Nossa gente brasileira**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil imperial (1808-1889): panorama da História do Brasil no século XIX**. Maringá: EDUEM, 1999.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. GRINBERG, Keila. Lei de 1831. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 285 - 291.

MARIA, Silvia. Nasce o Espaço Feminismos Plurais. Carta Capital, 07 de maio de 2022. Disponível no site: < <https://www.cartacapital.com.br/opinio/nasce-o-espaco-feminismos-plurais/>> Acesso em: 24 jun. 2022

MARQUES, Gilvan. Sergio Camargo, Queiroz, Nise Yamagushi: bolsonaristas que não se elegeram. UOL, São Paulo, 03 de outubro de 2022. Disponível no

site:<<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/03/sergio-camargo-queiroz-nise-yamagushi-bolsonaristas-que-nao-se-elegeram.htm>> Acesso em: 12 out. 2022

MARQUES, Juliana. Candidaturas negras e as eleições de 2020. In: LOURENÇO, Ana Carolina. FRANCO, Anielle (orgs.). **A radical imaginação política de mulheres negras brasileiras**. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. p. 74 - 77.

MARTINS, Leandro. Coração embalsamado de D. Pedro chega a Brasília. Agência do Brasil, 22 de agosto de 2022. Disponível no site:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2022-08/coracao-embalsamado-de-d-pedro-i-chega-brasilia>> Acesso em: 15 out. 2022

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Cativos em insurgência: o que os escravos da fazenda Capão Alto podem ainda nos dizer sobre suas vidas e sobre o que pensamos delas. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais - séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo – RS, 2018. p. 21 - 33.

MENA, Fernanda. Entenda como assassinato de jovem negro há 10 anos resultou no *Black Lives Matter*. Folha, UOL, 26 de fevereiro de 2022. Disponível no site:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/entenda-como-assassinato-de-jovem-negro-ha-10-anos-resultou-no-black-lives-matter.shtml>> Acesso em: 18 dez. 2022

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Cenas da abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Legislação emancipacionista, 1871 e 1885. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 277 - 284.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MIRANDA, Fernanda R. **Silêncios prEscritos: estudo de romances de autoras negras brasileiras (1859-2006)**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

MORAES, Denise. **Compram-se soldados! Os libertos da província da Bahia na Guerra do Paraguai**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

MORAES, Denise. Comprando soldados: uma estratégia de recrutamento para a Guerra do Paraguai. 31 jul. 2017. Disponível no site:<<https://www.cafehistoria.com.br/comprando-soldados-guerra-do-paraguai>> Acesso em: 30 jun. 2021

MORAIS FILHO, Nascimento. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOREL, Edmar. **Dragão do Mar: o jangadeiro da abolição**. Rio de Janeiro: Edições do Povo Ltda, 1949.

MOREL, Edmar. **Vendaal da liberdade: a luta do povo pela abolição**. São Paulo: Global, 1988.

MORENO, Alexandre Rosa. Disponível no site:<https://contrateartistas.com.br/ator/contratar-alexandre-rosa-moreno/3016> Acesso em: 02 jul. 2021

MOTA, Lúcio Tadeu. A formação do litoral: do povoamento do litoral e as origens de Curitiba. In: MOTA, Lúcio Tadeu (org.). **História do Paraná: pré-História, Colônia e Império**. Maringá: EDUEM, 2011. p. 80 - 100.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom estado a mau cidadão**. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

MUNANGA, Kabengele. GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016. (Para entender)

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NARO, Nancy Priscilla S. **A formação dos Estados Unidos**. Atual, 1994 (Discutindo a História)

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. O racismo na mídia (1979). In: RATTTS, Alex (org.). **O negro visto por ele mesmo/Maria Beatriz Nascimento**. São Paulo: UBU Editora, 2022. p. 41 - 46.

NASCIMENTO, Beatriz. A senzala vista da casa-grande (1976). In: RATTTS, Alex (org.). **O negro visto por ele mesmo/Maria Beatriz Nascimento**. São Paulo: UBU Editora, 2022. p. 47 - 55.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho (1976). In: RATTTS, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras/ Beatriz Nascimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 55 - 61.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho (1976). In: UCPA-UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 80 - 85.

NASCIMENTO, Beatriz. O negro visto por ele mesmo (1976). In: UCPA-UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidades em dias de destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018. p. 97 - 103.

NEGRÃO, João José. **Para conhecer o neoliberalismo**. São Paulo: Editora Publisher do Brasil, 1998.

NILHA, Orlando. **Carolina: Carolina Maria de Jesus**. Ilustração de Leonardo Malavazzi. Campinas, SP: Editora Mostarda, 2019.

NILHA, Orlando. **Conceição: Conceição Evaristo**. Ilustração de Leonardo Malavazzi. Campinas, SP: Editora Mostarda, 2021.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. (Coleção Feminismos Plurais/ Coordenação Djamila Ribeiro)

OAB. Ordem dos Advogados do Brasil. Dossiê Esperança Garcia: símbolo da resistência na luta pelo Direito. **Revista da OAB Piauí**- Ano 1, v. 1, 2016 – Piauí, OAB, 2017 - semestral.

OLIVEIRA, Cecília. Reportagem: “Kathlen e seu bebê, mais duas vidas negras interrompidas no Brasil”, El país, 08 jun. 2021 Disponível no site:<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-09/kathlen-e-seu-bebe-mais-duas-vidas-negras-interrompidas-no-brasil.html>> Acesso em 02 jul. 2021

OLIVEIRA, Semayat. Tive que matar a Marli para viver. In: BORGES, Carla. MERLINO, Tatiana (orgs.). **Heroínas desta História: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. p. 28 - 51.

OSÓRIO, Ubaldo. **A Ilha de Itaparica: História e tradição**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979.

OTÁVIO, Chico. ARAÚJO, Vera. **Mataram Marielle**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. **Festas populares do Paraná**. Coordenação Renato Augusto Carneiro Jr. Curitiba: Secretaria da Cultura, 2005.

PASSETTI, Gabriel. QUINTEROS, Marcela Cristina (orgs.). Introdução. Dossiê A Guerra da Tríplice Aliança, 150 anos depois. **Diálogos**, Maringá-PR, Brasil, v. 24, n. 3, p. 1-5, set./dez. 2020

PAULA, Guilherme Tadeu de. A mídia como ferramenta política: uma abordagem propositiva. In: PRIORI, Angelo. BRUNELLO, Leandro. **História Política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações**. Curitiba: Editora Prismas, 2018. p. 67 - 95.

PAULO, Paula Paiva. Pessoas buscam ossos de carne na cacamba de descarte do Mercado, Centro de SP. G1, SP, 08 de outubro de 2021. Disponível no site: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/08/pessoas-buscam-ossos-de-carne-na-cacamba-de-descarte-do-mercado-centro-de-sp.ghml>> Acesso em: 15 out. 2022

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face; a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO. Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. (Coleção Várias Histórias)

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. A escrava, de Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Constância Lima. TOLENTINO, Luana. BARBOSA, Maria Lúcia. COELHO, Maria do Socorro Vieira (orgs.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p. 103 - 111.

PODER 360. Depois de ataque, homenagem a Marielle Franco é revitalizada em SP. PODER 360, 31 de julho de 2021. Disponível no site: <<https://www.poder360.com.br/brasil/depois-de-ataque-homenagem-a-marielle-franco-e-revitalizada-em-sp/>> Acesso em: 15 out. 2022

PRIORI, Ângelo (org.) **História do Paraná: novos caminhos, novas abordagens**. Curitiba: Ed. CRV, 2016.

PRIORI, Ângelo. BRUNELLO, Leandro (org.). Introdução. In: **História política e a sua escrita: temas, abordagens e problematizações**. Curitiba: Editora Primas, 2018. p. 15 - 38.

PROENÇA, Graça. **História da Arte**. São Paulo: Ática, 2010.

PSL. Imagens da Campanha eleitoral Bolsonaro 2018. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/lusogel4/presidente-bolsonaro/>> Acesso em: 15 out. 2022

R7. Pessoas fazem fila para matar fome com ossos de carne em Cuiabá (MT). R7, 19 de julho de 2021. Disponível no site:< <https://noticias.r7.com/cidades/pessoas-fazem-fila-para-matar-fome-com-ossos-de-carne-em-cuiaba-mt-19072021>> Acesso em: 15 out. 2022

RATTS, Alex (org). **Uma história escrita por mãos negras/Beatriz Nascimento: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex. **O negro visto por ele mesmo: ensaios, entrevistas e prosa/Beatriz Nascimento**. São Paulo: UBU editora, 2022.

RATTS, Alex. RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010. (Retratos d o Brasil negro)

RECORD TV. A escrava Isaura. Disponível no site:< <https://recordtv.r7.com/a-escrava-isaura/conheca-a-historia-da-novela-a-escrava-isaura-02102019>> Acesso em: 29 nov. 2022

REDAÇÃO. Aos 80 anos e prestes a completar 40 anos na política, Benedita é reeleita deputada federal. Brasil de Fato, 03 de outubro de 2022. Disponível no site:< <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/10/03/aos-80-anos-e-prestes-a-completar-40-anos-na-politica-benedita-e-reeleita-deputada-federal>> Acesso em: 15 out. 2022

REDAÇÃO. BRASIL DE FATO. Ailton Krenak é o primeiro indígena a receber Doutor Honoris Causa pela UnB. Brasil de Fato, 13 de maio de 2022. Disponível no site:< <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-a-receber-doutor-honoris-causa-pela-unb>> Acesso em: 15 out. 2022

REDAÇÃO. COVID-19 já matou mais brasileiros que a sangrenta Guerra do Paraguai. **Diário do Povo**, 24 de junho de 2020. Disponível no site:< <https://diariodopoder.com.br/claudio-humberto-home/covid-19-ja-matou-mais-brasileiros-que-a-sangrenta-guerra-do-paraguai>> Acesso em: 15 out. 2022

REDAÇÃO. Sérgio Camargo é exonerado da presidência da Fundação Palmares. UOL, 31 de março de 2022. Disponível no site:< https://cultura.uol.com.br/noticias/47661_sergio-camargo-e-exonerado-da-presidencia-da-fundacao-palmares.html> Acesso em: 12 out. 2022

REIS, João José. SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

REIS, Maria Firmina dos. A escrava (1887). In: **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série prazer de ler; n. 11 e-book)

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à beira-mar** (1871). São Paulo: Cartola Editora, 2021.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Trad. Dora Rocha. RJ: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento, Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIO DE JANEIRO. FLIP - Festa Literária Internacional de Paraty. Autora homenageada: Maria Firmina dos Reis. Disponível em: <<https://www.flip.org.br/flip-2022/autora-homenageada/>> Acesso em: 15 dez. 2022

RIOS, Flávia. LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RODRIGUES, Carla. Leia Lélia Gonzalez. Revista Cult, São Paulo, 3 março 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/leiam-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 11 maio 2022.

RODRIGUES, Vera. Colorismo: o esqueleto no armário do racismo. In: CASTRO, Amanda Motta. MOREIRA, Raylene Barbosa. **Epistemologias afrolatinoamericanas**. São Paulo: LiberArs, 2021. p. 17 - 27.

RODRIGUES, Vera. Uma carta para Marli Pereira Soares. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.25, p. 70 - 77, 2020.

ROSA, Sônia. **O Dragão do Mar**. Ilustrações de Anabella López. Rio de Janeiro: Pallas Mini, 2020.

SACCHET, Teresa. ALVES, Marcus Vinicius Chevitarese. GRUNEICH, Danielle. Aumenta diversidade entre mulheres, mas percentual de eleitas segue baixo. Disponível no site:<<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/aumenta-diversidade-entre-mulheres-mas-percentual-de-eleitas-segue-baixo-07102022>> Acesso em: 29 nov. 2022

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: memórias & imagens**. Rio de Janeiro: Edições da Biblioteca Nacional, 2003.

SAMBA-ENREDO: Empretecer o Pensamento É Ouvir a Voz da Beija-Flor. Escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, carnaval carioca 2022. Disponível no site:<<https://www.lettras.mus.br/beija-flor-rj/samba-enredo-2022-empretecer-o-pensamento-e-ouvir-a-voz-da-beija-flor/>> Acesso em: 10 set. 2022

SAMBA-ENREDO: Conceição Evaristo - a escrevivência abolicionista em versos, poemas e contos. Escola de samba Acadêmicos da Abolição, carnaval carioca 2019. Disponível no site:<<http://www.galeriadosamba.com.br/escolas-de-samba/academicos-da-abolicao/2019/>> Acesso em: 02 jul. 2021

SAMBA-ENREDO: Histórias Para Ninar Gente Grande. Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, carnaval carioca 2019. Disponível no site:<<https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/samba-enredo-2019-historias-para-ninar-gente-grande/>> Acesso em: 02 jul. 2021

SAMBA-ENREDO: Dom obá II - rei dos esfarrapados, príncipe do povo. Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, carnaval carioca 2000. Disponível no site:<<https://www.lettras.mus.br/sambas/506276/>> Acesso em: 02 jul. 2021

SAMBA-ENREDO: Cem anos de liberdade, realidade ou ilusão? Escola de samba Estação Primeira de Mangueira, carnaval carioca 1988. Disponível no site:<<https://www.lettras.mus.br/mangueira-rj/478753/>> Acesso em: 02 jul. 2021

SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. Emancipação nas Américas. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 210 - 215.

SANTANA, Bianca (org.). **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTANA, Bianca (org.). **Vozes insurgentes de mulheres negras**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019. p. 22 - 23.

SANTANA, Bianca. **Continuo preta: a vida de Sueli Carneiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SCHMIDT, Benito Bisso. Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia. In: AVELAR, Alexandre de Sá. SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **O que pode a biografia**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 17 - 31

SCHMIDT, Benito Bisso. História e biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187 - 205.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. SP: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia. Meu manifesto a favor das cotas. Disponível no site:<<https://www.facebook.com/liliaschwarcz/posts/1302335136582006/>> Acesso em: 05 maio 2022.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. Teorias raciais. In: SCHWARCZ, Lilian. GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 403 - 409.

SCHWARCZ, Lilian. “CNN Bicentenário: Historiadores comentam o papel das mulheres na independência do Brasil”, entrevista concedida a CNN Brasil, em 2022. Disponível no site:<https://youtu.be/nDJCn__ICAU> Acesso em: 15 out. 2022
SCORTEGAGNA, Adalberto. et. al. (orgs.). **Paraná: espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

SEBARES, Francisco Erice. Las memórias nacionales: conflictos y limites, **Historiografias**, jul./dez., 2014, p. 10 - 27.

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. **Memória d’África: a temática africana na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2010.

SERRANO, Carlos. MUNANGA, Kabengele. **A revolta dos colonizados: o processo de descolonização e as independências da África e da Ásia**. São Paulo: Atual, 1995. (História Geral em documentos)

SILVA, Ana Lúcia da. História Política, movimento negro, mulheres e feminismo negro com Beatriz Nascimento: raça, gênero e classe. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfnas. v.2, n.4, p. 208 - 231, 2022. ISSN: 2764-1422. DOI: <https://doi.org/10.29327/243949.2.4-12>

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. Political History, Black Movement and Black Feminism: “#Marielle Semente” (“#Marielle Seed”), black women in politics **Revista Sul-Sul**, v. 3, n. 01, (2022) Dossiê Making the colonial flee: Southern Cosmopolitanism in Critical Dialogue with the Global North , p. 65 - 91. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/issue/view/20>

SILVA, Ana Lúcia da. RAMOS, Márcia Elisa Teté. Arte e diversidade religiosa no ensino de História na perspectiva da Educação antirracista na e pós-pandemia da COVID-19. In: MAIO, Eliane Rose. ROSSI, Jean Pablo Guimarães. LEITE, Lucimar da Luz (orgs.). **Gênero, sexualidade e religião: diálogos em espaços plurais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 217 - 237.

SILVA, Ana Lúcia da. História Política, movimento negro e feminismo negro: a mulher negra na política e o discurso de ódio na mídia. In: SILVA, Eliane Cristina da. PEREIRA, Márcio José. NEVES, Osias Paese (org.). **Violências interseccionais e resistências**. Maringá,PR: Edições Diálogos, 2021. p. 11 - 23. Disponível em:

http://eventos.idvn.com.br/eventos/coloquio2021/arquivos/coloquio_2021_volume2.pdf

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. História política, Movimento Negro e Feminismo Negro: “#Marielle Semente”, as mulheres negras na política. In: CASTRO, Amanda Motta. FRANCO, Anielle. LIMA, Fátima (orgas.). **Revista Sul-Sul**, v. 1, n. Especial (2021): Dossiê Marielle Franco Presente!, p. 07 - 34. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/issue/view/14>

SILVA, Ana Lúcia da. Epistemologias do sul, descolonizando o ensino de História do Brasil: o samba canta a mulher negra Ruth de Souza. **História & Ensino**, Londrina, v. 27, n. 02, p. 149-184, jul./dez. 2021.

SILVA, Ana Lúcia da. Por uma Educação antirracista e decolonial, o ensino de História com música e literatura na escola: o samba canta Conceição Evaristo. In: MÜLLER, Josiane. TELLES, Taíse. **Educação Brasil II**. Chapecó: Livrologia, 2020. p. 26 - 44.

SILVA, Ana Lúcia da. PRIORI, Angelo. O movimento social Black Lives Matter nos EUA e no Brasil: da violência racial e policial ao genocídio do povo negro. In: PRIORI, Angelo. SILVA, Ana Lúcia da. BOLONHEZI, Camilla Samira de Simoni (orgs.). **Ensino de História, diversidade e educação antirracista**. Curitiba: Editora Brazil Publishing, 2020. p. 89 - 125.

SILVA, Ana Lúcia da. **Ensino de História da África e cultura afro-brasileira]: Estudos Culturais e sambas-enredo**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

SILVA, Ana Lúcia da. **Pedagogias culturais nos sambas-enredo do carnaval carioca (2000 – 2013): a História da África e cultura afro-brasileira**. 264 f. Dissertação (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Dra. Teresa Kazuko Teruya. Maringá, 2018

SILVA, Ana Lúcia da. Educação, História e diversidade: a importância da História e Cultura Afro-Brasileira na escola. In: FAUSTINO, Rosângela Célia. MOTA, Lúcio Tadeu (orgs.). **Cultura e diversidade cultural: questões para Educação**. Maringá: EDUEM, 2012. p. 113 - 138.

SILVA, Ana Lúcia da. O ensino de História, a África e a cultura afro-brasileira na Educação Básica: diálogos possíveis. In: COSTA, Luciano Gonsalves (org.). **História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da Educação sobre relações étnico-raciais**. Maringá: EDUEM, 2010. p. 141 - 157.

SILVA, Ana Lúcia da. **Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979)**. Dissertação de Mestrado. Programa Associado de Mestrado em História UEM/UEL. Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina. Maringá - PR, 2001. 182f.

SILVA, Benedita. Entrevista de Benedita da Silva (PT-RJ), deputada federal, a “Palavra aberta” com o tema “Eleições 2022: verbas para candidatos negros”, dos “Programas da TV Câmara”, apresentação de Cláudia Lemos. TV Câmara, 20 de agosto de 2020. Disponível no site: < <https://www.camara.leg.br/tv/687761-eleicoes-2022-verbas-para-candidatos-negros/> > Acesso em: 29 nov. 2022

SILVA, Eduardo. **Dom obá II D’ África, o Príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um home livre de cor.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Marcos. GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido.** Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, Noemi Santos da. O Paraná abolicionista: lutas pelo fim da escravidão. In: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. SOUZA, Jhonatan Uewerton (orgs.). **Paraná insurgente: história e lutas sociais - séculos XVIII ao XXI.** São Leopoldo – RS, 2018. p. 35 - 50.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. CARDOSO, Lourenço. **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Curitiba: Editora Appris, 2017. p. 19 - 32.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Ingrid. Protestos contra Bolsonaro ganham as ruas de cidades do Brasil e do exterior. Correio Braziliense, 03 jul. 2021. Disponível no site: Acesso em: 15 out. 2022

SOUSA, Jorge Prata de. **Escravidão e morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Mauad, ADESA, 1996.

SOUZA, Marcilene Garcia da (coord.). **África entre nós. História e cultura afro-brasileira: Africanidades paranaenses.** João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2011. (Coleção A África está em nós: História e cultura afro-brasileira)

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SQUINELO, Ana Paula. DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny. A Guerra do Paraguai/ Guerra Guasu e a pandemia do COVID-19: uma abordagem a partir da metodologia da aula oficina. In: SQUINELO, Ana Paula. SEGATTO, Bruno Félix. QUINTEROS, Marcela Cristina. DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny (orgs.). **O que podemos aprender sobre a Guerra Guasu 150 anos depois?** Campo Grande, MS: Life Editora, 2022. p. 25 - 52.

SQUINELO, Ana Paula. **Guerra do Paraguai, essa desconhecida: ensino, memória e história de um conflito secular.** Campo Grande-MS, UCDB, 2002.

STF. Barroso restabelece mandato do vereador Renato Freitas, de Curitiba. STF, 23 set. 2022. Disponível no site: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=494691&ori=1>> Acesso em: 15 out. 2022

TAVARES, Célia Cristina da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 301 - 317.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Revisão da tradução Leonardo Avritzer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro)

TSE. Divulgação dos resultados das Eleições 2022. Disponível no site:<<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>> Acesso em: 02 nov. 2022

TV GLOBO. Minissérie: Chiquinha Gonzaga, edições 2015 e 1999. Disponível no site:<<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/chiquinha-gonzaga/>> Acesso em: 29 nov. 2022

TV GLOBO. Telenovela: A escrava Isaura (1976). Disponível no site:<<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/escrava-isaura/noticia/escrava-isaura.ghtml>> Acesso em: 29 nov. 2022

TV GLOBO. Telenovela: Nos tempos do Imperador (2021). Disponível no site: <https://gshow.globo.com/novelas/nos-tempos-do-imperador/>> Acesso em: 29 nov. 2022

TV GLOBO. Telenovela: Nos tempos do Imperador (2021). Disponível no site:<<https://globoplay.globo.com/nos-tempos-do-imperador/t/m7GctZSbTV/>> Acesso em: 29 nov. 2022

UCPA (org.). **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos PanAfricanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

UCPA (Org.). **Lélia González: primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA – União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

UCPA- UNIÃO DOS COLETIVOS PAN-AFRICANISTAS (org.). **Primavera para as rosas negras**. Lélia Gonzalez. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

UCA. União dos Coletivos Pan-Africanistas (coord.). Luiz Gama. In: **Coleção do Pensamento preto: epistemologias do Renascimento africano**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26 - 29.

UCA. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Luiz Gama. In: **Epistemologias do Renascimento africano**. v. I. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 26 - 29.

UFJF. UFJF concede título de professor Honoris Causa a Ailton Krenak. UFJF Notícias, 15 de fevereiro de 2016. Disponível no site:<<https://www2.ufjf.br/noticias/2016/02/15/ufjf-concede-titulo-de-professor-honoris-causa-a-ailton-krenak/>> Acesso em: 15 out. 2022

UOL, São Paulo. Prorrogação do auxílio emergencial é publicada no Diário Oficial. Disponível no site:<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/01/prorrogacao-do-auxilio-emergencial-e-publicada-no-diario-oficial.htm>> Acesso em: 01 jul. 2020

VAZ, Livia Sant'Anna. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022. (Coleção Feminismos Plurais / Coordenação Djamila Ribeiro)

VÍDEO. "Teatro Experimental Negro - Abdias do Nascimento", out. 2016, do acervo digital de Cultura Negra - CULTNE. Disponível no site:<<https://youtu.be/jNkrfakv4-Q>> Acesso em: 12 out. 2022.

VIEIRA, Leandro. Enredo e samba-enredo: História para ninar gente grande. In: LIESA. Mangueira. **Ensaio Geral, Informativo Oficial da LIESA**, Rio carnaval 2019. p. 39.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2001. (Coleção Brasil Diferente)

WEIGERT, Daniele. De Cam a Maria: a escravidão e a liberdade no Paraná. In: PRIORI, Angelo (org.). **História do Paraná: novos caminhos e abordagens**. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 39 - 55.

WERNECK, Jurema. Violência urbana e segurança pública elevam ainda mais o stresse em tempos da COVID-19. In: STEFANO, Daniela. MENDONÇA, Maria Luisa (orgas.). **Direitos Humanos no Brasil 2020: relatório da Rede Social de Justiça de Direitos Humanos**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 141 - 147.

WESTPHALEN, Cecília. MACHADO, Brasil Pinheiro. BALHANA, Altiva Pilatti. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Conselho de Pesquisas. Departamento de História, n. 7, Curitiba - Paraná - Brasil, 1968, p. 1 - 09.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7 - 72.

XAVIER, Ismail. Progresso, disciplina fabril e desconstrução operária: retóricas do documentário brasileiro silencioso. In: MORETTIN, Eduardo. NAPOLITANO, Marcos. KORNIS, Mônica Almeida (orgs.). **História e documentário**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 45 - 66.

YOSHIDA, Ernesto. Pandemia já matou no Brasil tanto quanto a Guerra do Paraguai. **Exame**, 20 de junho de 2020. Disponível no site:< <https://exame.com/brasil/pandemia-ja-matou-no-brasil-tanto-quanto-a-guerra-do-paraguai/> > Acesso em: 15 out. 2022

ZUBARAN, Maria Angélica. Pedagogias da imprensa negra: negociações de sentidos e transgressões simbólicas. In: SARAIVA, Karla. GUIZZO, Bianca Salazar (orgs.). **Educação em mundo em tensão: insurgências, transgressões e sujeições**. Canoas: Ed. ULBRA, 2017. p. 205 - 218.

FONTES

Vídeo de divulgação científicas de canais de Hewerton Souza e Lilian Schwarcz, disponíveis no *Youtube*

VÍDEO - Canal Hewerton Souza. “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?” (2017), de direção e roteiro de Hewerton Souza. Disponível em: <<https://youtu.be/BoHwr3LOcUo> > Acesso em: 20 mar. 2021

PROGRAMA - Canal de Lili Schwarcz. “Biografia: Maria Firmina dos Reis”. Disponível em: <<https://youtu.be/UmlcAf3l9sM>> Acesso em: 20 mar. 2021

Vídeos de divulgação científica do Projeto Pedagógico “A cor da cultura”, disponíveis no *Youtube*

VÍDEO. “Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1830 - 1882) por Joaquim Barbosa”. Programa “Heróis de todo mundo”. Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004). Disponível no site: <<https://youtu.be/L7cpSwyeeFA>> Acesso em: 09 maio 2021

VÍDEO. “Dragão do Mar, Francisco José do Nascimento (1839 – 1914) por Milton Gonçalves”. Programa “Heróis de todo mundo”. Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004). Disponível no site: <https://youtu.be/k-_otlBt4Ds> Acesso em: 09 maio 2021

VÍDEO. “Francisca Edwiges Neves Gonzaga (1847-1935) por Iléa Ferraz”, do programa “Heróis de todo mundo”. Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004). Disponível no site: <https://youtu.be/_CvMhx9FzPk> Acesso em: 09 maio. 2021

VÍDEO. “André Pinto Rebouças (1838-1898) por Alexandre Moreno”. Programa “Heróis de todo mundo”. Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004). Disponível no site: <<https://youtu.be/iZ-HBTyPq3U>> Acesso em: 09 maio 2021

VÍDEO. “José Carlos do Patrocínio (1853 - 1905) por Nei Lopes”. Programa “Heróis de todo mundo”. Projeto pedagógico “A cor da cultura” (2004). Disponível no site: <<https://youtu.be/ryj4r1YEcAs>> Acesso em: 09 maio. 2021

Literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis

Romance

REIS, Maria Firmina dos Reis. **Úrsula**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

Poemas

REIS, Maria Firmina dos. **Cantos à beira-mar** (1871). São Paulo: Cartola Editora, 2021.

Conto

REIS, Maria Firmina dos. A escrava (1887). In: **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico] / Maria Firmina dos Reis. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. (Série prazer de ler; n. 11 e-book)

Pintura

ARAÚJO, Luzinei. Tela: Maria Firmina dos Reis. Óleo sobre tela, 70 x 50 cm. Acervo: Instituto Histórico Artístico e Geográfico, de Guimarães - MA. Artista plástico maranhense Luzinei Araújo, produção artística realizada em 2019 e 2020.

Entrevista

ARAÚJO, Luzinei. Entrevista biográfica do artista plástico Luzinei Araújo, em 24 de novembro de 2022, concedida à autora Ana Lúcia da Silva.

Documentos da Província do Paraná relativos ao período da Guerra do Paraguai (1864-1870) - Acervo do Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Carta de Antônio de Sá Camargo, Comandante Superior de Guarapuava para José Feliciano Horta de Araújo, Presidente da Província do Paraná. AP 0281, v. 8, p. 11-15. Guarapuava, 07 de abril de 1868a.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Pedido de isenção de impostos de 50\$000 réis por escravo saído da província do Paraná, feito pelos senhores Bernardo Gavião e Ribeiro Gavião, residentes na província de São Paulo, e que arrendaram mais de duzentos escravos da Fazenda Capão Alto, propriedade dos frades Carmelitas. Os dois autores são contrários à isenção. Curitiba, 20/21 de setembro de 1864. AP 0190, v. 15, p. 243 - 245.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento, do Juiz de Órfãos da capital, de 85 cartas de emancipação a serem entregues aos africanos dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara, Paranapanema e São Jerônimo. Curitiba, 14 de fevereiro de 1865a. AP 0201, v. 5, p. 288.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relação de africanos existentes no aldeamento que seguirão para a capital a fim de receberem carta de emancipação. Aldeamento de São Pedro de Alcântara, 13 de março de 1865. AP 0203, v. 07, p. 276 - 277.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Africanos existentes no aldeamento que vão seguir para a capital a fim de receberem carta de emancipação. Aldeamento de São Jerônimo, 15 de março de 1865b. AP 0202, v. 06, p. 220 - 221.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Condução, por Manoel Pedro Rodrigues, dos aldeamentos de São Jerônimo e de São Pedro de Alcântara, dos africanos livres Lucas, Fausto e Antônio, para receberem carta de emancipação, tendo falecido este último na cidade de Castro; o condutor solicita que lhe seja paga a quantia de 36\$000 réis referente às despesas com a condução. Curitiba, 25 de agosto de 1865c. AP 0212, v. 16, p. 24 - 26.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Africanos livres vindos do Aldeamento de São Jerônimo que receberam carta de emancipação; constam os nomes, nacionalidades e destino dos africanos. Curitiba, 26 de agosto de 1865d. AP 0212, v. 16, p. 22 - 23.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Contrato de arrendamento dos escravos da fazenda Capão Alto, por Bernardo Gavião e Ribeiro Gavião, que levariam para a província de São Paulo todos os escravos aptos a serviços, deixando na fazenda apenas os inválidos; informa ainda que querem isenção do imposto provincial para conduzir os escravos. Castro, 20 de dezembro de 1865f. AP. 0219, v. 23, p. 90.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relação de africanos livres e os escravos da nação existentes no aldeamento. Aldeamento de São Jerônimo, 28 de dezembro de 1865e. AP 0219, v. 23, p. 170 - 171.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Cartas de emancipação que expediu aos africanos livres Francisco dos Santos e Serafim dos Anjos, vindos do aldeamento de São Jerônimo, e para José Antônio e Christina, vindos da Colônia do Jataí. Curitiba, 03 de abril de 1866a. AP 0234, v. 6, p.84.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Escravos inspecionados para o serviço da Armada; constam alguns atestados emitidos pelo Dr. Alexandre Bousquet, com as condições físicas dos escravos. Paranaguá, 03 de janeiro de 1866 a 27 de janeiro de 1868. AP 0230, v. 2, p. 255 - 260.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Envia cópia do processo instaurado na vila de Castro contra as escravas Quitéria e Felícia, acusadas de serem as autoras do morte por envenenamento do seu senhor, Joaquim Cardoso Teixeira Pimentel. Curitiba, 07 de abril de 1866c. AP 0234, v. 6, p. 50 - 61.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento da portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por

quantia designada pelo Ministério da Fazenda; nomeada comissão para tratar unicamente desse assunto. Antonina, 10 de abril de 1867a. AP 0258, v. 8, p. 211.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Informa que libertou seu escravo Adão, a fim de que sirva o Exército no lugar de seu cunhado, Athanagildo do Valle. Curitiba, 02 de janeiro de 1867b. AP 269, v. 1, p. 73 e 99.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Informa que concedeu liberdade a seu escravo João para que sirva ao Exército no lugar de seu filho, Amaro Galvão. Curitiba, 02 e 07 de janeiro de 1867c. AP 0269, v. 1, p. 92.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Libertação do escravo Benedicto, passada por seu senhor, Coronel Antônio de Sá Camargo, com a condição para que servisse ao Exército no lugar de seu filho, Francisco José Lopes. Curitiba, 01 de abril de 1867d. AP 0270, v. 2, p. 42.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Emancipação do escravo Simão, de mais ou menos vinte anos, com a condição de que este sirva como substituto de Cândido Alves Castro, guarda do 2º Corpo da Cavalaria da Guarda Nacional. Curitiba, 13 de março de 1867e. AP 0257, v. 07, p. 137.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Carta de liberdade a seu escravo Luiz, de mais o menos dezenove anos, para servir ao Exército como subtítulo de Francisco de Paula Marques. Ponta Grossa, 25 de abril de 1867f. AP 0258, v. 8, p. 81.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Joaquim Elias dos Santos, Guarda Nacional designado pelo Comando Superior de Guarapuava para integrar o contingente que iria marchar para a guerra contra a República do Paraguai, deseja ser substituído por seu escravo Antônio, que será libertado para tal fim. Curitiba, 01 de junho de 1867g. AP 0271, v. 3, p. 42 - 43.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento da portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda; nomeada comissão para tratar unicamente desse assunto. Antonina, 10 de abril de 1867a. AP 0258, v. 8, p. 211.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento da portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda. Vila do Príncipe, 1º de abril de 1867b. AP 0259, v.9, p. 9.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento da portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda. Castro, 11 de abril de 1867c. AP 0258, v. 8, p. 80.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda. Guarapuava, 21 de abril de 1867d.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia

designada pelo Ministério da Fazenda. Guarapuava, 08 de julho de 1867f. AP262, v. 12, p. 336.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Portaria de 23 de março de [1867], sobre a libertação de escravos com destino ao Exército, gratuitamente ou por quantia designada pelo Ministério da Fazenda. Guaratuba, 21 de maio de 1867e. AP 0260, v. 10, p. 32.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Libertação do seu escravo Rafael para servir o Exército no lugar de seu filho, Amâncio Pupe Ferreira. Curitiba, 08 de maio de 1867. AP 0271, v. 3, p. 11 - 12.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Emancipação do escravo Bernardo, passada por seu senhor, Coronel Antonio de Sá Camargo, com a condição de que servisse à primeira linha do Exército brasileiro, em luta contra a República do Paraguai. Curitiba, 03 de abril de 1867. AP 0258, v. 8, p. 185 - 186.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Oferece como seu substituto, para servir na guerra contra a República do Paraguai, o liberto Benedicto; em anexo, ofício assinado por Bento Fernandes de Barros, a rogo de Martinho Gonçalves Guimarães, senhor de Benedicto. Curitiba, 04 de dezembro de 1867h. AP 0273, v. 5, p. 203 - 204.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Petição de Graça ao Poder Moderador feita pelo escravo José, condenado à pena de morte pelo assassinato de seu senhor, Joaquim Pires Franco. Guarapuava, 11 de junho de 1867i. AP 0261, v. 11, p. 195.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Responde à portaria que pede auxílio para mandar 23 escravos, comprados por Bernardo Gavião & Ribeiro Gavião, da Ordem dos frades Carmelitas, para a província de São Paulo. Curitiba, 17 de janeiro de 1867. AP 0251, v. 1, p. 225.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Imposto de onze contos e quinhentos mil réis, devido por Bernardo Gavião & Ribeiro Gavião à Fazenda da província do Paraná, relativo a escravos saídos da província; em anexo, cópias de ofícios referentes ao assunto. Curitiba, 18 e 21 de janeiro de 1867. AP 0253, v. 3, p. 08 - 11.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Benedicto, a fim de que este sirva na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 13 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 125.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Messias, a fim de que este sirva na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos e cinquenta mil réis. Curitiba, 14 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 174.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Félix, a fim de que este sirva na Armada Imperial. Curitiba, 16 de dezembro de 1867. AP 02667, v. 17, p. 49.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Thomaz, a fim de que este sirva na Armada Imperial, mediante a indenização de um

conto e quinhentos e cinquenta mil réis. Curitiba, 16 de dezembro de 1867. AP 0267, v. 17, p. 51.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Bento, a fim de que este sirva na Armada Nacional e Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 16 de dezembro de 1867. AP 0267, v. 17, p. 65.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo José, pertencente a Justina Teixeira Garcia, para que sirva na Armada Nacional e Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 16 de dezembro de 1867. AP 0267, v. 17, p. 134.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade do escravo Candido, para prestar serviço a guerra, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 23 de dezembro de 1867. AP 02667, v. 17, p. 50.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Portaria de 11 de dezembro [1867], sobre a libertação de escravos para o serviço no Corpo de Imperiais Marinheiros e no Batalhão da Naval; pelo pequeno número de escravos, seria difícil que os senhores quisessem libertá-los. Paranaguá, 26 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 04 – 05.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Honorato, pertencente a Maria Rita Vieira, para servir na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 26 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 176.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete carta de liberdade de seu escravo Américo, para servir na Armada Nacional e Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 27 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 201.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Liberdade concedida ao escravo Joaquim, pertencente a Luiz da Silva Gomes, para servir na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis; um anexo, procuração assinada por Luiz da Silva Gomes. Curitiba, 27 de dezembro de 1867/ 13 de janeiro de 1868. AP 0274, v. 1, p. 130 - 131.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Procópio, julgado apto para o serviço de guerra. Curitiba, 28 de dezembro de 1867. Curitiba, 28 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 175.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Pela escolta comandada pelo alferes Eulâmpio Rodrigues de Oliveira Vianna, recebeu oito recrutas para o Exército, entre eles um escravo libertado pelo Coronel Antônio de Sá Camargo. Paranaguá, 29 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 18.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Fará seguir para a Corte [Rio de Janeiro] dez libertos, para que os mesmos fiquem à disposição do Ministro da Marinha. Paranaguá, 31 de dezembro de 1867. AP 0268, v. 18, p. 12.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Concedeu carta de liberdade a seu escravo Manuel, sob a condição de que este fosse para o serviço da Armada. Castro, 06 de janeiro de 1868. Castro, 06 de janeiro de 1868. AP 0276, v. 3, p. 220.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Joaquim, pertencente a Domingos Antônio da Cunha, para este servir na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto quatrocentos e cinquenta mil réis. Curitiba, 07 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 27.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade de seu escravo Pedro, para servir na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 07 de janeiro de 1868. AP 0276, v. 3, 1.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Pedro, pertencente a Theodoro Ferreira da Silva, a fim de que este sirva na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 09 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 26.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade de seu escravo Gregório, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 11 de janeiro de 1868. AP 0274, v. 1, p. 236.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Informa que seu escravo José quer servir como voluntário no serviço da Armada Imperial, se o escravo estiver apto, e mediante a indenização de um conto e quatrocentos mil réis, passará sua carta de liberdade. Paranaguá, 12 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 158.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Constante, pertencente a Francisco Franco Moreira, para que a Tesouraria da Fazenda efetue o pagamento de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 14 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 347.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Silvestre, pertencente a João de Paula Manço, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 16 de janeiro de 1868. AP 0276, v. 3, p. 271.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo .Zeferino, pertencente a Manoel Pereira Liberato, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 16 de janeiro de 1868. AP 0276, v. 3, p. 270.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo José, vendido ao governo para o serviço de Armada. Curitiba, 17 de janeiro de 1868. AP 0274, v. 1, p. 110.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Acusa o recebimento dos 14 libertos com destino à Corte [Rio de Janeiro] para prestarem serviço na Armada. Paranaguá, 17 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 136.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Antônio, pertencente a Manoel Miró, a fim de que este sirva na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 18 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 28.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade de seu escravo Martinho, para que o mesmo sirva na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 18 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 41.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Vidal, pertencente a Jesuíno Gomes de Oliveira, para servir na Armada Nacional, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 21 de janeiro de 1868. AP 0276, v. 3, p. 218.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Cópia da escritura de liberdade dada ao escravo Luiz, pertencente a Joaquim José de Santa Anna, para servir na Armada Nacional. Paranaguá, 28 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 127.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Informa que o escravo José, pertencente a José Ernesto, foi inspecionado e julgado apto para servir o Exército; em anexo, atestado médico assinado pelo Dr. Alexandre Bousquet. Paranaguá, 28 e 29 de janeiro de 1868. AP 0275, v. 2, p. 137 - 138.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Preso na cidade de São Roque, na província de São Paulo, Francelino, comprado por alguns moradores de Palmas para servir na Armada Nacional, mas que fugiu. Guarapuava, São Roque - província de São Paulo, 05 de fevereiro de 1868a.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Por escolta comandada pelo Tenente Felisbino Manoel da Cunha, recebeu, entre outros, um liberto para servir ao Exército. Paranaguá, 11 de fevereiro de 1868. AP 0277, v. 4, p. 162.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Dionisio, pertencente a José Miró de Freitas, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 15 de fevereiro de 1868. AP 0278, v. 5, p. 22.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo José, julgado para o serviço no Exército. Curitiba, 16 de fevereiro de 1868. AP 0278, v. 5, p. 127.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Compra, por eles e alguns companheiros residentes de Palmas, do escravo Francelino, de Manoel Ferreira Bello, para servir na guerra contra a República do Paraguai. O escravo fugiu, não sendo capturado; em anexo, ofícios com as características físicas de Francelino, a escritura de compra e venda e o recibo de meia-siza de escravos. Curitiba, 17 e 18 de fevereiro de 1868. AP 0277, v. 4, p. 23 - 27.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Ressarcimento da despesa com a remessa, para a capital, dos escravos Bernardino, Pacífico, Pedro e Caetano. Paranaguá, 25 de fevereiro de 1868. AP 0277, v. 4, p. 178.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Marcelino, pertencente a José Ignácio da Rocha, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 29 de fevereiro de 1868. AP 0277, v. 4, p. 37.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Martinho, pertencente a Bento Lucindo de Castro, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 03 de março de 1868. AP 0279, v. 6, p. 229.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Antônio, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis, pagos pelo estado. Curitiba, 07 de março de 1868. AP 0279, v. 6, p. 48.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remessa para a capital do escravo Laurindo, libertado por Firmino Xavier da Silva, para servir na Armada; consta ofício de 12 de março de 1868, do próprio Firmino, comunicando a liberdade de seu escravo. Castro, 12 de março/ 01 de abril de 1868. AP 0281, v. 8, p. 194 - 105.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Ignácio, pertencente a Alexandre de Paula Manço, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 19 de março de 1868. AP 0280, v. 7, p. 213.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Marcos, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 19 de março de 1868. AP 0280, v. 7, p. 215.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Benedito, pertencente a Anna Aurélia de Siqueira Lobo, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 20 de março de 1868. AP 0280, v. 7, p. 214.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Marcos, pertencente a Francisco Pereira da Costa, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 21 de março de 1868. AP 0280, v. 7, p. 5.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Joaquim, pertencente a Manoel Baptista Bello, para servir na Armada Imperial, mediante a indenização de um conto e quinhentos mil réis. Curitiba, 21 de março de 1868. AP 280, v. 7, p. 106.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Recebimento do ofício que comunica a remessa de 13 libertos para servir na Armada Imperial. Paranaguá, 26 de março de 1868. AP 0280, v. 7, p. 23.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Remete a carta de liberdade do escravo Caetano, pertencente ao major Francisco Manoel de Assis França, morador em Guarapuava. Curitiba, 07 de abril de 1868. AP 0281, v. 8, p. 16.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Envia cópia da escritura de liberdade passada ao escravo Paulino, libertado por José Antônio Pereira Alves para o serviço de Armada, mediante indenização de um conto e quinhentos mil réis; escritura em anexo. Paranaguá, 20 de abril de 1868. AP 0281, v. 8, p. 179 - 180.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Relação das pessoas que compraram o escravo Francelino para servir na Armada Imperial; consta que o escravo foi preso

em São Roque, província de São Paulo, e que já estavam tratando de sua remessa. Palmas, 27 de abril de 1868. AP 0281, v. 8, p. 17.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Determinação, ao Chefe de Polícia da província de São Paulo; de que remetesse o escravo Francelino a Corte [Rio de Janeiro]. Província de São Paulo, 13 de maio de 1868. AP 0282, v. 9, p. 227.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Concessão de liberdade ao seu escravo Francisco, para servir ao exército em lugar de Joaquim José Pedrosa Filho. Curitiba, 08 de setembro/ 08 de outubro de 1868. AP 0287, v. 14, p. 59.

PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. Carta de liberdade passada a seu escravo Joaquim, para servir ao Exército como substituto do Guarda Nacional Agostino Cardoso Gomes. Curitiba, 14 de janeiro de 1868. AP 0320, v. 01, p. 6.

ANEXOS

ANEXO 1

Youtube

Canal: Hewerton Souza

Até 23 jun. 2022, às 16:04 h, 695 inscritos.

Vídeo: “Você sabia esse fato sobre Maria Firmina dos Reis?”, com 2,3 mil visualizações.

The screenshot displays a web browser window with multiple tabs. The active tab is a YouTube search page for the channel 'Hewerton Souza'. The search query is 'maria firmina dos reis'. The channel's profile is visible, showing 695 subscribers and a 'INSCRITO' button. The search results list two videos:

- VOCÊ SABIA ESSE FATO SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS?** by Hewerton Souza, 2,3 mil visualizações, há 4 anos, 4:36.
- 18 DE MAIO (ESQUECER E PERMITIR, LEMBRAR E COMBATER!)** by Hewerton Souza, 6,8 mil visualizações, há 5 anos, 2:31.

The browser's address bar shows the URL: `youtube.com/user/hewertonsouza/search?query=maria%20firmina%20dos%20reis`. The Windows taskbar at the bottom shows the date and time as 16:04 on 23/06/2022.

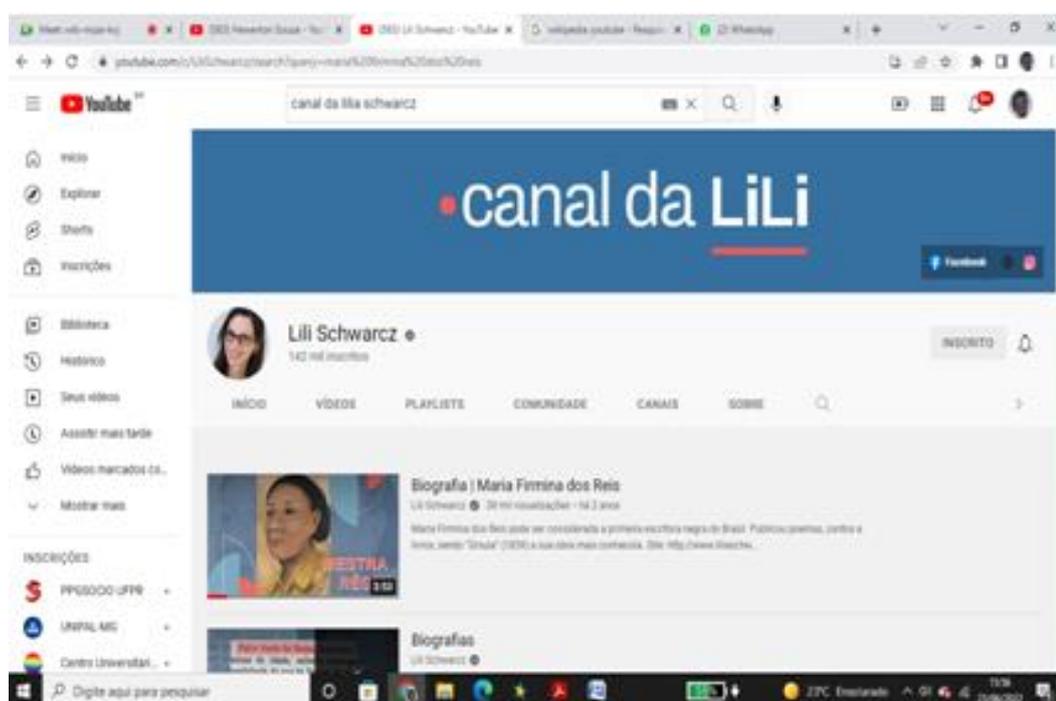
ANEXO 2

Youtube

Canal da Lili

Até 23 de junho de 2022, às 15:56 h, com 142 mil inscritos.

Vídeo: “Biografia I Maria Firmina dos Reis”, com 38 mil visualizações.



ANEXO 3

MANIFESTO CONTRA AS COTAS RACIAIS

O princípio da igualdade política e jurídica dos cidadãos é um fundamento essencial da República e um dos alicerces sobre o qual repousa a Constituição brasileira. Este princípio encontra-se ameaçado de extinção por diversos dispositivos dos projetos de lei de Cotas PL 731999 e do Estatuto da Igualdade Racial PL 3.1982000 que logo serão submetidos a uma decisão final no Congresso Nacional. O projeto de lei de cotas torna compulsória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior. O chamado Estatuto da Igualdade Racial implanta uma classificação racial oficial dos cidadãos brasileiros, estabelece cotas raciais no serviço público e cria privilégios nas relações comerciais com o poder público para empresas privadas que utilizem cotas raciais na contratação de funcionários. Se forem aprovados, a nação brasileira passará a definir os direitos das pessoas com base na tonalidade da sua pele, pela raça. A história já condenou dolorosamente estas tentativas. Os defensores desses projetos argumentam que as cotas raciais constituem política compensatória para amenizar as desigualdades sociais. O argumento é conhecido temos um passado de escravidão que levou a população de origem africana a níveis de renda e condições de vida precárias. O preconceito e a discriminação contribuem para que esta situação pouco se altere. Em decorrência disso, haveria a necessidade de políticas sociais que compensassem os que foram prejudicados no passado, ou que herdaram situações desvantajosas. Essas políticas, ainda que reconhecidamente imperfeitas, se justificariam porque viriam a corrigir um mal maior. Esta análise não é realista nem sustentável e tememos as possíveis conseqüências das cotas raciais. Transformam classificações estatísticas gerais, como as do IBGE, em identidades e direitos individuais contra o preceito da igualdade de todos perante a lei. A adoção de identidades raciais não deve ser imposta e regulada pelo Estado. Políticas dirigidas a grupos raciais estanques em nome da justiça social não eliminam o racismo e podem até produzir o efeito contrário, dando respaldo legal ao conceito de raça, e possibilitando o acirramento do conflito e da intolerância. A verdade amplamente reconhecida é que o principal caminho para o combate à exclusão social é a construção de serviços públicos universais de qualidade nos setores de educação, saúde e previdência, em especial a criação de empregos. Essas metas só poderão ser alcançadas pelo esforço comum de cidadãos de todos os tons de pele contra privilégios odiosos que limitam o alcance do princípio republicano da igualdade política e jurídica. A invenção de raças oficiais tem tudo para semear esse perigoso tipo de racismo, como demonstram exemplos históricos e contemporâneos. E ainda bloquear o caminho para a resolução real dos problemas de desigualdades. Qual Brasil queremos? Almejamos um Brasil no qual ninguém seja discriminado, de forma positiva ou negativa, pela sua cor, pelo seu sexo, sua vida íntima e sua religião onde todos tenham acesso a todos os serviços públicos que se valorize a diversidade como um processo vivaz e integrante do caminho de toda a humanidade para um futuro onde a palavra felicidade não seja um sonho. Enfim, que todos sejam valorizados pelo que são e pelo que conseguem fazer. Nosso sonho é o de Martin Luther King, que lutou para viver numa nação onde as pessoas não seriam avaliadas pela cor de sua pele, mas pela força de seu caráter. Nos dirigimos ao Congresso Nacional, seus deputados e senadores, pedindo-lhes que recusem o PL 731999 – PL das Cotas – e o PL 3.1982000 – PL do Estatuto da Igualdade Racial – em nome da República Democrática. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2006.

Assinam Adel Daher Filho, sindicalista Adilson Mariano, vereador Alberto Aggio, professor Alberto de Mello e Souza, professor Almir da Silva Lima, jornalista Amandio Gomes, professor André Campos, professor André Côrtes de Oliveira, professor Ana Teresa Venancio, antropóloga Anna Veronica Mautner, psicanalista Antonio Carlos Jucá de Sampaio, professor Antonio Cícero, poeta Antonio Marques Cardoso, Ferreirinha, operário Aurélio Carlos Marques de Moura Bernardo Kocher, professor Bernardo Sorj, professor Bila Sorj, professora Bolivar Lamounier, cientista político Cacilda da Silva Machado, professora Caetano Veloso, compositor Carlos Costa Ribeiro, professor Claudia Travassos, pesquisadora Cláudia Wasserman, professora Celia Maria Marinho de Azevedo, historiadora Célia Tavares, professora Cyro Borges Jr., professor Darcy Fontoura de Almeida, professor Demétrio Magnoli, sociólogo Dilene Nascimento, historiadora Domingos de Leers Guimaraens, artista visual Dominichi Miranda de Sá, pesquisadora Egberto Gaspar de Moura, professor Elvira Carvajal, professora Eunice R. Durham, professora Fabiano Gontijo, professor Fernanda Martins, pesquisadora Fernando Roberto de Freitas Almeida, professor Ferreira Gullar, poeta Francisco Martinho, professor George de Cerqueira Leite Zarur, professor Gilberto Hochman, cientista político Gilberto Velho, professor Gilda Portugal, professora Gilson Schwartz, economista Giselda Brito, professora Gláucia Villas Boas, professora Guita Debert, professora Helena Lewin, professora Hercidia Mara Facuri Coelho, pró-reitora Hugo Rogélio Suppo, professor Icléia Thiesen, professora Isabel Lustosa, historiadora João Amado, professor João Leão Sattamini Netto, economista John Michael Norvell, professor José Augusto Drummond, cientista político José Carlos Miranda, movimento negro José Roberto Ferreira Militão, advogado José Roberto Pinto de Góes, professor Josué Pereira da Silva, professor Kátia Maciel Kenneth Rochel de Camargo Jr., professor Laiana Lannes de Oliveira, professora Lena Lavinhas, professora Lilia Moritz Schwarcz, professora Lucia Lippi Oliveira, socióloga Lúcia Schmidt, professora Luciana da Cunha Oliveira, professora Luiz Alphonsus de Guimaraens, artista plástico Luiz Fernando Almeida Pereira, professor Luiz Fernando Dias Duarte, professor Luiz Werneck Vianna, professor Madel T. Luz, professora Magali Romero Sá, historiadora Manolo Florentino, professor Marcos Chor Maio, sociólogo Maria Alice Resende de Carvalho, socióloga Maria Conceição Pinto de Góes Maria Hermínia Tavares de Almeida, professora Maria Sylvia de Carvalho Franco, professora Mariza Peirano, professora Mirian Goldenberg, professora Moacyr Góes, diretor de cinema e teatro Mônica Grin, professora Monique Franco, professora Nisia Trindade Lima, socióloga Oliveiros S. Ferreira, professor Paulo Kramer, professor Peter Fry, professor Priscilla Mouta Marques, professora Ronaldo Vainfas, professor Renata da Costa Vaz, sindicalista Renato Lessa, professor Ricardo Ventura Santos, professor Rita de Cássia Fazzi, professora Roberto Romano, professor Roney Cytrynowicz, historiador Roque Ferreira, sindicalista Serge Goulart, diretório nacional do PT Sergio Danilo Pena, professor Silvana Santiago, historiadora Silvia Figueiroa, historiadora Simon Schwartzman – sociólogo Ubiratan Iorio, professor Uliana Dias Campos Ferlim, professora Vicente Palermo Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político Yvonne Maggie, professora Zelito Vianna, cineasta.

Fonte: Congresso em Foco. Reportagem “A íntegra do manifesto contra as cotas raciais”, 04 de julho de 2006. disponível no site:< <https://congressoemfoco.uol.com.br/projetobula/reportagem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>> acesso em: 05 maio 2022

ANEXO 4

Facebook Lilia Schwarcz, 03 jul. 2019

Vou usar esse espaço do Facebook para registrar um evento histórico que vira e mexe retorna e que, aliás, merece explicações da minha parte: o “Manifesto Contra as Cotas”. Em julho de 2006, há 13 anos atrás, fui procurada por colegas para que assinasse um manifesto a favor da ideia de que só há uma raça: a humana. Foi dessa maneira que me foi apresentado, e por telefone, o texto que se transformaria no, até hoje “famoso”, “Manifesto contra as cotas”. Eu não sabia, e também não atentei, hoje reconheço, para o objetivo último desse Manifesto, e, sim, o assinei. Me arrependo demais por ter assinado esse documento que vai contra minha atuação na academia e ideias que professo, que já podem ser observadas em meu mestrado, de 1987. No mesma época em que o Manifesto veio a público, eu fazia parte de um grupo de professores que atuava pela introdução de políticas de ação afirmativa na USP e que era também a favor das políticas de cotas chamado INCLUSP. Fui então questionada pelos colegas, que conheciam minha atuação, e dou a eles toda a razão. Errei, portanto, ao não atentar para a intenção do documento e assim fortalecer uma causa contra a qual me oponho, com convicção. Desde então, procurei provar aonde moram minhas certezas, a partir da publicação de artigos e livros, em entrevistas, participando de políticas públicas e debates, sempre a favor de cotas. Sou a favor de cotas, pois, é preciso reparar desigualdades e hierarquias criadas, durante séculos pelo sistema escravocrata e pela falta de políticas de inclusão das populações negras durante a República. Sou a favor de cotas, pois, se só existe uma raça humana, a sociedade cria “raças sociais”, as quais impactam a nossa realidade criando discriminação, sofrimento, hierarquias e muita violência. Sou a favor de “desigualar para igualar”, pois, acredito num país mais justo, generoso e inclusivo. Sou a favor de cotas, pois, elas têm a potencialidade de criar, e vem criando, ambientes mais plurais e porque tenho certeza que “mais é sempre mais”. Com mais diversidade seremos muito melhores e menos apequenados, como se encontra o Brasil dos dias de hoje! Esse é pois o “meu manifesto a favor das cotas”.



Fonte: SCHWARCZ, Lilia. Meu manifesto a favor das cotas. Disponível no site:<
<https://www.facebook.com/liliaschwarcz/posts/1302335136582006/>> Acesso em: 05 maio 2022.

ANEXO 5

Poema: Poesias

Cantos à beira-mar (1871)

Maria Firmina dos Reis

Recitadas no dia dez de agosto de 1870 por ocasião do desembarque do tenente-coronel Cunha Júnior e alguns outros bravos de volta da Campanha do Paraguai.

Exultai, guimarães! Eis vossos filhos!
Seus nomes são padrão de eterna glória!
Saudai-os, são heróis... lançai-lhes flores.
Que eles pertencem à morredoura história.
Cunha Júnior, a Pátria;
Em amplexo de mãe te cinge ao peito
De louros imortais te enasta a fronte,
Rende-te grata merecido preito,
Fanal de glória a refletir brilhante
Sobre ti Guimarães!... Glória a teu nome!
As tubas o proclamam – é um valente!
Partilha, pátrio berço, o seu renome.
Qual raio rompe, e voa entre o inimigo
Quebra, aniquila ardida corte...
Sobre sua fronte o resplendor da glória,
No peito o Márcio ardor, na espada a morte!
É um bravo! Um herói! Alguém o iguala,
Herval, o próprio Herval o não excede!
Ei-lo gigante em Tuiuti - na luta
Perigo ou lida seu valor não mede.
Igual a Maurity, nelson moderno,
Ele à ponte caminha, e rompe, e vai!
Aqui Curupaiti lhe estampa o nome,
Ali triste Humaitá por terra cai!...
Que diga a voz cansada e esmorecida
Desse triste Humaitá, louco de vaidoso;
Cada pedra resume em epopeia,
Cada eco um poema glorioso.
O valor o animava – a mor da pátria
Lhe enche o coração...sibila, freme
O ardido canhão, um bravo passa...
É ele! É o guerreiro que não treme!
Que falem ainda Lomas Valentinas,

Sauces, avai, caraguataí,
Loque, taquaral, aquidabã,
Onde o monstro esfaimado exausto cai!...
Que te excede em valor, afouto Cunha?!
Salve briosos, heroico maranhense!
Receb as ovações, fraco tributo,
Do entusiástico povo Guimareense.
Exultai guimarães! Eis vossos filhos!
Trazem na frente o resplendor da glória,
Louros colhidos na mavórcia lide,
Nomes escritos na pomposa história.

REIS, Maria Firmina dos. Poesias (1871). In: **Cantos à beira-mar**. São Paulo: Cartola Editora, 2021. p. 87 - 88.

ANEXO 6

Poema: Poesia

Cantos à beira-mar (1871)

Maria Firmina dos Reis

Oferecida ao tenente-coronel Cunha Junior pela própria poetisa, no dia em que regressou a seu lar de volta da Campanha do Paraguai.

Senhor! Se a tibia da poetisa
Se eleva hoje em fervido transporte,
A vós o deve - sim,
Se hoje a lira se ameniza.
A vós, herói soldado!... A vós o forte
Deve-o ela por fim.
A vós que nunca um dia esmoreceste,
Face a face a encarnar perigo ingente
Em inóspito país;
A vós, que os próprios lares esqueceste,
E dia, e noite vos ocupa a mente
Ver a pátria feliz!...
A vós, a stro sublime, e desvendado,
Que brilha sobre nós puro, radiante

A vós, nobre guerreiro!
A vós, leão do norte, a vós, soldado,
Cuja espada na guerra flamejante
Foi na guerra um luzeiro!...
Eu vós saúdo, herói de Tuiuti,
De Humaitá, de Saucos, de Angustura,
Herói de Aquidabã!
Voltais! Na frente o louro, o amor aqui!
Exulta de prazer, louva a bravura
Do teu filho - Cumã!
Perdão, se a tibia voz da poetisa,
Fracas, bem fracas agora esmorece
Sem poder-vos cantar!
É rude a sua lira, assim a brisa
Geme, murmura, passa, e se esvaece
Em noite de luar.

REIS, Maria Firmina dos. Poesia (1871). In: **Cantos à beira-mar**. São Paulo: Cartola Editora, 2021. p. 89 - 90.

ANEXO 7

Poema: Por ocasião da tomada de Vilheta e ocupação de Assunção

Cantos à beira-mar (1871)

Maria Firmina dos Reis

Tupi, que dormia da paz no remanso,
De plumas coberto, de flecha na mão,
Escuta de guerra no Prata uma voz,
Escuta uma luta estranha feição.
Desperta, e pergunta: “Quem ousa acordar-me?”
Respondem-lhe: um monstro insulta a nação!
Oh, Ei-lo guerreiro, brioso, pujante,
Chamando seus filhos com a voz de trovão,
E os brados se escutam nas matas d’além,
Nas selvas longínquas, nos montes na serra:
Mil homens se erguem, mil homens repetem
O brado do gênio, que é brado de guerra.
E marcham seus filhos sedentos de glória,
Que bravos são eles, heróis todos são!
- Entanto que o monstro se nutre de sangue – Ribomba
no Prata brasílio canhão.
E uma após outra se rendem cativas
Do vil Paraguai trincheiras mil;
E renque de escravos cadáver são...
E ele! Vacila... já teme o Brasil.
É dura a fadiga... Por ínvios caminhos,
Esteros imundos, pauis, lodaçal
Lá marcham os filhos bravos Tupi,
Dobrando galhardos, ardor marcial.
A voz que os dirige é voz do gigante,
De plumas coberto, de flecha na mão;
É voz que escuta do Prata ao Amazonas,
Que os ecos repetem, que é voz da nação!
E foram-se avante – guerreiro avante
Que é firme seu passo, só sabem vencer!
E o último asilo, que resta ao tirano,
Se rende a seus brados: - vencer, ou morrer!
E treme o abutre de crimes coberto,

E o manto retinto de sangue dos seus
Na selva espedaça, nas moitas de espinhos.
Oh! Quantos triunfos! Oh, quantas vitórias!
Vilheta, belaco, soberba Humaitá!
O Chaco, angustura! Oh Lopes! Oh monstro!
Teu ódio, teus brios, cacique, onde está?
E a frente do gênio, cingida de louros,
Altiva, potente - lhes - diz: Escutai!
Vingastes, meus filhos, da pátria o insulto,
O Nero expulsastes... meus filhos, parai.
Oh! Eu vos saúdo! – douraste a história
Já grata, e tão nobre da terra da Cruz;
Agora aos que gemem nas trevas cativas
Levai generosos mil raios de luz.
Erguei-lhes a frente eu o beijo a paz.
Dizei-lhes, meus filhos: - tu és meu irmão!
E vinde eu os braços vos abre o tupi.
De plumas coberto, de flecha na mão.

REIS, Maria Firmina dos. Por ocasião da tomada de vilheta e ocupação de Assunção (1871). In: **Cantos à beira-mar**. São Paulo: Cartola Editora, 2021. p. 63 - 65.